

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 106, DE 2022
(Do Poder Executivo)
MSC 651/2022

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.014, de 24 de novembro de 2021, que outorga permissão à Empresa de Comunicação do Sul Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 651

Senhores Membros do Congresso Nacional,

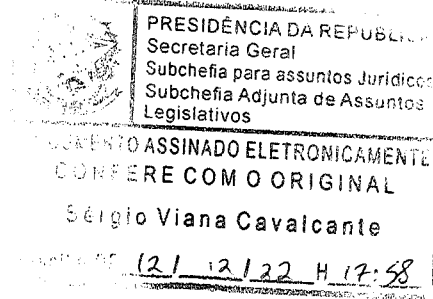
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Portarias que outorgam permissão, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, conforme os seguintes atos:

1. Portaria nº 537, de 6 de dezembro 2011 – Empresa de Comunicação do Sul Ltda., no município de Itaara - RS;
2. Portaria nº 217, de 18 de julho 2013 – Márcio Freitas Áudio e Vídeo Ltda., no município de Bandeira do Sul - MG; e
3. Portaria nº 4.014, de 24 de novembro 2021 – Empresa de Comunicação do Sul Ltda., no município de São Lourenço do Sul - RS.

Brasília, 12 de dezembro de 2022.

ASSINADO DIGITALMENTE
JAIR MESSIAS BOLSONARO
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>





EM nº 00084/2022 MCOM

Brasília, 14 de Abril de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Tratam-se os autos de outorga de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Lourenço do Sul, estado do Rio Grande do Sul, objeto da Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC, deferida à licitante EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 03.854.641/0001-00.
2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão - CPLR, a qual foi criada pela Portaria nº 2.263, de 24 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2021, seus membros foram designados pela Portaria MCOM nº 2.264, de 24 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2021, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA. (Processo nº 53790.000408/2000-05) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, homologado em 21/10/2021, pelo Ministro da época.
3. Ato contínuo, considerando os termos do art. 6º, § 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, foi editada a Portaria nº 4.014, datada de 24 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 17 de fevereiro de 2022, que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Lourenço do Sul, estado do Rio Grande do Sul.
4. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal de 1988, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito que seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 4014, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o art. 6º, parágrafo 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 26-C, incisos II e III, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e tendo em vista a Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC e o que consta do Processo nº 53790.000408/2000-05, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM), na localidade de São Lourenço do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 07/02/2022, às 19:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8405795** e o código CRC **CDED2407**.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 17/02/2022 | Edição: 34 | Seção: 1 | Página: 14

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 4.014, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o art. 6º, parágrafo 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 26-C, incisos II e III, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e tendo em vista a Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC e o que consta do Processo nº 53790.000408/2000-05, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM), na localidade de São Lourenço do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 8765/2022/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53790.000408/2000-05.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo que trata de outorga de radiodifusão para conhecimento e eventuais providências.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 18/04/2022, às 10:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9688942** e o código CRC **3685230E**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

AVISO DE RECEBIMENTO

AVISATAIRE

OF: 36314/2017/SEI-MCTIC
Ao (À) Senhor(a)
Representante Legal da
Empresa de Comunicação do Sul Ltda.
Av. Lageado, nº 1.300 - Petrópolis
90.460-110-Porto Alegre/RS
PROC.: 53790.000408/2000-05

UF PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Sinibaldi Russo

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

28/08/17

CARIMBO DE ENTREGA
UNITÉ DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Sinibaldi Russo

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

MARA REJANE
MAT: 8.692.0170

28 AGO 2017

DR/RS

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0483 / 16

114 x 188 mm



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

CERTIDÃO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES
PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53790.000408/2000-05**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 26 de maio de 2014, na unidade DEOC_GAB/DEOC/SCE.



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Rodrigues de Araujo, Técnico de Nível Superior**, em 27/05/2014, às 09:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0008588** e o código CRC **11D851CB**.



SERVICO PÚBLICO FEDERAL

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA

53790000408/2000

CIDADE:

CONCORRÊNCIA DE EDITAL Nº099/00-SSR/MC

BOCA SALES, SÃO LOURENÇO DO SUL/RS



MOVIMENTAÇÕES

SEQ.	SIGLA	DATA	SEQ.:	SIGLA	DATA
01	CEAE	02/08/00	37		/ /
02	Seddm / Confir	08/11/06	38		/ /
03	Gob / Confir	09/11/06	39		/ /
04		/ /	40		/ /
05		/ /	41		/ /
06		/ /	42		/ /
07		/ /	43		/ /
08		/ /	44		/ /
09		/ /	45		/ /
10		/ /	46		/ /
11		/ /	47		/ /
12		/ /	48		/ /
13		/ /	49		/ /
14		/ /	50		/ /
15		/ /	51		/ /
16		/ /	52		/ /
17		/ /	53		/ /
18		/ /	54		/ /
19		/ /	55		/ /
20		/ /	56		/ /
21		/ /	57		/ /
22		/ /	58		/ /
23		/ /	59		/ /
24		/ /	60		/ /
25		/ /	61		/ /
26		/ /	62		/ /
27		/ /	63		/ /
28		/ /	64		/ /
29		/ /	65		/ /
30		/ /	66		/ /
31		/ /	67		/ /
32		/ /	68		/ /
33		/ /	69		/ /
34		/ /	70		/ /

0001

AGD02'00 AM 8:28

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DO RS

Comissão Especial de Licitação

Concorrência - 099 / 2000 - SSR / MC

Proponente: *EMPRESA DE COMUNICAÇÃO
DO SUL LTDA*

Localidade: *ROCA SALES
SÃO LOURENÇO*


[Assinaturas manuscritas]

PROCURAÇÃO

0002

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., empresa com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes nº 651, sala 1001, inscrita no CNPJ sob o nº 03.854.641/0001-00, nomeia e constitui seu bastante procurador **MICHELLE SQUEFF**, brasileira, solteira, maior, estudante, residente e domiciliada em Porto Alegre – RS, na Rua Comendador Rheingantz nº 910, apt. 402, inscrito no CPF sob o nº 940.676.940-91 e Carteira de Identidade 4022057899, a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos das Concorrências nº 098, 099 e 100/2000-SSR/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Porto Alegre, 21 de julho de 2000.


SAMUEL PAPELBAUM
Sócio - Gerente

10º Ofício de Notas.
Av. Erasmo Braga nº 255, Lt. A-Centro. Reconheço, por semelhança,
a firma de: SAMUEL PAPELBAUM
Rio de Janeiro - RJ, 25/07/2000. Cont. por:
Em testemunho da Verdade.
Dias do Amaral - 0258 42209 Autorizado R\$ 2,37
Tabelião Cláudio Antonio Mattos de Souza



EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.

CONTRATO SOCIAL

(1) **SIMON GUERCHON**, brasileiro, casado, economista, CPF 037.833.677-00, RG nº 01.817.272-6, expedida pelo IFP/RJ, com endereço profissional na Av. Almirante Barroso nº 52 – 11º andar, no Rio de Janeiro – RJ, e

(2) **SAMUEL PAPELBAUM**, brasileiro, casado, engenheiro, CPF 019.645.777-72, RG nº 1.656.821-4, expedida pelo IFP/RJ, com endereço profissional na Av. Almirante Barroso nº 52 – 11º andar, no Rio de Janeiro – RJ,

ambos, neste ato, representados por seu procurador **ISAAC NEWTON CASTIEL MENDA**, brasileiro, casado, advogado, CPF 002.074.620-20, inscrito na OAB/RS sob o nº 8551,

resolvem de comum e mútuo acordo instituir uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, mediante as cláusulas a seguir enumeradas:

I - DENOMINAÇÃO, TIPO, FINS, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º: A sociedade girará sob a denominação de **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.**, com o tipo jurídico de sociedade por cotas de responsabilidade limitada.

Art. 2º - A sociedade terá como atividade principal a prestação de Serviços de Radiodifusão e ainda, a instalação e exploração de serviços de telecomunicações de qualquer natureza, podendo, ainda, participar como sócia em outras sociedades.

Art. 3º: A sociedade terá sua sede e foro na Avenida Carlos Gomes nº 651, sala 1001, parte, em Porto Alegre. Estado do Rio Grande do Sul, podendo abrir filiais em todo o território nacional.

Art. 4º: A sociedade terá a sua duração por tempo indeterminado.

II - CAPITAL E COTAS

Art. 5º O capital da sociedade é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) cotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo totalmente integralizado neste ato, em moeda corrente nacional, assim distribuído entre os cotistas:

COTISTAS	COTAS	VALOR R\$
Samuel Papelbaum	19.000	19.000,00
Simon Guerchon	1.000	1.000,00
TOTAL	20.000	20.000,00

Art. 6º: A responsabilidade de cada cotista é limitada ao total do capital social.

III - ADMINISTRAÇÃO



<p>INSTRUMENTO DE NOTAS</p> <p>AYRTON B. CARVALHO FILHO - TAD. RUA ANILADE NEVES, 159 PORTO ALEGRE - RS</p>	<p>AUTENTICAÇÃO art. 7º - Lei 8935/94</p>
	<p>AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.</p> <p>Porto Alegre, 09 JUN 2000</p> <p>R\$ 1,30</p> <p> <input type="checkbox"/> - AYRTON B. CARVALHO FILHO - Substituto <input type="checkbox"/> - JAIRRO DE SOUZA SILVA - Esc. Autorizado <input type="checkbox"/> - MARCELO DOS SANTOS DUPKE - Esc. Aut. <input type="checkbox"/> - RICARDO L. V. DIEDERICHS - Esc. Aut. </p>

Art. 7º: A Sociedade será administrada pelo cotista **SAMUEL PAPELBAUM**, denominado de Sócio-Gerente, podendo praticar todos os atos de administração e gerência.

Art. 8º: O Sócio-Gerente poderá nomear procuradores ou mandatários para fins específicos e, em qualquer hipótese o mandato não terá prazo de validade superior a 1 (um) ano, salvo para as procurações com finalidade de representação judicial.

Art. 9º: O Sócio-Gerente fica autorizado a adquirir e alienar bens imóveis.

Art. 10: O Sócio-Gerente perceberá remuneração que for fixada pela maioria do capital social.

Art. 11: As alterações contratuais dependerão para sua validade e efetivação da prévia aprovação da maioria do capital social.

IV - EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 12: O exercício social se encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que se procederá ao balanço geral para apuração do resultado.

§ 1º: Poderá a sociedade proceder o levantamento de balanços intermediários para distribuição antecipada de lucros.

§ 2º: Os eventuais prejuízos em balanços anuais serão mantidos em suspenso, a fim de compensá-los com lucros futuros.

V - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

Art. 13: As cotas de capital são indivisíveis e sua transferência a terceiros só poderá ser efetuada depois de assegurado aos demais cotistas o direito de preferência.

§ 1º: O cotista interessado na alienação de suas cotas deverá estipular o preço e comunicar, por escrito, aos demais cotistas seu interesse, dando o prazo de 30 dias para manifestação.

§ 2º: No final do prazo acima indicado e não havendo interesse de qualquer cotista em adquirir as cotas, o cotista interessado poderá alienar suas cotas a terceiros, desde que o preço não seja inferior ao estipulado.

Art. 14: É livre a cessão ou transferência de cotas entre os cotistas; todavia, estes não poderão, em qualquer hipótese, gravá-las a estranhos à sociedade.

VI - RETIRADA E INTERDIÇÃO DE COTISTA

Art. 15: Na hipótese de extinção ou retirada de qualquer dos cotistas a sociedade continuará, podendo admitir como cotistas os legítimos sucessores do extinto ou retirado com a cota de capital que aquele ou este tinha na sociedade.

Art. 16: Caso a maioria do capital remanescente não deseje admitir os legítimos sucessores do extinto ou retirado, ou não haja interesse destes sucessores em participar da sociedade, a apuração do capital será com base no último balanço da sociedade, com o patrimônio líquido corrigido até a data da efetiva transferência de cotas, e os haveres pagos em 12 parcelas, vencendo-se a primeira após a homologação da partilha ou interdição e as demais de 30 em 30 dias, corrigidas monetariamente pelo índice que melhor expressar a inflação oficial.

VII - TRANSFORMAÇÃO E EXTINÇÃO DA SOCIEDADE



<p>RECEBIMEN TO DE NOTAS</p> <p>AYRTON BERNARDDES CARVALHO - TAB. RESIDENCIA DE NEVES 159 PORTO ALEGRE - RS</p>	<p>AUTENTICAÇÃO art. 7º - Lei 6936/94</p>							
	<p>AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.</p> <p>Porto Alegre, 09 JUN 2000 FE</p> <p>R\$ 1,30</p> <table border="0"> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>- AYRTON B. CARVALHO FILHO - Substituto</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>- JAIR DE SOUZA SILVA - Esc. Autorizado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>- MARCELO DOS SANTOS DUPKE - Esc. Aut.</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>- RICARDO L. V. DIEDERICHS - Esc. Aut.</td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/>	- AYRTON B. CARVALHO FILHO - Substituto	<input type="checkbox"/>	- JAIR DE SOUZA SILVA - Esc. Autorizado	<input type="checkbox"/>	- MARCELO DOS SANTOS DUPKE - Esc. Aut.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	- AYRTON B. CARVALHO FILHO - Substituto							
<input type="checkbox"/>	- JAIR DE SOUZA SILVA - Esc. Autorizado							
<input type="checkbox"/>	- MARCELO DOS SANTOS DUPKE - Esc. Aut.							
<input type="checkbox"/>	- RICARDO L. V. DIEDERICHS - Esc. Aut.							

Art. 17: A sociedade poderá ter alterado o tipo jurídico ou ser extinta, a qualquer tempo, por deliberação dos cotistas representando a totalidade do capital social.

VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS


Art. 18: Os casos omissos neste instrumento de contrato social serão regidos pela legislação em vigor.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, todas de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, o ratificam, aceitam e se obrigam, por si e por seus legítimos herdeiros e sucessores a bem fielmente cumpri-lo.

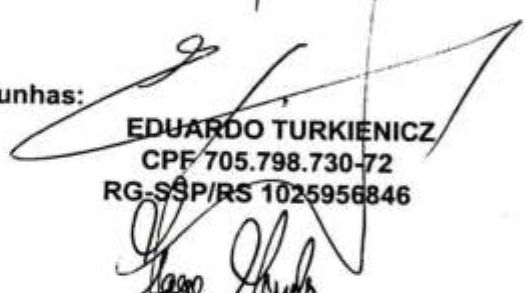
Os cotistas declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer as atividades mercantis.

Porto Alegre, 19 de abril de 2000.


p.p. SAMUEL PAPELBAUM


p.p. SIMON GUERCHON


Testemunhas:


EDUARDO TURKIENICZ
CPF 705.798.730-72
RG-SSP/RS 1025956846


FERNANDA CHAVES DA SILVA
CPF 897.987.160-00
RG-SSP/RS 2059914313


Visto: ISAAC NEWTON CASTIEL MENDA
OAB/RS 8.551

contrato social

 JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIFICO O REGISTRO EM: 06/06/2000
SOB O NÚMERO:
43204446959

Protocolo: 00/077282-8


KAREN STALLBAUM
SECRETÁRIA-GERAL

1º TABELIONATO DE NOVIAS AYTTON BERNARDES CARVALHO - TAD, Rua Adelaide, 153 PORTO ALEGRE - RS	AUTENTICAÇÃO art. 7º - Lei 8935/94
	AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.
Porto Alegre, 09 JUN 2000	RS
<div style="display: flex; align-items: center;"> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px; margin-right: 5px;"></div> <div> • AYTTON B. CARVALHO FILHO - Substituto • Jairo de Souza Silva - Esc. Autorizado • FRANCISCO DOS SANTOS DUPKE - Esc. Aut. • RICARDO L. V. DIEDERICHS - Esc. Aut. </div> </div>	R\$ 1,30

DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, dirigente da EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., declara que:

- a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade de Roca Sales, Estado do Rio Grande do Sul, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;
- b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;
- c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

Porto Alegre, 3 de julho de 2000.



SAMUEL PAPELBAUM
CPF 019.645.777/72

10º Ofício de Notas.
Av. Erasmo Braga nº 255, Lt. A-Centro. Reconheço, por semelhança,
a firma de: SAMUEL PAPELBAUM
Rio de Janeiro - RJ, 25/07/2000. Conf. por:
Em testemunho da Verdade

Roberto Dias do Amaral - CTPS 42209 - Autorizado R\$ 2,47
Tabellão Cláudio Antonio Mattos de Souza



DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, dirigente da EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., declara que:

- a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;
- b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;
- c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

Porto Alegre, 3 de julho de 2000.



SAMUEL PAPELBAUM
CPF 019.645.777/72

10º Ofício de Notas.
Av. Erasmo Braga nº 255, Lt. A-Centro, Reconheço, por semelhança,
a firma de: SAMUEL PAPELBAUM
Rio de Janeiro - RJ, 25/07/2000, Conf. por:
Em testemunho da Verdade.
Roberto Dias do Amaral - ODP 42208 Autorizado R\$ 2,47
Tabelião Cláudio Antonio Mattos de Souza





CARTÃO DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

02.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL
DGP/CDPT/INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO FÉLIX PAZESCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 01656821-4 DATA DE EXPEDIÇÃO - 24/08/87

NOME SAMUEL PAPELBAUM

FILIAÇÃO DAWID PAPELBAUM
CHAJA GITLA PAPELBAUM

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 25/02/1943

DOC. ORIGEM C.CASM LIV 88 12 FLS 172
TER 0002371 C 05 RIO DE JANEIRO RJ

CNP 019645777/72

ASSINATURA DO DIRETOR DO INSTITUTO - DATA 24/08/87

LEI N.º 7.116 DE 29-08-83

[Handwritten signatures and initials]

10º Ofício de Notas
Av. Erasmo Braga nº 255, Lj A-Centro.

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado
Rio de Janeiro - RJ, 31/05/2000. Conf. por:

Roberto Dias do Amaral - CTP nº 42209, Autorizado
Tabelião Cláudio Antonio Mattos - CTP nº 42209

Custas R\$ 2,53



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO FÉLIX PACHECO

94

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NAO-DOADOR DE CARGOS E TERCIDOS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 01817272-6 DATA DE EXPEDICAO 11/12/97

NOME SIMON GUERCHON

FILIAÇÃO MOISE CHAMOUN GUERCHON

LELA GUERCHON

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 25/06/1944

END. ORDEM C. CASM LIV BR26 FLS 193

TERM 7706 C 4 RIO DE JANEIRO RJ

CPF 037833677/00

ASSINATURA DO TITULAR REINALDO RUSSO 094

NDOT

ASSINATURA DO TITULAR

0637-2VIA

FPAA-FDA?

CIC

NASCIMENTO 25.06.44

INSCRIÇÃO NO CPF 037 833 677 00

CONTRIBUINTE

SIMON GUERCHON

ASSINATURA DO TITULAR

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Simon Guerschon

1º TABELIONATO DE NOTAS
 AYRTON BERNARDES CARVALHO - TAB.
 RUA ANDRADE NEVES, 159
 PORTO ALEGRE - RS

AUTENTICAÇÃO art. 7º - Lei 8935/94
 AUTENTICO a presente cópia reprográfica
 conforme ao original a mim apresentado, do
 que dou fé.

Porto Alegre, 11 JUL 2000

R\$ 1,30

☐ - AYRTON B. CARVALHO FILHO - Substituto
☐ - JAIR DE SOUZA SILVA - Esc. Autorizado
☐ - RICARDO L. V. DIEDERICHS - Esc. Aut.

1º TABELIONATO DE NOTAS
 AYRTON BERNARDES CARVALHO - TAB.
 RUA ANDRADE NEVES, 159
 PORTO ALEGRE - RS

AUTENTICAÇÃO art. 7º - Lei 8935/94
 AUTENTICO a presente cópia reprográfica
 conforme ao original a mim apresentado, do
 que dou fé.

Porto Alegre, 11 JUL 2000

R\$ 1,30

☐ - AYRTON B. CARVALHO FILHO - Substituto
☐ - JAIR DE SOUZA SILVA - Esc. Autorizado
☐ - RICARDO L. V. DIEDERICHS - Esc. Aut.

1º TABELIONATO DE NOTAS
 AYRTON BERNARDES CARVALHO - TAB.
 RUA ANDRADE NEVES, 159
 PORTO ALEGRE - RS

AUTENTICAÇÃO art. 7º - Lei 8935/94
 AUTENTICO a presente cópia reprográfica
 conforme ao original a mim apresentado, do
 que dou fé.

Porto Alegre, 11 JUL 2000

R\$ 1,30

☐ - AYRTON B. CARVALHO FILHO - Substituto
☐ - JAIR DE SOUZA SILVA - Esc. Autorizado
☐ - RICARDO L. V. DIEDERICHS - Esc. Aut.

1º TABELIONATO DE NOTAS
 AYRTON BERNARDES CARVALHO - TAB.
 RUA ANDRADE NEVES, 159
 PORTO ALEGRE - RS

AUTENTICAÇÃO art. 7º - Lei 8935/94
 AUTENTICO a presente cópia reprográfica
 conforme ao original a mim apresentado, do
 que dou fé.

Porto Alegre, 11 JUL 2000

R\$ 1,30

☐ - AYRTON B. CARVALHO FILHO - Substituto
☐ - JAIR DE SOUZA SILVA - Esc. Autorizado
☐ - RICARDO L. V. DIEDERICHS - Esc. Aut.

1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA SETE DE SETEMBRO, 111 - 15º ANDAR - CENTRO
CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR - CENTRO
Lélio Gabriel Heliodoro dos Santos
Oficial Titular

O OFICIAL DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI;

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- I - RESCISÓRIAS E OUTRAS AÇÕES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DA SEGUNDA INSTÂNCIA;
- II - FALÊNCIAS, CONCORDATAS, PRECATÓRIAS E OUTRAS AÇÕES DE COMPETÊNCIA DAS VARAS DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS;
- III - ARRESTOS, SEQUESTROS, INDISPONIBILIDADE DE BENS, INCLUSIVE AS QUE TRATAM DA INTERVENÇÃO E LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PELO BANCO CENTRAL E OUTRAS DETERMINAÇÕES COMUNICADAS PELA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA;
- IV - SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS, PRECATÓRIAS E OUTRAS AÇÕES DE COMPETÊNCIA DAS VARAS DE FAMÍLIA;
- V - SUMARÍSSIMAS, PRECATÓRIAS E OUTRAS AÇÕES DE COMPETÊNCIA DAS VARAS DE ACIDENTE DE TRABALHO
- VI - RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES, PRECATÓRIAS E OUTRAS AÇÕES DE COMPETÊNCIA DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS;
- VII - MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES, ETC.) DE COMPETÊNCIAS DAS VARAS CÍVEIS;
- VIII - ORDINÁRIAS, SUMARÍSSIMAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, RENOVATÓRIAS, EXECUÇÕES, PRECATÓRIAS E OUTRAS AÇÕES DE COMPETÊNCIA DAS VARAS CÍVEIS;
- IX - AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DAS VARAS REGIONAIS DE JACAREPAGUÁ E MADUREIRA;
- X - AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS AFETOS A ESTE OFÍCIO;

VINTE SETE DE JUNHO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA A VINTE SETE DE JUNHO DE DOIS MIL (27/06/1980 a 27/06/2000) e, quanto às Varas Regionais de sua competência, exclusivamente até 31/05/2000 (Madureira) e 23/05/2000 (Jacarepaguá), dele(s) *****

* NADA CONSTA * contra o nome de: *****
@#SAMUEL PAPELBAUM - CPF: 019.645.777-72** Rio de Janeiro, Capital em 05/07/2000

Finalidade declarada pelo requerente: CONCORRÊNCIA.

Certidão emitida em nome de Samuel Papelbaum - CPF: 019.645.777-72.

O CPF constante desta certidão, foi fornecido pelo Requerente PREÇO FINAL ACRESCIDO de R\$ 2,97 (20% - VINTE POR CENTO), que será recolhido ao FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO nos termos da Lei 3.217 de 27-05-1999.

Eu, Oficial a abaixo, ressalvando a rasura "EM BARRA" abaixo do título "CERTIFICA".

Reconhecimento de Firma
249 OFÍCIO DE NOTAS
Av. Almirante Barroso, 139-C
532-0424 / 220-9850



PRAZO NORMAL PARA ENTREGA
EMOLUMENTOS RECEBIDOS: R\$ 14.831,29

HORAS

ENTRADA

10º Ofício de Notas

Av. Erasmo Braga nº 255, Lj A-Centro

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é a re-
produção fiel do original que me foi apresentado
Rio de Janeiro - RJ, 10/07/2000. Cont. por:

Roberto Dias do Amaral - CTPS 42209 - Autorizado
Tabelação Claudio Antonio Mattos de Souza

Custas: R\$ 2,53



2º Ofício do Registro de Distribuição

REQUERIDA EM: 04/07/2000

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7º ANDAR - CEP 20011-020

MODELO(A) >> CERTIFICA I a X

CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR
PARA FINS DE CONCORRÊNCIA

JAIME EDUARDO SIMÃO
OFICIAL TITULAR

*O OFICIAL TITULAR DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DESIGNADO
NA FORMA DA LEI.*

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentados das distribuições em curso ou andamento relativo a:

- I - Indisponibilidade de bens, arrestos, sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
 - II - Rescisórias e outras ações de competência originária da 2ª. Instância;
 - III - Falências, concordatas e outras ações e precatorias de competência das Varas de Falências e Concordatas;
 - IV - Separações, divórcios, alimentos e outras ações e precatorias de competência das Varas de Família;
 - V - Sumaríssimas e outras ações e precatorias de competência das Varas de Acidentes do Trabalho;
 - VI - Retificações e averbações de registros públicos e outras ações e precatorias de competência das Varas de Registro Público;
 - VII - Medidas cautelares (arrestos, sequestros, buscas e apreensões, notificações, etc.) de competência das Varas Cíveis;
 - VIII - Ordinárias, sumaríssimas, despejos, consignatorias, renovatorias, execuções e outras ações e precatorias de competência das Varas Cíveis;
 - IX - Ações e precatorias de competência das Varas Regionais de Bangu e Ilha do Governador;
 - X - Ações e precatorias de competência dos Juizados Especiais Cíveis afetos a este Ofício, desde:
- VINTE E UM DE JUNHO DE MIL NOVECENTOS OITENTA ATÉ VINTE E UM DE JUNHO DE DOIS MIL (21/06/1980 até 21/06/2000) dele(s) * **NADA CONSTA** * contra o (s) nome(s) de: *****
SAMUEL PAPELBAUM - - - - -
, qualificação: 01964577772.

EMITIDA EM: 05/07/2000, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL.

EU, OFICIAL A ASSINO. Emolumentos: R\$ 17,80

Dig.: PFOS Valor Ato R\$ 14,83 acréscimo 20% Fundo Esp TJRJ 2,97

JORGE PEREIRA DE ALMEIDA
Escrivento
CTPS 49568-102/RJ

Tenho firma registrada no
8º OFÍCIO DE NOTAS
Rua México, 98 Lj. B
Centro/ RJ



10º Ofício de Notas
Av. Erasmo Braga nº 255, Lj A-Centro.
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a re-
produção fiel do original, que me foi apresentado
Rio de Janeiro - RJ, 10/07/2000. Conf. por:
Roberto Dias do Amaral - CTPS 42209 - Autorizado
Scriba Claudio Antonio Mattos de Souza
Custas: R\$ 2,53



REQUERIDA EM: 04/07/2000
 MODELO(A) PARA CONCORRENCIA/LICITAC

3º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 58 - 12º ANDAR - CEP 20011-000
CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO
DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,

CERTIFICA E DÁ FÉ,

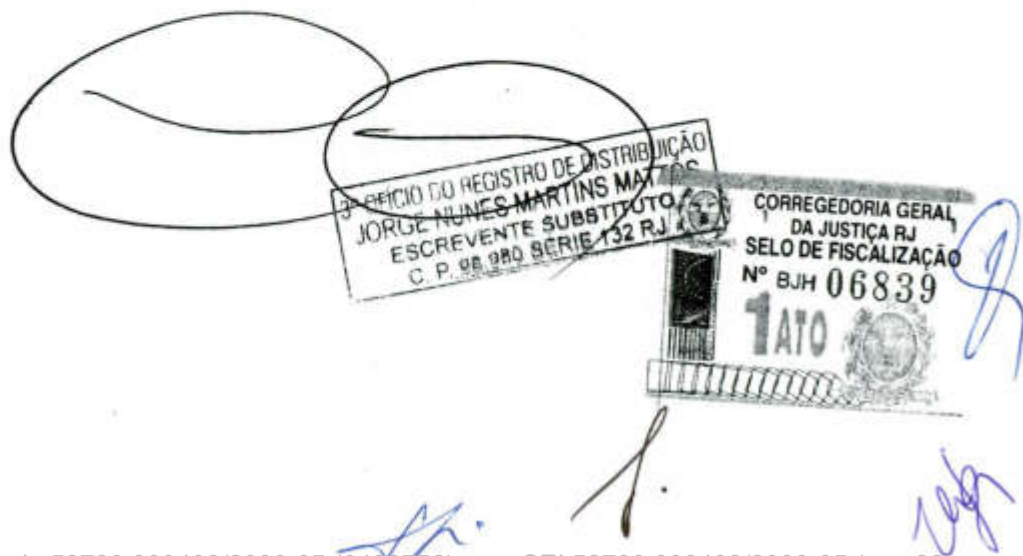
Revedo os livros e/ou assentamentos de seu Offício, relativos ao período requerido, no que concerne aos assuntos abaixo discriminados, que consta o seguinte:

- I - Indisponibilidade de bens, arrestos, sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
- II - Rescisórias e outras ações de competência originária da 2ª. Instância;
- III - Falências, concordatas e outras ações e precatorias de competência das Varas de Falências e Concordatas;
- IV - Separações, divórcios, alimentos e outras ações e precatorias de competência das Varas de Família;
- V - Sumaríssimas e outras ações e precatorias de competência das Varas de Acidentes do Trabalho;
- VI - Retificações e averbações de registros públicos e outras ações e precatorias de competência das Varas de Registro Público;
- VII - Medidas cautelares (arrestos, sequestros, buscas e apreensões, notificações, etc.) de competência das Varas Cíveis;
- VIII - Ordinárias, sumaríssimas, despejos, consignatórias, renovatórias, execuções e outras ações e precatorias de competência das Varas Cíveis;
- IX - Ações e precatorias de competência das Varas Regionais de Campo Grande;
- X - Ações e precatorias de competência dos Juizados Especiais Cíveis afetos a este Ofício, desde:
- VINTE E SETE DE JUNHO DE MIL NOVECENTOS OITENTA ATÉ VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL (27/06/1980 até 27/06/2000) dele(s) ***NADA CONSTA*** contra o(s) nome(s) de:*****
SAMUEL PAPELBAUM-----
, qualificação: 01964577772 .
- EMITIDA EM: 05/07/2000, RIO DE JANEIRO, R.J.
- EU, REGISTRADOR, A ASSINO. Emolun. R\$ 17,80
- Dig.: AFB (Valor do ato R\$ 14,84 + acréscimo de 20% TJRJ R\$ 2,96).

EMITIDA EM: 05/07/2000, RIO DE JANEIRO, R.J.

EU, REGISTRADOR, A ASSINO. Emolum. R\$ 17,80

Dig.: AFB (Valor do ato R\$ 14,84 + acréscimo de 20% TJRJ R\$ 2,96).



3º Ofício do Registro de Distribuição

1 TACNQT

10º Ofício de Notas

Av. Erasmo Braga nº 255, Lj A-Centro,

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado
Rio de Janeiro - RJ, 10/07/2000. Conf. por:

Roberto Dias do Amaral - CIPS 42209 - Autorizado
Roberto Claudio Antonio Mattos de Souza

Custas: R\$ 2,53





4º Ofício do Registro de Distribuição

Rua do Carmo, 8 - 3º andar

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Filho Titular
Carlos Henrique de Aquino Americo dos Reis Substituto do Titular
Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto Escrevente Substituto

O OFICIAL DO 4º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,
CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

ORLANDO

FOLHA : 1
81401

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Ofício os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- I Ações RESCISÓRIAS distribuídas às Câmaras, Grupos de Câmaras, Câmaras Reunidas ou ainda ao Tribunal Pleno, desde 21-10-74, data da Circular nº 10 da Corregedoria da Justiça, até a data certificada abaixo;
- II Ações de FALÊNCIAS E CONCORDATAS às Varas Competentes, bem como das distribuições de INQUÉRITOS JUDICIAIS FALIMENTARES ou FALÊNCIAS DOLOSAS às Varas Competentes (art. 186 da Lei de Falências);
- III INTERDIÇÃO E/OU INDISPONIBILIDADE DE BENS previstas pela LEI Nº 6024 de 13/03/74 que trata da INTERVENÇÃO E LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL ou MINISTÉRIO DA FAZENDA;
- IV Ações de distribuição privativa às VARAS DE FAMÍLIA, tais como DESQUITES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS e outras;
- V Ações de distribuição privativa às VARAS DE ACIDENTES DO TRABALHO, tais como SUMÁRIAS, PRECATÓRIAS e outras;
- VI Ações de distribuição privativa à VARA DE REGISTROS PÚBLICOS, tais como CANCELAMENTOS DE PROCURAÇÃO OU DE REGISTROS e RETIFICAÇÃO OU REGISTRO DE TÍTULOS IMOBILIÁRIOS e outras;
- VII MEDIDAS PREPARATÓRIAS, NOTIFICAÇÕES, MEDIDAS CAUTELARES E PROTESTOS, de distribuição privativa às Varas Cíveis;
- VIII SUMARÍSSIMAS, DESPEJOS, ORDINÁRIAS, ARRESTOS, SEQUESTRO DE BENS, BUSCAS E APREENSÕES, RESERVAS DE DOMÍNIO, ANULAÇÃO OU APREENSÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULOS, CONSIGNATÓRIAS, RENOVATÓRIAS, EXECUÇÕES e outras, privativas das Varas Cíveis;
- IX Ações e precatórias de competência das Varas Regionais do Meier, Santa Cruz e Ilha do Governador.
- X Ações e precatórias de competência dos Juizados Especiais Cíveis, acetos a este ofício, desde:

VINTE E SETE DE JUNHO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** ate
VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**
que dele (s) **NADA** CONSTA contra o (s) nome (s) de
SAMUEL PAPELBAUMXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
QUALIFICAÇÃO : CPF: 019.645.777-72/**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**
REQUERIDA E EMITIDA EM: **04/07/2000**, CIDADE DO RIO DE JANEIRO.
FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE: **CONCORRÊNCIA. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**
Pagou : Certidão R\$:14,83 Acrescido para Fundo Especial do Tribunal
de Justiça R\$:2,97 Total R\$:17,80 **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**
EU, OFICIAL A ASSINO

RECONHECIMENTO DE FIRMA

17º Ofício de Notas

Rua do Carmo, 63 - Centro
224.0064 / 232.6643



Luiz Henrique Ferreira de Castro
Escrevente Substituto
M. T. 96822 S/ 079 RJ



CONFERIDO POR

10º Ofício de Notas

Av. Erasmo Braga nº 255 Lj A-Centro.

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é a re
produção fiel do original que se foi apresentado
Rio de Janeiro - RJ, 10/07/2000. Cont. por:

Roberto José do Amaral - CTPS 42209 - Autorizado
Tabeo Claudio Antonio Mattos de Souza

Custas: R\$ 2,53



RAZURA SERÁ CONSIDERADA COMO INÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

A PRESCRIÇÃO DOS PROCESSOS PENAIS ATINGE VINTE ANOS (ART. 109 DO C.P.).

1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA SETE DE SETEMBRO, 111 - 15º ANDAR - CENTRO
CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR - CENTRO

Lélio Gabriel Heliodoro dos Santos
Oficial Titular

O OFICIAL DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI;

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- I - ARRESTOS, SEQUESTROS, INDISPONIBILIDADE DE BENS, INCLUSIVE AS QUE TRATAM DA INTERVENÇÃO E LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PELO BANCO CENTRAL E OUTRAS DETERMINAÇÕES COMUNICADAS PELA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA;
- II - INQUÉRITOS POLICIAIS - MILITARES, FLAGRANTES, AÇÕES PENAS E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DA AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR;
- III - INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS DISTRIBUÍDOS ÀS VARAS CRIMINAIS;
- IV - AÇÕES PENAS PÚBLICAS E PRIVADAS, PRECATÓRIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA DAS VARAS CRIMINAIS;
- V - AÇÕES PENAS E OUTROS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DA SEGUNDA INSTÂNCIA;
- VI - AÇÕES PENAS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA DAS VARAS REGIONAIS DE JACAREPAGUÁ E MADUREIRA;
- VII - AÇÕES PENAS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS AFETOS A ESTE OFÍCIO;

VINTE SETE DE JUNHO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E VINTE SETE DE JUNHO DE DOIS MIL (27/06/1980 a 27/06/2000) e, quanto às Varas Regionais de sua competência, exclusivamente até 12/05/2000 (Madureira) e 31/03/2000 (Jacarepaguá), dele(s) *****

* NADA CONSTA * contra o nome de: *****
@##SAMUEL PAPELBAUM ** Extraída Conf. Art. 202 Lei 7210/11/07/84 e Aviso 44/03/05/93 ** Rio de Janeiro, Capital em 05/07/2000
Finalidade declarada pelo requerente: CONCORRÊNCIA.

Certidão emitida em nome de Samuel Papelbaum.
PREÇO FINAL ACRESCIDO de R\$ 2,21 (20% - VINTE POR CENTO), que será recolhido ao FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO nos termos da Lei 3.217 de 27-05-1999.
Fu, Oficial a assin, ressalvando a rasura "EM BARRA" abaixo do título "CERTIFICA".

Reconhecimento de firma
240 OFÍCIO DE NOTAS
Av. Almirante Barroso, 139-C
532-0424 / 720-9850



Handwritten signatures and stamps, including a large '10' and a signature 'Jorge Lu'.

PRAZO NORMAL PARA ENTREGA
EMOLUMENTOS RECEBIDOS:

48 HORAS
R\$11,05 + 2,21 ENTRADA

Imp: BARREIRO BUSCAS
ROBERTO DARTO

A PROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

046019

Digit. BARREIRO

10º Ofício de Notas

Av. Erasmo Braga nº 255, Lj A-Centro.

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado
Rio de Janeiro - RJ, 10/07/2000. Conf. por:

Roberto Dias da Amaral CTPS 42209 - Autorizado

Av. Erasmo Braga nº 255-A
Setor

Custas: R\$ 2,53



2º Ofício do Registro de Distribuição

REQUERIDA EM: 04/07/2000

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7º ANDAR - CEP 20011-020

MODELO(B) >> CERTIFICA I a VII <<

CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR
PARA FINS DE CONCORRÊNCIA

JAIME EDUARDO SIMÃO
OFICIAL TITULAR

*O OFICIAL TITULAR DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DESIGNADO
NA FORMA DA LEI.*

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentados das distribuições em curso ou andamento relativo a:

- I - Indisponibilidades de bens, arrestos, sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
- II - Ações penais e outros procedimentos de competência originária da 2ª. Instância;
- III - Inqueritos policiais, flagrantes e outros procedimentos investigatórios distribuídos às Varas Criminais;
- IV - Ações penais públicas e privadas, outros procedimentos e precatórias de competência das Varas Criminais;
- V - Inqueritos policiais - militares, flagrantes, ações penais e precatórias de competência da Auditoria da Justiça Militar;
- VI - Ações penais, inqueritos policiais, flagrantes, outros procedimentos e precatórias de competência das Varas Regionais de Bangu e Ilha do Governador;
- VII - Ações penais, inqueritos policiais, flagrantes, outros procedimentos e precatórias de competência dos Juizados Especiais Criminais afetos a este Ofício, desde:

VINTE E UM DE JUNHO DE MIL NOVECENTOS OITENTA ATÉ VINTE E UM DE JUNHO DE DOIS MIL (21/06/1980 até 21/06/2000) dele(s) * NADA CONSTA * contra o

(s) nome(s) de: *****
SAMUEL PAPELBAUM - - - - -

, qualificação: 01964577772.

EMITIDA EM: 05/07/2000, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL.

EU, OFICIAL A ASSINO. Emolumentos: R\$ 13,26

Certidão extraída de acordo com o Art. 202 da Lei 7210/84 e aviso 44/93 da Corregedoria Geral da Justiça

Dig.: PFOS Valor Ato R\$ 11,05 acréscimo 20% Fundo Esp TJRJ 2,21

JORGE PEREIRA DE ALMEIDA
Escrivão
RTS 40502-102/RJ



Tenho firma registrada no
8º OFÍCIO DE NOTAS
Rua México, 98 Lj. B
Centro/ RJ



REQUERIDA EM: 04/07/2000
 MODELO (B) PARA CONCORRÊNCIA/LICITAC

3º Ofício do Registro de Distribuição

 RUA DA ASSEMBLÉIA, 58 - 12º ANDAR - CEP 20011-000
 CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

 O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO
 DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,

CERTIFICA E DÁ FÉ,

 Revendo os livros e/ou assentamentos de seu Ofício, relativos ao período requerido, no que
 concerne aos assuntos abaixo discriminados, que consta o seguinte:

- I - Indisponibilidade de bens, arrestos, sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
- II - Ações penais e outros procedimentos de competência originária da 2ª. Instância;
- III - Inqueritos policiais, flagrantes e outros procedimentos investigatórios distribuídos às Varas Criminais;
- IV - Ações penais públicas e privadas, outros procedimentos e precatórias de competência das Varas Criminais;
- V - Inqueritos policiais - militares, flagrantes, ações penais e precatórias de competência da Auditoria da Justiça Militar;
- VI - Ações penais, inqueritos policiais, flagrantes, outros procedimentos e precatórias de competência das Varas Regionais de Campo Grande;
- VII - Ações penais, inqueritos policiais, flagrantes, outros procedimentos e precatórias de competência dos Juizados Especiais Criminais afetos a este Ofício, desde:

 VINTE E SETE DE JUNHO DE MIL NOVECENTOS OITENTA ATÉ VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL (27/06/1980 até 27/06/2000) dele(s) ***NADA CONSTA*** contra o(s) nome(s) de:*****
SAMUEL PAPELBAUM-----

, qualificação: 01964577772 .

EMITIDA EM: 05/07/2000, RIO DE JANEIRO, R.J.

EU, REGISTRADOR, A ASSINO. Emolum. R\$ 13,26

extraída de acordo com o Art. 202 da Lei 7210/84 e aviso 44/93 da Corregedoria Geral da Justiça

Dig.: AFB (Valor do ato R\$ 11,05 + acréscimo de 20% TJRJ R\$ 2,21).

 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO
 JORGE NUNES MARTINS MATTOS
 ESCRIVENTE SUBSTITUTO
 C. P. 98.980 SÉRIE 132 RJ

 CORREGEDORIA GERAL
 DA JUSTIÇA RJ
 SELO DE FISCALIZAÇÃO
 Nº BJH 06836
 140

10º Ofício de Notas
Av. Erasmo Braga nº 255, Lj A-Centro,
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a re-
produção fiel do original que me foi apresentado
Rio de Janeiro - RJ, 10/07/2000. Conf. por:
Roberto Dias do Amaral - CTPS 42209 - Autorizado
Tabelião Claudio Antonio Mattos de Souza
Custas: R\$ 2,53





4º Ofício do Registro de Distribuição

Rua do Carmo, 8 - 3º andar

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Filho Titular
Carlos Henrique de Aquino Americo dos Reis Substituto do Titular
Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto Escrevente Substituto

O OFICIAL DO 4º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

ORLANDO

FOLHA : 1
81401

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Ofício os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- I FLAGRANTES, INQUÉRITOS, SINDICÂNCIAS, I.P.M.'s e outros as AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR (Proc. 69758/84 of. 116/85 da D.D.C.G.J.);
- II INTERDIÇÃO E/OU INDISPONIBILIDADE DE BENS previstas pela LEI Nº 6024 de 13/3/74 que trata da INTERVENÇÃO E LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL OU MINISTÉRIO DA FAZENDA;
- III Processos criminais não iniciados em Delegacias Policiais (QUEIXAS-CRIME, PRECATORIAS, JUSTIFICAÇÕES e outras) bem como processos iniciados em outras Comarcas ou oriundos de Varas Cíveis ou Procuradorias e ainda processos de iniciativa pessoal ou privada;
- IV INQUÉRITOS, FLAGRANTES, PROCESSOS e outros, oriundos de Delegacias Policiais e distribuídos as VARAS CRIMINAIS;
- V AÇÕES PENAS originárias distribuídas pela 2ª VICE-PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (O.S. 1/94) e processo 3570/93 - gp;
- VI AÇÕES PENAS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, outros procedimentos e precatórias de competência das Varas Regionais do Meier, Santa Cruz e Ilha do Governador.
- VII AÇÕES PENAS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, outros procedimentos e precatórias de competência dos Juizados Especiais Criminais acetos a este ofício, desde:

VINTE E SETE DE JUNHO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ ate
 VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~
 que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de
 SAMUEL PAPELBAUM ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~
 QUALIFICAÇÃO : CPF: 019.645.777-72 ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~
 REQUERIDA E EMITIDA EM: 04/07/2000, CIDADE DO RIO DE JANEIRO.
 FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE: CONCORRÊNCIA ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~
 Pagou : Certidão R\$:11,05 Acrescimo para Fundo Especial do Tribunal
 de Justica R\$:2,21 Total R\$:13,26 ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~
 EU, OFICIAL A ASSINO,

RECONHECIMENTO DE FIRMA
 17º Ofício de Notas
 Rua do Carmo, 63 - Centro
 224.0064 / 232.6643

[Handwritten Signature]
 Luiz Henrique Ferreira de Castro
 Escrevente Substituto
 M. T. 96822 S/ 079 RJ



CONFERIDO POR *[Handwritten Signature]*
 Volume de Processo Digitalizado 53790.000408/2000-05 (0499752) SEI 53790.000408/2000-05 / pg. 32

4º Ofício do Registro de Distribuição

10º Ofício de Notas
Av. Erasmo Braga nº 255, Lj A-Centro.
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a re-
produção fiel do original que me foi apresentado
Rio de Janeiro - RJ, 20/07/2000. Conf. por:
Rodrigo Dias do Amaral - CTPS 42209 - Autorizado
Abelardo C. do Amaral - Antonio Mattos de Souza
255-A
Setor de Firmas
Custas: R\$ 2,53



TOL.
(1)ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

7º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

RUA DA ASSEMBLÉIA 10 - SALAS 1502 A 1508

CENTRO CÂNDIDO MENDES

051257 B

O Doutor **Antonio Carlos Leite Penteado**,
Oficial do 7º Ofício de Registro de Distribuição (de Títulos
para Protesto) da Capital do Estado do Rio de Janeiro,

CERTIFICA

que revendo os registros das distribuições de duplicatas, tripli-
catas, notas promissórias, letras de câmbio, cheques, "warrants",
debêntures, conhecimentos de frete, confissões de dívidas,
verificações de contas, contratos de câmbio, cédulas de crédito
bancário e outros documentos de dívida, feitas em seu
serviço desde 01 JUNHO 1995 ATE' 20 JUNHO 2000

NADA CONSTA CONTRA **SAMUEL PAPELBAUM**COM O CPF : **019645777-72**

(*ZERO*UM*NOVE*SEIS*QUATRO*CINCO*SETE*SETE*SETE*SETE*DOIS*)



Lia Monte Rocha
LIA MONTE ROCHA
5ª Substituta
7º Ofício de Registro de Distribuição
Matrícula: 94-1116 - CJ

O REFERIDO É VERDADE E DA' FE'..
Certidão emitida em nome de SAMUEL PAPELBAUM Cgc/Cpf 01964577772
RIO DE JANEIRO (RJ), 4 JULHO 2000
EU, OFICIAL, A ASSINO.

EMOLUMENTOS	R\$ 11,59
20% F E T J	R\$ 2,32
TOTAL	R\$ 13,91

ISO 9002

10º Ofício de Notas
Av. Erasmo Braga nº 255, Lj. A Centro.
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a re-
produção fiel do original, que me foi apresentado
Rio de Janeiro - RJ, 08/07/2000. Conf. por:
Roberto Carlos Amaral CIPS 42209 - Autorizado
Habeleza Claudio Antonio Mattos de Souza
Custas: R\$ 2,53





JUSTICA ELEITORAL

Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RJ
Secretaria de Informatica - SI
Consulta ELEITOR

Sistema de Alistamento Eleitoral
05/07/00 14:18:0
SAE110C

UF: [RJ] No.Inscricao: [017797040370] Situacao: [Regular]
Zona: [0017] Municipio: [60011-RIO DE JANEIRO] Secao: [0194]
Local: [1597-PAISSANDU ATLETICO CLUBE]
[AV. AFRANIO DE MELO FRANCO 330]
[022430060]
Nome: [SAMUEL PAPELBAUM]
Sexo: [Masc] Data Nascimento: [25/02/1943] Estado Civil: [7] Grau Inst: [8]
End.: [AV ATAULFO DE PAIVA 270 APT 802 LEBLON RIO DE JA]
Cep: [22410000] Ocupacao: [999] Mesario: [N]
Mae: [CHAJA GITLA PAPELBAUM]
Pai: [DAWID PAPELBAUM]

Uf anterior: [] Municipio Nascimento: [60011]
Data: Inscricao: [00/00/0000] Domicilio: Munic: [18/09/1986] UF: [15/04/1986]
Ultima Operacao: Data: Requer: [00/00/0000] Proces: [00/00/0000]
Lote: [000/0000] Formulario: [0000]

Mensagem: Existe fase para o eleitor. Deseja consultar (S/N)? <F8> Imprime

10.3.1.2 14:17:18

Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RJ
Secretaria de Informatica - SI
Consulta ELEITOR

Sistema de Alistamento Eleitoral
05/07/00 14:18:0
SAE110C

UF: [RJ] No.Inscricao: [017797040370] Situacao: [Regular]
Zona: [0017] Municipio: [60011-RIO DE JANEIRO] Secao: [0194]
Local: [1597-PAISSANDU ATLETICO CLUBE]
[AV. AFRANIO DE MELO FRANCO 330]
[022430060]
Nome: [SAMUEL PAPELBAUM]
Seq FASE Situacao Ocorrencia Complemento Motivo
01 167 Ativo 03/10/1996

-----Detalhes do FASE - Seq 01-----
Lote [999/1997] Form [0000] Proces. [19/12/1997] Operador [MIGRACAO 1997]

Mensagem: Escolha a sequencia. <F2> avanca <Esc> retorna <F8> Imprime

Screen 1 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO RIO DE JANEIRO

10.3.1.2 14:17:20

ELEITOR QUITE COM A JUSTICA ELEITORAL

95/07/00. *solisbaum da Silva*
Assinatura e matricula do Funcionario

Cidre Cunha da Silva
Técnico Judiciário

Mat 306 18 05612019 665

[Handwritten signatures]

10º Ofício de Notas
Av. Erasmo Braga nº 255, Lj A-Centro.

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado
Rio de Janeiro - RJ, 10/07/2000. Cont. por:

Roberto Dias do Amaral - CTPS 42209 - Autorizado
por João Cláudio Antonio Mattos de Souza

Custas: R\$ 2,53



EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA		
CNPJ 03854641/0001-00		
BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA EM 06/06/2000		
ATIVO	20.000,00	D
CIRCULANTE	20.000,00	D
DISPONIVEL	20.000,00	D
CAIXA/BANCOS	20.000,00	D
BANCOS	20.000,00	D
PERMANENTE	-	D
IMOBILIZADO	-	D
MOVEIS E UTENCILIOS	-	D
PASSIVO	20.000,00	C
CIRCULANTE	-	C
CONTAS A PAGAR	-	C
FORNECEDORES	-	C
SALARIO/ENCARGOS	-	C
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	-	C
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS	-	C
PATRIMONIO LÍQUIDO	20.000,00	C
CAPITAL SOCIAL	20.000,00	C


 JAIRE MANDIAN ARAUJO
 TÉCNICO CONTÁBIL
 CRC/RS 063215/0-9

INSTITUICAO DE NOTAS AVTON BERNARDES CARVALHO - TAB. PL. ARANTES NEVES, 169 PORTO ALEGRE - RS	AUTENTICAÇÃO art. 7º - Lei 8935/94	
	AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.	
	Porto Alegre, 11 JUL 2000	R\$ 1,30
	- AVTON B. CARVALHO FILHO - Substituto - JAIR DE SOUZA OLIVA - Esc. Autorizada - RICARDO L. V. DIENERCHS - Esc. Aut.	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PORTO ALEGRE
DISTRIBUIDOR DO FORO

CERTIDÃO NEGATIVA

FOLHA 1

Certifico que, revendo os registros de distribuição de matéria falimentar e concordataria, constatei NADA haver contra :

EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA

O referido é verdade. Dou fe'.

PORTO ALEGRE , 3 de JULHO de 2000

CUSTAS: R\$ 1,60
0,1500 URC

1º TABELIONATO DE NOTAS
AVYTON B. CARVALHO FILHO - TAB.
RUA ANDRADE BRUNO, 159
P. 10 ALEGRE - RS

AUTENTICAÇÃO art. 7º - Lei 9935/94
AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, da que dou fé.

Porto Alegre, 11 JUL 2000

RS 1,30

AVYTON B. CARVALHO FILHO - Substituto
JAIRO DE SOUZA OLIVEIRA - Esc. Autorizado
RICARDO L. V. DISCHINGER - Esc. Aut.

DISTRIBUIDOR DO FORO
CRISTIANO ROUS
TITULAR
ARACELI S. MARQUES
JOICE LAMPERT
ORD. 32-44193
PORTO ALEGRE - R.S.



CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

COMPROVANTE PROVISÓRIO DE INSCRIÇÃO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

03.854.641/0001-00

VÁLIDO ATÉ

05/08/2000

IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL(firma, razão social ou denominação comercial)

EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA

ENDEREÇO

LOGRADOURO (rua, avenida, estrada etc.)

AVENIDA CARLOS GOMES

NÚMERO

651

COMPLEMENTO (apto, sala, andar)

1001

BAIRRO/DISTRITO

AUXILIADORA

CEP

90480-003

MUNICÍPIO

PORTO ALEGRE

UF

RS

TELEFONE/CONTATO

Este documento só fará prova de inscrição da pessoa jurídica no CNPJ, quando acompanhado do respectivo Ato Constitutivo ou Alterador registrado no órgão competente. O cartão CNPJ será remetido à pessoa jurídica pela Secretaria da Receita Federal.

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

UNIDADE CADASTRADORA

1010100-PORTO ALEGRE

DATA DE EMISSÃO

06/06/2000

NOME DO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

1010100-4

CARGO

17-06-00

CPF

ASSINATURA

D.R.F. - PORTO ALEGRE

Aprovado pela IN/SRF nº 82/99





FICHA DE CADASTRAMENTO

PORTO ALEGRE
5040001200

0022

2A

- 1 - PREENCHER EM TRÊS VIAS, PERFEITAMENTE LEGÍVEIS E SEM RASURAS.
2 - OS ITENS DE FUNDO ESCURECIDO NÃO SERÃO PREENCHIDOS PELO CONTRIBUINTE

CADASTRAMENTO EM RAZÃO DE:
ASSINALE COM "X" O PROCEDIMENTO SOLICITADO PREENCHENDO
TODOS OS CAMPOS E BLOCOS DESTES FORMULÁRIOS

NO CASO DE ALTERAÇÃO:
ASSINALE COM "X" O(S) PROCEDIMENTO(S) SOLICITADO(S) PREENCHENDO SOMENTE
OS CAMPOS E BLOCOS INDICADOS ENTRE PARÊNTESES

<input type="checkbox"/>	01	CISÃO	<input type="checkbox"/>	04	INCORPORAÇÃO
<input type="checkbox"/>	02	FUSÃO	<input type="checkbox"/>	05	MUDANÇA DE MUNICÍPIO
<input checked="" type="checkbox"/>	03	INCLUSÃO	<input type="checkbox"/>	06	TRANSFERÊNCIA

<input type="checkbox"/>	01	ENDEREÇO (1.5 E 2)	<input type="checkbox"/>	04	NOME OU RAZÃO SOCIAL (1.2, 1.3, 1.4 E 1.5)	<input type="checkbox"/>	07	SÓCIOS (1.4, 1.5 E 7)
<input type="checkbox"/>	02	RAMO DE ATIVIDADE (1.5 E 4)	<input type="checkbox"/>	05	NOME FANTASIA (1.4, 1.5, E 1.6)	<input type="checkbox"/>	08	CONTABILISTA
<input type="checkbox"/>	03	CGC/MF (1.4 E 1.5)	<input type="checkbox"/>	06	FORMA JURÍDICA (1.2, 1.3, 1.4, 1.5, E 1.7)	<input type="checkbox"/>	09	END. P/ CORRESP. (1.5, E 3)

BLOCO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

1.1 DATA INÍCIO DE ATIVIDADE: 2 8 0 6 2 0 0 0
1.2 DATA REG. JUNTA COM.: 0 6 0 6 0 0
1.3 Nº REG. JUNTA COM.: 0 4 4 4 6 9 5 9
1.4 INSCRIÇÃO CGC/MF: 0 3 8 5 4 6 4 1 0 0 0 1 0 0

1.5 NOME OU RAZÃO SOCIAL POR EXTENSO
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA

1.6 DENOMINAÇÃO COMERCIAL OU NOME FANTASIA

1.7 ASSINALE COM "X" A FORMA JURÍDICA

<input type="checkbox"/>	01	FIRMA INDIVIDUAL	<input type="checkbox"/>	06	SOC. COMANDITA P/ AÇÕES	<input type="checkbox"/>	11	ORGÃO PÚBLICO	<input type="checkbox"/>	16	COOPERATIVA
<input type="checkbox"/>	02	SOC. EM NOME COLETIVO	<input type="checkbox"/>	07	SOC. ANÔNIMA	<input type="checkbox"/>	12	CONCESSION. SERV. PÚBL.	<input type="checkbox"/>	17	OUTRAS
<input checked="" type="checkbox"/>	03	SOC. P/ COTAS RESP. LTDA.	<input type="checkbox"/>	08	S/A DE CAPITAL ABERTO	<input type="checkbox"/>	13	SOC. ECON. MISTA			
<input type="checkbox"/>	04	SOC. CAPITAL E INDÚSTRIA	<input type="checkbox"/>	09	SOC. CIVIL	<input type="checkbox"/>	14	EMPRESA PÚBLICA			
<input type="checkbox"/>	05	SOC. COMANDITA SIMPLES	<input type="checkbox"/>	10	AUTARQUIA	<input type="checkbox"/>	15	FUNDAÇÃO			

BLOCO 2 - LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

2.1 TIPO (AV., RUA, PRAÇA) AV	2.2 NOME CARLOS GOMES	2.3 Cód. LOG.
2.4 NÚMERO 6 5 1	2.5 COMPLEMENTO (AP., SALA, BLOCO,...) CONJUNTO 1001	2.6 DDD 2.7 TELEFONE
2.8 BAIRRO OU DISTRITO AUXILIADORA	2.9 Cód. BAIRRO	2.10 MUNICÍPIO PORTO ALEGRE

BLOCO 3 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

3.1 TIPO (AV., RUA, PRAÇA)	3.2 NOME	3.3 Cód. LOG.
3.4 NÚMERO	3.5 COMPLEMENTO (AP., SALA, BLOCO,...)	3.6 DDD 3.7 TELEFONE
3.8 BAIRRO OU DISTRITO	3.9 Cód. BAIRRO	3.10 MUNICÍPIO

BLOCO 4 - RAMO DE ATIVIDADE

COMPOSIÇÃO DO CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICO: (SE MAIS DE UMA, INFORME PELOS NÚMEROS 1, 2 E 3 A ORDEM DE IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES)

<input type="checkbox"/>	2	INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	<input type="checkbox"/>	6	INDÚSTRIA DE ACONDICIONAMENTO E RECONDICIONAMENTO
<input type="checkbox"/>	3	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	<input type="checkbox"/>	7	COMÉRCIO ATACADISTA
<input type="checkbox"/>	4	INDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO	<input type="checkbox"/>	8	COMÉRCIO VAREJISTA
<input type="checkbox"/>	5	INDÚSTRIA DE MONTAGEM	<input checked="" type="checkbox"/>	9	SERVIÇOS E OUTROS

DESCREVA PELA ORDEM DE IMPORTÂNCIA OS TRÊS PRINCIPAIS PRODUTOS

TELECOMUNICAÇÕES

RÁDIO

TELEVISÃO REPETIDORA

9 2 9 0 3 0 0 0 0 0 0
9 2 9 0 1 0 0 0 0 0 0
9 2 9 0 2 0 2 0 0 0 0

BLOCO 5 - SUCEDIDO

5.1 INSCRIÇÃO CGC/TE

5.2 NOME

5.3 DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES PRESTADAS
(Assinatura do vendedor)

6.1 CPF 0 0 2 0 7 4 6 2 0 2 0	6.2 NOME ISAAC NEWTON CASTIEL MENDA
6.3 ENDEREÇO RUA ALM ABREU, 270 APTD 202 - BAIRRO RIO BRANCO-PDA - RS	

BLOCO 7 - TITULAR, SÓCIOS OU ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL DA EMPRESA
(EM CASO DE ALTERAÇÃO, NÃO IDENTIFICAR SÓCIOS REMANESCENTES)

INFORME O Nº

CPF 0 1 9 6 4 5 7 7 7 2	OU	CGC/MF	DATA INÍCIO 2 8 0 6 0 0	DATA SAÍDA
----------------------------	----	--------	----------------------------	------------

NOME

SAMUEL PAPELBAUM

ENDEREÇO

AV. ALMIRANTE BARROSO, 52/11º ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ

CPF	OU	CGC/MF	DATA INÍCIO	DATA SAÍDA
-----	----	--------	-------------	------------

NOME

ENDEREÇO

CPF	OU	CGC/MF	DATA INÍCIO	DATA SAÍDA
-----	----	--------	-------------	------------

NOME

ENDEREÇO

CPF	OU	CGC/MF	DATA INÍCIO	DATA SAÍDA
-----	----	--------	-------------	------------

NOME

ENDEREÇO

SENDO A EXPRESSÃO DA VERDADE, ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E DECLARO ESTAR CIENTE DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

LOCALIDADE

PORTO ALEGRE

DATA

2 8 0 6 0 0

ASSINATURA

X

NOME LEGÍVEL

ISAAC NEWTON CASTIEL MENDA

IDENTIDADE

1 0 0 4 9 3 7 8 3 3

ETIQUETA DO CONTABILISTA

HOMOLOGO O(S) PROCEDIMENTO(S) CADASTRAL(AIS) ASSINALADO(S) NO ANVERSO, APÓS A CONFERÊNCIA DO PREENCHIMENTO DESTA FICHA DE CADASTRAMENTO

AUTENTICAÇÃO art. 7º - Lei 8935/94	
O presente documento é o verso e anverso da presente declaração, conforme o original a mim apresentado, do que dou fé.	
Porto Alegre,	11 JUL 2000
Isaac Newton Castiel Menda Contabilista	
Newton B. Carvalho Filho - Substituto Danilo de Souza Silva - Esc. Autorizado Ricardo L.V. Cederichs - Esc. Aut.	

FAZENDA	Recita
RA E CÓDIGO DO FISCAL	
3 JUL 2000	
Pelo documento de	
Anexo - CAC	
Rio Alegre - RS	
R\$ 2.500,00	

SOLICITO PERMISSÃO PARA MANTER MEUS LIVROS FISCAIS EM MEU ESTABELECIMENTO AOS CUIDADOS DO CONTABILISTA RESPONSÁVEL, CONFORME O ORIGINAL A MIM PRESENTADO, DO QUE DOU FÉ.

CONTRIBUINTE

CONTABILISTA

PARA USO EXCLUSIVO DA REPARTIÇÃO

FICHA DE INSCRIÇÃO DECLARADA (FID)

1

1 FINALIDADE		2 Nº INSCRIÇÃO MUNICIPAL	
<input checked="" type="checkbox"/> INSCRIÇÃO	<input type="checkbox"/> ALTERAÇÃO	<input type="checkbox"/> NOME	<input type="checkbox"/> ATIVIDADE
		<input type="checkbox"/> OUTROS	34891.25
3 PESSOA		Nº CNPJ/CPF	
<input type="checkbox"/> 1 - PESSOA FÍSICA	<input checked="" type="checkbox"/> 2 - PESSOA JURÍDICA	03.854.641/0001-00	
NOME			
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA			
ENDEREÇO RESIDENCIAL (RUA, AV, ETC / NOME LOGRADOURO)			
Nº	PV/QDR	AP/SL/LOTE	MUNICÍPIO
			UF
			CEP

4 CONTRIBUINTE					
ENDEREÇO ESTABELECIMENTO (RUA, AV, ETC / NOME LOGRADOURO)					
AV. CARLOS GOMES					
Nº	PV/QDR	AP/SL/LOTE	MUNICÍPIO	FONE	UF CEP
651		1001	PORTO ALEGRE		RS
ESTABELECIMENTO					
<input checked="" type="checkbox"/> 1 - ÚNICO <input type="checkbox"/> 2 - MATRIZ <input type="checkbox"/> 3 - FILIAL - MATRIZ EM PORTO ALEGRE <input type="checkbox"/> 4 - FILIAL - MATRIZ FORA DE PORTO ALEGRE					
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS		DATA CONSTITUIÇÃO / INÍCIO ATIVIDADES		INSCRIÇÃO MUNICIPAL DO ESTABELECIMENTO CENTRALIZADOR PAGAMENTOS	
		06.06.2000			
CENTRALIZADOR ESCRITURAÇÃO (NOME)					
19.04.00 - J.C. 43204446959					
Nº CNPJ		ENDEREÇO (RUA, AV, ETC / NOME LOGRADOURO)			
		06.06.00			
Nº	PV/QDR	AP/SL/LOTE	MUNICÍPIO	FONE	UF CEP
TIPO					
<input type="checkbox"/> 11 - TP - PROFISSIONAL LIBERAL <input type="checkbox"/> 12 - TP - TÉCNICOS E COMISSIONADOS <input type="checkbox"/> 13 - OUTROS PROFISSIONAIS					
<input checked="" type="checkbox"/> 21 - RB - EMPRESA <input type="checkbox"/> 22 - RB - SOCIEDADE CIVIL					

[illegible]

6 DECLARAÇÃO		
DECLARO SEREM VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES E OS DOCUMENTOS APRESENTADOS		
NOME ISAAC NEWTON CASTIEL MENDA		
LOCAL E DATA POA 28/06	Nº IDENTIDADE ASSPI 1004931833	CÓDIGO 00207462020
ASSINATURA 		

7 VISTO
CADASTRO

12

CONTROLE

12

8 CARIMBO DA RECEPCAO
S M F
DIVISÃO DE TRIBUTOS
29 JUN 2000
RECEBIMENTO

NOTA: PREENCHIMENTO VIDE INSTRUÇÕES NO VERSO DO FORMULÁRIO

CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITO

NO 004782000-19601014

DADOS DO CONTRIBUINTE:

INPJ: 03.854.641/0001-00
NOME: EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA
ENDereco: AV CARLOS GOMES 651/1001
BAIRRO OU DISTRITO: AUXILIADORA
MUNICIPIO: PORTO ALEGRE
ESTADO: RS
CEP: 90480-003

FINALIDADE DA CERTIDAO:

QUAISQUER DAS FINALIDADES PREVISTAS NAS LEIS 8.212 DE 24 DE JULHO DE 1991 E SUAS ALTERACOES, E 8.870 DE 15 DE ABRIL DE 1994, EXCETO PARA:

- AVERBACAO DE OBRA DE CONSTRUCAO CIVIL EM IMOVEL;
- BAIXA DE FIRMA INDIVIDUAL, EXTINCAO DE ENTIDADE OU SOCIEDADE COMERCIAL OU CIVIL.

E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSITIVO NA LEI 8.212/1991, E SUAS ALTERACOES, QUE PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DEBITO IMPEDITIVO A EXPEDICAO DESTA CERTIDAO EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVANDO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTANCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA.

VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITACAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A VERIFICACAO DE SUA VALIDADE NA INTERNET NO ENDereco: www.mpas.gov.br, OU EM QUALQUER AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL. DEVERA SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA QUAL FOI EMITIDA.

EMITIDA EM, 16 DE JUNHO DE 2000.
VA DA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.

PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.

Os dados desta Certidão conferem com os constantes nos Sistemas Informatizados do INSS.

Ag. Da Previdência Social Lincóia - RS

Data: 16 de Junho de 2000

(Assinatura e matrícula do Servidor)

Silvia Regina Mello de Freitas
Agência Lincóia
Matr. 145

AUTENTICAÇÃO art. 7º - Lei 8935/94

AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme do original a mim apresentado, do que dou fé.

Porto Alegre, 11 JUL 2000

RS 1,30

Assinado: CARMELO FUMIO - Substituto
Assinado: CARMELO FUMIO - Substituto
Assinado: CARMELO FUMIO - Substituto

CRF - Certificado de Regularidade do FGTS

Razão Social	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA	Inscrição	03.854.641/0001-00
Endereço	AV. CARLOS GOMES, 651/ 1001 Porto Alegre/RS Auxiliadora 90480-003	Validade	11/12/2000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7º da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Porto Alegre, 14 de junho de 2000
Local e data de emissão

MARCO LUIZ R. CHAVES
Mat 046704-0
GERENTE

Assinatura e carimbo

00663226-3 Este Certificado é válido sem rasuras ou emendas e as cópias somente terão validade mediante apresentação do original.

31.033-6 v01





Secretaria da Receita
Federal

Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais

(Emitida para os efeitos do art. 8º da Instrução
Normativa SRF nº 80, de 23 de outubro de 1997)

EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA
CNPJ: 03.854.641/0001-00

RESSALVADO O DIREITO DE A FAZENDA NACIONAL COBRAR
QUAISQUER DÍVIDAS DE RESPONSABILIDADE DO CONTRIBUINTE
ACIMA QUE VIEREM A SER APURADAS, É CERTIFICADO QUE NÃO
CONSTAM, ATÉ ESTA DATA, PENDÊNCIAS EM SEU NOME, RELATIVAS
AOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS ADMINISTRADOS PELA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

ESTA CERTIDÃO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE À SITUAÇÃO DO
CONTRIBUINTE NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL,
NÃO CONSTITUINDO, POR CONSEQUENTE, PROVA DE INEXISTÊNCIA
DE DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO,
ADMINISTRADOS PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA
NACIONAL.

Emitida às 21:11:29 do dia 10/07/2000.
Válida por 30 dias da data de emissão.

Esta Certidão abrange somente o estabelecimento acima identificado.



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União

Nome: EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA
CNPJ: 03.854.641/0001-00

RESSALVADO O DIREITO DE ESTA PROCURADORIA INSCREVER E COBRAR AS DÍVIDAS QUE VIEREM A SER APURADAS, VERIFICOU-SE NOS REGISTROS DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO NADA EXISTIR, NESTA DATA, EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO.

Certidão expedida com fulcro na Portaria PGFN nº 414, de 15/07/1998.
(DOU 17.07.1998, Seção I, p. 37).

Emitida às 15:22:08 do dia 27/07/2000
Válida por 30 dias da data de emissão.

Restrita aos registros da dívida ativa da união, excluídos, portanto, eventuais lançamentos efetuados pela Secretaria da Receita Federal.

A VERACIDADE DA INFORMAÇÃO SUPRA PODERÁ SER VERIFICADA NA PÁGINA:
<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>

Código de Controle da Certidão: A502.E99E.AA2E.E184

http://www.pgfn.fazenda.gov.br/certidao/Certidao_Negativa.asp

27/07/00

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Fazenda
Departamento da Receita Publica Estadual
Delegacia da Fazenda Estadual de PORTO ALEGRE
PORTO ALEGRE
Certidao de Situacao Fiscal No. 00104375

Identificacao do titular da certidao
Nome : EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA
Endereco: AV CARLOS GOMES, 651 1001
- PORTO ALEGRE RS
CNPJ : 03854641/0001-00

Certifico que, aos 30 dias do mes de JUNHO do ano de 2000,
revendo os bancos de dados e demais registros desta Reparticao, o titular
acima identificado enquadra-se na seguinte situacao:
CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS

Obs/Descricao dos Debitos
NADA CONSTA

ESTABELECIMENTO DE NOTAS AURELIO DE SAUS REIS CARVALHO - TAB. RUA JACOB A. DE MEYER, 163 PORTO ALEGRE - RS	AUTENTICAÇÃO art. 7º - Lei 8935/94 AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé. Porto Alegre, 11 JUL 2000 R\$ 1,30 AURELIO DE SAUS REIS CARVALHO FILHO - Substituto JAIRO DE SOUZA SILVA - Esc. Autorizado RICARDO L. V. DIEDERICHS - Esc. Aut.
	

Finalidade desta certidao
LICITACAO

A presente certidao nao elide o direito de a Fazenda do Estado do
Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificacoes e vir a cobrar,
a qualquer tempo, credito que seja assim apurado.
Esta certidao e valida por 90 dias a contar da data de sua expedicao.

AUTORIDADE RESPONSAVEL PELA EXPEDICAO ELETRONICA:
MARILENE BARRETO LACERDA - Matr. 12465577
Agente Fiscal do Tesouro do Estado



Autenticacao 00298112
Confira a autenticidade deste documento em <http://www.sefaz.rs.gov.br> (Auto-
atendimento Eletronico) ou pelo fone 0518008323.






PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DIVISAO DE ARRECADACAO

CERTIDAO N. 014951

CERTIFICO, EM FACE DO QUE FOI REQUERIDO, QUE
EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA *****
CGC 03854641/0001-00, NADA DEVE A ESTA REPARTICAO, COM REFERENCIA A
TRIBUTOS DIVERSOS, LANCADOS ATÉ PRIMEIRO DE JUNHO DE DOIS MIL *****
***** RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNI-
CIPAL, LANÇAR QUAISQUER CREDITOS TRIBUTARIOS QUE VENHAM A SER APURADOS.

DO QUE EU, VILMA LUIZA DE OLIVEIRA MONTI*****
FUNCIONARIO MUNICIPAL, SERVINDO NA DIVISAO DE ARRECADACAO, PARA CONS-
TAR, PASSEI ESTA EM TREZE DE JUNHO DE DOIS MIL *****

VALIDADE DESTA CERTIDAO: 180 DIAS DA DATA DA EXPEDICAO.


Vilma Luiza de Oliveira
Metr. 9.700,0

AUTENTICACAO DE NOVO	AUTENTICACAO art. 7º - Lei 5935/94	
	AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.	
	Porto Alegre, 11 JUL 2000	R\$ 1,30
	RUBRICADO POR: CARLOS D. CARVALHO FILHO - Substituto JAILDO DE SOUZA SILVA - Esc. Autorizado RICARDO L. V. DIETRICH - Esc. Aut.	



**CONCORRÊNCIA Nº 099 /2000 - SSR/MC
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DO RS**

LISTA DE PRESENÇA DE VISITANTES

DATA: 02/08/2000

SERVIÇO: RADIODIFUSÃO SONORA EM FM

UF : RS

[illegible]



**CONCORRÊNCIA Nº 099 / 00 - SSR/MC
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DO RS**

**LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES P/ LOCALIDADE
DE ROCA SALES**

DATA: 02 / 08 / 2.000

SERVIÇO: Frequência Modulada (FM)

UF : RS

Razão social da proponente FREQUENCIA BONAQUEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	Assinatura 	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador CARLOS ALBERTO DA SILVA	RG nº 1383684	Sócio/Acionista () Procurador (X)

Razão social da proponente RADIO ROCA SALES Fm	Assinatura 	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador NILSON SCHUSTER	RG nº 30507874	Sócio/Acionista () Procurador (X)

Razão social da proponente MIA Comunicações Ltda	Assinatura 	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador Rogério Mendes Meneguini	RG nº 2982125	Sócio/Acionista () Procurador (X)

Razão social da proponente Radio Experiencia Ltda	Assinatura 	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador Antonio Fidalgo Monin	RG nº 800 7763744	Sócio/Acionista () Procurador (X)

Razão social da proponente Sistema Integrado de tele- visão Ltda	Assinatura 	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador Luiz Antonio Ferreira	RG nº 125.002	Sócio/Acionista () Procurador (X)



**CONCORRÊNCIA Nº 099 / 00 - SSR/MC
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DO RS**

**LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES P/ LOCALIDADE
DE ROCA SALES**

DATA: 02 / 08 / 2.000

SERVIÇO: Frequência Modulada (FM)

UF : RS

Razão social da proponente	Assinatura	Rubrica
M.L. Comunicações & Marketing em. <i>Handini</i>	<i>Handini</i>	<i>A</i>
Nome do representante legal ou procurador	RG nº	Sócio/Acionista () Procurador (x)
PATRICIA LANZINI	7056253219	

Razão social da proponente	Assinatura	Rubrica
Empresa de Comunicação do Sul Ltda. <i>Michelle Syneff</i>	<i>Michelle Syneff</i>	<i>MS</i>
Nome do representante legal ou procurador	RG nº	Sócio/Acionista () Procurador (x)
Michelle Syneff	4022057899	

Razão social da proponente	Assinatura	Rubrica
Pomusca FM Ltda <i>Christiane Guimaraes Almeida</i>	<i>Christiane Guimaraes Almeida</i>	<i>CG</i>
Nome do representante legal ou procurador	RG nº	Sócio/Acionista () Procurador (x)
Christiane Guimaraes Almeida	6048051707	

Razão social da proponente	Assinatura	Rubrica
Radio Exato Ltda. <i>Portelino Bin Vilho</i>	<i>Portelino Bin Vilho</i>	<i>B</i>
Nome do representante legal ou procurador	RG nº	Sócio/Acionista () Procurador (x)
Portelino Bin Vilho	10210591354	

Razão social da proponente	Assinatura	Rubrica
RCCININI & LUCCA LTDA <i>Claudio Lorini</i>	<i>Claudio Lorini</i>	<i>L</i>
Nome do representante legal ou procurador	RG nº	Sócio/Acionista () Procurador (x)
CLAUDIO LORINI	51.369-D	



**CONCORRÊNCIA Nº 099 / 00 - SSR/MC
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DO RS**

**LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES P/ LOCALIDADE
DE ROCA SALES**

DATA: 02 / 08 / 2.000

SERVIÇO: Frequência Modulada (FM)

UF : RS

Razão social da proponente <i>RADIO ROCA SALES FM Lda</i>	Assinatura	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador <i>NILSON SCHUSTER</i>	RG nº <i>3050787914</i>	Sócio/Acionista () Procurador ()

Razão social da proponente <i>Rádio Compendio FM Ltda</i>	Assinatura <i>[assinatura]</i>	Rubrica <i>E</i>
Nome do representante legal ou procurador <i>Paulo Vergatti</i>	RG nº <i>7004312241</i>	Sócio/Acionista () Procurador <input checked="" type="checkbox"/>

Razão social da proponente <i>Rádio Vale Douro Ltda</i>	Assinatura <i>[assinatura]</i>	Rubrica <i>[assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador <i>Miguel Italo Guarnieri</i>	RG nº <i>686-DF</i>	Sócio/Acionista () Procurador <input checked="" type="checkbox"/>

Razão social da proponente	Assinatura	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador	RG nº	Sócio/Acionista () Procurador ()

Razão social da proponente	Assinatura	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador	RG nº	Sócio/Acionista () Procurador ()



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO – CAT/RS

ATA POR LOCALIDADE DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO


ATA DA REUNIÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE PROPOSTA DE HABILITAÇÃO, TÉCNICA E DE PREÇO EDITAL Nº99/2000 - SSR/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA Roca Sales


Aos dois dias, do mês de agosto, do ano de dois mil, às 9h (nove horas), no Auditório da Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Rio Grande do Sul, situado na Av. Princesa Isabel nº 778, Porto Alegre, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitações, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 811, de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1997, alterada pela Portaria nº 136, de 24/04/00, DOU de 25/04/00, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico –CAT/RS, constituída pela Portaria nº163, de 13 de outubro de 1999, publicada no DOU de 14/10/99, alterada pela Portaria nº 2, de 1/06/00, DOU de com a participação de seu Presidente LUCIANO DE FRANCESCHI NUNES e de seus membros PAULO ROGÉRIO PETIT PRUX e DALVA MARIA ROSSI, para recebimento e rubrica dos invólucros contendo os documentos de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço dos interessados nessa licitação, a qual objetiva a outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de **Roca Sales**, indicada no Anexo I do Edital, processando-se os trabalhos na conformidade do item 9 do Edital (Abertura e Avaliação dos Documentos de Habilitação), na sequência seguinte: 1- assinatura da lista de presença dos representantes legais das proponentes ou de seus procuradores legalmente constituídos, bem como da lista de presença do público visitante, que serão anexadas à presente Ata. Presente JEA COMUNICAÇÕES LTDA, representada por Roque Lander Menegais RG 2942125, FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA, representada por Carlos Alberto da Silva RG 1383684, SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA, representada por Luiza Pinheiro Ferreira RG 175002, BORUSSIA FM LTDA, representada por Cristiane Guimarães Alves RG 6048051707, RÁDIO ROCA SALES FM LTDA, representada por Nilson Schuster RG 305078794, RÁDIO ESPERANÇA LTDA, representada por Antônio Fideles Marin RG 8007763744, M. L. COMUNICAÇÕES & MARKETING LTDA, representada por Patrícia Lanzini RG 7056253219, EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA, representada por Michelle Squeff RG 4022057899, RÁDIO ÊXITOS LTDA, representada por Portalício Bier Filho RG 1021050354, PICCININI & LUCCA LTDA, representada por Cláudio Lorini CREA/RS 51.369-D, RÁDIO COMPANHEIRA FM LTDA, representada por Paulo Vignatti RG 7004312241, RÁDIO VALE DOURADO LTDA, representada por Higino Ítalo Germani CREA/DF 686; 2- abertura do invólucro contendo a documentação de Habilitação da(s) proponente(s) acima citadas e rubrica dos documentos pela Comissão e representante(s) legal(ais) da(s) proponente(s). 3- **Os representantes das proponentes não desejaram constar algo em ata.** Declaração, pelo Sr. Presidente da Comissão, da finalização dos trabalhos da presente reunião, às **11:30 horas**, e que o documento de Proposta Técnica e Proposta de Preço serão conduzidos para a sala de guarda, nas dependências da Delegacia do Ministério das Comunicações no RS. Informação ao(s) representante(s) da(s) proponente(s), que será dada vistas aos documentos, no horário de 09:00 às 11:00 e de 15:00 às 17:00h; somente será autorizada um procurador ou representante legal da proponente, simultaneamente, na sala de vistas da Secretaria da Comissão.

Nada havendo a acrescentar aos fatos relatados, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi subscrita pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico-CAT/RS e pelo representante da proponente.

COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – CAT/RS:


LUCIANO De FRANCESCHI NUNES
Presidente

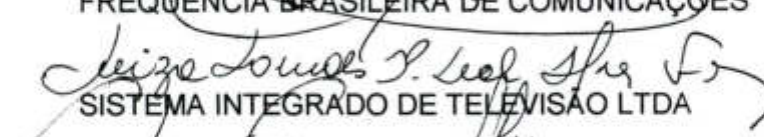

PAULO PETIT PRUX
Membro


DALVA MARIA ROSSI
Membro


PROPONENTES:


JEA COMUNICAÇÕES LTDA


FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES



SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA


BORÚSSIA FM LTDA


RÁDIO ROCA SALES FM LTDA

RÁDIO ESPERANÇA LTDA


M. L. COMUNICAÇÕES & MARKETING LTDA


EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL


RÁDIO ÊXITOS LTDA


PICCININI & LUCCA LTDA


RÁDIO COMPANHEIRA FM LTDA


RÁDIO VALE DOURADO LTDA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO – CAT/RS

ATA POR LOCALIDADE DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

ATA DA REUNIÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE PROPOSTA DE HABILITAÇÃO, TÉCNICA E DE PREÇO EDITAL Nº99/2000 - SSR/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA São Lourenço do Sul


Aos dois dias, do mês de agosto, do ano de dois mil, às 9h (nove horas), no Auditório da Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Rio Grande do Sul, situado na Av. Princesa Isabel nº 778, Porto Alegre, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitações, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 811, de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1997, alterada pela Portaria nº 136, de 24/04/00, DOU de 25/04/00, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico –CAT/RS, constituída pela Portaria nº163, de 13 de outubro de 1999, publicada no DOU de 14/10/99, alterada pela Portaria nº 2, de 1/06/00, DOU de com a participação de seu Presidente LUCIANO DE FRANCESCHI NUNES e de seus membros PAULO ROGÉRIO PETIT PRUX e DALVA MARIA ROSSI, para recebimento e rubrica dos invólucros contendo os documentos de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço dos interessados nessa licitação, a qual objetiva a outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de **São Lourenço do Sul** indicada no Anexo I do Edital, processando-se os trabalhos na conformidade do item 9 do Edital (Abertura e Apreciação dos Documentos de Habilitação), na seqüência seguinte: 1- assinatura da lista de presença dos representantes legais das proponentes ou de seus procuradores legalmente constituídos, bem como da lista de presença do público visitante, que serão anexadas à presente Ata. Presente as proponentes FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA, representada por Carlos Alberto da Silva RG 1383684, ALVORINO OSVALDT & CIA LTDA, representada por Marta Parodi Spier OAB/RS 27.224, EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA, representada por Michelle Squeff RG 4022057899, SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA, representada por Claudio Omar Morales Haubmann RG 1019074317, H. SUL FM RADIODIFUSÃO LTDA, representada por Sílvio Lobo Rodrigues RG 4020816676, RADAR RÁDIO TELEVISÃO E COMUNICAÇÃO LTDA, representada por Hélio da Silva Campos OAB/RS 44.159, SISTEMA CANGUÇU DE COMUNICAÇÃO LTDA, representada por Elaine Korman Munhos, RÁDIO LAGOA FM LTDA, representada por Portalício Bier Filho RG 1021050354, SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA, representada por Luiza Pinheiro Ferreira RG 175002, LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, representada por Nivaldino Francoso dos Santos RG 88516168 ; 2- abertura do invólucro contendo a documentação de Habilitação da(s) proponente(s) acima citadas e rubrica dos documentos pela Comissão e representante(s) legal(ais) da(s) proponente(s). 3- **Os representantes das proponentes não desejaram constar algo em ata.** Declaração, pelo Sr. Presidente da Comissão, da finalização dos trabalhos da presente reunião, às **11:50 horas**, e que o documento de Proposta Técnica e Proposta de Preço serão conduzidos para a sala de guarda, nas dependências da Delegacia do Ministério das Comunicações no RS. Informação ao(s) representante(s) da(s) proponente(s), que será dada vistas aos documentos, no horário de 09:00 às 11:00 e de 15:00 às 17:00h; somente será autorizada um procurador ou representante legal da proponente, simultaneamente, na sala de vistas da Secretaria da Comissão.

Nada havendo a acrescentar aos fatos relatados, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi subscrita pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico-CAT/RS e pelo representante da proponente.

COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – CAT/RS:


LUCIANO DE FRANCESCHI NUNES
Presidente


PAULO PETIT PRUX
Membro

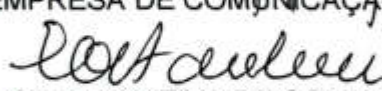

DALVA MARIA ROSSI
Membro

PROPONENTES:


FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA


ALVORINO OSVALDT & CIA LTDA


EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA



SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA


H. SUL FM RÁDIO DIFUSÃO LTDA


RADAR RÁDIO TELEVISÃO E COMUNICAÇÃO LTDA


SISTEMA CANGUÇU DE COMUNICAÇÃO LTDA


RÁDIO LAGOA FM LTDA


SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA


LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO - CAT/RS

ATA GERAL DO SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO

ATA DA REUNIÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO EDITAL Nº 099/2000 - SSR/MC SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA


Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil, às 9h (nove horas), no Auditório da Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Rio Grande do Sul, situado na Av. Princesa Isabel nº 778, Porto Alegre, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitações, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 811, de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1997, alterada pela Portaria nº 136, de 24/04/00, DOU de 25/04/00, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico - CAT/RS, constituída pela Portaria nº 163, de 13 de outubro de 1999, publicada no DOU de 14/10/99, alterada pela Portaria nº 2, de 1/06/00, DOU de com a participação de seu Presidente LUCIANO DE FRANCESCHI NUNES e de seus membros PAULO ROGÉRIO PETIT PRUX e DALVA MARIA ROSSI, para recebimento e rubrica dos invólucros contendo os documentos das Propostas de Habilitação, Técnica e de Preço dos interessados nessa licitação, a qual objetiva a outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, nas localidades de Porto Xavier, Rio Pardo, Roca Sales, Santo Antônio da Patrulha, Santo Augusto, Santo Cristo, São Lourenço do Sul e São Marcos, indicadas no Anexo I do Edital, processando-se os trabalhos na conformidade do item 9 do Edital (Abertura e Avaliação dos Documentos de Habilitação), na sequência seguinte: 1- assinatura da lista de presença dos representantes legais das proponentes ou de seus procuradores legalmente constituídos, bem como da lista de presença do público visitante, que serão anexadas à presente Ata. Presentes os representantes das proponentes JEA COMUNICAÇÕES LTDA, representada por Roque Lander Menegais RG 2942125, LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, representada por Nivaldino Francoso dos Santos RG 88516168, FUNDAÇÃO NAVEGANTES DE PORTO LUCENA, representada por Miguel Weschenfelder RG 7011122401, FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA, representada por Carlos Alberto da Silva RG 1383684, EZR COMUNICAÇÕES LTDA, representada por Elaine Korman Munhos, FRANCISCO WUNDERLICH FERREIRA E CIA LTDA, representada por Portalício Bier Filho RG 1021050354, SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA, representada por Luiza Pinheiro Ferreira RG 175002, RÁDIO ARCO-ÍRIS FM LTDA, representada por Luiz Carlos Santos Ferraz RG 6048051707, BORUSSIA FM LTDA, representada por Cristiane Guimarães Alves RG 6048051707, RÁDIO DIFUSÃO ATUAL LTDA, representada por Walmor Juarez Reis Júnior RG 1034512242, RÁDIO ROCA SALES FM LTDA, representada por Nilson Schuster RG 305078794, RÁDIO ESPERANÇA LTDA, representada por Antônio Fideles Marin RG 8007763744, M. L. COMUNICAÇÕES & MARKETING LTDA, representada por Patrícia Lanzini RG 7056253219, EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA, representada por Michelle Squeff RG 4022057899, RÁDIO ÊXITOS LTDA, representada por Portalício Bier Filho RG 1021050354, PICCININI & LUCCA LTDA, representada por Cláudio Lorini CREA/RS 51.369-D, RÁDIO COMPANHEIRA FM LTDA, representada por Paulo Vignatti RG 7004312241, RÁDIO VALE DOURADO LTDA, representada por Higino Ítalo Germani CREA/DF 686, RANGEL & LUZ LTDA, representada por Higino Ítalo Germani CREA/DF 686, RÁDIO ROMANCE LTDA, representada por Murilo José Pasqualotto OAB/RS 43.032, TV CLUBE LTDA, representada por Roberto Antônio Donadel RG 1015202011, VIRO A. MICHEISE & CIA LTDA, representada por Roque L. Menegais RG 2942125, RADIOFÔNICA.COM MARKETING LTDA, representada por Claudivaldo Cardoso da Silva RG 23506787-8, RÁDIO ALTO URUGUAI LTDA, representada por Sady M. Sandri RG 5026767235, RÁDIO ESTÂNCIA PROPOSITAL DE INFORMAÇÃO FM LTDA,


representada por Gilberto Elias Goergen OAB/RS 6375, RÁDIO FLOR DE LIZ INFORMATIVA FM LTDA, representada por Gilberto Elias Goergen OAB/RS 6375, SISTEMA DE COMUNICAÇÕES MACHADO & LORENZON LTDA, representada por Roque L. Menegais RG 2942125, RÁDIO GUARITA LTDA, representada por Duilio Paranhos RG 1027900719, ALVORINO OSVALDT & CIA LTDA, representada por Marta Parodi Spier OAB/RS 27.224, SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA, representada por Claudio Omar Morales Haubmann RG 1019074317, H. SUL FM RADIODIFUSÃO LTDA, representada por Silvio Lobo Rodrigues RG 4020816676, RADAR RÁDIO TELEVISÃO E COMUNICAÇÃO LTDA, representada por Hélio da Silva Campos OAB/RS 44.159, SISTEMA CANGUÇU DE COMUNICAÇÃO LTDA, representada por Elaine Korman Munhos, RÁDIO LAGOA FM LTDA, representada por Portalício Bier Filho RG 1021050354, SISTEMA FALA DE COMUNICAÇÕES LTDA, representada por Roque L. Menegais RG 2942125, SOCIEDADE RÁDIO SANTA FELICIDADE LTDA, representada por Higino Ítalo Germani CREA/DF 686, BEDIN & OLIVEIRA LTDA, representada por Arli Silveira de Oliveira RG 2030222554, RÁDIO DIPLOMATA LTDA, representada por Luiz Carlos Santos Ferraz OAB/RS 6694, RÁDIO SÃO MARCOS FM LTDA, representada por Cláudio Lorini CREA/RS 51.369-D; 2 - recebimento dos invólucros pela Comissão de Assessoramento Técnico-CAT/RS das proponentes acima nominadas; 3 - **votação e aprovação de duas comissões compostas por 03 representantes das proponentes para rubrica dos invólucros e rubrica da documentação, juntamente com a CAT/RS, sendo escolhidos os senhores representantes das proponentes, JEA COMUNICAÇÕES LTDA, RÁDIO ROMANCE LTDA e EZR COMUNICAÇÕES LTDA, para rubrica dos envelopes, e os representantes das proponentes RÁDIO DIPLOMATA LTDA, RÁDIO SÃO MARCOS FM LTDA e TV CLUBE LTDA, para rubrica dos documentos;** 4 - Foi dito pelo Sr. Presidente da Comissão que a procuração apresentada pela proponente Frequência Brasileira de Comunicações Ltda não era específica para o Edital 099/2000 - SSR/MC, pois a mesma outorga poderes ao Sr. Carlos Alberto da Silva para representá-la perante o MC e não à Comissão; 5 - Foi dito pelo Sr. Presidente da Comissão da finalização dos trabalhos da presente reunião, às **12:20 horas**, e que os invólucros da Proposta Técnica e da Proposta de Preço serão conduzidos para a sala de guarda, nas dependências da Delegacia do Ministério das Comunicações no RS; 6 - Informação aos representantes das proponentes, que será dada vistas aos documentos, no horário de 09:00 às 11: e de 15:00 às 17:00h, exceto nos dias em que a CAT/RS estiver reunida para participar dos trabalhos de abertura de editais; e que somente será autorizada a presença de um procurador ou representante legal da proponente, simultaneamente, na sala de vistas da Secretaria da Comissão.

Nada havendo a acrescentar aos fatos relatados, foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, foi subscrita pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico-CAT/RS e pelos representantes das proponentes.

COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO - CAT/RS:


LUCIANO DE FRANCESCHI NUNES
Presidente


PAULO ROGÉRIO PETIT PRUX
Membro


DALVA MARIA ROSSI
Membro

PROONENTES:


JEA COMUNICAÇÕES LTDA


FUNDAÇÃO NAVEGANTES DE PORTO LUCENA


LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA


EZR COMUNICAÇÕES LTDA


FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA


FRANCISCO WUNDERLICH FERREIRA E CIA LTDA


SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA


RADIO ROCA SALES FM LTDA


M. L. COMUNICAÇÕES & MARKETING LTDA


EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA



PICCININI & LUCCA LTDA


RÁDIO COMPANHEIRA FM LTDA


RÁDIO VALE DOURADO LTDA


VIRO A. MICHEISE & CIA LTDA


RADIOFÔNICA.COM MARKETING


SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA

RÁDIO FLOR DE LIZ INFORMATIVA FM LTDA


SISTEMA CANGUÇU DE COMUNICAÇÃO LTDA

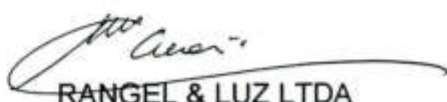

BORUSSIA FM LTDA


RÁDIO ARCO-ÍRIS FM LTDA


RADIODIFUSÃO ATUAL LTDA

RÁDIO ESPERANÇA LTDA


RÁDIO ÊXITOS LTDA



RANGEL & LUZ LTDA


RÁDIO ROMANCE LTDA


TV CLUBE LTDA

RÁDIO GUARITA LTDA


RÁDIO ALTO URUGUAI LTDA


ALVORINO OSVALDT & CIA LTDA

H. SUL FM RADIODIFUSÃO LTDA


RÁDIO DIPLOMATA LTDA


RÁDIO LAGOA FM LTDA



SOCIEDADE RÁDIO SANTA FELICIDADE



BEDIN & OLIVEIRA LTDA




SISTEMA FALA DE COMUNICAÇÕES LTDA



RÁDIO SÃO MARCOS FM LTDA



SISTEMA DE COMUNICAÇÕES MACHADO & LORENZON LTDA



RADAR RÁDIO TELEVISÃO E COMUNICAÇÃO LTDA

RÁDIO ESTÂNCIA PROPOSITAL DE INFORMAÇÃO FM LTDA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 06 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 0041 .

Nº desta folha : 0042 .

Nºs das demais folhas juntadas : 0043 a 0048 .

Brasília, 16 de Marcelino de 2000.

JA
p/ Marcos Vinicius Bertoni
Secretário



RESULTADO Nº 2368/2000
ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº: 099/2000 - SSR/MC

Licitante: **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.**

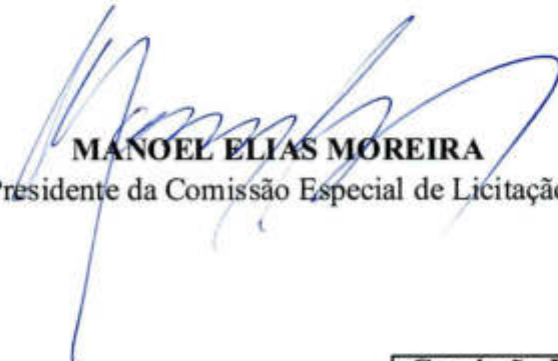
Nº do Processo Específico da Licitante: 53790.000408/00

Resultado:

HABILITADA

<i>UF</i>	<i>Localidade</i>	<i>Serviço</i>	<i>Grupo de Enquadramento</i>
RS	Roca Sales	FM	A
RS	São Lourenço do Sul	FM	A

Brasília, 16 de outubro de 2000.


MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Comissão Especial de Licitação

PUBLICAÇÃO - DOU

Data: 24/10/2000 - Seção 3

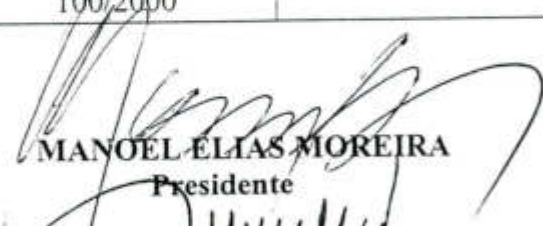
0044
A

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

ATA DE REUNIÃO


Aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2000, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R," Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 811 de 29 de dezembro de 1997, alterações subsequentes, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Antonio Carlos Tardeli e dos membros, Alexandre Antônio de Souza, Álvaro Augusto de Souza Neto, José Ancelmo Nogueira, Anacleto Rodrigues Cordeiro e Napoleão Emanuel Valadares, com o objetivo de dar prosseguimento aos trabalhos referentes à fase de habilitação de proponentes, com relação às Concorrências indicadas a seguir, compreendendo, entre outras, as atividades: (1). O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão os resultados abaixo indicados relativos à análise de documentos de habilitação. (2) Após as devidas verificações, a Comissão aprovou as conclusões contidas nos "Resultados" constantes desta Ata, autorizando o Presidente a assiná-los e adotar as providências necessárias ao desenvolvimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros Titulares da Comissão.


CONCORRÊNCIA Nº	RESULTADO Nº
098/2000	2372 a 2396
099/2000	2333 a 2371
100/2000	2298 a 2332


MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente

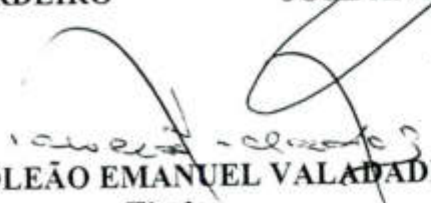
ANTONIO CARLOS TARDELI
Vice-Presidente


ALEXANDRE ANTÔNIO DE SOUZA
Titular


ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO
Titular


ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Titular


JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Titular


NAPOLEÃO EMANUEL VALADAES
Titular

ANEXO XXII - CONCORRÊNCIA Nº 97/2000

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
RS	ESTÁÇÃO			
	RÁDIO ESTRELA DO SUL FM LTDA.	FM	53790.00034700	HABILITADA
	RÁDIO GAUDERIO FM LTDA.	FM	53790.00014400	HABILITADA
	RÁDIO URUPURU LTDA.	FM	53790.00035200	HABILITADA

ANEXO XXIII - CONCORRÊNCIA Nº 98/2000

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
RS	ITAARA			
	EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DO SUL LTDA.	FM	53790.00016600	HABILITADA
	IFA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00038000	HABILITADA
	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRINCESA DO VALE LTDA.	FM	53790.00037300	HABILITADA
RS	MACHADINHO			
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00038200	HABILITADA
	RÁDIO COMPANHIEIRA FM LTDA.	FM	53790.00036700	HABILITADA
	RÁDIO BAILANTA LTDA.	FM	53790.00036400	HABILITADA
	RÁDIO COMPARSA FM LTDA.	FM	53790.00037000	HABILITADA
RS	MATO LEITÃO			
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00038200	HABILITADA
	RÁDIO COMPANHIEIRA FM LTDA.	FM	53790.00036700	HABILITADA
	IFA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00038000	HABILITADA
	POSSILT & POSSILT LTDA.	FM	53790.00037200	HABILITADA
RS	MORRO REDONDO			
	EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DO SUL LTDA.	FM	53790.00016600	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00038200	HABILITADA
	SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00038100	HABILITADA
RS	PALMARES DO SUL			
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00038200	HABILITADA
	RÁDIO COMPANHIEIRA FM LTDA.	FM	53790.00036700	HABILITADA
RS	PALMAREINHO			
	ALBARELLO & FOLLEI COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00036200	HABILITADA
RS	PANAMBI			
	LUKASHIK & KAMPHORST LTDA.	FM	53790.00036300	HABILITADA
	RÁDIO JINDORAMA FM LTDA.	FM	53790.00035800	HABILITADA
	FACESP - FUNDAÇÃO DE AÇÃO CULTURAL EDUCACIONAL E SOCIAL DE PANAMBI	FM	53790.00036500	HABILITADA
	SOCIEDADE RÁDIO SANTA FELICIDADE LTDA.	FM	53790.00036600	HABILITADA
RS	PARAI			
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00038200	HABILITADA
	RÁDIO COMPANHIEIRA FM LTDA.	FM	53790.00036700	HABILITADA
	BORUSSIA FM LTDA.	FM	53790.00037000	HABILITADA
	IFA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00038000	HABILITADA

ANEXO XXIV - CONCORRÊNCIA Nº 99/2000

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
RS	PORTO XAVIER			
	FUNDAÇÃO NAVEGANTES DE PORTO LUCENA	FM	53790.00038700	HABILITADA
	IFA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00042500	HABILITADA
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00041500	HABILITADA
RS	RIO PARDO			
	RÁDIOFUSÃO ATUAL LTDA.	FM	53790.00041800	HABILITADA
	EPZ COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00042400	HABILITADA
	SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA.	FM	53790.00041900	HABILITADA
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00041500	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00042300	HABILITADA
	BORUSSIA FM LTDA.	FM	53790.00042200	HABILITADA
RS	ROCA SALES			
	RÁDIO COMPANHIEIRA FM LTDA.	FM	53790.00041300	HABILITADA
	IFA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00042500	HABILITADA
	SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA.	FM	53790.00041900	HABILITADA
	BORUSSIA FM LTDA.	FM	53790.00042200	HABILITADA
	RÁDIO VALE DOURADO LTDA.	FM	53790.00041100	HABILITADA
	RÁDIO ESPERANÇA LTDA.	FM	53790.00041600	HABILITADA
	RÁDIO ROCA SALES FM LTDA.	FM	53790.00041700	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00042300	HABILITADA
	M. L. COMUNICAÇÕES E MARKETING LTDA.	FM	53790.00041000	HABILITADA
	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.	FM	53790.00040800	HABILITADA
RS	SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA			
	IFA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00042500	HABILITADA
	RANGEL E LUZ LTDA.	FM	53790.00040700	HABILITADA
	SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA.	FM	53790.00041900	HABILITADA
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00041500	HABILITADA
	BORUSSIA FM LTDA.	FM	53790.00042200	HABILITADA
RS	SANTO AUGUSTO			
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00041500	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00042300	HABILITADA
	RÁDIOFÔNICA.COM MARKETING LTDA.	FM	53790.00039700	HABILITADA
	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO MACHADO E LOREZON LTDA.	FM	53790.00039400	HABILITADA
	RÁDIO GUARITA LTDA.	FM	53790.00040900	HABILITADA
	RÁDIO ALTO URUGUAI LTDA.	FM	53790.00039800	HABILITADA
	RÁDIO INSTÂNCIA PROPOSTAL DE INFORMAÇÃO FM LTDA.	FM	53790.00039000	HABILITADA

RS	SANTO CRISTO			
	FUNDAÇÃO NAVEGANTES DE PORTO LUCENA	FM	53790.00038700	HABILITADA
	RÁDIOFÔNICA.COM MARKETING LTDA.	FM	53790.00039700	HABILITADA
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00041500	HABILITADA
	TV CLUBE LTDA.	FM	53790.00041200	HABILITADA
	VIRO A. MICHELS E CIA. LTDA.	FM	53790.00039900	HABILITADA
RS	SÃO LOURENÇO DO SUL			
	SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA.	FM	53790.00041900	HABILITADA
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00041500	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00042300	HABILITADA
	ALVORINO OSVALDI E CIA. LTDA.	FM	53790.00039600	HABILITADA
	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.	FM	53790.00040800	HABILITADA
	RÁDIO FLOR-DE-LUZ INFORMATIVA FM LTDA.	FM	53790.00040200	HABILITADA
	RADAR RÁDIO TELEVISÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53790.00039300	HABILITADA
	SISTEMA CANGUCU DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53790.00040100	HABILITADA
	IL SUL FM RÁDIOFUSÃO LTDA.	FM	53790.00040400	HABILITADA
RS	SÃO MARCOS			
	RÁDIO COMPANHIEIRA FM LTDA.	FM	53790.00041300	HABILITADA
	SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA.	FM	53790.00041900	HABILITADA
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00041500	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00042300	HABILITADA
	SOCIEDADE RÁDIO SANTA FELICIDADE LTDA.	FM	53790.00039200	HABILITADA
	BIZIN E OLIVEIRA LTDA.	FM	53790.00038800	HABILITADA
	SISTEMA FALA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00039100	HABILITADA

ANEXO XXV - CONCORRÊNCIA Nº 10000-SSR/MC

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
RS	SÃO PIERRE DO SUL			
	IFA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00043100	HABILITADA
	SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA.	FM	53790.00042800	HABILITADA
	IVANOY COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	FM	53790.00043200	HABILITADA
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00043300	HABILITADA
	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRINCESA DO VALE LTDA.	FM	53790.00043000	HABILITADA
RS	RÁDIO ESTRELA DO SUL FM LTDA.			
	TAPES			
	IVANOY COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	FM	53790.00043200	HABILITADA
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00043300	HABILITADA
	SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA.	FM	53790.00042800	HABILITADA
	TAPES COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00044400	HABILITADA
	LAGDA DOS PATOS FM LTDA.	FM	53790.00044700	HABILITADA
	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO OLMES E VERA LTDA.	FM	53790.00044500	HABILITADA
	FUNDAÇÃO CULTURAL CRUZ E SOUZA	FM	53790.00043400	HABILITADA
	RADAR RÁDIO TELEVISÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53790.00044600	HABILITADA
RS	TRIUNFO			
	IVANOY COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	FM	53790.00043200	HABILITADA
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00043300	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00045000	HABILITADA
	IFA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00043100	HABILITADA
	RÁDIO COMPANHIEIRA LTDA.	FM	53790.00043700	HABILITADA
	SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA.	FM	53790.00042800	HABILITADA
	ELEANE PEREIRA E CIA. LTDA.	FM	53790.00043500	HABILITADA
	RÁDIO SÍTOS LTDA.	FM	53790.00043500	HABILITADA
RS	VERA CRUZ			
	IFS RÁDIOFUSÃO LTDA.	FM	53790.00044000	HABILITADA
	RÁDIO ESPERANÇA LTDA.	FM	53790.00045200	HABILITADA
	IVANOY COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	FM	53790.00043200	HABILITADA
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00043300	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00045000	HABILITADA
	IFA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00043100	HABILITADA
	RÁDIO COMPANHIEIRA LTDA.	FM	53790.00043700	HABILITADA
	SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA.	FM	53790.00042800	HABILITADA
	SOCIEDADE RÁDIO SANTA FELICIDADE LTDA.	FM	53790.00043100	HABILITADA
	LINK COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00044100	HABILITADA
	LINK ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA.	FM	53790.00043800	HABILITADA
	EMPRESA DE RÁDIOFUSÃO VERA CRUZ LTDA.	FM	53790.00044100	HABILITADA
	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.	FM	53790.00043900	HABILITADA
	PAULO J. WEISS E CIA. LTDA.	FM	53790.00044200	HABILITADA
RS	VISTA ALEGRE			
	IVANOY COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	FM	53790.00043200	HABILITADA
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00043300	HABILITADA
RS	SÃO MARTINHO			
	IVANOY COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	FM	53790.00043200	HABILITADA
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00043300	HABILITADA
	LUKASHIK & KAMPHORST LTDA.	FM	53790.00045700	HABILITADA
	RÁDIO QUERÊNCIA DE SANTO AUGUSTO LTDA.	FM	53790.00045900	HABILITADA
	RÁDIO ALTO URUGUAI LTDA.	FM	53790.00045800	HABILITADA

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE
RADIODIFUSÃOAVISOS
CONCORRÊNCIA Nº 125/97

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria ANATEL nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações, TORNA SEM EFEITO a publicação constante do Aviso do dia 20 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União nº 204-E de 23-10-2000, Seção 3, pág. 39, relativa ao Resultado da Proposta Técnica dos participantes da concorrência nº 125/97-SSR/MC, mantendo inalterados os demais resultados publicados no mencionado aviso.

(Of. El. nº 228/2000)

CONCORRÊNCIAS Nº 98, 99 E 100/2000

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria ANATEL nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações, EXCLUI DA PUBLICAÇÃO constante do Aviso do dia 23 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União nº 205-E de 24-10-2000, Seção 3, pág. 41, os resultados relativos aos participantes das concorrências de nºs 098, 099 e 100/2000-SSR/MC, mantendo inalteradas as demais informações publicadas no mencionado aviso.

Brasília - DF, 24 de outubro de 2000
MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente da Comissão

(Of. El. nº 227/2000)

AGÊNCIA NACIONAL DE
TELECOMUNICAÇÕES

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO PVST/SPV Nº 28/2000

AUTORIZADA: ÉRIGE EMPREENDIMENTOS LTDA.

Objeto e Área: Autorização para prestação, em regime privado, do Serviço Limitado Especializado, Submodalidade Serviço de Rede Especializado, de interesse coletivo, em âmbito interior e internacional, tendo como área de prestação do serviço o território nacional. Fundamento Legal: Lei Federal nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações - LGT; Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998; Regulamento do Serviço Limitado, aprovado pelo Decreto nº 2.197, de 8 de abril de 1997, na Norma nº 13/97 e no Ato nº 7.350, de 24 de março de 2000.

Condições: A Autorização é expedida a título oneroso, nos termos do art. 48 da LGT, sem caráter de exclusividade, por prazo indeterminado.

Signatários: Pela ANATEL: Presidente - Renato Navarro Guerreiro e Conselheiro - Luiz Tito Cerasoli.

Pela AUTORIZADA: Sócio Gerente - Carlos Eduardo Bandin.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO PVST/SPV Nº 68/2000

AUTORIZADA: DEBIS HUMAITÁ IT SERVICES LATIN AMERICA LTDA.

Objeto e Área: Autorização para prestação, em regime privado, do Serviço Limitado Especializado, Submodalidade Serviço de Rede Especializado, de interesse coletivo, em âmbito interior e internacional, tendo como área de prestação do serviço o território nacional.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações - LGT; Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998; Regulamento do Serviço Limitado, aprovado pelo Decreto nº 2.197, de 8 de abril de 1997, na Norma nº 13/97 e no Ato nº 8.576, de 11 de maio de 2000.

Condições: A Autorização é expedida a título oneroso, nos termos do art. 48 da LGT, sem caráter de exclusividade, por prazo indeterminado.

Signatários: Pela ANATEL: Presidente - Renato Navarro Guerreiro e Conselheiro - José Lene Pereira Filho.

Pela AUTORIZADA: Procuradores - João de Matos Fernandes e Paulo Márcio Portella.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO PVST/SPV Nº 117/2000

AUTORIZADA: ATRIUM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Objeto e Área: Autorização para prestação, em regime privado, do Serviço Limitado Especializado, Submodalidade Serviço de Circuito Especializado, de interesse coletivo, em âmbito interior e internacional, tendo como área de prestação do serviço o território nacional.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações - LGT; Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998; Regulamento do Serviço Limitado, aprovado pelo Decreto nº 2.197, de 8 de abril de 1997, na Norma nº 13/97 e no Ato nº 8.870, de 31 de maio de 2000.

Condições: A Autorização é expedida a título oneroso, nos termos do art. 48 da LGT, sem caráter de exclusividade, por prazo indeterminado.

Signatários: Pela ANATEL: Presidente - Renato Navarro Guerreiro e Conselheiro - Luiz Tito Cerasoli.

Pela AUTORIZADA: Sócio Gerente - Lincoln da Cunha Pereira Filho.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO PVST/SPV Nº 118/2000

AUTORIZADA: ATRIUM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Objeto e Área: Autorização para prestação, em regime privado, do Serviço Limitado Especializado, Submodalidade Serviço de Rede Especializado, de interesse coletivo, em âmbito interior e internacional, tendo como área de prestação do serviço o território nacional.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações - LGT; Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998; Regulamento do Serviço Limitado, aprovado pelo Decreto nº 2.197, de 8 de abril de 1997, na Norma nº 13/97 e no Ato nº 8.870, de 31 de maio de 2000.

Condições: A Autorização é expedida a título oneroso, nos termos do art. 48 da LGT, sem caráter de exclusividade, por prazo indeterminado.

Signatários: Pela ANATEL: Presidente - Renato Navarro Guerreiro e Conselheiro - Luiz Tito Cerasoli.

Pela AUTORIZADA: Sócio Gerente - Lincoln da Cunha Pereira Filho.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO PVST/SPV Nº 137/2000

AUTORIZADA: ITXZ COMUNICAÇÕES LTDA.

Objeto e Área: Autorização para prestação, em regime privado, do Serviço Limitado Especializado, Submodalidade Serviço de Rede Especializado, de interesse coletivo, em âmbito interior e internacional, tendo como área de prestação do serviço o território nacional.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações - LGT; Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998; Regulamento do Serviço Limitado, aprovado pelo Decreto nº 2.197, de 8 de abril de 1997, na Norma nº 13/97 e no Ato nº 11.831, de 19 de setembro de 2000.

Condições: A Autorização é expedida a título oneroso, nos termos do art. 48 da LGT, sem caráter de exclusividade, por prazo indeterminado.

Signatários: Pela ANATEL: Presidente - Renato Navarro Guerreiro e Conselheiro - Luiz Tito Cerasoli.

Pela AUTORIZADA: Procurador - José Luiz Andreucci Junior.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 53500.002991/1999. OBJETO: exploração do Serviço Limitado Especializado, na submodalidade de Serviço de Rede Especializado, de interesse coletivo, serviço não aberto à correspondência pública, destinado a prover telecomunicação entre pontos distribuídos, de forma a estabelecer redes de telecomunicações distintas a grupos de pessoas jurídicas que realizam uma atividade específica. ITXZ COMUNICAÇÕES LTDA. Despacho nº 115, de 13/09/2000, da Superintendência de Serviços Privados.

RATIFICAÇÃO: Renato Navarro Guerreiro - Presidente, Despacho nº 147/2000, de 19/09/2000.

(Of. El. nº 7/2000)

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato ER-2 Nº 014/99-ANATEL.

Data de assinatura: 29 de setembro de 2000.

Contratada: CONSTRUIR ARQUITETURA ENGENHARIA LTDA.

Vigência: 29/09/2001.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza, conservação e copa a serem executados nas dependências do Escritório Regional da ANATEL no Estado do Rio de Janeiro, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 30/09/2000.

Fundamento Legal: a prorrogação do prazo de vigência está amparada no disposto no artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato ER-2 (UO-1) Nº 01299-ANATEL.

Data de assinatura: 31 de agosto de 2000.

Contratada: HGS LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.

Vigência: 31/08/2001.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência, cujo objeto é a prestação de serviços de locação de veículos, com motoristas devidamente habilitados para a Unidade Operacional da Anatel no Espírito Santo, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 01/09/2000 e alteração do Foro estabelecido na Cláusula Decima Terceira do CONTRATO ORIGINAL.

Fundamento Legal: a prorrogação do prazo de vigência está amparada no disposto no artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e, a substituição do Foro estabelecido no CONTRATO ORIGINAL, encontra-se respaldado no disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

(Of. El. nº 16/2000)

Superintendência de Administração Geral

EXTRATO DE RESCISÃO

ESPÉCIE: Termo de Rescisão do Contrato de prestação de serviços nº 515 de 30 de junho de 2000, celebrado entre a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e o Sr. Sidney Ferreira de Paula Junior.

OBJETO: Prestação de Serviços Técnicos.

DA RESCISÃO: Fica rescindido a pedido, neste ato, o contrato de prestação de serviços de comum acordo entre as partes, a partir de 28/09/2000, conforme faculta a Lei nº 8.647, de 13/04/93.

PELA CONTRATANTE: Edmar Carlos Jorge de Moraes, Superintendente de Administração Geral.

PELA(O) CONTRATADO(A): Sidney Ferreira de Paula Junior.

(Of. El. nº 480/2000)

Ministério da Ciência e
Tecnologia

SECRETARIA EXECUTIVA

Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

COMUNICADO Nº 122, DE 24 DE OUTUBRO DE 2000

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 2º, incisos VIII e XIII, do Decreto nº 1.752, de 20 de dezembro de 1995, torna público que após visita técnica, análise e julgamento pelo Grupo II, conforme definido no Anexo I, da Lei nº 8.905 de janeiro de 1995, a CTNBio emite parecer favorável, e última Reunião Ordinária ocorrida nos dias 05 de 06 de outubro o desenvolvimento de projeto que envolve o referido organismo seguinte instituição:

I - Processo nº 01200.000241/99-32.

Interessado: Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade Estadual Paulista - UNESP.

CGC: 48.031.918/0025-00.

Endereço: Rodovia Araraquara - Jau, Km 01 - Araraquara/SP; CEP: 14801-902; Telefone: (16) 232-0200; Fax: (16) 222-0200.

Assunto: Solicita autorização para o desenvolvimento de projeto que envolve OGM do Grupo II.

Decisão: Deferida, obtendo parecer favorável o seguinte projeto: "Estudos de Mutagenicidade através de ensaios com Salmonella typhimurium (Teste de Ames)" de responsabilidade da Dra. I. Aparecida Varanda. A CTNBio esclarece que, para as atividades de pesquisa em regime de contenção com microrganismos geneticamente modificados, a requerente deverá observar as normas estabelecidas pela Instrução Normativa nº 7, da CTNBio, publicada no Diário Oficial da União de 09.06.97, Seção 1, páginas 11.827 a 11.833.

CQB nº 109/99.

Informações complementares: Solicitações de maiores informações sobre os processos acima listados deverão ser encaminhadas por escrito, à Secretaria Executiva da CTNBio, Centro de Estratégias, SPO - Área 5 - Quadra 03 - Bloco A - Sala 33 - 70610-200 - Brasília - DF; e-mail: ctmbio@mct.gov.br; fax: (061) 411-5196.

LEILA MACEDO ODA

(Of. El. nº 336/2000)

INSTITUTO NACIONAL DE
PESQUISAS DA AMAZÔNIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2000

Nº Processo: 648/2000

Contratante: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

CNPJ Contratado: 14183321000183

Contratado: CARAH EMPREENDIMENTOS LTDA

Objeto: Recuperação, reforma e confecção de Dismenores nas Coordenadas e serviços de COXET, CPEN, CPFA, COPE, CPBA, SAS, DDCI e PG/09/ C/D INPA.

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21.06.1993

Vigência: 20/10/2000 a 19/11/2000

Valor Total: R\$ 29.229,48

Fonte de Recurso

1000000000 Nota de Empenho

2000NE001

Data de Assinatura: 20/10/2000

(SICON - 24/10/2000)

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

AVISO DE ALTERAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2000

Comunicamos que o edital de licitação supracitada, publicada no D.O. de 24/10/2000 foi alterado.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e DDI.

Novo Edital: 25/10/2000 das 08h30 às 12h00

14h00 às 17h45

Endereço: Setor Policial Sul, Área 5, Quadra Bloco "E" - 1º andar - Auditório

Ass Sul - BRASILIA - DF

Entrega das Propostas: 16/11/2000 às 10h00

Endereço: Setor Policial Sul, Área 5, Quadra Bloco "E" - 1º andar - Auditório

Ass Sul - BRASILIA - DF

LUIZ SARMENTO DE MENEZES
Presidente da CPL

(SIDEC - 24/10/2000) 203001-20402-2000NE00002



RESULTADOS DE HABILITAÇÃO

Considerando o teor do DESPACHO DO MINISTRO de 26 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União nº 212-E de 03 de novembro subsequente, Seção 1, pag.40 e, após examinada a questão suscitada sobre efeito suspensivo dos procedimentos das concorrências mencionadas a seguir, em razão de Representação interposta por CLAUDIO LORINI e outros, a Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MEC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações e, com base nos Editais, torna público o resultado da análise da documentação (Anexos I a III) dos participantes das Concorrências de nºs 098, 099 e 100/2000-SSR/MC, relativas a localidades do Estado do Rio Grande do Sul.

Os autos dos processos estarão disponíveis para REQUERIMENTOS DE VISTA no período de 20 a 25 de novembro de 2000, na respectiva Secretaria da Comissão de Assessoramento Técnico da Delegacia do Ministério das Comunicações Supervisora do Rio Grande do Sul, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte ao franqueamento dos mencionados autos, a teor do §2º, do art. 109, da Lei nº 3.666, de 21 de junho de 1993, desde que esses requerimentos sejam protocolizados na respectiva Delegacia, no período citado, e no seguinte endereço: Avenida princesa Isabel, 773 - 3º Andar - Bairro Santana - Porto Alegre/RS, fixado o dia 09 de dezembro de 2000 como DATA-LIMITE para a interposição de eventuais RECURSOS.

Brasília - DF, 13 de novembro de 2000
MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

CONCORRÊNCIA Nº 98/2000

UF	Localidade/Proprietário	Serviço	Nº do Processo	Resultado
RS ITAIBA	RADIO MONTAL DO RIOGUAZU LTDA	FM	53790.00013500	HABILITADA
	RADIO MAGNIFICAT LTDA	FM	53790.00034400	HABILITADA
	RADIO GAUDERIO FM LTDA	FM	53790.00021300	HABILITADA
	RADIO ESTRELA DO SUL FM LTDA	FM	53790.00021500	HABILITADA
	EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DO SUL LTDA	FM	53790.00024600	HABILITADA
	IEA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00028600	HABILITADA
	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRINCESA DO VALE LTDA	FM	53790.00027300	HABILITADA
	RS MACHADINHO			
	VOCÊS A LINGUAGEM LTDA	FM	53790.00011100	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00025200	HABILITADA
RS MATO LEZIO	RADIO COMPANHIEIRA FM LTDA	FM	53790.00036100	HABILITADA
	RADIO BASANTA LTDA	FM	53790.00034400	HABILITADA
	RADIO COMPARTILHA FM LTDA	FM	53790.00017900	HABILITADA
	RADIO ROMANCE LTDA	FM	53790.00017500	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00025200	HABILITADA
	RADIO COMPANHIEIRA FM LTDA	FM	53790.00036100	HABILITADA
	IEA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00028600	HABILITADA
	POSSÉLT & POSSÉLT LTDA	FM	53790.00027800	HABILITADA
	RS MORRO REDONDO			
	SISTEMA CANGUCU DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53790.00027500	HABILITADA
RS PLANAL DO SUL	SOCIEDADE DIPLOMATA CANGUCU FM LTDA	FM	53790.00026100	HABILITADA
	EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DO SUL LTDA	FM	53790.00024600	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00025200	HABILITADA
	SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00035100	HABILITADA
	RS PLANAL DO SUL			
	TRILUZ FM RADIOFUSÃO LTDA	FM	53790.00034200	HABILITADA
	RADIO COMPANHIEIRA FM LTDA	FM	53790.00036100	HABILITADA
	RS PALMITUNHO			
	ALBERELLO & FILHES COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00034200	HABILITADA
	RS PANAMBI			
RS PIRAJÁ	AURASIM & SAMPHOR LTDA	FM	53790.00036100	HABILITADA
	RADIO POSIDONIA FM LTDA	FM	53790.00021300	HABILITADA
	FACESP - FUNDAÇÃO DE AÇÃO CULTURAL EDUCACIONAL E SOCIAL DE PANAMBI	FM	53790.00036100	HABILITADA
	RADIO ROMANCE LTDA	FM	53790.00017500	HABILITADA
	SOCIEDADE RADIO SANTA FELICIDADE LTDA	FM	53790.00026600	HABILITADA
	RS PIRAJÁ			
	RADIO ENTOS LTDA	FM	53790.00025200	HABILITADA
	RADIOFUSÃO PIRAJÁ LTDA	FM	53790.00025200	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00025200	HABILITADA
	RADIO COMPANHIEIRA FM LTDA	FM	53790.00036100	HABILITADA
RS PORTO XAVIER	BORUSSIA FM LTDA	FM	53790.00017500	HABILITADA
	IEA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00028600	HABILITADA
	RS PORTO XAVIER			
	RADIO ARCO-ÍRIS FM LTDA	FM	53790.00042000	HABILITADA
	FRANCISCO WUNDERLICH FERREIRA E CIA. LTDA	FM	53790.00041100	HABILITADA
	RADIOFUSÃO ATUAL LTDA	FM	53790.00041500	HABILITADA
	IEA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00028600	HABILITADA
	SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA	FM	53790.00041900	HABILITADA
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00041500	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00042300	HABILITADA
RS RICA SALES	BORUSSIA FM LTDA	FM	53790.00017500	HABILITADA
	RS RICA SALES			
	FRANCINI & LUCCA LTDA	FM	53790.00040600	HABILITADA
	RADIO ENTOS LTDA	FM	53790.00025200	HABILITADA
	RADIO COMPANHIEIRA FM LTDA	FM	53790.00036100	HABILITADA
	IEA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00028600	HABILITADA
	RS RICA SALES			
	FRANCINI & LUCCA LTDA	FM	53790.00040600	HABILITADA
	RADIO ENTOS LTDA	FM	53790.00025200	HABILITADA
	RADIO COMPANHIEIRA FM LTDA	FM	53790.00036100	HABILITADA

ANEXO II

CONCORRÊNCIA Nº 99/2000

UF	Localidade/Proprietário	Serviço	Nº do Processo	Resultado
RS PORTO XAVIER	FUNDAÇÃO NAVEGANTES DE PORTO LUCENA	FM	53790.00018700	HABILITADA
	IEA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00041500	HABILITADA
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00041500	HABILITADA
	RS PORTO XAVIER			
	RADIO ARCO-ÍRIS FM LTDA	FM	53790.00042000	HABILITADA
	FRANCISCO WUNDERLICH FERREIRA E CIA. LTDA	FM	53790.00041100	HABILITADA
	RADIOFUSÃO ATUAL LTDA	FM	53790.00041500	HABILITADA
	IEA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00028600	HABILITADA
	SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA	FM	53790.00041900	HABILITADA
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00041500	HABILITADA
RS RICA SALES	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00042300	HABILITADA
	BORUSSIA FM LTDA	FM	53790.00017500	HABILITADA
	RS RICA SALES			
	FRANCINI & LUCCA LTDA	FM	53790.00040600	HABILITADA
	RADIO ENTOS LTDA	FM	53790.00025200	HABILITADA
	RADIO COMPANHIEIRA FM LTDA	FM	53790.00036100	HABILITADA
	IEA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00028600	HABILITADA
	RS RICA SALES			
	FRANCINI & LUCCA LTDA	FM	53790.00040600	HABILITADA
	RADIO ENTOS LTDA	FM	53790.00025200	HABILITADA

SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA	FM	53790.00041900	HABILITADA
BORUSSIA FM LTDA	FM	53790.00017500	HABILITADA
RADIO VALE DOUQUADO LTDA	FM	53790.00041100	HABILITADA
RADIO ESPERANÇA LTDA	FM	53790.00041600	HABILITADA
RADIO ROCA SALES FM LTDA	FM	53790.00041700	HABILITADA
FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00042300	HABILITADA
M. L. COMUNICAÇÕES E MARKETING LTDA	FM	53790.00041900	HABILITADA
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA	FM	53790.00024600	HABILITADA
RS SANTO ANTONIO DA PATRULHA			
IEA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00028600	HABILITADA
RANGEL E LUZ LTDA	FM	53790.00040700	HABILITADA
SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA	FM	53790.00041900	HABILITADA
LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00041500	HABILITADA
BORUSSIA FM LTDA	FM	53790.00017500	HABILITADA
RS SANTO AUGUSTO			
LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00041500	HABILITADA
FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00042300	HABILITADA
RADIOFONICA.COM MARKETING LTDA	FM	53790.00019200	HABILITADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO MACHADO E LOREZON LTDA	FM	53790.00039400	HABILITADA
RADIO GUARITA LTDA	FM	53790.00040900	HABILITADA
RADIO ALTO URUGUAI LTDA	FM	53790.00039800	HABILITADA
RADIO ESTANCIA PROPOSTAL DE INFORMAÇÃO FM LTDA	FM	53790.00038900	HABILITADA
RS SANTO CRISTO			
RADIO ROMANCE LTDA	FM	53790.00041400	HABILITADA
FUNDAÇÃO NAVEGANTES DE PORTO LUCENA	FM	53790.00018700	HABILITADA
RADIOFONICA.COM MARKETING LTDA	FM	53790.00019200	HABILITADA
LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00041500	HABILITADA
TV CLUBE LTDA	FM	53790.00041200	HABILITADA
VIVO A. MICHELIS E CIA. LTDA	FM	53790.00039900	HABILITADA
RS SÃO LOURENÇO DO SUL			
RADIO LAGOA FM LTDA	FM	53790.00029500	HABILITADA
SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA	FM	53790.00041900	HABILITADA
LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00041500	HABILITADA
FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00042300	HABILITADA
ALDRINO OSVALDT E CIA. LTDA	FM	53790.00029500	HABILITADA
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA	FM	53790.00024600	HABILITADA
RADIO FLOR-DE-LIZ INFORMATIVA FM LTDA	FM	53790.00040200	HABILITADA
RADIO RADIO TELEVISÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53790.00039300	HABILITADA
SISTEMA CANGUCU DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53790.00027500	HABILITADA
M. S. S. FM RADIOFUSÃO LTDA	FM	53790.00040100	HABILITADA
SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00035100	HABILITADA
RS SÃO MARCOS			
RADIO EXOTOS LTDA	FM	53790.00040900	HABILITADA
RADIO DIPLOMATA LTDA	FM	53790.00040200	HABILITADA
RADIO SÃO MARCOS FM LTDA	FM	53790.00029500	HABILITADA
RADIO COMPANHIEIRA FM LTDA	FM	53790.00036100	HABILITADA
SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA	FM	53790.00041900	HABILITADA
LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00041500	HABILITADA
FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00042300	HABILITADA
SOCIEDADE RADIO SANTA FELICIDADE LTDA	FM	53790.00026600	HABILITADA
BEDIN & OLIVEIRA LTDA	FM	53790.00038800	HABILITADA
SISTEMA FALA DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00029100	HABILITADA

ANEXO III

CONCORRÊNCIA Nº 100/2000

UF	Localidade/Proprietário	Serviço	Nº do Processo	Resultado
RS SÃO PEDRO DO SUL	RADIO GAUDERIO FM LTDA	FM	53790.00041600	HABILITADA
	BORUSSIA FM LTDA	FM	53790.00017500	HABILITADA
	RADIO ESTRELA DO SUL FM LTDA	FM	53790.00021500	HABILITADA
	IEA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00041500	HABILITADA
	SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA	FM	53790.00041900	HABILITADA
	IVANOV COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	FM	53790.00041200	HABILITADA
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00041500	HABILITADA
	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRINCESA DO VALE	FM	53790.00024600	HABILITADA
	RADIO ESTRELA DO SUL FM LTDA	FM	53790.00021500	HABILITADA
	RS ITAPÉ			
RS ITAPÉ	IVANOV COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	FM	53790.00041200	HABILITADA
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00041500	HABILITADA
	SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA	FM	53790.00041900	HABILITADA
	IVANOV COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	FM	53790.00041200	HABILITADA
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00041500	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00042300	HABILITADA
	IEA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00028600	HABILITADA
	RS ITAPÉ			
	IVANOV COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	FM	53790.00041200	HABILITADA
	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00041500	HABILITADA



RADIO COMPANHIA LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
ELIANE MEIREIS E CIA. LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
RADIO EXATOS LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
RS VERA CRUZ			
PERSPECTIVA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
RADIO ROMANCE LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
ME RADIODIFUSÃO LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
RADIO ESPERANÇA LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
IVANOV COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
FREQUENCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
ISA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
RADIO COMPANHIA LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
SOCIEDADE RADIO SANTA FELICIDADE LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA

ETB COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
LINK ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO VERA CRUZ LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
PAULO L. WEISS E CIA. LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
RS VISTA ALEGRE			
SOCIEDADE RADIO XOL DA AMERICA LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
IVANOV COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
RS SAO MARTINHO			
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO MACHADO E LOREZON LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
IVANOV COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
LINASHIN E KAMPHOST LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
RADIO QUERENCIA DE SANTO AUGUSTO LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA
RADIO ALTO L'EGUAL LTDA	FM	53790.00043200	HABILITADA

Ministério da Ciência e Tecnologia

SECRETARIA EXECUTIVA

Subsecretaria de Planejamento,
Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 5/2000

Objeto: Serviços de Transporte de pessoas e pequenas cargas.
Edital: 14/11/2000 de 08h30 às 12h00 e de 14h00 às 17h30
Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco "E", sala 140, sobreloja, Brasília DF.
Ass Sul - BRASILIA - DF
Entrega das Propostas: 18/11/2000 às 14h30
Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco "E", Auditorio, térreo, Brasília DF.
Ass Sul - BRASILIA - DF

LORENA DAS GRAÇAS LINS SILVEIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Substituta

(SIDEC - 13/11/2000) 240101-00001-2000NE000003

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Indústrias Nucleares do Brasil S/A

AVISO DE PRORROGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 3/2000

Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB tem público a prorrogação da data de entrega das propostas para a execução de serviços na forma indireta, sob regime de empreitada integral, para implantação no Município de Resende, no Estado do Rio de Janeiro, da Unidade de Enriquecimento de Urânio na Fábrica de Elementos Combustíveis - FEC, compreendendo todas as etapas da obra: projeto executivo, construção civil, fornecimento de equipamentos e materiais, montagem eletromecânica, testes funcionais e, ainda, apoio ao comissionamento e pré-operação.

As propostas serão abertas pela Comissão de Licitação no dia 04 de dezembro de 2000, mantidos o mesmo horário e endereço estabelecidos no Edital.

MASSAO SAKAI
Coordenador da Comissão de Licitação

(OF. EL. nº 116/2000)

Instituto de Pesquisas Energética e Nucleares

EXTRATO DE IMEDIACILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 155/2000

Nº Processo: 01342001247200042.
Objeto: Aquisição de peças de reposição para equipamentos e aparelhos de laboratórios.
Contratada: JON BEAM APPLICATIONS S/A
Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93

Justificativa: Trata-se de aquisição que se caracteriza pela inevitabilidade de necessidade.

Ratificação em 13/11/2000
CLAUDIO RODRIGUES
Superintendente
Valor: R\$ 25.544,00

(SIDEC - 13/11/2000) 112202-11501-2000NE01556

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Centro de Tecnologia Mineral

EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 169/1997
Nº Processo: 042/SMP/2979
Contratante: CONS. NAC. DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
CNPJ Contratado: 01286592000112
Contratado: A M DO PRADO INFORMATICA ME
Objeto: Prestação de serviços de manutenção, instalação, operação de back-up, suporte aos usuários nos pacotes aplicativos e softwares, instalação dos microcomputadores da rede CITEX.
Fundamento Legal: Lei 8666/93
Data de Rescisão: 01/10/2000

(SIDEC - 13/11/2000) 364210-36201-2000NE000671

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 2/2000

Objetivo: Aquisição de licenças de uso de software e prestação de serviços técnicos especializados. Comorendendo: Cadastro de direito de uso de "softwares", em caráter definitivo, para os Sistemas: Folha de Pagamento, Controle de Ponto Eletrônico e Gestão de Recursos Humanos, DATA, HORA E LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 29 de dezembro de 2000 às 11:00 horas, na sala 904-A da Praia do Flamengo nº 200 - Rio de Janeiro - RJ, os envelopes contendo a documentação de habilitação serão abertos às 11:00 horas, e partir de quando não mais serão recebidos quaisquer envelopes. EDITAL: Poderá ser consultado na sala 904-A do endereço acima com o Sr. Jofre Paranhos Muniz Barreto, no horário de 10:00 às 13:00 e de 15:00 às 17:00 horas nos dias úteis e, se for o caso, adquiri-lo completo, mediante a outorga do seu custo, no valor de R\$15.00 (quinze reais), com a comorendação do pagamento, que deverá ser feito em nome da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP no Banco do Brasil, Agência nº 2602-1, conta corrente nº 170500-5, com o "aportamento bancário" (código-div) nº 26500126801178-3.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

(OF. EL. nº 125/2000)

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Administração e Finanças
Departamento de Administração
Coordenadoria-Geral de Implementação de Sistemas

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2000

Objeto: Aquisição de mobiliário para escritório
Edital: 14/11/2000 de 08h00 às 12h30 e de 14h00 às 17h30

Entrega das Propostas: 30/11/2000 às 09h00
Endereço: SAIAV AV. L/4, Lt. 04, Bl. A, sala 107, Ed. SEDE/IBAMA/CPL
Ass Norte - BRASILIA - DF
Informações Gerais: O Edital está disponível a partir do dia 14/11/2000 podendo ser consultado no endereço abaixo ou adquirido mediante o recolhimento da taxa de R\$6,00 em qualquer agência de Banco do Brasil S/A.

(SIDEC - 13/11/2000) 193099-19211-2000NE000080

TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2000

Objeto: Execução da obra de construção do Orquídeário Nacional do IBAMA, em área da Sede do Instituto em Brasília/DF.
Edital: 14/11/2000 de 08h00 às 12h30 e de 14h00 às 17h30
Endereço: SAIAV AV. L/04, Lt. 04, Bl. A, Sala 125 Ed. SEDE/IBAMA
Ass Norte - BRASILIA - DF
Entrega das Propostas: 30/11/2000 às 14h30
Endereço: SAIAV AV. L/04, Lt. 04, Bl. A, Sala 107 Ed. SEDE/IBAMA/CPL
Ass Norte - BRASILIA - DF
Informações Gerais: O Edital está disponível a partir do dia 14/11/2000 podendo ser consultado no endereço abaixo ou adquirido mediante o recolhimento da taxa de R\$10,00 em qualquer agência bancária. Plantas/Projetos: Disponíveis em AUTO CAD 14, sendo que o interessado em adquiri-los deverá trazer 01 (um) disquete virgem 3.1/2".

ANTÔNIO MANUEL DO RÊGO MATA JÚNIOR
Coordenador-Geral

(SIDEC - 13/11/2000) 193099-19211-2000NE000080

Projeto TAMAR

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2000

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de engenharia, para restauração e reforma do Museu e Centro de Informações, na Sede Nacional do Centro TAMAR/IBAMA, na Praia do Forte/BA.
Edital: 14/11/2000 de 09h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00
Endereço: Copiadora Universitário, End.: Av. Tancredo Neves, 969, Tel.: 71 341-9333, Iguaçu, Salvador - BA
Entrega das Propostas: 29/11/2000 às 14h30
Endereço: Centro TAMAR/IBAMA Rua Rubens Quelli 134, sala 404, Ed. Empresarial Itaipara Itaipara - SALVADOR - BA

LUIS FERNANDO SANTOS NOGUEIRA
Presidente da Comissão

(SIDEC - 13/11/2000) 193099-19211-2000NE000080

Representação em Alagoas

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2000

Objeto: Contratação de forma contínua dos serviços de Vigilância Armada, nas dependências das Unidades do IBAMA, sediadas no Estado de Alagoas.
Edital: 16/11/2000 de 08h30 às 12h00 e de 14h00 às 17h30
Endereço: Av. Fernandes Lima, 4023 Farol - MACEIO - AL
Entrega das Propostas: 01/12/2000 às 09h00
Informações Gerais: Os locais a serem prestados os serviços são: Sede em Maceio, Reserva de Pesca Talhada em Quebranquilo, Escritório do Pontal do Pado em Piaçabuçu, Centro Peliz Boi no Mocal Prateado e Ariz de Mucioi.

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão – SSR/MC
Ministério das Comunicações
Brasília/DF



Processo n ° 53790.000408/00

ALVORINO OSVALDT & CIA. LTDA., sociedade comercial, com sede em Camaquã, RS, proponente na Concorrência n ° 099/2000-SSR/MC para a localidade de **São Lourenço do Sul, RS**, neste ato representada por sua procuradora, **Marta Parodi Spier**, OAB/RS 27 224, com escritório em Porto Alegre, RS, vem recorrer da decisão de **HABILITAÇÃO** da proponente **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1. A sociedade Recorrida não pode ser mantida habilitada em decorrência de não ter atendido os termos do edital convocatório a saber;
2. A proponente apresentou somente **Certidão do Cartório de Protesto de Títulos do local da residência**, (fl.17) do 7º Ofício do Rio de Janeiro. Se existe o 7º Ofício, deixou de apresentar certidões do 1º ao 6º, no mínimo.
3. Já, em relação ao Balanço de Abertura, para estar em **conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial** – subitem 5.3.2., o mesmo deve estar acompanhado da assinatura do dirigente da sociedade, a fim de atender o §4º do art. 177 da Lei 6.404/76, lei das sociedades por ações, subsidiária, no que couber, as sociedades por quotas de responsabilidade limitada que diz:

Art. 177 -
§ 4º - As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.

4. Nestas condições, é inadmissível que a colenda comissão tenha decidido habilitar a Recorrida, uma vez que ela não atendeu as exigências expressas do Edital atentando contra o **Princípio da Isonomia**, face as demais concorrentes e a Recorrente terem diligentemente apresentado todos os documentos exigidos no Edital.
5. O artigo 3º da Lei das licitações é claro ao determinar à administração a observância do julgamento das propostas com igualdade, probidade, vinculando todas as proponentes ao instrumento convocatório, proibindo o tratamento diferenciado entre os participantes.

6. A jurisprudência é farta, também, cuja decisão do TRF – 2ª região, se faz oportuno transcrever:


ADMINISTRATIVO. Licitação Pública. Princípio da vinculação ao Edital. I) A empresa impetrante foi desclassificada da concorrência por não ter atendido a requisitos do adendo às especificações e ao projeto do edital da concorrência Sep/01/86. II) Em matéria de licitação pública impera o princípio da vinculação ao edital (lei interna da licitação) tanto para o licitante, quanto para a Administração Pública, não se justificando o descumprimento de quaisquer de suas condições com base em mera interpretação unilateral, uma vez que o instrumento em questão fornece os meios destinados a sanar quaisquer dúvidas quanto à interpretação dos seus termos. III) Recurso a que se nega provimento (TRF 2ª Região. Decisão 5.6.1996. Proc. MAS 02000 4/90 – RJ. 1ª Turma. DJ de 30.07.96, p. 52.403 Rel. Des. Maria Helena).

7. A Habilitação da Recorrida somente se justifica pelo excesso de processos a qual a douta comissão se viu as voltas para o exame, não se dando conta da falta ou incorreções de documentos que a Recorrente agora vem alertar.
Sabedora do não atendimento dos subitens 5.3.2. do edital, nada mais resta à Comissão Especial de Licitação, senão, declarar Inabilitada a Recorrida.
8. Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, bem como o seu devido provimento, no sentido de **INABILITAR** a proponente **Empresa de Comunicações do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos explanados.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2000


Marta Parodi Spier
OAB/RS 27 224

51

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO DE RADIODIFUSÃO – SSR/MC
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



Ref.: Concorrência nº 099/2000 – SSR/MC

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA, sociedade comercial, com sede na cidade de Porto Alegre – RS , na Avenida Carlos Gomes nº 651, sala 1001, inscrita no CNPJ sob o nº 03.854.641/0001-00, neste ato representada por sua Procuradora MICHELLE SQUEFF, conforme instrumento já anexado aos autos da referida concorrência, vem à presença de V. Sa., apresentar suas

contra razões

ao recurso interposto pela empresa **ALVORINO OSVALDT & CIA LTDA**.

Alega a empresa recorrente que a recorrida não pode ser mantida habilitada na concorrência referente ao serviço de frequência modulada, na localidade de **São Lourenço do Sul** – RS, em razão, sob sua ótica, da ocorrência de duas irregularidades. A primeira diz respeito à habilitação jurídica da recorrida, a qual não teria apresentado as Certidões de TODOS os Ofícios de Registro de Distribuição de Títulos para Protesto e a segunda versa sobre a habilitação econômico-financeira da recorrida, a qual teria apresentado o balanço social sem a assinatura do respectivo administrador. Não procedem as alegações do recorrente em razão do que passa a ser exposto a seguir:

A handwritten signature in blue ink, located at the bottom right of the page.

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

Em relação à habilitação jurídica, conforme exigência do Edital, a recorrida anexou à sua documentação de habilitação, Certidão do 7º Ofício de Registro de Distribuição (de Títulos para Protesto) da Capital do Estado do Rio de Janeiro, referente ao sócio-gerente. Todavia, alega a empresa recorrente que a recorrida não apresentou as certidões do 1º ao 6º Cartório.

Ora, esta alegação não pode ser deferida, bastando apenas verificar na documentação juntada pela empresa recorrida que na cidade do Rio de Janeiro – RJ, local onde reside o sócio-gerente, a expedição de certidões negativas é totalmente centralizada. Ademais foram juntadas certidões de vários Cartórios do Rio de Janeiro, denominados de Ofícios de Registro de Distribuição, comprovando não haver qualquer processo cível e criminal contra o sócio-gerente, bem como não haver qualquer protesto de títulos contra a sua pessoa.

Para melhor esclarecer a matéria, na cidade do Rio de Janeiro as certidões são centralizadas e expedidas por alguns cartórios. No caso de negativa de protesto de títulos a responsabilidade da emissão da certidão é do 7º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO.

Consta também na documentação de habilitação da recorrida as certidões expedidas pelo 1º, 2º, 3º, 4º e 7º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO, ofícios estes responsáveis pela emissão de certidões negativas da cidade do Rio de Janeiro - RJ.

Assim, não existe nenhuma irregularidade na documentação da recorrida nesse sentido, conforme já esclarecido acima, tendo a mesma comprovado com o exigido no Edital.

DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Já em relação a habilitação econômico-financeira da recorrida, no que se refere à falta de assinatura do dirigente responsável no balanço de abertura, também não é motivo para a sua desclassificação na concorrência.

Denota-se que é de interesse da Administração Pública a concorrência entre os proponentes para obter-se a melhor proposta. Não obstante a isonomia entre os concorrentes, admite-se que falhas de pequena proporção sejam sanadas ou mesmo relevadas. De outra forma, o interesse da administração em contratar estaria sendo prejudicado, já que a mesma estaria restringindo o número de concorrentes em razão de um excesso de formalismo.

Neste sentido, versa Dora Maria de Oliveira Ramos *in Licitações e contratos*, 4ª Ed., Ed. Melhoramentos, p. 210:

“...se não há dúvida acerca do conteúdo e origem da proposta, não há motivo forte o suficiente para desclassificar o proponente distraído, que deixou de rubricar todas as suas folhas. Se a proposta estiver assinada pelo representante legal da empresa, ou por seu procurador com poderes para tanto investido; se tiver sido elaborada em papel timbrado da empresa; se for apresentada em envelope lacrado, dúvida não resta de que, em sua essência, **pode ser apreciada pela comissão julgadora, sem que isso represente qualquer desrespeito às normas do instrumento convocatório.**”

Note-se que o balanço apresentado cumpriu claramente com sua finalidade, qual seja demonstrar a liquidez da empresa. Desclassificar a proponente em razão da falta da assinatura do dirigente da empresa no balanço social afronta o interesse da administração em ter o maior número de concorrentes para obter a proposta de maior valor.

Assim sendo, o formalismo deve ser conciliado com o princípio da razoabilidade, o qual deve ser aplicado com a devida proporcionalidade e adequação entre os meios e fins.



Como dispõe Maria Sylvia Zanella di Pietro, in *Licitações e contratos*, 4Ed., Ed. Melhoramentos, p. 31:

O princípio da razoabilidade “serve de baliza à discricionariedade da Administração que, ao aplicar a lei aos casos concretos, decidindo com a liberdade possível diante dos limites da lei, deve optar pela medida razoável, ou seja, que tenha alguma relação com o objetivo a atingir, sob pena de ilegalidade, passível de impugnação pelas vias administrativa e judicial. O que serve de medida da razoabilidade é o exame da correlação, da ligação, do vínculo, entre a decisão adotada e o objetivo a atingir.”

Como se depara na documentação de habilitação da recorrida a mesma apresentou a TOTALIDADE dos papéis exigidos, demonstrando interesse na exploração do serviço licitado, inclusive com a cópia do balanço de abertura com a assinatura do contador responsável, tornando o documento válido, já que firmado por profissional responsável.

Como salientado, a falta de assinatura do responsável pela empresa no referido documento não é motivo suficiente para sua desclassificação, sob pena de contrariar todos os princípios de igualdade e de interesse público. O Poder Público tem todo o interesse que numa concorrência exista um grande número de participantes, não podendo alijar um proponente por detalhes que, facilmente poderão ser sanáveis, já que o subitem 9.2 faculta à Comissão, EM QUALQUER FASE DA LICITAÇÃO, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO DA LICITAÇÃO.

Não se trata de substituição de documentação ou qualquer outro procedimento de inclusão de nova documentação. O representante legal da empresa (sócio – gerente ou procurador) poderá, de acordo com o texto acima mencionado, firmar o referido documento, sem que isso caracterize-se com qualquer vantagem sobre as outras concorrentes, já que se trata de algo sanável na concorrência.



55

Ainda, a recorrida frisa que a Comissão já analisou a documentação, tendo sido considerada **habilitada**, numa clara demonstração de sua qualificação jurídico, econômico-financeira. Trata-se agora de recurso meramente protelatório, pois ambos as alegadas irregularidades que fundamentavam o recurso, seja referente à Certidão de negativa de protesto, a qual foi devidamente apresentada ou à assinatura do responsável no balanço social, a qual não constitui motivo suficiente para desclassificação, podendo, conforme disposto no texto do Edital, ser sanada a qualquer momento. Mesmo não sendo sanada esta pequena falha, não é justo motivo para a exclusão da recorrida da licitação.

DOS RECURSOS INTERPOSTOS

A recorrida ainda salienta que está também participando de outras concorrências em diversas localidades, tendo sido alvo de recursos não só na presente licitação mas também em outras, com a mesma matéria ora abordada. A recorrida estranha a uniformidade dos textos apresentados, os quais foram firmados por entidades e procuradores diversos, profissionais da área do direito e engenharia, que multiplicaram os recursos contra a habilitação da recorrida.

Embora a recorrida reconheça que todas as entidades têm o direito de apresentar suas manifestações contra qualquer concorrente, conforme prevê o Art. 109 da lei 8.666/93, causa estranheza que nos textos dos referidos recursos, os quais foram protocolados em série, constam frases e parágrafos idênticos, o que leva a crer que os signatários não tiveram o mínimo trabalho de elaboração, apresentando recursos em textos primitivos e uma série de outros, simplesmente copiados, sem demandar qualquer esforço intelectual de alguns dos signatários, podendo-se até suscitar um conluio entre as empresas recorrentes contra a recorrida.

Embasando tal assertiva, a recorrida apresenta a relação das entidades que apresentaram seus recursos, cujas cópias encontram-se em anexo, com textos idênticos:



RÁDIO PORTAL DO IBICUI LTDA., concorrência nº 098/2000, localidade de Itaara, RS, firmada por **CLÁUDIO LORINI**, registro no CREA/RS nº 51.369 – D.

PICCININI & LUCCA LTDA., concorrência nº 099/2000, localidade de Roca Sales, RS, firmada por **CLÁUDIO LORINI**, registro no CREA/RS nº 51.369 – D.

RÁDIO ROMANCE LTDA., concorrência nº 100/2000, localidade de Vera Cruz, RS, firmada por **CLÁUDIO LORINI**, registro no CREA/RS nº 51.369 – D.

EZR COMUNICAÇÕES LTDA., concorrência nº 100/2000, localidade de Vera Cruz, RS, firmada por **ELAINE KORMAN MUNHOS**.

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRINCESA DO VALE LTDA., concorrência nº 100/2000, localidade de Itaara, RS, firmada por **ELAINE KORMAN MUNHOS**.

BORUSSIA FM LTDA., concorrência nº 100/2000, localidade de Vera Cruz, RS, firmada por **CRISTIANE GUIMARÃES ALVES**, inscrição na OAB/RS nº 43.045.

ALVORINO OSVALDT & CIA. LTDA., concorrência nº 099/2000, localidade de São Lourenço do Sul, RS, firmada por **MARTA PARODI SPIER**, inscrição na OAB/RS nº 27.224.

SISTEMA CANGUÇU DE COMUNICAÇÃO LTDA., concorrência nº 098/2000, localidade de Morro Redondo, RS, firmada por **MURILO JOSÉ PASQUALOTTO**, inscrição na OAB/RS nº 43.032.

Cumpre ressaltar que o proceder deslealmente aqui denunciado representa, num mínimo, falta de ética e má-fé dos signatários. No caso específico dos profissionais de direito, tal atitude deve ser vista à luz do disposto no Art. 34 inciso V, do Estatuto da Advocacia, Lei nº 8.906/94, que assim se expressa:

“Art. 34. Constitui infração disciplinar:



57

.....
V – Assinar qualquer escrito destinado a processo judicial ou para fim extrajudicial que não tenha feito, ou que não tenha colaborado.”

A partir da análise dos recursos interpostos acima referidos, todos idênticos e com signatários diferentes, note-se **protocolados na mesma data**, a recorrida insiste na existência da figura de conluio das referidas entidades contra si, desvirtuando por completo a Concorrência instaurada para prestação do serviço de radiodifusão e infringindo o princípio da isonomia. Tal prática, viola não só o Estatuto da Advocacia, já mencionado, como também o princípio da boa-fé e da moralidade, conforme a Lei das Licitações, que assim dispõe em seu Artigo 3º:

“Art.3º – A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.” (Grifo nosso)

Em relação ao suscitado conluio entre os recorrentes, a Lei 8.666/93, em seus Arts. 90, 93 e 95 é clara acerca do assunto:

“Art. 90 – Frustar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação”

Art. 93 – Impedir perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório.

Art. 95 Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo”

ref

58

Por fim, cumpre ainda elucidar aquilo que o Código de Processo Civil, cuja aplicação é subsidiária no Direito Administrativo, versa a respeito da matéria:

Art. 14: Compete às partes e aos seus procuradores:

.....

II – proceder com lealdade e boa-fé;

O código ainda versa à respeito da questionada conduta adotada pelos recorrentes:

“ Art. 17: Reputa-se litigante de má-fé aquele que:

.....

V – proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo”

Ante a tal argumento, descabido seria esta Colenda Comissão desconsiderar os fatos ora apresentados, bem como a conduta dos recorrentes, os quais agiram manifestamente com a intenção de inabilitar a recorrida, de modo ilegal, haja vista que utilizaram-se de meio criminoso – fraude e conluio - com a finalidade de prejudicar a recorrida burlando, desta forma, os princípios básicos que regem o direito administrativo.

Assim, por todos os motivos acima expostos, requer-se seja o presente recurso julgado totalmente improcedente, mantendo a empresa recorrida na concorrência, como medida de inteira justiça !

Porto Alegre, 9 de março de 2001.


MICHELLE SQUEFF
OAB/RS 50.940

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão – SSR/MC
Ministério das Comunicações
Brasília/DF

Processo nº 53790.000408/2000
Concorrência nº 099/2000 – SSR/MC



H. SUL FM RADIODIFUSÃO LTDA, inscrita no CNPJ 00504309/0001-97, com sede na Rua Taquara, nº 322, no Bairro Petrópolis, município de PORTO ALEGRE, RS, proponente na concorrência epigrafada, para o município de **SÃO LOURENÇO DO SUL, RS**, neste ato representada por seu bastante procurador, **SILVIO LOBO RODRIGUES**, brasileiro casado, engenheiro, CREA nº 13991/78/5ª Região, residente à Av. Jordão, 295 em PORTO ALEGRE, RS, vem recorrer da decisão de **HABILITAÇÃO** da proponente **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

1. A proponente recorrida, em sua Documentação de Habilitação, apresentou no processo epigrafado, cópia do **Balanço de Abertura** sem a assinatura dos sócios.
2. O sub-item 5.3.2 do Edital 099/2000-SSR/MC, reza que:

“ 5.3.2 - Para as proponentes que, de acordo com a legislação, na data de apresentação da Documentação de Habilitação e das propostas não tenham apurado as demonstrações financeiras referentes ao seu primeiro exercício social, e para as proponentes criadas exclusivamente para a execução do serviço de radiodifusão e inativas, apresentação do balanço de abertura, levantado em até 30 dias após a data da sua constituição e em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial. “

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "H. B.", located below the quoted text.

60


3. A legislação societária e comercial exige que o balanço deve ser firmado pelos representantes legais da sociedade juntamente com o contabilista responsável por sua elaboração – lei 6404 de 15.12.76 – art. 177- § 4º - Lei das Sociedades por Ações subsidiária a Lei das Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada. O apresentado está assinado pelo contabilista, mas não contém a assinatura de nenhum dos sócios.

4. Diante do exposto, requer:

O recebimento do presente recurso, bem como o seu devido provimento, no sentido de **INABILITAR** a recorrida da concorrência em questão, pelos fatos e fundamentos legais acima expostos.

Nestes Termos,
Pede Deferimento

PORTO ALEGRE, 06 de dezembro de 2000



SILVIO LOBO RODRIGUES
Procurador
CREA – 13991/5ª Região

PROCURAÇÃO

H.SUL FM RADIODIFUSÃO LTDA., sito à Rua Taquara, nº 322, Bairro Petrópolis, na cidade de PORTO ALEGRE, RS, CNPJ nº 00.504309/0001-19, nomeia e constitui seu bastante procurador SILVIO LOBO RODRIGUES, identidade nº 4020816676, CPF nº 147255250-49 a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº099/2000-SSR/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar documentação de habilitação, proposta técnica e proposta de preço pela outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presenças e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugna-los, Ter vista dos autos bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

PORTO ALEGRE RS, 20 DE NOVEMBRO DE 2000.

Paulo Sérgio Ghan Vasques
PAULO SÉRGIO GHAN VASQUES
Identidade nº 8025331979
CIC nº 022321970-34

DIRETOR

RECONHEÇO por semelhança a(s) firma(s) indicada(s) com a seta usual de Paulo Sérgio Ghan Vasques.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE.

Herval (RS) 22 NOV 2000

Tabelão:

Dr. ANTONIO GRENALVO ROSBACK DOMINGUEZ

Tabelão Emol. R\$1,40
CPF 305 049 700-97

Juliana Rizz Utz
JULIANA RIZZ UTZ

IDENTIDADE Nº 1064730581

CIC nº 956511870-43

DIRETOR

3º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE

JACY FRANCO MOREIRA IBIAS - Tabelião
Rua Gen. Câmara, 359 - CEP 90010-230 - Fone: 221-5226 - POA - RS

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:

(1)-JULIANA RIZZ UTZ

Em Testemunho

Porto Alegre, 24 de novembro de 2000

da verdade:

MARCO NURELIO GULIAMESEN NUTORTZ.

Preço Un. R\$1,40 Total R\$1,40

CONFERE COM O ORIGINAL

Juciano de Franceschi Neto
Chefe de Serviço-DRMC/RS
Adv. Juc/RS-33.977

62

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO – SSR/MC
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



Ref.: Concorrência nº 099/2000 – SSR/MC

IC

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA, sociedade comercial, com sede na cidade de Porto Alegre – RS , na Avenida Carlos Gomes nº 651, sala 1001, inscrita no CNPJ sob o nº 03.854.641/0001-00, neste ato representada por sua Procuradora MICHELLE SQUEFF, conforme instrumento já anexado aos autos da referida concorrência, vem à presença de V. Sa., apresentar suas

contra razões

ao recurso interposto pela empresa **H. SUL FM RÁDIO-DIFUSÃO LTDA**.

Alega a empresa recorrente que a recorrida não pode ser mantida habilitada na concorrência referente ao serviço de frequência modulada, na localidade de **São Lourenço do Sul – RS**, em razão, sob sua ótica, da ocorrência de uma irregularidade no que diz respeito à habilitação econômico-financeira da recorrida, a qual teria apresentado o balanço social sem a assinatura do respectivo administrador. Não procede a alegação do recorrente em razão do que passa a ser exposto a seguir:

ref

DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Em relação à habilitação econômico-financeira da recorrida, no que se refere à falta de assinatura do dirigente responsável no balanço de abertura, não é motivo bastante para a sua desclassificação na concorrência.

Denota-se que é de interesse da Administração Pública a concorrência entre os proponentes para obter-se a melhor proposta. Não obstante a isonomia entre os concorrentes, admite-se que falhas de pequena proporção sejam sanadas ou mesmo relevadas. De outra forma, o interesse da administração em contratar estaria sendo prejudicado, já que a mesma estaria restringindo o número de concorrentes em razão de um excesso de formalismo.

Neste sentido, versa Dora Maria de Oliveira Ramos in *Licitações e contratos*, 4ª Ed., Ed. Melhoramentos, p. 210:

“...se não há dúvida acerca do conteúdo e origem da proposta, não há motivo forte o suficiente para desclassificar o proponente distraído, que deixou de rubricar todas as suas folhas. Se a proposta estiver assinada pelo representante legal da empresa, ou por seu procurador com poderes para tanto investido; se tiver sido elaborada em papel timbrado da empresa; se for apresentada em envelope lacrado, dúvida não resta de que, em sua essência, pode ser apreciada pela comissão julgadora, sem que isso represente qualquer desrespeito às normas do instrumento convocatório.”

Note-se que o balanço apresentado cumpriu claramente com sua finalidade, qual seja demonstrar a liquidez da empresa. Desclassificar a proponente em razão da falta da assinatura do dirigente da empresa no balanço social afronta o interesse da administração em ter o maior número de concorrentes para obter a proposta de maior valor.

Assim sendo, o formalismo deve ser conciliado com o princípio da razoabilidade, o qual deve ser aplicado com a devida proporcionalidade e adequação entre os meios e fins.



Como dispõe Maria Sylvia Zanella di Pietro, in *Licitações e contratos*, 4Ed., Ed. Melhoramentos, p. 31:

O princípio da razoabilidade “serve de baliza à discricionariedade da Administração que, ao aplicar a lei aos casos concretos, decidindo com a liberdade possível diante dos limites da lei, deve optar pela medida razoável, ou seja, que tenha alguma relação com o objetivo a atingir, sob pena de ilegalidade, passível de impugnação pelas vias administrativa e judicial. O que serve de medida da razoabilidade é o exame da correlação, da ligação, do vínculo, entre a decisão adotada e o objetivo a atingir.”

Como se depara na documentação de habilitação da recorrida a mesma apresentou a TOTALIDADE dos papéis exigidos, demonstrando interesse na exploração do serviço licitado, inclusive com a cópia do balanço de abertura com a assinatura do contador responsável, tornando o documento válido, já que firmado por profissional responsável.

Como salientado, a falta de assinatura do responsável pela empresa no referido documento não é motivo suficiente para sua desclassificação, sob pena de contrariar todos os princípios de igualdade e de interesse público. O Poder Público tem todo o interesse que numa concorrência exista um grande número de participantes, não podendo alijar um proponente por detalhes que, facilmente poderão ser sanáveis, já que o subitem 9.2 faculta à Comissão, EM QUALQUER FASE DA LICITAÇÃO, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO DA LICITAÇÃO.

Não se trata de substituição de documentação ou qualquer outro procedimento de inclusão de nova documentação. O representante legal da empresa (sócio – gerente ou procurador) poderá, de acordo com o texto acima mencionado, firmar o referido documento, sem que isso caracterize-se com qualquer vantagem sobre as outras concorrentes, já que se trata de algo sanável na concorrência.

65

Ainda, a recorrida frisa que a Comissão já analisou a documentação, tendo sido considerada **habilitada**, numa clara demonstração de sua qualificação jurídico, econômico-financeira. Trata-se agora de recurso meramente protelatório, tendo em vista que a alegada irregularidade que fundamentava o recurso, qual seja a falta da assinatura do responsável no balanço social, **não** constitui motivo suficiente para desclassificação, podendo, conforme disposto no texto do Edital, ser sanada a qualquer momento. Mesmo não sendo sanada esta pequena falha, não é justo motivo para a exclusão da recorrida da licitação.

Assim, por todos os motivos acima expostos, requer-se seja o presente recurso julgado totalmente improcedente, mantendo a empresa recorrida na concorrência, como medida de inteira justiça !

Porto Alegre, 9 de março de 2001.


MICHELLE SQUERF
OAB/RS 50.940

66

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão – SSR/MC
Ministério das Comunicações
Brasília/DF



Processo n ° 53790.000408/00

Concorrência n ° 099/2000 - SSR/MC

Localidade: ROCA SALES/RS

PICCININI & LUCCA LTDA., sociedade comercial, com sede em Encantado, RS, proponente na Concorrência epigrafada, neste ato representada por seu bastante procurador, **Cláudio Lorini**, com escritório na Rua Cel. Corte Real n ° 950, em Porto Alegre, RS, vem recorrer da decisão de **HABILITAÇÃO** da proponente **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1. A sociedade Recorrida não pode ser mantida habilitada em decorrência de não ter atendido os termos do edital convocatório a saber;
2. A proponente apresentou somente *Certidão do Cartório de Protesto de Títulos do local da residência*, (fl.17) do 7º Ofício do Rio de Janeiro. Se existe o 7º Ofício, deixou de apresentar certidões do 1º ao 6º, no mínimo.
3. Já, em relação ao Balanço de Abertura, para estar em *conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial* – subitem 5.3.2., o mesmo deve estar acompanhado da assinatura do dirigente da sociedade, a fim de atender o §4º do art. 177 da Lei 6.404/76, lei das sociedades por ações, subsidiária, no que couber, as sociedades por quotas de responsabilidade limitada que diz:


*Art. 177 -
§ 4º - As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.*

- 67
4. Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, bem como o seu devido provimento, no sentido de **INABILITAR** a proponente **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos explanados.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2000



Claudio Lorini
CREA/RS 51.369-D

68

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO DE RADIODIFUSÃO – SSR/MC
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



Ref.: Concorrência nº 099/2000 – SSR/MC

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA, sociedade comercial, com sede na cidade de Porto Alegre – RS , na Avenida Carlos Gomes nº 651, sala 1001, inscrita no CNPJ sob o nº 03.854.641/0001-00, neste ato representada por sua Procuradora MICHELLE SQUEFF, conforme instrumento já anexado aos autos da referida concorrência, vem à presença de V. Sa., apresentar suas

contra razões

ao recurso interposto pela empresa **PICCININI & LUCCA LTDA.**

Alega a empresa recorrente que a recorrida não pode ser mantida habilitada na concorrência referente ao serviço de frequência modulada, na localidade de Roca Sales-RS, em razão, sob sua ótica, da ocorrência de duas irregularidades. A primeira diz respeito à habilitação jurídica da recorrida, a qual não teria apresentado as Certidões de TODOS os Ofícios de Registro de Distribuição de Títulos para Protesto e a segunda versa sobre a habilitação econômico-financeira da recorrida, a qual teria apresentado o balanço social sem a assinatura do respectivo administrador. Não procedem as alegações do recorrente em razão do que passa a ser exposto a seguir:

A handwritten signature in blue ink, located at the bottom right of the page.

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

Em relação à habilitação jurídica, conforme exigência do Edital, a recorrida anexou à sua documentação de habilitação, Certidão do 7º Ofício de Registro de Distribuição (de Títulos para Protesto) da Capital do Estado do Rio de Janeiro, referente ao sócio-gerente. Todavia, alega a empresa recorrente que a recorrida não apresentou as certidões do 1º ao 6º Cartório.

Ora, esta alegação não pode ser deferida, bastando apenas verificar na documentação juntada pela empresa recorrida que na cidade do Rio de Janeiro – RJ, local onde reside o sócio-gerente, a expedição de certidões negativas é totalmente centralizada. Ademais foram juntadas certidões de vários Cartórios do Rio de Janeiro, denominados de Ofícios de Registro de Distribuição, comprovando não haver qualquer processo cível e criminal contra o sócio-gerente, bem como não haver qualquer protesto de títulos contra a sua pessoa.

Para melhor esclarecer a matéria, na cidade do Rio de Janeiro as certidões são centralizadas e expedidas por alguns cartórios. No caso de negativa de protesto de títulos a responsabilidade da emissão da certidão é do 7º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO.

Consta também na documentação de habilitação da recorrida as certidões expedidas pelo 1º, 2º, 3º, 4º e 7º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO, ofícios estes responsáveis pela emissão de certidões negativas da cidade do Rio de Janeiro - RJ.

Assim, não existe nenhuma irregularidade na documentação da recorrida nesse sentido, conforme já esclarecido acima, tendo a mesma comprovado com o exigido no Edital.

DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Já em relação a habilitação econômico-financeira da recorrida, no que se refere à falta de assinatura do dirigente responsável no balanço de abertura, também não é motivo para a sua desclassificação na concorrência.

Denota-se que é de interesse da Administração Pública a concorrência entre os proponentes para obter-se a melhor proposta. Não obstante a isonomia entre os concorrentes, admite-se que falhas de pequena proporção sejam sanadas ou mesmo relevadas. De outra forma, o interesse da administração em contratar estaria sendo prejudicado, já que a mesma estaria restringindo o número de concorrentes em razão de um excesso de formalismo.

Neste sentido, versa Dora Maria de Oliveira Ramos *in Licitações e contratos*, 4ª Ed., Ed. Melhoramentos, p. 210:

“...se não há dúvida acerca do conteúdo e origem da proposta, não há motivo forte o suficiente para desclassificar o proponente distraído, que deixou de rubricar todas as suas folhas. Se a proposta estiver assinada pelo representante legal da empresa, ou por seu procurador com poderes para tanto investido; se tiver sido elaborada em papel timbrado da empresa; se for apresentada em envelope lacrado, dúvida não resta de que, em sua essência, pode ser apreciada pela comissão julgadora, sem que isso represente qualquer desrespeito às normas do instrumento convocatório.”

Note-se que o balanço apresentado cumpriu claramente com sua finalidade, qual seja demonstrar a liquidez da empresa. Desclassificar a proponente em razão da falta da assinatura do dirigente da empresa no balanço social afronta o interesse da administração em ter o maior número de concorrentes para obter a proposta de maior valor.

Assim sendo, o formalismo deve ser conciliado com o princípio da razoabilidade, o qual deve ser aplicado com a devida proporcionalidade e adequação entre os meios e fins.



Como dispõe Maria Sylvia Zanella di Pietro, in *Licitações e contratos*, 4Ed., Ed. Melhoramentos, p. 31:

O princípio da razoabilidade “serve de baliza à discricionariedade da Administração que, ao aplicar a lei aos casos concretos, decidindo com a liberdade possível diante dos limites da lei, deve optar pela medida razoável, ou seja, que tenha alguma relação com o objetivo a atingir, sob pena de ilegalidade, passível de impugnação pelas vias administrativa e judicial. O que serve de medida da razoabilidade é o exame da correlação, da ligação, do vínculo, entre a decisão adotada e o objetivo a atingir.”

Como se depara na documentação de habilitação da recorrida a mesma apresentou a TOTALIDADE dos papéis exigidos, demonstrando interesse na exploração do serviço licitado, inclusive com a cópia do balanço de abertura com a assinatura do contador responsável, tornando o documento válido, já que firmado por profissional responsável.

Como salientado, a falta de assinatura do responsável pela empresa no referido documento não é motivo suficiente para sua desclassificação, sob pena de contrariar todos os princípios de igualdade e de interesse público. O Poder Público tem todo o interesse que numa concorrência exista um grande número de participantes, não podendo alijar um proponente por detalhes que, facilmente poderão ser sanáveis, já que o subitem 9.2 faculta à Comissão, EM QUALQUER FASE DA LICITAÇÃO, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO DA LICITAÇÃO.

Não se trata de substituição de documentação ou qualquer outro procedimento de inclusão de nova documentação. O representante legal da empresa (sócio – gerente ou procurador) poderá, de acordo com o texto acima mencionado, firmar o referido documento, sem que isso caracterize-se com qualquer vantagem sobre as outras concorrentes, já que se trata de algo sanável na concorrência.



Ainda, a recorrida frisa que a Comissão já analisou a documentação, tendo sido considerada **habilitada**, numa clara demonstração de sua qualificação jurídico, econômico-financeira. Trata-se agora de recurso meramente protelatório, pois ambos as alegadas irregularidades que fundamentavam o recurso, seja referente à Certidão de negativa de protesto, a qual foi devidamente apresentada ou à assinatura do responsável no balanço social, a qual não constitui motivo suficiente para desclassificação, podendo, conforme disposto no texto do Edital, ser sanada a qualquer momento. Mesmo não sendo sanada esta pequena falha, não é justo motivo para a exclusão da recorrida da licitação.

DOS RECURSOS INTERPOSTOS

A recorrida ainda salienta que está também participando de outras concorrências em diversas localidades, tendo sido alvo de recursos não só na presente licitação mas também em outras, com a mesma matéria ora abordada. A recorrida estranha a uniformidade dos textos apresentados, os quais foram firmados por entidades e procuradores diversos, profissionais da área do direito e engenharia, que multiplicaram os recursos contra a habilitação da recorrida.

Embora a recorrida reconheça que todas as entidades têm o direito de apresentar suas manifestações contra qualquer concorrente, conforme prevê o Art. 109 da lei 8.666/93, causa estranheza que nos textos dos referidos recursos, os quais foram protocolados em série, constam frases e parágrafos idênticos, o que leva a crer que os signatários não tiveram o mínimo trabalho de elaboração, apresentando recursos em textos primitivos e uma série de outros, simplesmente copiados, sem demandar qualquer esforço intelectual de alguns dos signatários, podendo-se até suscitar um conluio entre as empresas recorrentes contra a recorrida.

Embasando tal assertiva, a recorrida apresenta a relação das entidades que apresentaram seus recursos, cujas cópias encontram-se em anexo, com textos idênticos:

RÁDIO PORTAL DO IBICUI LTDA., concorrência nº 098/2000, localidade de Itaara, RS, firmada por **CLÁUDIO LORINI**, registro no CREA/RS nº 51.369 – D.

PICCININI & LUCCA LTDA., concorrência nº 099/2000, localidade de Roca Sales, RS, firmada por **CLÁUDIO LORINI**, registro no CREA/RS nº 51.369 – D.

RÁDIO ROMANCE LTDA., concorrência nº 100/2000, localidade de Vera Cruz, RS, firmada por **CLÁUDIO LORINI**, registro no CREA/RS nº 51.369 – D.

EZR COMUNICAÇÕES LTDA., concorrência nº 100/2000, localidade de Vera Cruz, RS, firmada por **ELAINE KORMAN MUNHOS**.

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRINCESA DO VALE LTDA., concorrência nº 100/2000, localidade de Itaara, RS, firmada por **ELAINE KORMAN MUNHOS**.

BORUSSIA FM LTDA., concorrência nº 100/2000, localidade de Vera Cruz, RS, firmada por **CRISTIANE GUIMARÃES ALVES**, inscrição na OAB/RS nº 43.045.

ALVORINO OSVALDT & CIA. LTDA., concorrência nº 099/2000, localidade de São Lourenço do Sul, RS, firmada por **MARTA PARODI SPIER**, inscrição na OAB/RS nº 27.224.

SISTEMA CANGUÇU DE COMUNICAÇÃO LTDA., concorrência nº 098/2000, localidade de Morro Redondo, RS, firmada por **MURILO JOSÉ PASQUALOTTO**, inscrição na OAB/RS nº 43.032.

Cumprе ressaltar que o proceder deslealmente aqui denunciado representa, num mínimo, falta de ética e má-fé dos signatários. No caso específico dos profissionais de direito, tal atitude deve ser vista à luz do disposto no Art. 34 inciso V, do Estatuto da Advocacia, Lei nº 8.906/94, que assim se expressa:

“Art. 34. Constitui infração disciplinar:

7H

.....
V – Assinar qualquer escrito destinado a processo judicial ou para fim extrajudicial que não tenha feito, ou que não tenha colaborado.”

A partir da análise dos recursos interpostos acima referidos, todos idênticos e com signatários diferentes, note-se **protocolados na mesma data**, a recorrida insiste na existência da figura de conluio das referidas entidades contra si, desvirtuando por completo a Concorrência instaurada para prestação do serviço de radiodifusão e infringindo o princípio da isonomia. Tal prática, viola não só o Estatuto da Advocacia, já mencionado, como também o princípio da boa-fé e da moralidade, conforme a Lei das Licitações, que assim dispõe em seu Artigo 3º:

“Art.3º – A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.” (Grifo nosso)

Em relação ao suscitado conluio entre os recorrentes, a Lei 8.666/93, em seus Arts. 90, 93 e 95 é clara acerca do assunto:

“Art. 90 – Frustar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação”

Art. 93 – Impedir perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório.

Art. 95 Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo”

ves

Por fim, cumpre ainda elucidar aquilo que o Código de Processo Civil, cuja aplicação é subsidiária no Direito Administrativo, versa a respeito da matéria:

Art. 14: Compete às partes e aos seus procuradores:

.....

II – proceder com lealdade e boa-fé;

O código ainda versa à respeito da questionada conduta adotada pelos recorrentes:

“ Art. 17: Reputa-se litigante de má-fé aquele que:

.....

V – proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo”

Ante a tal argumento, descabido seria esta Colenda Comissão desconsiderar os fatos ora apresentados, bem como a conduta dos recorrentes, os quais agiram manifestamente com a intenção de inabilitar a recorrida, de modo ilegal, haja vista que utilizaram-se de meio criminoso – fraude e conluio - com a finalidade de prejudicar a recorrida burlando, desta forma, os princípios básicos que regem o direito administrativo.

Assim, por todos os motivos acima expostos, requer-se seja o presente recurso julgado totalmente improcedente, mantendo a empresa recorrida na concorrência, como medida de inteira justiça !

Porto Alegre, 9 de março de 2001.


MICHELLE SQUEFF
OAB/RS 50.940

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão – SSR/MC
Ministério das Comunicações
Brasília/DF

Processo n.º 53790.000368/00

Concorrência n.º 098/2000-SSR/MC

Localidade: Morro Redondo/RS



SISTEMA CANGUÇU DE COMUNICAÇÃO LTDA., sociedade comercial, com sede em Canguçu, SC, na Rua Maria Conceição Monteiro Bento n.º 137, CNPJ/MF n.º 01 772 267/0001-60, proponente na Concorrência epigrafada, neste ato representada por seu procurador, **Murilo José Pasqualotto**, com escritório na Rua Cel. Corte Real n.º 950, em Porto Alegre, RS, vem recorrer da decisão de HABILITAÇÃO da proponente **EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DO SUL LTDA.**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1. A sociedade Recorrida não pode ser mantida habilitada em decorrência de não ter atendido os termos do edital convocatório a saber;
2. A proponente apresentou somente *Certidão do Cartório de Protesto de Títulos do local da residência*, (fl.17) do 7º Ofício do Rio de Janeiro. Se existe o 7º Ofício, deixou de apresentar certidões do 1º ao 6º, no mínimo.
3. Já, em relação ao Balanço de Abertura, para estar em *conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial* – subitem 5.3.2., o mesmo deve estar acompanhado da assinatura do dirigente da sociedade, a fim de atender o §4º do art.

177 da Lei 6.404/76, lei das sociedades por ações, subsidiária, no que couber, as sociedades por quotas de responsabilidade limitada que diz:

Art. 177 -

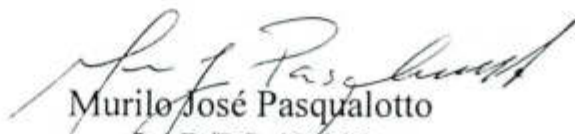
§ 4º - As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.

4. Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, bem como o seu devido provimento, no sentido de **INABILITAR** a proponente **EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DO SUL LTDA.**, pelos fatos e fundamentos explanados.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Porto Alegre, 06 de dezembro de 2000


Murilo José Pasqualotto
OAB/RS 43.032

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão – SSR/MC
Ministério das Comunicações
Brasília/DF



Processo n.º 53790.000368/00

Concorrência n.º 098/2000 - SSR/MC

Localidade: ITAARA/RS

RÁDIO PORTAL DO IBICUI LTDA, sociedade comercial, com sede em Santa Maria, RS, proponente na Concorrência epigrafada, neste ato representada por seu bastante procurador, **Cláudio Lorini**, com escritório na Rua Cel. Corte Real n.º 950, em Porto Alegre, RS, vem recorrer da decisão de **HABILITAÇÃO** da proponente **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1. A sociedade Recorrida não pode ser mantida habilitada em decorrência de não ter atendido os termos do edital convocatório a saber;
2. A proponente apresentou somente *Certidão do Cartório de Protesto de Títulos do local da residência*, (fl.17) do 7º Ofício do Rio de Janeiro. Se existe o 7º Ofício, deixou de apresentar certidões do 1º ao 6º, no mínimo.
3. Já, em relação ao Balanço de Abertura, para estar em *conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial* – subitem 5.3.2., o mesmo deve estar acompanhado da assinatura do dirigente da sociedade, a fim de atender o §4º do art. 177 da Lei 6.404/76, lei das sociedades por ações, subsidiária, no que couber, as sociedades por quotas de responsabilidade limitada que diz:

Art. 177 -

79


§ 4º - As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.

4. Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, bem como o seu devido provimento, no sentido de **INABILITAR** a proponente **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos explanados.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2000



Claudio Lorini
CREA/RS 51.369-D

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão – SSR/MC
Ministério das Comunicações
Brasília/DF



Processo n ° 53790.000408/00

Concorrência n ° 099/2000 - SSR/MC

Localidade: ROCA SALES/RS

PICCININI & LUCCA LTDA., sociedade comercial, com sede em Encantado, RS, proponente na Concorrência epígrafa, neste ato representada por seu bastante procurador, **Cláudio Lorini**, com escritório na Rua Cel. Corte Real n ° 950, em Porto Alegre, RS, vem recorrer da decisão de **HABILITAÇÃO** da proponente **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1. A sociedade Recorrida não pode ser mantida habilitada em decorrência de não ter atendido os termos do edital convocatório a saber;
2. A proponente apresentou somente *Certidão do Cartório de Protesto de Títulos do local da residência*, (fl.17) do 7º Ofício do Rio de Janeiro. Se existe o 7º Ofício, deixou de apresentar certidões do 1º ao 6º, no mínimo.
3. Já, em relação ao Balanço de Abertura, para estar em *conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial* – subitem 5.3.2., o mesmo deve estar acompanhado da assinatura do dirigente da sociedade, a fim de atender o §4º do art. 177 da Lei 6.404/76, lei das sociedades por ações, subsidiária, no que couber, as sociedades por quotas de responsabilidade limitada que diz:

*Art. 177 -
§ 4º - As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.*

4. Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, bem como o seu devido provimento, no sentido de **INABILITAR** a proponente **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos explanados.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2000



Claudio Lorini
CREA/RS 51.369-D

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão – SSR/MC
Ministério das Comunicações
Brasília/DF

Processo n ° 53790.000439/00

Concorrência n ° 100/2000 - SSR/MC

Localidade: Vera Cruz/RS



RÁDIO ROMANCE LTDA, sociedade comercial, com sede em Santa Maria, RS, proponente na Concorrência epigrafada, neste ato representada por seu bastante procurador, **Cláudio Lorini**, com escritório na Rua Cel. Corte Real n ° 950, em Porto Alegre, RS, vem recorrer da decisão de **HABILITAÇÃO** da proponente **Empresa de Comunicações do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1. A sociedade Recorrida não pode ser mantida habilitada em decorrência de não ter atendido os termos do edital convocatório a saber;
2. A proponente apresentou somente *Certidão do Cartório de Protesto de Títulos do local da residência*, (fl.17) do 7º Ofício do Rio de Janeiro. Se existe o 7º Ofício, deixou de apresentar certidões do 1º ao 6º, no mínimo.
3. Já, em relação ao Balanço de Abertura, para estar em *conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial* – subitem 5.3.2., o mesmo deve estar acompanhado da assinatura do dirigente da sociedade, a fim de atender o §4º do art. 177 da Lei 6.404/76, lei das sociedades por ações, subsidiária, no que couber, as sociedades por quotas de responsabilidade limitada que diz:

*Art. 177 -
§ 4º - As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.*

4. Portanto, o documento juntado intitulado *balanço patrimonial* encerrado em 11.07.00 é imprestável para o atendimento do item 5.3. e seus subitens do Edital convocatório.

5. Nestas condições, é inadmissível que a colenda comissão tenha decidido habilitar a Recorrida, uma vez que ela não atendeu as exigências expressas do Edital atentando contra o *Princípio da Isonomia*, face as demais concorrentes e a Recorrente terem diligentemente apresentado todos os documentos exigidos no Edital.
6. O artigo 3º da Lei das licitações é claro ao determinar à administração a observância do julgamento das propostas com igualdade, proibindo, vinculando todas as proponentes ao instrumento convocatório, proibindo o tratamento diferenciado entre os participantes.
7. A jurisprudência é farta, também, cuja decisão do TRF – 2ª região, se faz oportuno transcrever:

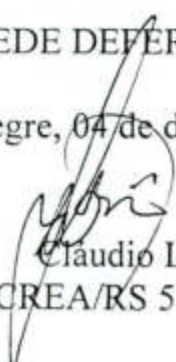
ADMINISTRATIVO. Licitação Pública. Princípio da vinculação ao Edital. I) A empresa impetrante foi desclassificada da concorrência por não ter atendido a requisitos do adendo às especificações e ao projeto do edital da concorrência Sep/01/86. II) Em matéria de licitação pública impera o princípio da vinculação ao edital (lei interna da licitação) tanto para o licitante, quanto para a Administração Pública, não se justificando o descumprimento de quaisquer de suas condições com base em mera interpretação unilateral, uma vez que o instrumento em questão fornece os meios destinados a sanar quaisquer dúvidas quanto à interpretação dos seus termos. III) Recurso a que se nega provimento (TRF 2ª Região. Decisão 5.6.1996. Proc. MAS 02000 4/90 – RJ. 1ª Turma. DJ de 30.07.96, p. 52.403 Rel. Des. Maria Helena).

8. Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, bem como o seu devido provimento, no sentido de **INABILITAR** a proponente **Empresa de Comunicações do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos explanados.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2000


Cláudio Lorini
CREA/RS 51.369-D

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão – SSR/MC
Ministério das Comunicações
Brasília/DF

Processo n° 53790.000439/00



EZR COMUNICAÇÕES LTDA, sociedade comercial, com sede em Santa Cruz do Sul, RS, proponente na **Concorrência n° 100/2000** – SSR/MC para a localidade de Vera Cruz/RS, neste ato representada por sua bastante procuradora, **Elaine Korman Munhos**, vem recorrer da decisão de HABILITAÇÃO da proponente **EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DO SUL LTDA.**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1. A sociedade Recorrida não pode ser mantida habilitada em decorrência de não ter atendido os termos do edital convocatório a saber;
2. A proponente apresentou **Certidão do Cartório de Protesto de Títulos do local da residência**, (fl.17) somente do 7º Ofício do Rio de Janeiro. Se existe o 7º Ofício, deixou de apresentar certidões do 1º ao 6º, no mínimo.
3. Já, em relação ao Balanço de Abertura, para estar em **conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial** – subitem 5.3.2., o mesmo deve estar acompanhado da assinatura do dirigente da sociedade, a fim de atender o §4º do art. 177 da Lei 6.404/76, lei das sociedades por ações, subsidiária, no que couber, às sociedades por quotas de responsabilidade limitada que diz:

Art. 177 -

§ 4º - As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.

4. Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, bem como o seu devido provimento, no sentido de **INABILITAR** a proponente **EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DO SUL LTDA.**, pelos fatos e fundamentos explanados.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2000


Elaine Korman Munhos

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão – SSR/MC
Ministério das Comunicações
Brasília/DF



Processo n º 53790.000408/00

Cópia

ALVORINO OSVALDT & CIA. LTDA., sociedade comercial, com sede em Camaquã, RS, proponente na Concorrência n º 099/2000-SSR/MC para a localidade de São Lourenço do Sul, RS, neste ato representada por sua procuradora, **Marta Parodi Spier**, OAB/RS 27 224, com escritório em Porto Alegre, RS, vem recorrer da decisão de **HABILITAÇÃO** da proponente **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1. A sociedade Recorrida não pode ser mantida habilitada em decorrência de não ter atendido os termos do edital convocatório a saber;
2. A proponente apresentou somente **Certidão do Cartório de Protesto de Títulos do local da residência**, (fl.17) do 7º Ofício do Rio de Janeiro. Se existe o 7º Ofício, deixou de apresentar certidões do 1º ao 6º, no mínimo.
3. Já, em relação ao Balanço de Abertura, para estar em **conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial** – subitem 5.3.2., o mesmo deve estar acompanhado da assinatura do dirigente da sociedade, a fim de atender o §4º do art. 177 da Lei 6.404/76, lei das sociedades por ações, subsidiária, no que couber, as sociedades por quotas de responsabilidade limitada que diz:

Art. 177 -

§ 4º - As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.

4. Nestas condições, é inadmissível que a colenda comissão tenha decidido habilitar a Recorrida, uma vez que ela não atendeu as exigências expressas do Edital atentando contra o **Princípio da Isonomia**, face as demais concorrentes e a Recorrente terem diligentemente apresentado todos os documentos exigidos no Edital.
5. O artigo 3º da Lei das licitações é claro ao determinar à administração a observância do julgamento das propostas com igualdade, probidade, vinculando todas as proponentes ao instrumento convocatório, proibindo o tratamento diferenciado entre os participantes.

WBR

- 26
6. A jurisprudência é farta, também, cuja decisão do TRF – 2ª região, se faz oportuno transcrever:

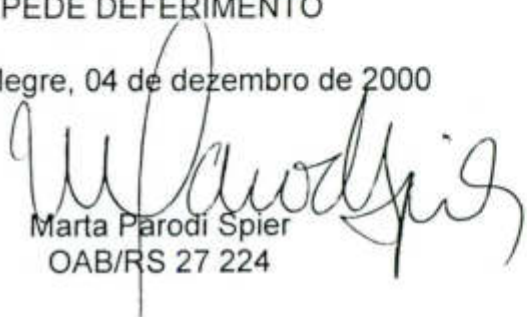
ADMINISTRATIVO. Licitação Pública. Princípio da vinculação ao Edital. I) A empresa impetrante foi desclassificada da concorrência por não ter atendido a requisitos do adendo às especificações e ao projeto do edital da concorrência Sep/01/86. II) Em matéria de licitação pública impera o princípio da vinculação ao edital (lei interna da licitação) tanto para o licitante, quanto para a Administração Pública, não se justificando o descumprimento de quaisquer de suas condições com base em mera interpretação unilateral, uma vez que o instrumento em questão fornece os meios destinados a sanar quaisquer dúvidas quanto à interpretação dos seus termos. III) Recurso a que se nega provimento (TRF 2ª Região. Decisão 5.6.1996. Proc. MAS 02000 4/90 – RJ. 1ª Turma. DJ de 30.07.96, p. 52.403 Rel. Des. Maria Helena).

7. A Habilitação da Recorrida somente se justifica pelo excesso de processos a qual a douda comissão se viu as voltas para o exame, não se dando conta da falta ou incorreções de documentos que a Recorrente agora vem alertar.
Sabedora do não atendimento dos subitens 5.3.2. do edital, nada mais resta à Comissão Especial de Licitação, senão, declarar Inabilitada a Recorrida.
8. Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, bem como o seu devido provimento, no sentido de **INABILITAR** a proponente **Empresa de Comunicações do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos explanados.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2000


Marta Parodi Spier
OAB/RS 27 224

87

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão – SSR/MC
Ministério das Comunicações
Brasília/DF

Processo n ° 53790.000368/00



EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRINCESA DO VALE
LTDA, sociedade comercial, com sede em Blumenau, SC, proponente na Concorrência n ° 100/2000 – SSR/MC para a localidade de Itaara, RS, neste ato representada por sua bastante procuradora, **Elaine Korman Munhos**, vem recorrer da decisão de HABILITAÇÃO da proponente **EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DO SUL LTDA.**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1. A sociedade Recorrida não pode ser mantida habilitada em decorrência de não ter atendido os termos do edital convocatório a saber;
2. A proponente apresentou *Certidão do Cartório de Protesto de Títulos do local da residência*, (fl.17) somente do 7º Ofício do Rio de Janeiro. Se existe o 7º Ofício, deixou de apresentar certidões do 1º ao 6º, no mínimo.
3. Já, em relação ao Balanço de Abertura, para estar em *conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial* – subitem 5.3.2., o mesmo deve estar acompanhado da assinatura do dirigente da sociedade, a fim de atender o §4º do art. 177 da Lei 6.404/76, lei das sociedades por ações, subsidiária, no que couber, às sociedades por quotas de responsabilidade limitada que diz:

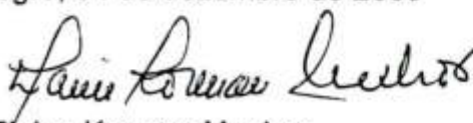
Art. 177 -
§ 4º - As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.

4. Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, bem como o seu devido provimento, no sentido de **INABILITAR** a proponente **EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DO SUL LTDA.**, pelos fatos e fundamentos explanados.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2000


Elaine Korman Munhos

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão - SSR/MC
Ministério das Comunicações
Brasília/DF



BORUSSIA FM LTDA (Processo n ° 53790.000439/00), sociedade com sede em Osório, RS, proponente na Concorrência n ° 100/2000-SSR/MC, na localidade de Vera Cruz/RS, neste ato representada por sua procuradora, **Cristiane Guimarães Alves**, vem recorrer da decisão de HABILITAÇÃO da proponente **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos:

1. A sociedade Recorrida não pode ser mantida habilitada em decorrência de não ter atendido os termos do edital convocatório a saber;
2. A proponente apresentou somente *Certidão do Cartório de Protesto de Títulos do local da residência*, (fl.17) do 7º Ofício do Rio de Janeiro. Se existe o 7º Ofício, deixou de apresentar certidões do 1º ao 6º, no mínimo.
3. Já, em relação ao Balanço de Abertura, para estar em *conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial* - subitem 5.3.2., o mesmo deve estar acompanhado da assinatura do dirigente da sociedade, a fim de atender o §4º do art. 177 da Lei 6.404/76, lei das sociedades por ações, subsidiária, no que couber, as sociedades por quotas de responsabilidade limitada que diz:

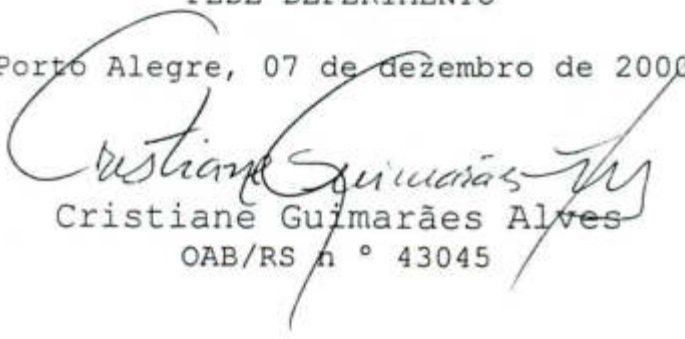
Art. 177 -
§ 4º - *As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.*

4. Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, bem como o seu devido provimento, no sentido de **INABILITAR** a proponente **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos explanados.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Porto Alegre, 07 de dezembro de 2000


Cristiane Guimarães Alves
OAB/RS n ° 43045

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão – SSR/MC
Ministério das Comunicações
Brasília/DF

Processo n ° 53790.000368/00

Concorrência n ° 098/2000-SSR/MC

Localidade: Morro Redondo/RS



SISTEMA CANGUÇU DE COMUNICAÇÃO LTDA., sociedade comercial, com sede em Canguçu, SC, na Rua Maria Conceição Monteiro Bento n ° 137, CNPJ/MF n ° 01 772 267/0001-60, proponente na Concorrência epigrafada, neste ato representada por seu procurador, **Murilo José Pasqualotto**, com escritório na Rua Cel. Corte Real n ° 950, em Porto Alegre, RS, vem recorrer da decisão de **HABILITAÇÃO** da proponente **EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DO SUL LTDA.**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1. A sociedade Recorrida não pode ser mantida habilitada em decorrência de não ter atendido os termos do edital convocatório a saber;
2. A proponente apresentou somente *Certidão do Cartório de Protesto de Títulos do local da residência*, (fl.17) do 7º Ofício do Rio de Janeiro. Se existe o 7º Ofício, deixou de apresentar certidões do 1º ao 6º, no mínimo.
3. Já, em relação ao Balanço de Abertura, para estar em *conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial* – subitem 5.3.2., o mesmo deve estar acompanhado da assinatura do dirigente da sociedade, a fim de atender o §4º do art.

A handwritten signature in dark ink, consisting of a series of loops and strokes, located at the bottom right of the page.

177 da Lei 6.404/76, lei das sociedades por ações, subsidiária, no que couber, as sociedades por quotas de responsabilidade limitada que diz:

Art. 177 -

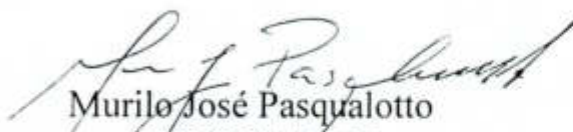
§ 4º - As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.

4. Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, bem como o seu devido provimento, no sentido de **INABILITAR** a proponente **EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DO SUL LTDA.**, pelos fatos e fundamentos explanados.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Porto Alegre, 06 de dezembro de 2000


Murilo José Pasqualotto
OAB/RS 43.032

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão – SSR/MC
Ministério das Comunicações
Brasília/DF



Processo n.º 53790.000368/00

Concorrência n.º 098/2000 - SSR/MC

Localidade: ITAARA/RS

RÁDIO PORTAL DO IBICUI LTDA, sociedade comercial, com sede em Santa Maria, RS, proponente na Concorrência epígrafa, neste ato representada por seu bastante procurador, **Cláudio Lorini**, com escritório na Rua Cel. Corte Real n.º 950, em Porto Alegre, RS, vem recorrer da decisão de HABILITAÇÃO da proponente **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1. A sociedade Recorrida não pode ser mantida habilitada em decorrência de não ter atendido os termos do edital convocatório a saber;
2. A proponente apresentou somente *Certidão do Cartório de Protesto de Títulos do local da residência*, (fl.17) do 7º Ofício do Rio de Janeiro. Se existe o 7º Ofício, deixou de apresentar certidões do 1º ao 6º, no mínimo.
3. Já, em relação ao Balanço de Abertura, para estar em *conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial* – subitem 5.3.2., o mesmo deve estar acompanhado da assinatura do dirigente da sociedade, a fim de atender o §4º do art. 177 da Lei 6.404/76, lei das sociedades por ações, subsidiária, no que couber, as sociedades por quotas de responsabilidade limitada que diz:

Art. 177 -

92

§ 4º - As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.

4. Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, bem como o seu devido provimento, no sentido de **INABILITAR** a proponente **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos explanados.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2000



Claudio Lorini
CREA/RS 51.369-D

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão – SSR/MC
Ministério das Comunicações
Brasília/DF

Processo n ° 53790.000439/00

Concorrência n ° 100/2000 - SSR/MC

Localidade: Vera Cruz/RS



RÁDIO ROMANCE LTDA, sociedade comercial, com sede em Santa Maria, RS, proponente na Concorrência epigrafada, neste ato representada por seu bastante procurador, **Cláudio Lorini**, com escritório na Rua Cel. Corte Real n ° 950, em Porto Alegre, RS, vem recorrer da decisão de **HABILITAÇÃO** da proponente **Empresa de Comunicações do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1. A sociedade Recorrida não pode ser mantida habilitada em decorrência de não ter atendido os termos do edital convocatório a saber;
2. A proponente apresentou somente *Certidão do Cartório de Protesto de Títulos do local da residência*, (fl.17) do 7º Ofício do Rio de Janeiro. Se existe o 7º Ofício, deixou de apresentar certidões do 1º ao 6º, no mínimo.
3. Já, em relação ao Balanço de Abertura, para estar em *conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial* – subitem 5.3.2., o mesmo deve estar acompanhado da assinatura do dirigente da sociedade, a fim de atender o §4º do art. 177 da Lei 6.404/76, lei das sociedades por ações, subsidiária, no que couber, as sociedades por quotas de responsabilidade limitada que diz:

*Art. 177 -
§ 4º - As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.*

4. Portanto, o documento juntado intitulado *balanço patrimonial* encerrado em 11.07.00 é imprestável para o atendimento do item 5.3. e seus subitens do Edital convocatório.

5. Nestas condições, é inadmissível que a colenda comissão tenha decidido habilitar a Recorrida, uma vez que ela não atendeu as exigências expressas do Edital atentando contra o *Princípio da Isonomia*, face as demais concorrentes e a Recorrente terem diligentemente apresentado todos os documentos exigidos no Edital.
6. O artigo 3º da Lei das licitações é claro ao determinar à administração a observância do julgamento das propostas com igualdade, probidade, vinculando todas as proponentes ao instrumento convocatório, proibindo o tratamento diferenciado entre os participantes.
7. A jurisprudência é farta, também, cuja decisão do TRF – 2ª região, se faz oportuno transcrever:

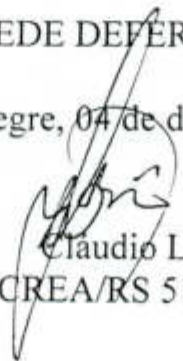
ADMINISTRATIVO. Licitação Pública. Princípio da vinculação ao Edital. I) A empresa impetrante foi desclassificada da concorrência por não ter atendido a requisitos do adendo às especificações e ao projeto do edital da concorrência Sep/01/86. II) Em matéria de licitação pública impera o princípio da vinculação ao edital (lei interna da licitação) tanto para o licitante, quanto para a Administração Pública, não se justificando o descumprimento de quaisquer de suas condições com base em mera interpretação unilateral, uma vez que o instrumento em questão fornece os meios destinados a sanar quaisquer dúvidas quanto à interpretação dos seus termos. III) Recurso a que se nega provimento (TRF 2ª Região. Decisão 5.6.1996. Proc. MAS 02000 4/90 – RJ. 1ª Turma. DJ de 30.07.96, p. 52.403 Rel. Des. Maria Helena).

8. Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, bem como o seu devido provimento, no sentido de **INABILITAR** a proponente **Empresa de Comunicações do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos explanados.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2000


Claudio Lorini
CREA/RS 51.369-D

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão – SSR/MC
Ministério das Comunicações
Brasília/DF

Processo n° 53790.000439/00



EZR COMUNICAÇÕES LTDA, sociedade comercial, com sede em Santa Cruz do Sul, RS, proponente na **Concorrência n° 100/2000 – SSR/MC** para a localidade de Vera Cruz/RS, neste ato representada por sua bastante procuradora, **Elaine Korman Munhos**, vem recorrer da decisão de **HABILITAÇÃO** da proponente **EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DO SUL LTDA.**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1. A sociedade Recorrida não pode ser mantida habilitada em decorrência de não ter atendido os termos do edital convocatório a saber;
2. A proponente apresentou **Certidão do Cartório de Protesto de Títulos do local da residência**, (fl.17) somente do 7º Ofício do Rio de Janeiro. Se existe o 7º Ofício, deixou de apresentar certidões do 1º ao 6º, no mínimo.
3. Já, em relação ao Balanço de Abertura, para estar em **conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial** – subitem 5.3.2., o mesmo deve estar acompanhado da assinatura do dirigente da sociedade, a fim de atender o §4º do art. 177 da Lei 6.404/76, lei das sociedades por ações, subsidiária, no que couber, às sociedades por quotas de responsabilidade limitada que diz:

Art. 177 -

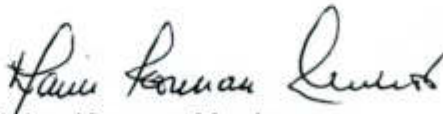
§ 4º - As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.

4. Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, bem como o seu devido provimento, no sentido de **INABILITAR** a proponente **EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DO SUL LTDA.**, pelos fatos e fundamentos explanados.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2000


Elaine Korman Munhos

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão – SSR/MC
Ministério das Comunicações
Brasília/DF

Processo n° 53790.000368/00



EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRINCESA DO VALE
LTDA, sociedade comercial, com sede em Blumenau, SC, proponente na **Concorrência n° 100/2000** – SSR/MC para a localidade de Itaara, RS, neste ato representada por sua bastante procuradora, **Elaine Korman Munhos**, vem recorrer da decisão de HABILITAÇÃO da proponente **EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DO SUL LTDA.**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1. A sociedade Recorrida não pode ser mantida habilitada em decorrência de não ter atendido os termos do edital convocatório a saber;
2. A proponente apresentou **Certidão do Cartório de Protesto de Títulos do local da residência**, (fl.17) somente do 7º Ofício do Rio de Janeiro. Se existe o 7º Ofício, deixou de apresentar certidões do 1º ao 6º, no mínimo.
3. Já, em relação ao Balanço de Abertura, para estar em **conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial** – subitem 5.3.2., o mesmo deve estar acompanhado da assinatura do dirigente da sociedade, a fim de atender o §4º do art. 177 da Lei 6.404/76, lei das sociedades por ações, subsidiária, no que couber, às sociedades por quotas de responsabilidade limitada que diz:

Art. 177 -
§ 4º - As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.

4. Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, bem como o seu devido provimento, no sentido de **INABILITAR** a proponente **EMPRESA DE COMUNICAÇÕES DO SUL LTDA.**, pelos fatos e fundamentos explanados.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2000


Elaine Korman Munhos

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão - SSR/MC
Ministério das Comunicações
Brasília/DF



BORUSSIA FM LTDA (Processo n.º 53790.000439/00), sociedade com sede em Osório, RS, proponente na Concorrência n.º 100/2000-SSR/MC, na localidade de Vera Cruz/RS, neste ato representada por sua procuradora, **Cristiane Guimarães Alves**, vem recorrer da decisão de HABILITAÇÃO da proponente **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos:

1. A sociedade Recorrida não pode ser mantida habilitada em decorrência de não ter atendido os termos do edital convocatório a saber;
2. A proponente apresentou somente **Certidão do Cartório de Protesto de Títulos do local da residência**, (fl.17) do 7º Ofício do Rio de Janeiro. Se existe o 7º Ofício, deixou de apresentar certidões do 1º ao 6º, no mínimo.
3. Já, em relação ao Balanço de Abertura, para estar em **conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial** - subitem 5.3.2., o mesmo deve estar acompanhado da assinatura do dirigente da sociedade, a fim de atender o §4º do art. 177 da Lei 6.404/76, lei das sociedades por ações, subsidiária, no que couber, as sociedades por quotas de responsabilidade limitada que diz:

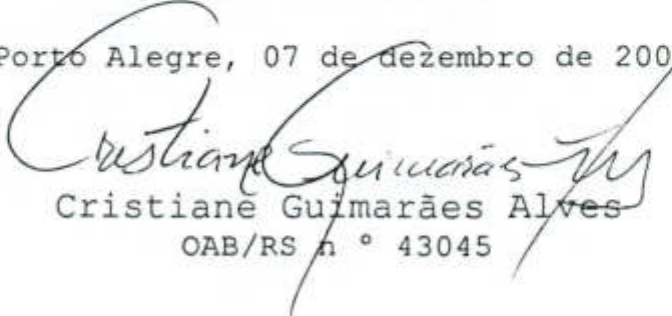
Art. 177 -
§ 4º - **As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.**

4. Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, bem como o seu devido provimento, no sentido de **INABILITAR** a proponente **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos explanados.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Porto Alegre, 07 de dezembro de 2000


Cristiane Guimarães Alves

OAB/RS n.º 43045

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão – SSR/MC
Ministério das Comunicações
Brasília/DF



Processo n ° 53790.000408/00

CÓPIA

ALVORINO OSVALDT & CIA. LTDA., sociedade comercial, com sede em Camaquã, RS, proponente na Concorrência n ° 099/2000-SSR/MC para a localidade de São Lourenço do Sul, RS, neste ato representada por sua procuradora, **Marta Parodi Spier**, OAB/RS 27 224, com escritório em Porto Alegre, RS, vem recorrer da decisão de **HABILITAÇÃO** da proponente **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1. A sociedade Recorrida não pode ser mantida habilitada em decorrência de não ter atendido os termos do edital convocatório a saber;
2. A proponente apresentou somente **Certidão do Cartório de Protesto de Títulos do local da residência**, (fl.17) do 7º Ofício do Rio de Janeiro. Se existe o 7º Ofício, deixou de apresentar certidões do 1º ao 6º, no mínimo.
3. Já, em relação ao Balanço de Abertura, para estar em **conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial** – subitem 5.3.2., o mesmo deve estar acompanhado da assinatura do dirigente da sociedade, a fim de atender o §4º do art. 177 da Lei 6.404/76, lei das sociedades por ações, subsidiária, no que couber, as sociedades por quotas de responsabilidade limitada que diz:

Art. 177 -
§ 4º - As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.

4. Nestas condições, é inadmissível que a colenda comissão tenha decidido habilitar a Recorrida, uma vez que ela não atendeu as exigências expressas do Edital atentando contra o **Princípio da Isonomia**, face as demais concorrentes e a Recorrente terem diligentemente apresentado todos os documentos exigidos no Edital.
5. O artigo 3º da Lei das licitações é claro ao determinar à administração a observância do julgamento das propostas com igualdade, probidade, vinculando todas as proponentes ao instrumento convocatório, proibindo o tratamento diferenciado entre os participantes.

[Handwritten signature]

6. A jurisprudência é farta, também, cuja decisão do TRF – 2ª região, se faz oportuno transcrever:

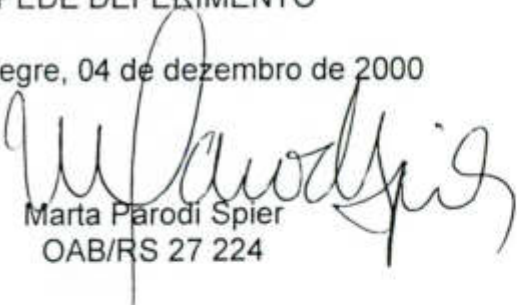
ADMINISTRATIVO. Licitação Pública. Princípio da vinculação ao Edital. I) A empresa impetrante foi desclassificada da concorrência por não ter atendido a requisitos do adendo às especificações e ao projeto do edital da concorrência Sep/01/86. II) Em matéria de licitação pública impera o princípio da vinculação ao edital (lei interna da licitação) tanto para o licitante, quanto para a Administração Pública, não se justificando o descumprimento de quaisquer de suas condições com base em mera interpretação unilateral, uma vez que o instrumento em questão fornece os meios destinados a sanar quaisquer dúvidas quanto à interpretação dos seus termos. III) Recurso a que se nega provimento (TRF 2ª Região. Decisão 5.6.1996. Proc. MAS 02000 4/90 – RJ. 1ª Turma. DJ de 30.07.96, p. 52.403 Rel. Des. Maria Helena).

7. A Habilitação da Recorrida somente se justifica pelo excesso de processos a qual a doutha comissão se viu as voltas para o exame, não se dando conta da falta ou incorreções de documentos que a Recorrente agora vem alertar.
Sabedora do não atendimento dos subitens 5.3.2. do edital, nada mais resta à Comissão Especial de Licitação, senão, declarar Inabilitada a Recorrida.
8. Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, bem como o seu devido provimento, no sentido de **INABILITAR** a proponente **Empresa de Comunicações do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos explanados.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2000


Marta Parodi Spier
OAB/RS 27 224

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão – SSR/MC
Ministério das Comunicações
Brasília/DF



Processo n ° 53790.000408/00

Concorrência n ° 099/2000 - SSR/MC

Localidade: ROCA SALES/RS

Cópia

PICCININI & LUCCA LTDA., sociedade comercial, com sede em Encantado, RS, proponente na Concorrência epigrafada, neste ato representada por seu bastante procurador, **Cláudio Lorini**, com escritório na Rua Cel. Corte Real n ° 950, em Porto Alegre, RS, vem recorrer da decisão de **HABILITAÇÃO** da proponente **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1. A sociedade Recorrida não pode ser mantida habilitada em decorrência de não ter atendido os termos do edital convocatório a saber;
2. A proponente apresentou somente *Certidão do Cartório de Protesto de Títulos do local da residência*, (fl.17) do 7º Ofício do Rio de Janeiro. Se existe o 7º Ofício, deixou de apresentar certidões do 1º ao 6º, no mínimo.
3. Já, em relação ao Balanço de Abertura, para estar em *conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial* – subitem 5.3.2., o mesmo deve estar acompanhado da assinatura do dirigente da sociedade, a fim de atender o §4º do art. 177 da Lei 6.404/76, lei das sociedades por ações, subsidiária, no que couber, as sociedades por quotas de responsabilidade limitada que diz:


*Art. 177 -
§ 4º - As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.*

- 101
4. Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, bem como o seu devido provimento, no sentido de **INABILITAR** a proponente **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**, pelos fatos e fundamentos explanados.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2000



Claudio Lorini
CREA/RS 51.369-D

102

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 20 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 101 .

Nº desta folha : 102 .

Nºs das demais folhas juntadas : 103 a 122 .

Brasília, 17 de Agosto de 2001.


Guilherme Quintas
Secretário

103
[assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 2773/2001/L6/CEL-SSR/MC

Referência: Processo nº 53790.000408/00
de 02/08/2000 da
Concorrência nº 099/00 - SSR/MC.

Localidade(s)/Serviço(s): São Lourenço do Sul, RS,
(FM)

I - INTRODUÇÃO

1. **ALVORINO OSVALDT & CIA LTDA.**, qualificada nos autos do processo sob referência, vem interpor Recurso contra ato desta Comissão que **habilitou a concorrente EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.**, alegando o descumprimento de exigências do Edital, relativamente a determinados dispositivos pertencentes à **fase de habilitação**, relacionados no item 5 do Instrumento Convocatório.


2. A **Recorrente** desenvolveu sua petição tomando por base o item 13 do Edital, dedicado aos **Recursos e Impugnações**, além de citações de dispositivos legais pertencentes ao Estatuto das Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666, de 21.06.93).

3. Por conseguinte, está o pedido amparado no subitem 13.1, alínea "a", do Edital, que trata especificamente dos questionamentos sobre habilitação ou inabilitação de proponentes.

II - FUNDAMENTOS LEGAIS/COMENTÁRIOS

4. Inicialmente, há que se conhecer das razões do contraditório formado pela **Recorrente**, em cuja exposição registra que:

"A proponente apresentou somente Certidão do Cartório de Protesto de Títulos do local da residência, (fl. 17) do 7º Ofício do Rio de

104


Janeiro. Se existe o 7º Ofício, deixou de apresentar certidões do 1º ao 6º, no mínimo."

"Já em relação ao Balanço de Abertura, para estar em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial – subitem 5.3.2., o mesmo deve estar acompanhado da assinatura do dirigente da sociedade, a fim de atender o §4º do art. 177 da Lei 6.404/76, lei das sociedades por ações, subsidiária, no que couber, as sociedades por quotas de responsabilidade limitada que diz:

Art.177. §4º - As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados."

5. Como se observa, as exigências que teriam sido descumpridas, sob a ótica da **Recorrente**, referem-se a requisitos para a habilitação de proponentes, conforme transcrições seguintes:

"5.2.5 Certidões dos Cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protestos de Títulos dos locais de residência dos dirigentes, nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exercem ou exerceram, no mesmo período, atividades econômicas; as certidões deverão ser firmadas, emitidas ou revalidadas em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para abertura do recebimento da documentação e propostas."

6. Esses requisitos são cabíveis ante aos preceitos legais para a outorga de permissão ou concessão desses serviços e que, mesmo tendo o Edital contemplado exigências consideradas rigorosas, o agente público não detém poder para descumprir dispositivos legais e ou normativos que possam resultar em prejuízo à Administração. Deve o agente, no entanto, tratar o excesso normativo com cautela para que, no cumprimento incondicional da norma, não cause, igualmente, prejuízo à Administração.

7. Por isto é que muitas são as questões sobre exigências contidas nos Editais, que acabam sendo compostas pelo Poder Judiciário que, em julgados recentes, vem firmando jurisprudência sobre o que deve ser identificado por rigor excessivo ou meras irregularidades praticadas pelos licitantes, que são perfeitamente superáveis e que em nada prejudicam o interesse da pessoa ou da sociedade.

8. É nesta linha que os estudiosos oferecem seus ensinamentos sobre esta espécie de desvio nas licitações públicas, que ora cito por entender que são úteis à conclusão que adiante se chegará.

9. Marçal Justen Filho, em seus "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", trata das questões relativas às **irregularidades superáveis** no procedimento licitatório, assim dizendo:

"Existem atos viciados de
irregularidades irrelevantes. O defeito não é
apto a impedir a realização do interesse

105

público nem sacrifica o interesse privado. Ressalte-se que, nesses casos, ocorrem hipóteses em que a realização do interesse protegido pela norma pressupõe a prática de outros atos. **É necessário suprir a irregularidade, ratificando atos anteriores ou renovando outros.**

Há tendência reforçada a reconduzir os vícios jurídicos, no curso da licitação, ao campo das irregularidades superáveis. Não se pode ampliar a relevância jurídica da forma sobre o fundo. Tem a considerar-se que a forma é instrumental. **Consiste na via de garantia à realidade do interesse público, de repressão ao abuso de poder e de tutela à boa-fé.** Não há sentido em tutelar diretamente à forma e infringir indiretamente os valores jurídicos consagrados constitucionalmente.

A avaliação dos vícios dos atos administrativos tem de subordinar-se ao princípio da razoabilidade (proporcionalidade). **Devem ponderar-se os interesses em jogo e avaliar-se a extensão das conseqüências da decisão adotada.** Não será válida decisão que, para realizar certo valor, produza o sacrifício integral de outro valor (igualmente tutelado pelo Direito)."

10. Helly Lopes Meirelles acrescenta que:

"O princípio do procedimento formal, todavia, não significa que a Administração deva ser "formalista" a ponto de fazer exigências

106

inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que deva anular o procedimento ou o julgamento, ou inabilitar Licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades."

11. Objetivamente, as razões trazidas pela **Recorrente**, com o intuito de ver alterada a decisão desta Comissão que habilitou a mencionada empresa, podem ser consideradas como rigorosas, **acaso sustentáveis**, haja vista que, como antes dito, seriam superáveis ante ao papel que representariam numa eventual relação a ser estabelecida entre o vencedor do certame e o Poder Público.

12. As alegações da Recorrente quanto ao descumprimento do subitem 5.2.5, de não apresentação de Certidões Criminais do Sócio-Gerente, não pode prosperar, uma vez que o Cartório denominado de "**Ofício de Registro de Distribuição**", é o local para onde são enviadas todas as informações a respeito dos possíveis litígios e decisões tomadas nas diversas Varas Cíveis, de Famílias, Falências e Concordatas, inclusive das Varas de Protesto de Títulos existentes, no caso em tela, na cidade do Rio de Janeiro.

13. Portanto, diversas Certidões acostadas aos autos, Fls. 08 à 18, se encontram em pleno acordo com as exigências do Edital.

14. Ainda, reza a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 560/83, artigo 3º, 14 e 15, de 28 de Outubro de 1983, que dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-Lei nº 9.295 de 27 de Maio de 1946:

"Art. 3º - São atribuições dos profissionais de contabilidade:

14) elaboração de balancetes e de demonstrações do movimento por contas ou grupos de contas, de forma analítica ou sintética;

15) levantamento de balanços de qualquer tipo ou natureza e para quaisquer finalidades, como balanços de resultados acumulados, balanços de origens e aplicações de recursos, balanços de fundos, balanços financeiros, balanços de capitais, e outros;"

15. Cabe ainda ressaltar que, se não fosse interesse do sócio gerente, o Sr. Samuel Papelbaum, de ter sua empresa participando do certame, o mesmo não

10

107
haveria colacionado aos autos seus documentos pessoais e Certidões Negativas dos diversos Cartórios, Fls. 08 à 18.

III - CONCLUSÃO

16. Pelo que se depreende da matéria, e por todo exposto, concluo e sugiro:

negar provimento ao Recurso ora interposto, mantendo o ato da Comissão que habilitou a proponente EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., nesta Concorrência, com relação ao serviço e localidade incluídos na referência desta Informação.

É a informação.

À consideração da Comissão Especial de Licitação.

Brasília, 21 de Junho de 2001.

André Luis Rocha
ANDRÉ LUÍS DEL CASTILO ROCHA
Assessor

Processo nº 53790.000408/00

Após exame do que consta dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da Informação de fls. a . Consigne-se em ata própria a decisão tomada e encaminhe-se para providências de publicação.

Brasília, 28 de Junho de 2001.


MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 2774/2001/L6/CEL-SSR/MC

Referência: Processo nº 53790.000408/00
de 02/08/2000 da
Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC.

Localidade(s)/Serviço(s): São Lourenço do Sul, RS,
(FM)

I - INTRODUÇÃO

1. **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.**, qualificada nos autos do processo sob referência, vem apresentar **Impugnação** aos Recursos interpostos pelas concorrentes **ALVORINO OSVALDT & CIA LTDA. e H. SUL FM RADIODIFUSÃO LTDA.**, contra ato desta Comissão que **habilitou a Impugnante**, trazendo em sua petição o embasamento legal que julgou suficiente para sustentar a motivação de seu requerimento, buscando manter sua participação no certame.

2. A **Impugnante** desenvolveu sua petição tomando por base o item 13 do Edital, dedicado aos **Recursos e Impugnações**, além de citações de dispositivos legais pertencentes ao Estatuto das Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666, de 21.06.93).

3. Por conseguinte, está o pedido amparado no subitem 13.5.1 do Edital, dedicado aos **Recursos e Impugnações**.

4. Considerando que os Recursos ora impugnados **não obtiveram os provimentos requeridos**, a teor da **INFORMAÇÃO Nº 2773/2001/L6/CEL-SSR/MC**, a Comissão entende que o objeto da **Impugnação** está exaurido, dando cabimento à conclusão que se segue.

II - CONCLUSÃO

5. Pelo que se depreende da matéria, e por todo o exposto, concluo e sugiro:

116

- dar provimento à Impugnação aos Recursos interpostos pelas concorrentes ALVORINO OSVALDT & CIA LTDA. e H. SUL FM RADIODIFUSÃO LTDA., mantendo o ato da Comissão que habilitou a impugnante, nesta Concorrência, com relação ao serviço e localidade referenciados nesta Informação.

É a informação

À consideração da Comissão Especial de Licitação

Brasília, 21 de junho de 2001

André Luís Rocha
ANDRÉ LUÍS DEL CASTILLO ROCHA
Assessor

Processo nº 53790.000408/00

Após exame do que consta dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da Informação de fls. a . Consigne-se em ata própria a decisão tomada e encaminhe-se para providências de publicação.

Brasília, 28 de julho de 2001.


MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Radiodifusão
Comissão Especial de Licitação

INFORMAÇÃO Nº 2775/2001/L6/CEL-SSR/MC

Referência: Processo nº 53790.000408/00
de 02/08/2000 da
Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC.

Localidade(s)/Serviço(s): São Lourenço do Sul, RS,
(FM)

I - INTRODUÇÃO

1. **H. SUL FM RADIODIFUSÃO LTDA.**, qualificada nos autos do processo sob referência, vem interpor **Recurso** contra ato desta Comissão que **habilitou a concorrente EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.**, trazendo em sua petição o embasamento legal que julgou suficiente para sustentar a motivação de seu requerimento, alegando que determinadas exigências formais previstas no Edital não foram cumpridas, o que ensejaria, no seu entendimento, a não observância do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

2. A **Recorrente** desenvolveu sua petição tomando por base o item 13 do Edital, dedicado aos **Recursos e Impugnações**, além de citações de dispositivos legais pertencentes ao Estatuto das Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666, de 21.06.93).

3. Por conseguinte, está o pedido amparado no subitem 13.1, alínea "a", do Edital, que trata especificamente dos questionamentos sobre habilitação ou inabilitação de proponentes.

II - FUNDAMENTOS LEGAIS/COMENTÁRIOS

4. Do exame das razões que fundamentaram o contraditório formado pela **Recorrente**, verificou-se que a base de toda a motivação que inspirou o **Recurso**, está contida no item 5 do Edital, até porque o procedimento licitatório ainda está superando a fase de habilitação de proponentes no certame.

113

5. Deste modo, constatada, basicamente, a mesma linha de argumentação trazida no Recurso ora interposto, decidimos pela adoção, na íntegra, da **INFORMAÇÃO Nº 2773/2001/L6/CEL-SSR/MC**, para concluir o que se segue.

III - CONCLUSÃO

6. Pelo que se depreende da matéria, e por todo o exposto, concluo e sugiro:

- negar provimento ao Recurso interposto, mantendo o ato da Comissão que habilitou a proponente **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.**, nesta Concorrência, com relação ao serviço e localidade incluídos na referência desta Informação.

É a informação.

À consideração da Comissão Especial de Licitação

Brasília, 21 de Junho de 2001

André Luís Rocha
ANDRÉ LUÍS DEL CASTILO ROCHA
Assessor

114

Processo nº 53790.000408/00

Após exame do que consta dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da Informação de fls. a . Consigne-se em ata própria a decisão tomada e encaminhe-se para providências de publicação.

Brasília, 28 de Maio de 2001.


MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente

115

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 2776/2001/L6/CEL-SSR/MC

Referência: Processo nº 53790.000408/00
de 02/08/2000 da
Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC.

Localidade(s)/Serviço(s): Roca Sales, RS, (FM)

I - INTRODUÇÃO

1. **PICCININI & LUCCA LTDA.**, qualificada nos autos do processo sob referência, vem interpor **Recurso** contra ato desta Comissão que **habilitou** a **concorrente EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.**, trazendo em sua petição o embasamento legal que julgou suficiente para sustentar a motivação de seu requerimento, alegando que determinadas exigências formais previstas no Edital não foram cumpridas, o que ensejaria, no seu entendimento, a não observância do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

2. A **Recorrente** desenvolveu sua petição tomando por base o item 13 do Edital, dedicado aos **Recursos e Impugnações**, além de citações de dispositivos legais pertencentes ao Estatuto das Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666, de 21.06.93).

3. Por conseguinte, está o pedido amparado no subitem 13.1, alínea "a", do Edital, que trata especificamente dos questionamentos sobre habilitação ou inabilitação de proponentes.

II - FUNDAMENTOS LEGAIS/COMENTÁRIOS

4. Do exame das razões que fundamentaram o contraditório formado pela **Recorrente**, verificou-se que a base de toda a motivação que inspirou o **Recurso**, está contida no item 5 do Edital, até porque o procedimento licitatório ainda está superando a fase de habilitação de proponentes no certame.

116

5. Deste modo, constatada, basicamente, a mesma linha de argumentação trazida no Recurso ora interposto, decidimos pela adoção, na íntegra, da **INFORMAÇÃO Nº 2773/2001/L6/CEL-SSR/MC**, para concluir o que se segue.

III - CONCLUSÃO

6. Pelo que se depreende da matéria, e por todo o exposto, concluo e sugiro:

- negar provimento ao Recurso interposto, mantendo o ato da Comissão que habilitou a proponente **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.**, nesta Concorrência, com relação ao serviço e localidade incluídos na referência desta Informação.

É a informação.

À consideração da Comissão Especial de Licitação

Brasília, 21 de Junho de 2001

André Luís Rocha
ANDRÉ LUÍS DEL CASTILO ROCHA
Assessor

117

Processo nº 53790.000408/00

Após exame do que consta dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da Informação de fls. a . Consigne-se em ata própria a decisão tomada e encaminhe-se para providências de publicação.

Brasília, 28 de Junho de 2001.


MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente

118

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 2777/2001/L6/CEL-SSR/MC

Referência: Processo nº 53790.000408/00
De 02/08/2000 da
Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC.

Localidade(s)/Serviço(s): Roca Sales, RS, (FM)

I - INTRODUÇÃO

1. **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.**, qualificada nos autos do processo sob referência, vem apresentar **Impugnação** ao Recurso interposto pela **concorrente PICCININI & LUCCA LTDA.**, contra ato desta Comissão que **habilitou a Impugnante**, trazendo em sua petição o embasamento legal que julgou suficiente para sustentar a motivação de seu requerimento, buscando manter sua participação no certame.
2. A **Impugnante** desenvolveu sua petição tomando por base o item 13 do Edital, dedicado aos **Recursos e Impugnações**, além de citações de dispositivos legais pertencentes ao Estatuto das Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666, de 21.06.93).
3. Por conseguinte, está o pedido amparado no subitem 13.5.1 do Edital, dedicado aos **Recursos e Impugnações**.
4. Considerando que o Recurso ora impugnado **não obteve o provimento requerido**, a teor da **INFORMAÇÃO Nº 2773/2001/L6/CEL-SSR/MC**, a Comissão entende que o objeto da **Impugnação** está exaurido, dando cabimento à conclusão que se segue.

II - CONCLUSÃO

5. Pelo que se depreende da matéria, e por todo exposto, concluo e sugiro:

- dar provimento à **Impugnação** ao Recurso interposto pela **concorrente PICCININI & LUCCA LTDA.**, mantendo o ato da Comissão que

119
habilitou a impugnante, nesta Concorrência, com relação ao serviço e localidade referenciados nesta Informação.

É a informação.

À consideração da Comissão Especial de Licitação.

Brasília, 21 de junho de 2001.

André Luís Rocha
ANDRÉ LUÍS DEL CASTILO ROCHA
Assessor

Após exame do que consta dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da Informação de fls. a . Consigne-se em ata própria a decisão tomada e encaminhe-se para providências de publicação.

Brasília, 28 de julho de 2001.


MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO


ATA DE REUNIÃO

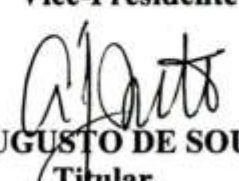
Aos 14 (quatorze) dias do mês de agosto de 2001, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R," Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações subsequentes, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Antonio Carlos Tardeli e dos membros Alexandre Antônio de Souza, Álvaro Augusto de Souza Neto, José Ancelmo Nogueira, Anacleto Rodrigues Cordeiro e Napoleão Emanuel Valadares, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos referentes à análise de recursos e impugnações interpostos pelas licitantes, os quais compreenderam, entre outras atividades: (1). O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão as informações contendo a análise dos referidos recursos e impugnações. (2) Após a leitura dos documentos, a Comissão aprovou o desenvolvimento e as conclusões contidas nas **Informações** constantes desta Ata, autorizando o Presidente a assiná-las e adotar as providências necessárias ao prosseguimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

CONCORRÊNCIA Nº	INFORMAÇÃO Nº
098/00	2702 a 2705, 2974, 2710, 2711, 2714, 2721 a 2723, 2729 a 2931 2712, 2713, 2736 a 2743, 2734, 2733, 2724 a 2728/L6/CEL-SSR /MC
099/00	2778, 2793, 2758, 2760, 2761, 2763, 2764, 2753, 2754, 2748, 2751, 2752, 2756, 2757, 2767 a 2772, 2749, 2750, 2773 a 2777, 2799, 2800, 2801, 2793 a 2798, 2765, 2766, 2755, 2744 a 2746/L6/CEL- SSR/MC
100/00	2853 a 2856, 2829 a 2831, 2819 a 2821, 2815, 2845 a 2849, 2851 2852, 2857 a 2861, 2864, 2836 a 2839, 2827, 2828, 2814 a 2817, 2803 a 2813, 2822 a 2826, 2832 a 2835/L6/CEL-SSR/MC


MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente


ALEXANDRE ANTONIO DE SOUZA
Titular



ANTONIO CARLOS TARDELI
Vice-Presidente



ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO
Titular



ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Titular


JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Titular


NAPOLEÃO EMANUEL VALADARES
Titular


CONTINUAÇÃO DA ATA DE 14.08.2001. CONC. 098, 099 e 100/00 LOTE 6


Os resultados de análise dos recursos e impugnações, objeto das **Informações** constantes desta ata, foram publicados no DOU, de 20.08.2001


Guilherme Quintas
Secretário CEL
SERMG



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMISSÃO ESPECIAL DE ÂMBITO ESTADUAL – CEAE

TERMO DE ANEXAÇÃO

11 Nesta data, anexe ao presente processo a documentação constituída de
folhas, excluindo esta.

folha anterior: 122

esta folha: 123

demais folhas juntadas: 124 à 134

Porto Alegre, 24 de maio de 2002.


Paulo Rogério Petit Prux
Presidente da CAT/RS

49/2001	FM	PEDRO AFONSO	TO	AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA.	CERELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.
49/2001	FM	PEDRO AFONSO	TO	SBC RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	CERELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.
49/2001	FM	TAGUATINGA DE TOCANTINS	TO	AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA.	CERELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.
49/2001	FM	TAGUATINGA DE TOCANTINS	TO	SBC RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	CERELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.
49/2001	FM	WANDERLÂNDIA	TO	AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA.	CERELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.
49/2001	FM	WANDERLÂNDIA	TO	SBC RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	CERELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.
49/2001	FM	XAMBIGÁ	TO	AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA.	CERELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.
49/2001	FM	XAMBIGÁ	TO	SBC RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	CERELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.
49/2001	FM	CASCATEL	PR	CELEBRAÇÃO FM LTDA.	RÁDIO HARMONIA GOSPEL LTDA.
49/2001	FM	CASCATEL	PR	FM RUBI LTDA.	RÁDIO HARMONIA GOSPEL LTDA.
49/2001	FM	CASCATEL	PR	RÁDIO SANTA TEREZA DO OESTE LTDA.	RÁDIO HARMONIA GOSPEL LTDA.
49/2001	FM	IMARUÍ	SC	FM MURCIIA LTDA.	SISTEMA DE RÁDIO DIFUSÃO ATLÂNTIDA LTDA.
173/2001	TV	CAMPINA GRANDE	PB	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PIREMONTE LTDA.	RÁDIO E TV CALDAS LTDA.
173/2001	TV	CAMPINA GRANDE	PB	SISTEMA PESSOENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA.	RÁDIO E TV CALDAS LTDA.
173/2001	TV	CAMPINA GRANDE	PB	TV TAMBIAU MULTICANAL LTDA.	PIRANGY COMÉRCIO E COMUNICAÇÃO LTDA.

IE, EL. n° 75/2002

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria C n° 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações e, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que as ações para abertura dos envelopes contendo as Propostas Técnicas e Propostas Habilitadas, serão realizadas de acordo com o indicado no quadro abaixo, na Delegacia do Ministério das Comunicações Supervisora no Estado do Rio Grande do Sul, no seguinte endereço: Av. Princesa Isabel, 778 - 3° Andar, sala 302 - Porto Alegre/RS. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados em acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário	Concorrência N° - SSR/MC	Localidades	UF
23/05/02	09h00	096/2000	Alpestre e Barro do Queral	RS
23/05/02	11h00	097/2000	Estação	RS
24/05/02	09h00	098/2000	Itaara, Machadinho, Mato Leitão, Morro Redondo, Palmeiras do Sul, Palmitinho, Panambi e Parati	RS
24/05/02	14h00	099/2000	Porto Xavier, Rio Pardo, Roca Sales, Santo Antônio da Patrulha, Santo Augusto, Santo Cristo, São Lourenço do Sul e São Marcos	RS

Portaria - DF, 15 de maio de 2002

NOEL ELIAS MOREIRA

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INSTITUTO RIO BRANCO

EDITAL DE 14 DE MAIO DE 2002

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO faz público que, de acordo com o estipulado no artigo 52, inciso IV, da Lei n° 7.501, de 27 de junho de 1986, que passou a vigorar com redação dada pela Lei 9.888, de 8 de dezembro de 1999, na forma do Decreto n° 79.556, de 20 de abril de 1977, e da Portaria n° 27, de 23 de novembro de 2000, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, estarão abertas, de 03 de junho a 12 de julho, inclusive, as matrículas para o Quadragésimo Terceiro Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XLIII CAD).

2. O pedido de matrícula deverá ser feito mediante o preenchimento e encaminhamento ao Diretor do Instituto Rio Branco (IRBr) do formulário apropriado, que estará disponível no período de inscrições. Os diplomatas lotados no exterior deverão transmitir o formulário por fax, ou, quando isto não for possível, adiantar por telegrama as informações solicitadas no formulário. Serão aceitas até 15 (quinze) inscrições em cada versão do Curso.

3. A concessão de matrícula será comunicada aos candidatos pelo Diretor do IRBr, por carta ou por despacho-telegráfico, até o dia 22 de julho de 2002. Uma vez confirmada a inscrição, a desistência por parte do candidato, se não for comunicada à Direção do IRBr até (30) dias após o recebimento da confirmação, resultará em indeferimento de matrícula do interessado no XLIII CAD.

4. O Curso será realizado na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, no período de 09 a 27 de setembro de 2002, e constará de ciclo de palestras, exposições e debates sobre temas contemporâneos de: Política Externa Brasileira, Direito Internacional Público e Relações Econômicas Internacionais, que constituem as matérias obrigatórias do CAD. Serão contempladas, no programa de Relações Econômicas Internacionais, questões relativas à Promoção Comercial e, no de Direito Internacional Público, questões relativas à proteção de nacionais no exterior. Haverá também palestras sobre gestão administrativa, financeira e patrimonial.

5. Os alunos inscritos no CAD participarão de todas as atividades programadas. A ausência a qualquer atividade deverá ser justificada perante o Diretor do Instituto, que poderá conceder abono da falta, se considerar o motivo procedente. Os alunos que tiverem faltas injustificadas não poderão fazer as provas das matérias obrigatórias.

6. Os temas e a bibliografia das matérias obrigatórias serão comunicados aos candidatos em informação complementar ao presente Edital.

7. As provas das três matérias obrigatórias serão feitas pelos alunos em computador e, sempre que possível, ao término de cada módulo do programa, de acordo com o calendário a ser distribuído no início do curso. Essas provas serão escritas e os examinadores não conhecerão a identidade dos alunos. A duração de cada prova será de, no máximo, cinco horas. As três provas destinam-se a avaliar os conhecimentos teóricos, a experiência e a maturidade profissionais dos Segundos Secretários, e poderão ser formuladas sob a forma de "estudo de problema", para o qual os alunos deverão propor soluções consistentes com a bibliografia recomendada e as exposições e palestras ministradas no Curso. A critério dos examinadores, a consulta a textos de estudo poderá, ou não, ser autorizada. A nota mínima para aprovação em cada matéria obrigatória será 60 (sessenta), numa escala de 0 (zero) a 100 (cem). Será aprovado no CAD o aluno que obtiver pelo menos a nota mínima em todas as matérias obrigatórias. A reprovação em uma única disciplina significará reprovação no Curso, não sendo admitida, portanto, a prestação de exame apenas na disciplina objeto de reprovação.

8. A relação dos alunos aprovados, por ordem de aproveitamento no Curso, será divulgada imediatamente após concluída a avaliação das provas. Os reprovados receberão fotocópia de suas provas; aqueles que estiverem lotados no exterior deverão acusar recebimento da cópia por telegrama oficial. Os alunos reprovados terão direito a requerer revisão de nota, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da data de recebimento das cópias das provas. Os alunos aprovados terão igualmente direito à vista de suas provas; os que estiverem lotados no exterior terão o prazo de 3 (três) dias, a contar da data de divulgação dos resultados, para solicitarem, por telegrama oficial, o encaminhamento de fotocópia de suas provas, e poderão requerer revisão de nota, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento das cópias. Os pedidos de revisão de nota dos candidatos que se encontrarem no exterior deverão ser feitos, obrigatoriamente, por fax. Só em casos excepcionais será aguardada a remessa de pedido de revisão de nota por mala diplomática ou correio.

9. Os recursos, dirigidos ao Diretor do IRBr, devem ser fundamentados e indicar precisamente em que aspectos e por que razões o candidato se considera prejudicado. Serão indeferidos os recursos que não contiverem fundamentação adequada. O Diretor do Instituto, quando deferir recurso, submeterá o pedido de revisão de

nota a uma comissão composta pelo examinador e 2 (dois) outros diplomatas ou professores conhecedores da matéria. A comissão terá o prazo de 3 (três) dias para pronunciar-se e sua decisão será irrecorrível.

10. Findo o prazo de consideração de todos os recursos, será divulgado o resultado definitivo do CAD, por ordem de aproveitamento. O aluno reprovado não poderá requerer matrícula em CAD imediatamente posterior. O aluno reprovado uma segunda vez terá de aguardar a realização de dois Cursos consecutivos para solicitar nova inscrição e assim sucessivamente.

11. As notas dos participantes no CAD serão assentadas nos respectivos maços pessoais e encaminhadas pelo Diretor do IRBr à Comissão de Avaliação, a que se refere o Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata, aprovado pelo Decreto n° 93.326, de 1º de outubro de 1986.

DISPOSIÇÕES GERAIS

12. A conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas é um dos requisitos específicos para a promoção por merecimento ou por antiguidade a Primeiro Secretário, nos termos do Artigo 2º da Lei n° 9.888, de 8 de dezembro de 1999, que altera a redação e revoga dispositivos da Lei n° 7.501, de 27 de junho de 1986, e dá outras providências.

13. Do mesmo modo, apenas podem ser comissionados Conselheiros em posto do grupo "C", nos termos do artigo 67, Seção IV do Decreto n° 93.325, de 1986, os Primeiros Secretários aprovados no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

14. O diploma do CAD assegura, ademais, aos funcionários lotados na Secretaria de Estado, a vantagem da Gratificação de Habilitação Profissional e Acesso estipulada pelos artigos 3º, item V, e 5º, Parágrafo único, item I, do Decreto-Lei n° 2.405, de 29 de setembro de 1987, e do artigo 2º, parágrafo 5º, inciso IV da Lei n° 7.923, de 12 de dezembro de 1989.

JOÃO ALMIR DE SOUZA FILHO

(Of. EL. n° 7/2002)

SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 12/2002

Número do Contrato: 33/2001

N° Processo: s/n

Contratante: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CNPJ Contratado: 36755379000197

Contratado: HABRA ENGENHARIA INDUSTRIA E

COMÉRCIO LTDA

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto

acrescentar em 45,19% o valor dos serviços de

obras de reformas no Palácio Itamaraty e seu

Anexo I, em virtude de aumento quantitativo do

objeto do Contrato n° 33/2001, conforme Anexo I

a este instrumento aditivo.

Fundamento Legal: Lei n° 8.666/93, artigo 65,

§ 1º, alínea b.

Vigência: 09/05/2002 a 08/07/2002

Valor Total: R\$ 836.048,48

Fonte de Recurso

150024120

Nota de Empenho

2002NE000193

Data de Assinatura: 09/05/2002

(SICON - 16/05/2002) 240013-00001-2002NE900009

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 2/2002

Número do Contrato: 12/2000

N° Processo: s/n

Contratante: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CNPJ Contratado: 03591509000144

Contratado: DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E

REPRESENTAÇÃO LTDA

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto

prorrogar a vigência deste Contrato até 30 de

abril de 2003, bem como reajustar em 14,98% o

valor mensal do mesmo.

Fundamento Legal: Artigo 57 da Lei n° 8.666/93.

Vigência: 30/04/2002 a 30/04/2003

Valor Total: R\$ 156.257,40

Fonte de Recurso

100000000

Nota de Empenho

2002NE900239

Data de Assinatura: 30/04/2002

(SICON - 16/05/2002) 240013-00001-2002NE900009

ANEXO III

PROPOSTA TÉCNICA

Razão Social da Proponente: **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.** CNPJ/MF: **03.854.641/0001-00** Data: **01 / 08 / 00**

Edital de Concorrência nº 99/2000 – SSR/MC Localidade: **SÃO LOURENÇO DO SUL** UF: **RS**

1. Tempo total diário de funcionamento da emissora (A): **1440** (minutos) (Relativo ao subitem 6.1.1)

2. Programas jornalísticos, educativos e informativos (Relativo ao subitem 6.1.2)

programas jornalísticos, educativos e informativos	Tempo dos programas em minutos	(%)
	(B)	(B/A) x 100
	115,2	8

3. Serviço noticioso (Relativo ao subitem 6.1.3)

programas de serviço noticioso	Tempo dos programas em minutos	(%)
	(B)	(B/A) x 100
	115,2	8

4. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (Relativo ao subitem 6.1.4)

Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos	(%)
	(B)	(B/A) x 100
	57,6	4

[Handwritten signatures and initials]
b.
DPC-MJ
125

5. Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outor (Relativo ao subitem 6.1.5)

Programas de Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos	(%)
	(B)	(B/A) x 100
	57,6	4




6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo (Relativo ao subitem 6.1.6)

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	meses
	9

7. Local, data e assinatura do(s) dirigente(s)

Porto Alegre,


MICHELLE SQUEFF
Procuradora




DNC-M5
126

ANEXO III

PROPOSTA TÉCNICA

Razão Social da Proponente: **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.** CNPJ/MF: **03.854.641/0001-00** Data: **01 / 08 / 00**

Edital de Concorrência nº 99/2000 – SSR/MC Localidade: **ROCA SALES** UF: **RS**

1. Tempo total diário de funcionamento da emissora (A): **1440** (minutos) (Relativo ao subitem 6.1.1)

2. Programas jornalísticos, educativos e informativos (Relativo ao subitem 6.1.2)

programas jornalísticos, educativos e informativos	Tempo dos programas em minutos	(%)
	(B)	(B/A) x 100
	115,2	8

3. Serviço noticioso (Relativo ao subitem 6.1.3)

programas de serviço noticioso	Tempo dos programas em minutos	(%)
	(B)	(B/A) x 100
	115,2	8

4. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (Relativo ao subitem 6.1.4)

Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos	(%)
	(B)	(B/A) x 100
	57,6	4

5. Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outor
(Relativo ao subitem 6.1.5)

Programas de Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos	(%)
	(B)	(B/A) x 100
	57,6	4

6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo (Relativo ao subitem 6.1.6)

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	meses
	9

7. Local, data e assinatura do(s) dirigente(s)

Porto Alegre,


MICHELLE SQUEFF
Procuradora


DHC-MS




Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Delegacia no Estado do Rio Grande do Sul

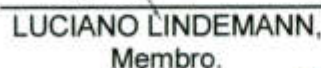
ATA GERAL DA REUNIÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA TÉCNICA DO EDITAL Nº 99/2000, PARA AS LOCALIDADES DE PORTO XAVIER, RIO PARDO ROCA SALES, SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, SANTO AUGUSTO, SANTO CRISTO, SÃO LOURENÇO DO SUL, SÃO MARCOS – SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO EM FREQUÊNCIA MODULADA – SSR/MC.

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dois, às 14h (quatorze horas), no Auditório da Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Rio Grande do Sul, situado na Av. Princesa Isabel, nº 778, em Porto Alegre, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitações, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 811, de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1997, alterada pela Portaria nº 163, de 24/04/00 (DOU de 25/04/00), reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico – CAT/RS, constituída pela Portaria nº 163, de 13 de outubro de 1999, publicada no DOU de 14/10/99, alterada pela Portaria nº 136, de 24 de abril de 2000 e, posteriormente, pela Portaria nº 7, de 10 de setembro de 2001, com a participação de seu presidente PAULO ROGÉRIO PETIT PRUX, de seus membros LUCIANO LINDEMANN e ALEXANDRE CANTO DE FREITAS e dos interessados, para abertura dos invólucros contendo os documentos das Propostas Técnicas e a conseqüente rubrica dos mesmos, a qual objetiva a outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, nas localidades de Porto Xavier, Rio Pardo, Roca Sales, Santo Antônio da Patrulha, Santo Augusto, Santo Cristo, São Lourenço do Sul e São Marcos, no Estado do Rio Grande do Sul. Processando-se os trabalhos em conformidade com o Edital (abertura de propostas técnicas), na seqüência seguinte: 1- presentes os representantes das proponentes Rádio Êxitos Ltda., Portalício Bier Filho, portador da C.I. nº 5021050354; Rádio Romance Ltda., representada por Murilo Pasqualotto, inscrito na OAB/RS sob o nº 43032; Rádio São Marcos Ltda., representada por Cláudio Lorini, inscrito no CREA sob o nº 51369-D; Rádio Diplomata Ltda., representada por Ângela Pires Braun, inscrita na OAB sob o nº 38598; Empresa de Comunicação do Sul Ltda., representada por Michele Squeff, inscrita na OAB/RS sob o nº 50940; 2 – abertura das propostas técnicas pela Comissão de Assessoramento Técnico – CAT/RS e rubrica das mesmas pelos membros da CAT/RS e pelos representantes legais das empresas proponentes acima mencionadas; 3 – declaração pela Sr. Presidente da CAT/RS da finalização dos trabalhos da presente reunião, às 16:30 horas.

Nada havendo a acrescentar aos fatos relatados, foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, foi subscrita pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico – CAT/RS e pelos representantes legais das proponentes.

COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – CAT/RS:


PAULO ROGÉRIO PETIT PRUX,
Presidente.

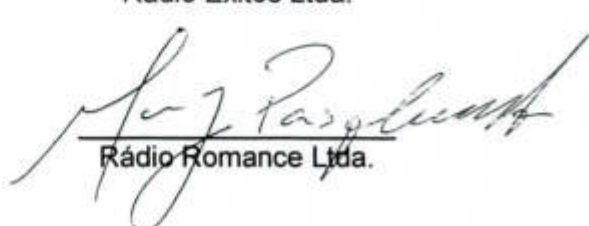

LUCIANO LINDEMANN,
Membro.



ALEXANDRE CANTO DE FREITAS,
Membro.

PROPONENTES:


Rádio Êxitos Ltda.


Rádio São Marcos Ltda.


Rádio Romance Ltda.


Rádio Diplomata Ltda.

Empresa de Comunicação do Sul Ltda.




Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Delegacia do Ministério das Comunicações


**ATA DA REUNIÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA TÉCNICA DO EDITAL Nº 99/2000,
PARA A LOCALIDADE DE ROCA SALES– SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO EM
FREQUÊNCIA MODULADA – SSR/MC.**


Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dois, às 14h (quatorze horas), no Auditório da Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Rio Grande do Sul, situado na Av. Princesa Isabel, nº 778, em Porto Alegre, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitações, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 811, de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1997, alterada pela Portaria nº 163, de 24/04/00 (DOU de 25/04/00), reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico – CAT/RS, constituída pela Portaria nº 163, de 13 de outubro de 1999, publicada no DOU de 14/10/99, alterada pela Portaria nº 136, de 24 de abril de 2000 e, posteriormente, pela Portaria nº 7, de 10 de setembro de 2001, com a participação de seu presidente PAULO ROGÉRIO PETIT PRUX, de seus membros LUCIANO LINDEMANN e ALEXANDRE CANTO DE FREITAS e dos interessados, para abertura dos 12 (doze) invólucros contendo os documentos das Propostas Técnicas e a conseqüente rubrica dos mesmos, a qual objetiva a outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Roca Sales, no Estado do Rio Grande do Sul. Processando-se os trabalhos em conformidade com o Edital (abertura de propostas técnicas), na seqüência seguinte: 1- presentes os representantes das proponentes Piccinini & Lucca Ltda. representada por Cláudio Lorini; Rádio êxitos Ltda, representada por Portalício Bier Filho; Empresa de Comunicação do Sul Ltda., representada por Michele Squeff; ausentes os representantes das proponentes JEA Comunicações Ltda., Frequência Brasileira de Comunicações Ltda., Sistema Integrado de Televisão Ltda., Borússia FM Ltda., Rádio Roca Sales FM Ltda., Rádio Esperança Ltda., M.L. Comunicações & Marketing Ltda., Rádio Companheira FM Ltda., Rádio Vale Dourado Ltda.; 2 – abertura das propostas técnicas pela Comissão de Assessoramento Técnico – CAT/RS e rubrica das mesmas pelos membros da CAT/RS e pelos representantes legais das empresas acima mencionadas; 3 – declaração pelo Sr. Presidente da CAT/RS da finalização dos trabalhos da presente reunião, às 15:30 horas.

Nada havendo a acrescentar aos fatos relatados, foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, foi subscrita pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico – CAT/RS e pelos representantes legais das proponentes.


COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – CAT/RS:


PAULO ROGÉRIO PETIT PRUX,
Presidente.


LUCIANO LINDEMANN,
Membro.



ALEXANDRE CANTO DE FREITAS,
Membro.

PROponentes:


Piccinini & Lucca Ltda.


Empresa de Comunicação do Sul Ltda.


Rádio Êxitos Ltda.


Rádio Companhia FM Ltda.





Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Delegacia no Estado do Rio Grande do Sul

**ATA DA REUNIÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA TÉCNICA DO EDITAL Nº 99/2000,
PARA A LOCALIDADE DE SÃO LOURENÇO DO SUL – SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
EM FREQUÊNCIA MODULADA – SSR/MC.**

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dois, às 14h (quatorzehoras), no Auditório da Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Rio Grande do Sul, situado na Av. Princesa Isabel, nº 778, em Porto Alegre, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitações, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 811, de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1997, alterada pela Portaria nº 163, de 24/04/00 (DOU de 25/04/00), reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico – CAT/RS, constituída pela Portaria nº 163, de 13 de outubro de 1999, publicada no DOU de 14/10/99, alterada pela Portaria nº 136, de 24 de abril de 2000 e, posteriormente, pela Portaria nº 7, de 10 de setembro de 2001, com a participação de seu presidente PAULO ROGÉRIO PETIT PRUX, de seus membros LUCIANO LINDEMANN e ALEXANDRE CANTO DE FREITAS e dos interessados, para abertura dos 11 (ONZE) invólucros contendo os documentos das Propostas Técnicas e a conseqüente rubrica dos mesmos, a qual objetiva a outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São Lourenço do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Processando-se os trabalhos em conformidade com o Edital (abertura de propostas técnicas), na seqüência seguinte: 1 - presentes os representantes das proponentes Alvorino Osvaldt e Cia Ltda., Cláudio Lorini; Rádio Lagoa FM Ltda., Portalício Bier Filho; ausentes os representantes legais das empresas Sistema Integrado de Televisão Ltda., Leste Sul Telecomunicações Ltda., Frequência Brasileira de Comunicações Ltda., Empresa de Comunicação do Sul Ltda., Flor de Liz Informativa FM Ltda., Radar Rádio Televisão e Comunicação Ltda, Sistema Canguçu de Comunicação Ltda., H. Sul FM Radiodifusão Ltda. e Sistema Nativa de Comunicações Ltda.; 2 - abertura das propostas técnicas pela Comissão de Assessoramento Técnico – CAT/RS e rubrica das mesmas pelos membros da CAT/RS e pelo representante legal da empresa acima mencionada; 3 - declaração pelo Sr. Presidente da CAT/RS da finalização dos trabalhos da presente reunião, às 15:45 horas. Nada havendo a acrescentar aos fatos relatados, foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, foi subscrita pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico – CAT/RS e pelo representante legal da proponente.


COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – CAT/RS:

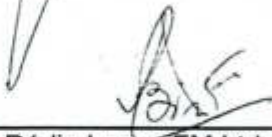

PAULO ROGÉRIO PETIT PRUX,
Presidente.


LUCIANO LINDEMANN,
Membro.


ALEXANDRE CANTO DE FREITAS,
Membro.

PROPONENTES:


Alvorino Osvaldt e Cia Ltda.


Rádio Lagoa FM Ltda.

J35


MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE JUNTADA


Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 03 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : J34 .

Nº desta folha : J35 .

Nºs das demais folhas juntadas : J36 a J41 .

Brasília, 10 de Setembro de 2002.


Rafael Barreto
Secretário Substituto

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA N.º 099/2000 - SSR/MC


LOCALIDADE: ROCA SALES - ESTADO: RS


ATA DE REUNIÃO

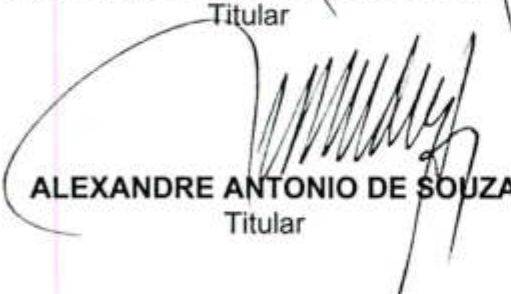
Aos 26 (vinte seis) dias do mês de agosto de 2002, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Luiz Fernando Dolabela Guimarães e dos membros Napoleão Emanuel Valadares, Álvaro Augusto de Souza Neto, Alexandre Antonio de Souza, Anacleto Rodrigues Cordeiro e José Ancelmo Nogueira, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: **a)** análise da Proposta Técnica com a elaboração do **Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas**, relativo à concorrência acima citada, para documento denominado **Resultado da Proposta Técnica** da(s) Proponente(s) relacionadas no documento outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, na localidade de **ROCA SALES/RS**; **b)** a Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: **1)** leitura dos documentos denominados **Resultado da Proposta Técnica e Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas** e suas aprovações por todos os membros da Comissão Especial de Licitação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.


MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente


LUIZ FERNANDO DOLABELA GUIMARÃES
Vice-Presidente


NAPOLEÃO EMANUEL VALADARES
Titular


ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO
Titular


ALEXANDRE ANTONIO DE SOUZA
Titular


ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Titular


JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Titular



137

Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas

Razão Social	Num. Proc.	Grupo	Pontos	Resultado
Concorrência 099/2000				
RS Roca Sales				
FM				
PICPININI & LUCCA LTDA	53790.000406/00	A	100.000	Classificada
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.	53790.000408/00	A	100.000	Classificada
RÁDIO ÊXITOS LTDA	53790.000409/00	A	100.000	Classificada
M.L.COMUNICAÇÕES & MARKETING LTDA.	53790.000410/00	A	100.000	Classificada
RÁDIO VALE DOURADO LTDA	53790.000411/00	A	100.000	Classificada
RÁDIO COMPANHEIRA FM LTDA.	53790.000413/00	A	100.000	Classificada
RADIO ROCA SALES FM LTDA.	53790.000417/00	A	100.000	Classificada
SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA.	53790.000419/00	A	81.359	Classificada
BORUSSIA FM LTDA	53790.000422/00	A	100.000	Classificada
FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	53790.000423/00	A	100.000	Classificada



138

Resultado da Proposta Técnica Lote 6

Nº do Processo: 53790.000408/00 CNPJ: 03.854.641/0001-00
Razão Social: EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.
Concorrência: 099/2.000 Localidade: Roca Sales UF: RS
Serviço: FM - Frequência Modulada Grupo Enquadramento A

Legenda da Programação :

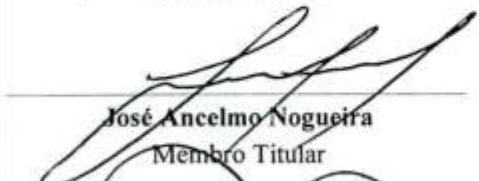
T1 = Programas jornalísticos, educativos e informativos
T2 = Programas de serviço noticioso
T3 = Programas culturais, artísticos e jornalísticos, gerados na localidade
T4 = Programas de serviço noticioso gerados na localidade

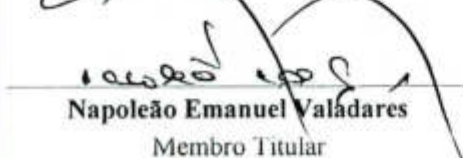
Pontuação ref. ao percentual de tempo de funcionamento da emissora(T1+T2+T3+T4) :	62,000
Pontuação ref. ao prazo para executar serviço caráter definitivo :	32,000
Tempo total diário de programação	6,000
Pontuação da Proposta Técnica (PT) :	100,000
	CLASSIFICADA

Observações :


Manoel Elias Moreira
Presidente


Anacleto Rodrigues Cordeiro
Membro Titular


José Ancelmo Nogueira
Membro Titular


Napoleão Emanuel Valadares
Membro Titular


Luiz Fernando Dolabela Guimarães
Vice-Presidente


Alexandre Antonio de Souza
Membro Titular


Álvaro Augusto de Souza Neto
Membro Titular

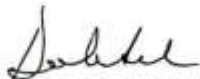
CONCORRÊNCIA N.º 099/2000 - SSR/MC

LOCALIDADE: SÃO LOURENÇO DO SUL - ESTADO: RS

ATA DE REUNIÃO

Aos 26 (vinte seis) dias do mês de agosto de 2002, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Luiz Fernando Dolabela Guimarães e dos membros Napoleão Emanuel Valadares, Álvaro Augusto de Souza Neto, Alexandre Antonio de Souza, Anacleto Rodrigues Cordeiro e José Ancelmo Nogueira, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: **a) análise da Proposta Técnica com a elaboração do Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas**, relativo à concorrência acima citada, para documento denominado **Resultado da Proposta Técnica** da(s) Proponente(s) relacionadas no documento outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, na localidade de **SÃO LOURENÇO DO SUL/RS**; **b) a Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: 1) leitura dos documentos denominados Resultado da Proposta Técnica e Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas e suas aprovações por todos os membros da Comissão Especial de Licitação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.**


MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente



LUIZ FERNANDO DOLABELA GUIMARÃES
Vice-Presidente


NAPOLEÃO EMANUEL VALADARES
Titular


ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO
Titular


ALEXANDRE ANTONIO DE SOUZA
Titular


ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Titular


JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Titular



140

Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas

Razão Social	Num. Proc.	Grupo	Pontos	Resultado
Concorrência 099/2000				
RS São Lourenço do Sul				
FM				
RADAR RADIO TELEVISÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	53790.000393/00	A	100.000	Classificada
RADIO LAGOA FM LTDA.	53790.000395/00	A	100.000	Classificada
ALVORINO OSVALDT & CIA. LTDA.	53790.000396/00	A	100.000	Classificada
SISTEMA CANGUÇU DE COMUNICAÇÃO LTDA	53790.000401/00	A	100.000	Classificada
RADIO FLOR-DE-LIZ INFORMATIVA FM LTDA.	53790.000403/00	A	100.000	Classificada
H. SUL FM RÁDIO DIFUSÃO LTDA	53790.000404/00	A	100.000	Classificada
SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA	53790.000405/00	A	99.879	Classificada
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.	53790.000408/00	A	100.000	Classificada
LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	53790.000415/00	A	100.000	Classificada
SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA.	53790.000419/00	A	81.359	Classificada
FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	53790.000423/00	A	100.000	Classificada



141

Resultado da Proposta Técnica Lote 6

Nº do Processo: 53790.000408/00 CNPJ: 03.854.641/0001-00
Razão Social: EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.
Concorrência: 099/2.000 Localidade: São Lourenço do Sul UF: RS
Serviço: FM - Frequência Modulada Grupo Enquadramento A

Legenda da Programação :

T1 = Programas jornalísticos, educativos e informativos
T2 = Programas de serviço noticioso
T3 = Programas culturais, artísticos e jornalísticos, gerados na localidade
T4 = Programas de serviço noticioso gerados na localidade

Pontuação ref. ao percentual de tempo de funcionamento da emissora(T1+T2+T3+T4) :

62,000

Pontuação ref. ao prazo para executar serviço caráter definitivo :

32,000

Tempo total diário de programação

6,000

Pontuação da Proposta Técnica (PT) :

100,000

CLASSIFICADA

Observações :

Manoel Elias Moreira
Presidente

Anacleto Rodrigues Cordeiro
Membro Titular

José Ancelmo Nogueira
Membro Titular

Napoleão Emanuel Valadares
Membro Titular

Luiz Fernando Dolabela Guimarães
Vice-Presidente

Alexandre Antonio de Souza
Membro Titular

Álvaro Augusto de Souza Neto
Membro Titular

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, às 9 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 141.

Nº desta folha : 142.

Nºs das demais folhas juntadas : 143 a 151.

Brasília, 15 de Agosto de 2003.


GUILHERME QUINTAS
Secretário

ANEXO IV

PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
(Item 7)



1. Razão Social da Proponente:

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.

2. CNPJ/MF: **03.854.641/0001-00**

3. Edital de Concorrência: nº: **099/2000 -SSR/MC**

4. Serviço: **RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA**

5. Localidade: **ROCA SALES**

UF: **RS**

6. Valor Proposto: R\$ **72.822,00 (SETENTA E DOIS MIL OITOCENTOS E VINTE E DOIS REAIS)**
(algarismo e por extenso)

1ª Parcela: R\$ **36.411,00 (TRINTA E SEIS MIL QUATROCENTOS E ONZE REAIS)**
(algarismo e por extenso)

2ª Parcela: R\$ **36.411,00 (TRINTA E SEIS MIL QUATROCENTOS E ONZE REAIS)**
(algarismo e por extenso)

Porto Alegre, 1º de Agosto de 2000.


MICHELLE SQUEFF
Procuradora

ANEXO IV

PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
(Item 7)



1. Razão Social da Proponente:

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.

2. CNPJ/MF: 03.854.641/0001-00

3. Edital de Concorrência: nº: 099/2000 -SSR/MC

4. Serviço: RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

5. Localidade: SÃO LOURENÇO DO SUL UF: RS

6. Valor Proposto: R\$ 146.822,00 (CENTO E QUARENTA E SEIS MIL OITO CENTOS E VINTE E
(algarismo e por extenso) DOIS REAIS)

1ª Parcela: R\$ 73.411,00 (SESENTA E TRÊS MIL QUATRO CENTOS E ONZE REAIS)
(algarismo e por extenso)

2ª Parcela: R\$ 73.411,00 (SESENTA E TRÊS MIL QUATRO CENTOS E ONZE REAIS)
(algarismo e por extenso)

Porto Alegre, 1º de Agosto de 2000.

Michelle SquEFF

MICHELLE SQUEFF
Procuradora



Fls.: 145
Rubrica: m
SAC - 145

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL**

**ATA DE REUNIÃO
CONCORRÊNCIA Nº 099/2000 - SSR/MC
ABERTURA DOS INVÓLUCROS CONTENDO PROPOSTAS DE PREÇOS.
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM
FREQUÊNCIA MODULADA - FM
PARA AS LOCALIDADES DE: PORTO XAVIER, ROCA SALES, SANTO
ANTONIO DA PATRULHA, SANTO AUGUSTO, SANTO CRISTO,
SÃO LOUREÇO DO SUL E SÃO MARCOS,
NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

AOS TREZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO-CEL, NA SOBRELOJA – SALA 107, DO EDIFÍCIO SEDE DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, BLOCO R, ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BRASÍLIA, DF, SOB A SUPERVISÃO E CONTROLE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, CRIADA PELA PORTARIA MC Nº 811, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1997, PUBLICADA NO DOU DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997, REUNIU-SE A COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL, CONSTITUÍDA PELA PORTARIA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO Nº 1 (ALÍNEA G), DE 02 DE MARÇO DE 1998, PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 03 DE MARÇO DE 1998 ALTERADA PELAS PORTARIAS DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO Nº 3 (ALÍNEA B), DE 10 DE MARÇO DE 1998 PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 23 DE FEVEREIRO DE 2001 E Nº 6, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2002 PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 09 DE DEZEMBRO DE 2002, COM A PARTICIPAÇÃO DE SEU PRESIDENTE **GUILHERME GONÇALVES SOARES QUINTAS** E SEUS MEMBROS: **JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA, ALBÊNIO TRAJANO DE MORAIS, GERALDO ROSALVO TEIXEIRA DA ROCHA, IRON LOPES DE OLIVEIRA E SERGIO AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS**, COM O OBJETIVO DE REALIZAR A ABERTURA DOS INVÓLUCROS CONTENDO PROPOSTAS DE PREÇOS, ATENDENDO A PUBLICAÇÃO NO DOU Nº 151, DE 7 DE AGOSTO DE 2003, SEÇÃO 3, PÁG. 72, DAS PROPONENTES CLASSIFICADAS NA CONCORRÊNCIA 099/2000, PARA OUTORGA DE PERMISSÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA (FM), PARA AS LOCALIDADES DE PORTO XAVIER/RS, ROCA SALES/RS, SANTO ANTONIO DA PATRULHA/RS, SANTO AUGUSTO/RS, SANTO CRISTO/RS, SÃO LOURENÇO DO SUL/RS, SÃO MARCOS/RS, NA SEGUINTE ORDEM: (I) ASSINATURA DA LISTA DE PRESENÇA DOS REPRESENTANTES LEGAIS DOS LICITANTES OU DE SEUS PROCURADORES LEGALMENTE CONSTITUÍDOS E LISTA DE PRESENÇA DE PÚBLICO QUE SERÃO ANEXADAS A PRESENTE ATA. (II) AS EMPRESAS QUE TERÃO SEUS INVOLUCROS DAS PROPOSTAS DE PREÇOS ABERTAS PELA COMISSÃO PARA AS LOCALIDADES DE: 1) **PORTO XAVIER/RS:** SÃO AS SEGUINTE: FUNDAÇÃO NAVEGANTES DE PORTO LUCENA PROCESSO 53790.000387/00 E LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53790.000415/00. 2) **ROCA SALES/RS:** PICCININI & LUCCA LTDA. PROCESSO 53790.000406/00, EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA. PROCESSO 53790.000408/00, RÁDIO ÊXITOS LTDA. PROCESSO 53790.000409/00, M.L. COMUNICAÇÕES & MARKETING LTDA. PROCESSO 53790.000410/00, RÁDIO VALE DOURADO LTDA. PROCESSO 53790.000411/00, RÁDIO COMPANHEIRA FM LTDA. PROCESSO 53790.000413/00, RÁDIO ROCA SALES FM LTDA. PROCESSO 53790.000417/00, SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA. PROCESSO 53790.000419/00, BORUSSIA FM LTDA. PROCESSO 53790.000422/00 E FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53790.000423/00. 3) **SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA/RS:** RANGEL & LUZ LTDA. PROCESSO 53790.000407/00, LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53790.000415/00, SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA. PROCESSO 53790.000419/00 E BORUSSIA FM LTDA. PROCESSO 53790.000422/00. 4) **SANTO AUGUSTO/RS:** RÁDIO ESTANCIA PROPOSITAL DE INFORMAÇÃO FM LTDA. PROCESSO 53790.000389/00, SISTEMA DE COMUNICAÇÕES MACHADO E LORENZON LTDA. PROCESSO 53790.000394/00, RADIOFÔNICA COM. MARKETING LTDA. PROCESSO 53790.000397/00, RÁDIO ALTO URUGUAI LTDA. PROCESSO 53790.000398/00, RÁDIO GUARITA LIMITADA PROCESSO 53790.000400/00, LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53790.000415/00 E FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53790.000423/00. 5) **SANTO CRISTO/RS:** FUNDAÇÃO NAVEGANTES DE PORTO LUCENA PROCESSO 53790.000387/00, RADIOFÔNICA COM. MARKETING LTDA. PROCESSO 53790.000397/00, VIRO A MICHELS E CIA. LTDA. PROCESSO 53790.000399/00, TV CLUBE LTDA. PROCESSO 53790.000412/00, RÁDIO ROMANCE FM LTDA. PROCESSO 53790.000414/00 E LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53790.000415/00. 6) **SÃO LOURENÇO DO SUL/RS:** RADAR RÁDIO TELEVISÃO E COMUNICAÇÃO LTDA. PROCESSO 53790.000393/00, RÁDIO LAGOA FM LTDA. PROCESSO 53790.000395/00, ALVORINO OSVALDT & CIA. LTDA. PROCESSO 53790.000396/00, SISTEMA CANGUÇU DE COMUNICAÇÃO LTDA. PROCESSO 53790.000401/00, RÁDIO FLOR-DE-LIZ INFORMATIVA FM LTDA. PROCESSO 53790.000403/00, H. SUL FM RÁDIO DIFUSÃO LTDA. PROCESSO 53790.000404/00, SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53790.000405/00, EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA. PROCESSO 53790.000408/00, LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53790.000415/00, SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA.

LTDA. R\$ 118.000,00 (CENTO E DEZOITO MIL REAIS), VIRO A MICHEL S E CIA. LTDA. R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), TV CLUBE LTDA. R\$ 55.550,00 (CINQUENTA E CINCO MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS), RÁDIO ROMANCE FM LTDA. R\$ 51.014,00 (CINQUENTA E UM MIL E QUATORZE REAIS) E LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS). **SÃO LOURENÇO DO SUL/RS:** RADAR RÁDIO TELEVISÃO E COMUNICAÇÃO LTDA. R\$ 30.382,69 (TRINTA MIL, TREZENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E SESENTA E NOVE CENTAVOS), RÁDIO LAGOA FM LTDA. R\$ 80.200,00 (OITENTA MIL E DUZENTOS REAIS), ALVORINO OSVALDT & CIA. LTDA. R\$ 36.832,00 (TRINTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS), SISTEMA CANGUÇU DE COMUNICAÇÃO LTDA. R\$ 85.327,16 (OITENTA E CINCO MIL, TREZENTOS E VINTE E SETE REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS), RÁDIO FLOR-DE-LIZ INFORMATIVA FM LTDA. (FALTA ANALISAR PROPOSTA TÉCNICA), H. SUL FM RÁDIO DIFUSÃO LTDA. R\$ 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS), SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA. R\$ 54.640,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL, SEISCENTOS E QUARENTA REAIS), EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA. R\$ 146.822,00 (CENTO E QUARENTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E VINTE E DOIS REAIS), LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. R\$ 280.000,00 (DUZENTOS E OITENTA MIL REAIS), SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA. R\$ 101.000,00 (CENTO E UM MIL REAIS) E FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. R\$ 14.580,00 (QUATORZE MIL, QUINHENTOS E OITENTA REAIS). **SÃO MARCOS/RS:** BEDIN & OLIVEIRA LTDA. R\$ 131.390,00 (CENTO E TRINTA E UM MIL, TREZENTOS E NOVENTA REAIS), RÁDIO SÃO MARCOS FM LTDA. R\$ 165.505,00 (CENTO E SESENTA E CINCO MIL, QUINHENTOS E CINCO REAIS), SISTEMA FALA DE COMUNICAÇÃO LTDA. R\$ 80.520,00 (OITENTA MIL, QUINHENTOS E VINTE REAIS), SOCIEDADE RÁDIO SANTA FELICIDADE LTDA. R\$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS), RÁDIO DIPLOMATA LTDA. R\$ 212.500,00 (DUZENTOS E DOZE MIL E QUINHENTOS REAIS), RÁDIO ÊXITOS LTDA. R\$ 120.002,00 (CENTO E VINTE MIL E DOIS REAIS), RÁDIO COMPANHEIRA FM LTDA. R\$ 131.000,00 (CENTO E TRINTA E UM MIL REAIS), LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. R\$ 138.000,00 (CENTO E TRINTA E OITO MIL REAIS), SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA. R\$ 51.000,00 (CINQUENTA E UM MIL REAIS) E FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. R\$ 14.580,00 (QUATORZE MIL, QUINHENTOS E OITENTA REAIS). IV) A PROPONENTE RÁDIO FLOR-DE-LIZ INFORMATIVA FM LTDA. FOI CITADA COMO PARTICIPANTE PARA A LOCALIDADE DE SÃO LOURENÇO DO SUL/RS, NO ENTANTO, NA DECLARAÇÃO REFERENTE AO SUBITEM 5.2.3 - ANEXO II DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 099/00-SSR/MC, A PROPONENTE DECLARA INTERESSE DE EXPLORAR O SERVIÇO DE FM PARA A LOCALIDADE DE SANTO AUGUSTO/RS. PARA TANTO NOS FAZ NECESSÁRIO A CORREÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO. V) A PROPONENTE LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. DEIXOU DE APRESENTAR A PROPOSTA DE PREÇO PARA A LOCALIDADE DE SANTO AUGUSTO/RS, TORNANDO-SE DESCLASSIFICADA DO CERTAME LICITATÓRIO. VI) A EMPRESA PORTUGAL TELECOMUNICAÇÃO LTDA. APRESENTOU PROPOSTA DE PREÇO, NO ENTANTO, NÃO PARTICIPA DO PROCESSO LICITATÓRIO, FICANDO O REFERIDO

PROCESSO 53790.000419/00 E FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53790.000423/00. 7) **SÃO MARCOS/RS:** BEDIN & OLIVEIRA LTDA. PROCESSO 53790.000388/00, RÁDIO SÃO MARCOS FM LTDA. PROCESSO 53790.000390/00, SISTEMA FALA DE COMUNICAÇÃO LTDA. PROCESSO 53790.000391/00, SOCIEDADE RÁDIO SANTA FELICIDADE LTDA. PROCESSO 53790.000392/00, RÁDIO DIPLOMATA LTDA. PROCESSO 53790.000402/00, RÁDIO ÊXITOS LTDA. PROCESSO 53790.000409/00, RÁDIO COMPANHEIRA FM LTDA. PROCESSO 53790.000413/00, LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53790.000415/00, SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA. PROCESSO 53790.000419/00 E FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53790.000423/00. (III) EM PROSSEGUIMENTO AOS TRABALHOS, A COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DEU INÍCIO A ABERTURA DOS INVÓLUCROS LACRADOS DE PROPOSTAS DE PREÇOS PARA AS LOCALIDADES DE: **PORTO XAVIER/RS:** FUNDAÇÃO NAVEGANTES DE PORTO LUCENA R\$ 48.732,00 (QUARENTA E OITO MIL, SETECENTOS E TRINTA E DOIS REAIS) E LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS). **ROCA SALES/RS:** PICCININI & LUCCA LTDA. R\$ 171.000,00 (CENTO E SETENTA E UM MIL REAIS), EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA. R\$ 72.822,00 (SETENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS E VINTE E DOIS REAIS), RÁDIO ÊXITOS LTDA. R\$ 150.002,00 (CENTO E CINQUENTA MIL E DOIS REAIS), M.L. COMUNICAÇÕES & MARKETING LTDA. R\$ 70.056,00 (SETENTA MIL E CINQUENTA E SEIS REAIS), RÁDIO VALE DOURADO LTDA. R\$ 121.800,00 (CENTO E VINTE E UM MIL E OITOCENTOS REAIS), RÁDIO COMPANHEIRA FM LTDA. R\$ 131.000,00 (CENTO E TRINTA E UM MIL REAIS), RÁDIO ROCA SALES FM LTDA. R\$ 33.334,00 (TRINTA E TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS), SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA. R\$ 21.000,00 (VINTE E UM MIL REAIS), BORUSSIA FM LTDA. R\$ 31.000,00 (TRINTA E UM MIL REAIS) E FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. R\$ 14.580,00 (QUATORZE MIL, QUINHENTOS E OITENTA REAIS). **SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA/RS:** RANGEL & LUZ LTDA. R\$ 60.400,00 (SESSENTA MIL E QUATROCENTOS REAIS), LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. R\$ 302.000,00 (TREZENTOS E DOIS MIL REAIS), SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA. R\$ 131.000,00 (CENTO E TRINTA E UM MIL REAIS) E BORUSSIA FM LTDA. R\$ 55.200,00 (CINQUENTA E CINCO MIL E DUZENTOS REAIS). **SANTO AUGUSTO/RS:** RÁDIO ESTANCIA PROPOSITAL DE INFORMAÇÃO FM LTDA. R\$ 101.500,00 (CENTO E UM MIL E QUINHENTOS REAIS), SISTEMA DE COMUNICAÇÕES MACHADO E LORENZON LTDA. R\$ 73.100,00 (SETENTA E TRÊ MIL E CEM REAIS), RADIOFÔNICA COM. MARKETING LTDA. R\$ 138.000,00 (CENTO E TRINTA E OITO MIL REAIS), RÁDIO ALTO URUGUAI LTDA. R\$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS), RÁDIO GUARITA LIMITADA R\$ 86.667,00 (OITENTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E SETE REAIS), LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (NÃO APRESENTOU PROPOSTA) E FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. R\$ 14.580,00 (QUATORZE MIL, QUINHENTOS E OITENTA REAIS). **SANTO CRISTO/RS:** FUNDAÇÃO NAVEGANTES DE PORTO LUCENA R\$ 16.870,00 (DEZESSEIS MIL, OITOCENTOS E SETENTA REAIS), RADIOFÔNICA COM. MARKETING

ENVELOPE DE PROPOSTA DE PREÇO, A SUA DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA DA COMISSÃO. VII) A PROPOSTA TÉCNICA DA PROPONENTE RÁDIO FLOR-DE-LIZ INFORMATIVA FM LTDA. DEIXOU DE SER ANALISADA PARA A LOCALIDADE DE SÃO LOURENÇO DO SUL/RS, CONSEQUENTEMENTE SUA PROPOSTA DE PREÇO NÃO FOI ABERTA, E QUE SERÁ MARCADA OPORTUNAMENTE SESSÃO ESPECÍFICA PARA TAL. VIII) A DOCUMENTAÇÃO FOI RUBRICADA POR TODOS OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL E POR TODOS OS REPRESENTANTES LEGAIS DAS PROPONENTES PRESENTES. IX) NADA MAIS HAVENDO A ACRESCENTAR O PRESIDENTE DA COMISSÃO ENCERROU OS TRABALHOS ÀS 11:30 H (ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS), TENDO SIDO LAVRADA ESTA ATA QUE APÓS LIDA E ACHADA CONFORME, VAI ASSINADA PELOS MEMBROS DA COMISSÃO E OS INTERESSADOS PRESENTES.

COMISSAO:

GUILHERME GONÇALVES SOARES QUINTAS
PRESIDENTE

ALBENZIO TRAJANDO DE MORAIS
MEMBRO

JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
MEMBRO

GERALDO ROSALVO T. DA ROCHA
MEMBRO

IRON LOPES DE OLIVEIRA
MEMBRO

SERGIO AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS
MEMBRO

My. José Pasanotto
My. José PASANOTTO



FOLHA Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL

CONCORRÊNCIA Nº 99100 - /CEL/MC
SESSÃO: ABERTURA DE ENVÓLUCROS CONTENDO PROPOSTAS DE PREÇOS

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 13/08/2003

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE: SÃO MARCOS

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
RÁDIO SÃO MARCOS FM LPA	MURILO JOSÉ PASQUALETO			43032/0AB/RS	Sócio/Acionista () Procurador (X)
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()

FOLHA Nº 01

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL

CONCORRÊNCIA Nº 09912000- SSR/MC IMC
SESSÃO: ABERTURA DE ENVOLUCROS CONTENDO PROPOSTAS DE Pagos

- LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO -

DATA: 13.8.2003SERVIÇO: Frequência Modulada (Fm)LOCALIDADE: Ponto Xavier/RS, Boca Sales/RS,
Santo Antonio da Palmita/RS, Santo August/RS,
Santo Cristo/RS, São Laurencio/RS, São Marcos/RS.

Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF
<u>Henrique (Ass)</u>			<u>3 219 282</u>

SSCE
Rubrica:
Folha: 151
M. das Comunicações

159
[assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 03 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 151.

Nº desta folha : 152.

Nºs das demais folhas juntadas : 153 a 155.

Brasília-DF, 09 de 02 de 2004.


GUILHERME QUINTAS
Secretário da CEL/MC

CONCORRÊNCIA Nº 099/2000 - SSR/MC

LOCALIDADE: SÃO LOURENÇO DO SUL - ESTADO: RS

ATA DE REUNIÃO Nº 024/2004

Aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro de 2004, às 15:50 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Vítor de Lima Magalhães e dos membros Maria da Conceição Geraldo, Jozilene Maria de Góis, Tânia Regina Pereira Lopes e Francisco Gilmar Pereira do Carmo, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: **a) análise do documento denominado Relatório da Proposta de Preço pela Outorga (Anexo V)**, relativo à concorrência acima citada, para outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, na localidade de **SÃO LOURENÇO DO SUL/RS**; **b) verificação da conformidade desses documentos com os dados contidos na Proposta de Preço pela Outorga**, apresentadas pelas licitante(s), conforme o Edital dessa Concorrência; **c) análise do documento Papeis de Trabalhos - Classificação das Proponentes**. A Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: Aprovação do **Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final – Anexo V – Lote 6** – anexo à presente ata. **1) aprovação do documento Papéis de Trabalho – Classificação das Proponentes**, relativo à concorrência acima citada, anexo à presente ata, no qual consta a classificação das proponentes quanto ao **Valor Ponderado da pontuação obtida na Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga**. A Comissão Especial de Licitação encerra os seus trabalhos, propondo como vencedora a proponente **LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**, que apresentou o maior Valor Ponderado entre as licitantes, para a localidade de **SÃO LOURENÇO DO SUL/RS**. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.


VÍTOR DE LIMA MAGALHÃES
Presidente


MÁRIA DA CONCEIÇÃO GERALDO
Titular


TÂNIA REGINA PEREIRA LOPES
Titular


JOZILENE MARIA DE GÓIS
Titular


FRANCISCO GILMAR PEREIRA DO CARMO
Titular

Publicado no DOU de 05/02/2004.



154
OK

Papéis de Trabalho - Classificação das Proponentes

Concorrência 099 / 2000

Localidade RS São Lourenço do Sul
Serviço FM

Valor Mínimo 27.382,50 Grupo Enquadramento A

Nº Processo	Razão Social	Valor Ofertado	Pontuação		
			(PT)	(PP)	(VP)
53790.000415/00	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	280.000,00	100.000	95.110	99,511 *
53790.000408/00	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.	146.822,00	100.000	90.674	99,067 *
53790.000404/00	H. SUL FM RÁDIO DIFUSÃO LTDA	90.000,00	100.000	84.787	98,479 *
53790.000401/00	SISTEMA CANGUÇU DE COMUNICAÇÃO LTDA	85.327,16	100.000	83.954	98,395 *
53790.000395/00	RADIO LAGOA FM LTDA.	80.200,00	100.000	82.928	98,293 *
53790.000405/00	SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA	54.640,00	99.879	74.942	97,386 *
53790.000396/00	ALVORINO OSVALDT & CIA. LTDA	36.832,00	100.000	62.827	96,283 *
53790.000393/00	RADAR RADIO TELEVISÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	30.382,69	100.000	54.937	95,494 *
53790.000423/00	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	14.580,00	100.000	6.095	90,609 *
53790.000419/00	SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA.	101.000,00	81.359	86.444	81,868 *

Comissão Especial de Ambito Nacional

Vitor de Lima Magalhães
Presidente

Maria da Conceição Geraldo
Membro Titular

Jozilene Maria de Góis
Membro Titular

Tânia Regina Pereira Lopes
Membro Titular

Francisco Gilmar Pereira do Carmo
Membro Titular



155
15/01

Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 6

Nº do Processo: 53790.000408/00 CNPJ: 03.854.641/0001-00

Razão Social: EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.

Concorrência: 099/2.000 Localidade: São Lourenço do Sul UF: RS

Serviço: FM - Frequência Modulada Grupo A

VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO CORRETO DOS ITENS DO ANEXO V: SIM NAO

A proposta de preço está de acordo com as condições do Edital? X

OBSERVAÇÃO QUANTO AO RESULTADO DESTA PROPOSTA :

RESULTADO FINAL

Pontuação da Proposta Técnica (PT) : 100,000

Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP) : 90,674

VALOR PONDERADO DA PROPOSTA (Técnica e Preço) : 99,067

Observações :

Vitor de Lima Magalhães
Vitor de Lima Magalhães
Presidente

Jozilene Maria de Góis
Jozilene Maria de Góis
Membro Titular

Maria da Conceição Geraldo
Maria da Conceição Geraldo
Membro Titular

Tânia Regina Pereira Lopes
Tânia Regina Pereira Lopes
Membro Titular

Francisco Gilmar Bereira do Carmo
Francisco Gilmar Bereira do Carmo
Membro Titular

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



TERMO DE JUNTADA


Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 14 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 155 .

Nº desta folha : 156 .

Nºs das demais folhas juntadas : 157 a 170 .

Brasília, 05 de Janeiro de 2006.


EDMAR F. MACHADO
Membro Titular

CONCORRÊNCIA Nº 099/2000 - SSR/MC

LOCALIDADE: ROCA SALES - ESTADO: RS

ATA DE REUNIÃO Nº 444/2005


Aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2005, às 14:15 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e Revogada pela de n.º 438, de 13-10-2005 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Carlos Magno Chaves Brandão e Vice-Presidente Eriko Mendes Domenici e dos membros, Edmar de Freitas Machado, Rita Suely Barbosa e Cláudio Silva Souza, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: **a)** análise do documento denominado **Relatório da Proposta de Preço pela Outorga (Anexo V)**, relativo à concorrência acima citada, para outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, na localidade de **ROCA SALES/RS**; **b)** verificação da conformidade desses documentos com os dados contidos na Proposta de Preço pela Outorga, apresentadas pelas licitante(s), conforme o Edital dessa Concorrência; **c)** análise do documento **Papeis de Trabalhos - Classificação das Proponentes**. A Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: Aprovação do **Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final – Anexo V – Lote 6** – anexo à presente ata. **1)** aprovação do documento **Papéis de Trabalho – Classificação das Proponentes**, relativo à concorrência acima citada, anexo à presente ata, no qual consta a classificação das proponentes quanto ao **Valor Ponderado da pontuação obtida na Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga**. A Comissão Especial de Licitação encerra os seus trabalhos, propondo como vencedora a proponente **PICCININI & LUCCA LTDA.**, que apresentou o maior **Valor Ponderado entre as licitantes, para a localidade de ROCA SALES/RS**. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.


CARLOS MAGNO CHAVES BRANDÃO
Presidente


ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente

EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular


RITA SUELY BARBOSA
Titular


CLÁUDIO SILVA SOUZA
Titular

Publicado no DOU de 20/12/2005.



Papéis de Trabalho - Classificação das Proponentes

Concorrência

099 / 2000

Localidade RS Roca Sales

Serviço FM

Valor Mínimo 10.000,00

Grupo Enquadramento A

Nº Processo	Razão Social	Valor Ofertado	Pontuação		
			(PT)	(PP)	(VP)
53790.000406/00	PICPININI & LUCCA LTDA	171.000,00	100.000	97.076	99,708
53790.000409/00	RÁDIO ÊXITOS LTDA	150.002,00	100.000	96.666	99,667
53790.000413/00	RÁDIO COMPANHEIRA FM LTDA.	131.000,00	100.000	96.183	99,618
53790.000411/00	RÁDIO VALE DOURADO LTDA	121.800,00	100.000	95.894	99,589
53790.000408/00	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.	72.822,00	100.000	93.133	99,313
53790.000410/00	M.L.COMUNICAÇÕES & MARKETING LTDA.	70.056,00	100.000	92.862	99,286
53790.000417/00	RADIO ROCA SALES FM LTDA.	33.334,00	100.000	85.000	98,500
53790.000422/00	BORUSSIA FM LTDA	31.000,00	100.000	83.871	98,387
53790.000423/00	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	14.580,00	100.000	65.706	96,571
53790.000419/00	SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA.	21.000,00	81.359	76.190	80,842

Comissão Especial de Âmbito Nacional


Carlos Magno Chaves Brandão
Presidente

Edmar Freitas Machado
Membro Titular


Cláudio Silva Souza
Membro Titular


Eriko Mendes Domenici
Vice-presidente


Rita Suely Barbosa
Membro Titular



Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 6

Nº do Processo: 53790.000406/00 CNPJ: 03.777.407/0001-18

Razão Social: PICCININI & LUCCA LTDA

Concorrência: 099/2.000 Localidade: Roca Sales UF: RS

Serviço: FM - Frequência Modulada Grupo Enquadramento: A

VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO CORRETO DOS ITENS DO ANEXO V: ☐ SIM ☐ NÃO

A proposta de preço está de acordo com as condições do Edital? ☒ X

OBSERVAÇÃO QUANTO AO RESULTADO DESTA PROPOSTA :


RESULTADO FINAL


Pontuação da Proposta Técnica (PT) : 100.000

Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP) : 97.076


VALOR PONDERADO DA PROPOSTA (Técnica e Preço) : 99.708


Observações :


Carlos Magno Chaves Brandão
Presidente


Eriko Mendes Domenici
Vice-presidente


Edmar Freitas Machado
Membro Titular


Rita Suely Barbosa
Membro Titular


Cláudio Silva Souza
Membro Titular



160
8

Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 6

Nº do Processo: CNPJ:

Razão Social:

Concorrência: Localidade: UF:

Serviço: Grupo Enquadramento:

VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO CORRETO DOS ITENS DO ANEXO V:

A proposta de preço está de acordo com as condições do Edital?

OBSERVAÇÃO QUANTO AO RESULTADO DESTA PROPOSTA:

RESULTADO FINAL

Pontuação da Proposta Técnica (PT):

Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP):

VALOR PONDERADO DA PROPOSTA (Técnica e Preço):

Observações:


Carlos Magno Chaves Brandão
Presidente

Edmar Freitas Machado
Membro Titular


Eriko Mendes Domenici
Vice-presidente


Rita Suely Barbosa
Membro Titular


Cláudio Silva Souza
Membro Titular



Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 6

Nº do Processo: 53790.000409/00 CNPJ: 01.917.739/0001-25

Razão Social: RÁDIO ÊXITOS LTDA

Concorrência: 099/2.000 Localidade: Roca Sales UF: RS

Serviço: FM - Frequência Modulada Grupo Enquadramento: A

VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO CORRETO DOS ITENS DO ANEXO V: ☐ SIM ☐ NÃO

A proposta de preço está de acordo com as condições do Edital?

☒ X

OBSERVAÇÃO QUANTO AO RESULTADO DESTA PROPOSTA:

RESULTADO FINAL

Pontuação da Proposta Técnica (PT): 100.000

Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP): 96.666

VALOR PONDERADO DA PROPOSTA (Técnica e Preço): 99.667

Observações:


Carlos Magno Chaves Brandão
Presidente


Eriko Mendes Domenici
Vice-presidente

Edmar Freitas Machado
Membro Titular


Rita Suely Barbosa
Membro Titular


Cláudio Silva Souza
Membro Titular



Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 6

Nº do Processo: 53790.000410/00 CNPJ: 03.908.518/0001-16

Razão Social: M.L. COMUNICAÇÕES & MARKETING LTDA.

Concorrência: 099/2.000 Localidade: Roca Sales UF: RS

Serviço: FM - Frequência Modulada Grupo Enquadramento: A

VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO CORRETO DOS ITENS DO ANEXO V: SIM NÃO

Proposta de preço está de acordo com as condições do Edital? X

OBSERVAÇÃO QUANTO AO RESULTADO DESTA PROPOSTA:


RESULTADO FINAL

Pontuação da Proposta Técnica (PT): 100.000


Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP): 92.862


VALOR PONDERADO DA PROPOSTA (Técnica e Preço): 99.286


Observações:


Carlos Magno Chaves Brandão
Presidente

Edmar Freitas Machado
Membro Titular


Eriko Mendes Domenici
Vice-presidente


Rita Suely Barbosa
Membro Titular


Cláudio Silva Souza
Membro Titular



Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 6

Nº do Processo: **53790.000411/00** CNPJ: **02.400.715/0001-67**

Razão Social: **RÁDIO VALE DOURADO LTDA**

Concorrência: **099/2.000** Localidade: **Roca Sales** UF: **RS**

Serviço: **FM - Frequência Modulada** Grupo Enquadramento: **A**

VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO CORRETO DOS ITENS DO ANEXO V: ☐ SIM ☐ NÃO

A proposta de preço está de acordo com as condições do Edital? ☒ X

OBSERVAÇÃO QUANTO AO RESULTADO DESTA PROPOSTA:

RESULTADO FINAL

Pontuação da Proposta Técnica (PT): **100.000**

Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP): **95.894**

VALOR PONDERADO DA PROPOSTA (Técnica e Preço): **99.589**

Observações:


Carlos Magno Chaves Brandão
Presidente


Eriko Mendes Domenici
Vice-presidente

Edmar Freitas Machado
Membro Titular


Rita Suely Barbosa
Membro Titular


Cláudio Silva Souza
Membro Titular



Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 6

Nº do Processo: 53790.000413/00

CNPJ: 02.174.414/0001-62

Razão Social: RÁDIO COMPANHEIRA FM LTDA.

Concorrência: 099/2.000

Localidade: Roca Sales

UF: RS

Serviço: FM - Frequência Modulada

Grupo Enquadramento: A

VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO CORRETO DOS ITENS DO ANEXO V:

SIM

NÃO

Proposta de preço está de acordo com as condições do Edital?

X

OBSERVAÇÃO QUANTO AO RESULTADO DESTA PROPOSTA:

RESULTADO FINAL

Pontuação da Proposta Técnica (PT): 100.000

Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP): 96.183

VALOR PONDERADO DA PROPOSTA (Técnica e Preço): 99.618

Observações:

Carlos Magno Chaves Brandão
Presidente

Edmar Freitas Machado
Membro Titular

Eriko Mendes Domenici
Vice-presidente

Rita Suelly Barbosa
Membro Titular

Cláudio Silva Souza
Membro Titular



Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 6

Nº do Processo: 53790.000417/00 CNPJ: 03.952.064/0001-80
Razão Social: RADIO ROCA SALES FM LTDA.
Concorrência: 099/2.000 Localidade: Roca Sales UF: RS
Serviço: FM - Frequência Modulada Grupo Enquadramento: A

VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO CORRETO DOS ITENS DO ANEXO V: ☐ SIM ☐ NÃO

Proposta de preço está de acordo com as condições do Edital?

☒ X

OBSERVAÇÃO QUANTO AO RESULTADO DESTA PROPOSTA:

RESULTADO FINAL

Pontuação da Proposta Técnica (PT): 100.000

Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP): 85.000

VALOR PONDERADO DA PROPOSTA (Técnica e Preço): 98.500

Observações:


Carlos Magno Chaves Brandão
Presidente


Eriko Mendes Domenici
Vice-presidente

Edmar Freitas Machado
Membro Titular


Rita Suely Barbosa
Membro Titular


Cláudio Silva Souza
Membro Titular



Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 6

Nº do Processo: **53790.000419/00** CNPJ: **01.736.755/0001-11**

Razão Social: **SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA.**

Concorrência: **099/2.000** Localidade: **Roca Sales** UF: **RS**

Serviço: **FM - Frequência Modulada** Grupo Enquadramento: **A**

VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO CORRETO DOS ITENS DO ANEXO V: ☐ SIM ☐ NÃO

postula de preço está de acordo com as condições do Edital? ☒ X

OBSERVAÇÃO QUANTO AO RESULTADO DESTA PROPOSTA:

RESULTADO FINAL

Pontuação da Proposta Técnica (PT): **81,359**

Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP): **76,190**

VALOR PONDERADO DA PROPOSTA (Técnica e Preço): **80,842**

Observações:


Carlos Magno Chaves Brandão
Presidente

Edmar Freitas Machado
Membro Titular


Eriko Mendes Domenici
Vice-presidente


Rita Suely Barbosa
Membro Titular


Cláudio Silva Souza
Membro Titular



Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 6

Nº do Processo: 53790.000422/00 CNPJ: 03.880.362/0001-02

Razão Social: BORUSSIA FM LTDA

Concorrência: 099/2.000 Localidade: Roca Sales UF: RS

Serviço: FM - Frequência Modulada Grupo Enquadramento: A

VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO CORRETO DOS ITENS DO ANEXO V: ☐ SIM ☐ NÃO

/ posta de preço está de acordo com as condições do Edital? ☒ X

OBSERVAÇÃO QUANTO AO RESULTADO DESTA PROPOSTA :

RESULTADO FINAL

Pontuação da Proposta Técnica (PT) : 100.000

Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP) : 83.871

VALOR PONDERADO DA PROPOSTA (Técnica e Preço) : 98,387

Observações :


Carlos Magno Chaves Brandão
Presidente


Eriko Mendes Domenici
Vice-presidente

Edmar Freitas Machado
Membro Titular


Rita Suely Barbosa
Membro Titular


Cláudio Silva Souza
Membro Titular



Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 6

Nº do Processo: 53790.000423/00 CNPJ: 03.829.194/0001-20

Razão Social: FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA

Concorrência: 099/2.000 Localidade: Roca Sales UF: RS

Serviço: FM - Frequência Modulada Grupo Enquadramento: A

VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO CORRETO DOS ITENS DO ANEXO V: ☐ SIM ☐ NÃO

A proposta de preço está de acordo com as condições do Edital? ☒ X

OBSERVAÇÃO QUANTO AO RESULTADO DESTA PROPOSTA:

RESULTADO FINAL

Pontuação da Proposta Técnica (PT): 100.000

Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP): 65.706

VALOR PONDERADO DA PROPOSTA (Técnica e Preço): 96,571

Observações:


Carlos Magno Chaves Brandão
Presidente

Edmar Freitas Machado
Membro Titular


Eriko Mendes Domenici
Vice-presidente


Rita Suely Barbosa
Membro Titular


Cláudio Silva Souza
Membro Titular



SHALOM SOLUÇÕES DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA - Primeiro Termo Aditivo - Contrato 211/2004 - Assinatura: 16/11/05 - Vigência: a partir de 16/11/05 - Objeto: Prolongar o período de vigência por mais 12 (doze) meses.

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 500129/2005

Objeto: Contratação de firma para procedimentos de manutenção preventiva, corretiva e revisões de garantia em veículos de marca FIAT, com aplicação de peças e acessórios originais, pelo período de 12 meses, renovável por iguais períodos. Realizado em 19/12/2005. Revogado tendo em vista a ausência de proposta cadastrada no sistema "licitações".

ABÍLIO ANTONIO DE OLIVEIRA FREITAS
Pregoeiro

DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE
DO NORTE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DL-000254/2005, de 09/12/2005; Contrato: 22/2005; Contratado: José Edson de Carvalho; Vigência: 10/12/2005 a 09/12/2010; Objeto: Aluguel de imóvel para funcionamento da AC Pitimbu/PN; Enquadramento legal: art. 24, inciso X, Lei 8.666/93; Conta orçamentária: 11.440.010.0002; Valor total da contratação: R\$ 30.000,00; Valor desembolso no exercício: R\$ 500,00.

DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

11º Décimo Quarto Termo Aditivo nº 449/05, referente ao contrato nº 122.01-LTR 009; Contratada: Rápido Transporte Ltda.; Objeto: Renovação da vigência contratual (17/09/05 a 16/09/06); Valor global: R\$ 121.018,90 - 2º Quarto Termo Aditivo nº 573/05, referente ao contrato nº 154.04-LTR 032; Contratada: Transavia Transportes Ltda.; Objeto: Recuperação financeira; Valor global: R\$ 48.080,45 - 3º Quinto Termo Aditivo nº 583/05, referente ao contrato nº 392/03; Contratada: Transportes Steinhilb Ltda.; Objeto: Renovação da vigência contratual (25/11/05 a 22/05/06); Valor global: R\$ 42.038,59 - 4º Quinto Termo Aditivo nº 469/05, referente ao contrato nº 388.03-LCE 160; Contratada: Transportadora Sol Dourado Ltda.; Objeto: Renovação da vigência contratual (01/12/05 a 31/05/06); Valor global: R\$ 24.422,13 - 5º Primeiro Termo Aditivo nº 611/05, referente ao contrato nº 127.05-LTU 125; Contratada: Transportadora Sol Dourado Ltda.; Objeto: Renovação da vigência contratual (30/11/05 a 29/05/06); Valor global: R\$ 23.784,46 - 6º Segundo Termo Aditivo nº 579/05, referente ao contrato nº 364/04; Contratado: Auto Locadora Irigaraiz Ltda.; Objeto: Renovação da vigência contratual (26/10/05 a 25/04/06); Valor global: R\$ 28.920,00.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2005

A ECT/DR/RS torna pública a homologação do PGE nº 061/2005, cujo objeto é a prestação de serviços de hospedagem na cidade de Taguaresa/RS. Empresa vencedora: Cardemil Hotel e Turismo Ltda. Valor global da contratação: R\$ 26.791,00 (Vinte e seis mil setecentos e noventa e um reais).

PAULO ROBERTO FÉLIX DA SILVA
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2005

A ECT/DR/RS, torna pública que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 39/2005, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com aplicação de peças e acessórios em motocicletas da marca Honda na REVAR-05 Novo Hamburgo em decorrência da licitação ter sido deserta em 12/12/2005. Recebimento de novas propostas através do endereço www.correios.com.br, a partir de 05/01/2006. Limite do acolhimento das propostas: até às 14:00 do dia 05/01/2006. Abertura das propostas: em 05/01/2006 às 14:00. Início da disputa de preços: às 14:30 do dia 05/01/2006. O edital poderá ser obtido pelos interessados, através do endereço eletrônico, www.correios.com.br. Mais informações pelo telefone fax: (51) 3220-8729 e 3220-8988 ou pelo e-mail: licitacoes-soa@correios.com.br.

PAULO ROBERTO FÉLIX DA SILVA
Pregoeiro

DIRETORIA REGIONAL DE SANTA CATARINA

EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

1) Dispensa de Licitação nº 5001304/2005, data da autorização 15/11/05. COMBUSTÍVEIS SCARLETT III LTDA, vigência 19/12/05 a 19/12/06, contratação de combustíveis para veículos para atender necessidades da unidade da ECT denominada AC Videira/SC, enquadramento legal inciso V do art. 24 da Lei 8.666/93 - conta atividade 68011.44402.010000, Valor total: R\$ 25.667,46 - valor desembolso no exercício: R\$ 2.138,94.

1) Dispensa de Licitação nº 5001335/2005, data da autorização 20/12/05, BOMLOCAJ BRASILIA S.A. CIA LTDA, vigência 21/12/05 a 21/12/06, contratação de combustíveis para veículos para atender necessidades da unidade da ECT denominada AC Caçador/SC, enquadramento legal inciso V do art. 24 da Lei 8.666/93 - conta at-

ividade 68011.44402.010000, Valor total: R\$ 18.508,79 - valor desembolso no exercício: R\$ 771,19; 2) Dispensa de Licitação nº 5001334/2005, data da autorização 20/12/05, ALTO POSTO CRISTO DA LUZ LTDA, vigência 21/12/05 a 21/12/06, contratação de combustíveis para veículos para atender necessidades da unidade da ECT denominada AC Balaúdo Camboriú/SC, enquadramento legal inciso V do art. 24 da Lei 8.666/93 - conta atividade 68011.44402.010000, Valor total: R\$ 40.494,67 - valor desembolso no exercício: R\$ 1.687,27.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 0192/03; DATA DE ASSINATURA: 14/11/2005; CONTRATADA: Itha Service Service Services de Informática LTDA. Valor Global: R\$ 15.272,88. Objeto: Prolongação do período da vigência do contrato de acordo com o exposto no item 10.1.2 da cláusula Décima do citado instrumento. Classificação Orçamentária: Conta 44403.050002 Unidade de Negócio: 68011.

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 500115/2005

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Diretoria Regional de Santa Catarina, através de seu Pregoeiro, avisa aos interessados que realizará a licitação acima, tipo menor preço, a qual tem por objeto a Contratação de prestação de serviços de manutenção corretiva, com cobertura total de mão-de-obra e fornecimento de peças de reposição, componentes, acessórios, lubrificantes e materiais de limpeza, em bicicletas de propriedade da ECT, localizadas nas unidades dos correios denominadas: CDD Joinville, CDD Joinville-Sul, CDD Joinville-Norte, CDD Joinville, AC Garuva e AC Itapoa, localizadas em Joinville, na Diretoria Regional de Santa Catarina, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente. O recebimento das propostas ocorrerá pelo endereço eletrônico <http://www.correios.com.br> até 04/01/2006 às 14:00 horas e o início da disputa de preços ocorrerá a partir das 15:30 horas. Neste mesmo endereço eletrônico também poderá ser obtido o Edital. Outras informações poderão ser obtidas na Rua Trajano, 199, sala 802, Centro, CEP: 88.010-900, Florianópolis/SC. Telefone: (48) 3229-4037 e Fax: (48) 3229-4087.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 500117/2005

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Diretoria Regional de Santa Catarina, através de seu Pregoeiro, avisa aos interessados que realizará a licitação acima, tipo menor preço, a qual tem por objeto a Contratação de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com aplicação de peças e acessórios originais e serviços de guache, em motocicletas da ECT, de várias marcas, nas localidades de Florianópolis, São José e Biguaçu/SC, para atender necessidades das unidades denominadas CDD Florianópolis (unidade principal), AC Biguaçu, CDD Itacorubi, CDD Estreito e CDD São José, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente. O recebimento das propostas ocorrerá pelo endereço eletrônico <http://www.correios.com.br> até 05/01/2006 às 08:30 horas e o início da disputa de preços ocorrerá a partir das 10:00 horas. Neste mesmo endereço eletrônico também poderá ser obtido o Edital. Outras informações poderão ser obtidas na Rua Trajano, 199, sala 802, Centro, CEP: 88.010-900, Florianópolis/SC. Telefone: (48) 3229-4037 e Fax: (48) 3229-4087.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 500102/2005

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Diretoria Regional de Santa Catarina, através de seu Pregoeiro, avisa aos interessados que realizará a licitação acima, tipo menor preço, a qual tem por objeto a Contratação de empresa para transporte de pessoal da ECT na Diretoria Regional de Santa Catarina, por 12 meses, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente. O recebimento das propostas ocorrerá pelo endereço eletrônico <http://www.correios.com.br> até 04/01/2006 às 04:00 horas e o início da disputa de preços ocorrerá a partir das 10:00 horas. Neste mesmo endereço eletrônico também poderá ser obtido o Edital. Outras informações poderão ser obtidas na Rua Trajano, 199, sala 802, Centro, CEP: 88.010-900, Florianópolis/SC. Telefone: (48) 3229-4037 e Fax: (48) 3229-4087.

JORGÊ ALEXANDRE NIEDERAUER RAMOS
Pregoeiro

DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO INTERIOR

AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92/2005

A Diretoria Regional de São Paulo Interior, por meio da Pregoeira designada, torna pública a homologação do Pregão Eletrônico nº 92/2005-DR-SP, cuja sessão ocorreu em 09/12/2005, tendo como objeto a aquisição e entrega de combustível (9.500 litros mensais de gasolina comum), pelo período de 12 meses, para abastecimento de posto interno da ECT, na cidade Ribeirão Preto-SP. A empresa Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga foi a vencedora no valor global de R\$ 237.804,00.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2005

A Diretoria Regional de São Paulo Interior, por meio da Pregoeira designada, torna pública a homologação do Pregão Eletrônico nº 103/2005-DR-SP, cuja sessão ocorreu em 13/12/2005, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para fazer etapas de concurso público para preenchimento de vagas na ECT. A empresa Fundação Central de Desenvolvimento foi a vencedora no valor global de R\$ 65.388,75.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2005

A Diretoria Regional de São Paulo Interior, por meio da Pregoeira designada, torna pública a homologação do Pregão Eletrônico nº 105/2005-DR-SP, cuja sessão ocorreu em 13/12/2005, tendo como objeto a aquisição de protetor solar. A empresa Laves Indústria de Equipamentos de Proteção Ltda foi a vencedora dos lotes 1 e 2, no valor global de R\$ 40.307,00 e R\$ 17.545,05 respectivamente.

SONIA REGINA BORGES MARCELO
Pregoeira

DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO
METROPOLITANA

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Contrato de nº 221/05, nome da contratada: Rastor Car Services Ltda, data de assinatura: 14/12/05, vigência: 15/12/05 a 14/12/06, objeto: manutenção preventiva e corretiva com aplicação de peças em veículos pesados multimarcas pertencentes a DR-SPM (LTS) - Jaguaré. Pregão eletrônico nº 500040-GERAD-DR-SPM, classificação orçamentária: atividade 72011, classificação contábil: 44403.140002, valor total da contratação: R\$ 462.895,11.

Quarto Termo Aditivo ao contrato nº 115/03, nome da contratada: Raval Lava Rápido Ltda, data da assinatura: 15/12/05, vigência: 23/06/05, objeto: reparação das peças do contrato, alterando o valor global para R\$ 116.582,71.

AVISOS DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5000147

Comunicamos a todos os interessados o adiamento "aíne die" do Pregão Eletrônico nº 5000147 - GERAD-DR-SPM, que tem por objeto a prestação de serviços de transporte rodoviário de carga postal em linhas urbanas, conforme especificações e demais condições previstas no Edital e seus Anexos, para alterações no edital. O aviso desta licitação foi publicado no DUU nº 235, Seção 3, página 116, de 08/12/2005.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5000189

Comunicamos a todos os interessados o adiamento "aíne die" do Pregão Eletrônico nº 5000189 - GERAD-DR-SPM, que tem por objeto a prestação de serviços de transporte rodoviário de carga postal em linhas urbanas, conforme especificações e demais condições previstas no Edital e seus Anexos, para alterações no edital. O aviso desta licitação foi publicado no DUU nº 234, Seção 3, página 137, de 07/12/2005.

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5000125

Comunicamos a todos os interessados que o Pregão Eletrônico nº 5000125 - GERAD-DR-SPM, cujo objeto é a aquisição de equipamentos e mobiliário médico e odontológico, foi declarado "fracassado" por não haver proposta válida, restando "sem vencedor" conforme exigido no inciso XV do Anexo 04 da Lei nº 10.520/02. O aviso desta licitação foi publicado no DUU nº 233, Seção 3, página 104 de 06/12/2005. Os autos do processo encontram-se franqueados para consulta.

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5000137

Comunicamos a todos os interessados que o Pregão Eletrônico nº 5000137 - GERAD-DR-SPM, que tem por objeto a aquisição de gasolina comum (1.000 litros/mês) para abastecimento dos equipamentos da unidade da ECT na Diretoria Regional de São Paulo, denominada LUI Casca localizada na Avenida Francisco Kennedy nº 12.445 - Praia Grande/SP, resultou "deserta" por não existir interessados.

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
Pregoeiro

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 438, de 11 de outubro de 2005, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante, declarando vencedora, para a localidade indicada no Anexo Único, a proponente que obteve o maior Valor Ponderado.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Secretaria da Comissão Especial de Licitação do Distrito Federal, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobrelaje, sala 107, Ed. Sede, Brasília/DF, local onde estão deserta por protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e "c" e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília-DF, 20 de dezembro de 2005.
CARLOS MAGNO CHAVES BRANDAO
Presidente da Comissão

ANEXO ÚNICO

Concorrência n.º 099/2000-SSR/MC, Localidade de Roca Sales/RS.

Processo Nº	Prestadora	Serviço	PP	VP
53790.000408.00	PICTONINI & LUCICA LTDA	FSI	97.670	99.709
53790.000408.00	RADIO FANTOS LTDA	FSI	96.666	99.667
53790.000413.00	RADIO COMPAHNEIRA FM LTDA	FSI	96.183	99.118
53790.000413.00	RADIO VALE DO RIO LTDA	FSI	97.893	99.509
53790.000408.00	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA	FSI	97.133	99.313
53790.000413.00	M.S. COMUNICAÇÃO & MARKETING LTDA	FSI	97.667	99.206
53790.000413.00	RADIO RÓCA SALTIS FM LTDA	FSI	85.000	88.990
53790.000413.00	ROBSONIA FM LTDA	FSI	87.871	89.787
53790.000413.00	RETOX SCSA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	FSI	85.700	88.971
53790.000413.00	SISTEMA INTEGRADO DE TELEVISÃO LTDA	FSI	76.191	80.642

Ministério das Relações Exteriores

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 49/2005

Nº Processo: 0910000994200544. Objeto: Coedição, em língua portuguesa, do livro "Cronologia das Relações Internacionais", de Eugênio Vargas Garcia. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei nº 8.666/93. Justificativa: Inexistência de competição. Declaração de Inexigibilidade em 15/12/2005. CLAUDIO TEIXEIRA, Diretor, substituto, do Depto de Adm. Geral. Ratificação em 15/12/2005. MARIA STELA POMPEU BRASIL FROTA, Presidente. Valor: R\$ 18.053,00. Contratada: CONTRAPONTO EDITORA LTDA. Valor: R\$ 18.053,00

(SIDEC - 20/12/2005) 244001-24290-2005NE000001

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS
LOGÍSTICOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2005

Nº Processo: 480000030912005592. Contratante: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. CNPJ Contratado: 3807829000199. Contrato: MATEIX LOGISTICA E SUPRIMENTOS S.A. Objeto: Locação de impressoras matricial monocromática. Fundamento Legal: Lei 10520/02, e os Decretos nºs 3697/00 e 3555/00 subsidiados pela Lei nº 8666/93. Vigência: 16/12/2005 a 15/12/2006. Valor Total: R\$500,20. Func: 3099A0000 - 2005NE900513. Data de Assinatura: 16/12/2005.

(SIDEC - 20/12/2005) 320004-00001-2005NE900220

RESUMIDO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 44/2005

Processo: 48000003091200584. Objeto: Prestação de serviços de tradução e versão escrita, nos idiomas português, inglês e espanhol. A Pregueira declara vencedora do certame as seguintes empresas: PROMODEL CONNECTION PRODUTORA DE EVENTOS LTDA - item 01 - valor unitário R\$ 12,27 por lauda, item 02 - valor unitário R\$ 7,69 por lauda, item 05 - valor unitário R\$ 11,71 por lauda e item 06 valor unitário R\$ 7,32 por lauda e SOLUCION - CONSULT IDIOMAS LTDA - item 03 - valor unitário R\$ 13,10 por lauda e item 04 - valor unitário 11,40 por lauda. Os autos do processo estão com vistas francadas aos interessados na sala 448 do Edifício-sede do MME.

ELISA SMANEOTO

(SIDEC - 20/12/2005) 320004-00001-2005NE900052

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 100/2005

Nº Processo: 485009424100538. Contratante: AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL. CNPJ Contratada: 04853809000101. Contratado: ENTRELINHAS SULBEL GRAFICA EDITORA LTDA. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de publicações nacionais e estrangeiras necessárias à atuação do acervo bibliográfico da ANEEL. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e 10520/02. Vigência: 16/12/2005 a 31/12/2005. Valor Total: R\$11.547,00. Fonte: 174032273 - 2005NE001945. Data de Assinatura: 16/12/2005.

licação do acervo bibliográfico da ANEEL. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e 10520/02. Vigência: 16/12/2005 a 31/12/2005. Valor Total: R\$11.547,00. Fonte: 174032273 - 2005NE001945. Data de Assinatura: 16/12/2005.

(SIDEC - 20/12/2005) 323028-00001-2005NE000882

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E
CONTROLE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

AVISO DE ADIAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 52/005

Comunicamos o adiamento da licitação supra citada, publicada no D.O. de 14/11/2005, para 09/01/2006, às 10h00, no seguinte endereço: SGAN 603 Módulo J - Sala 101 Asa Norte - BRASILIA - DF. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de suporte técnico na plataforma Microsoft.

HELVIO NEVES GUERRA
Superintendente

(SIDEC - 20/12/2005) 323028-00001-2005NE000882

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

COMUNICAÇÃO Nº 115, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005

A Agência Nacional do Petróleo - ANP, em razão da não localização dos interessados nos endereços constantes dos autos de infração lavrados, torna público, sob a forma de extrato, que os abaixo identificados deverão:

1 - Apresentar DEFESA, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir desta publicação:

AUTODE INSCRIÇÃO	PROCESSO Nº	CPE/CNPJ	NOME FANTAZIA SOCIAL
146444, de 19.09.03	48610.00321901-29	01.602.521-0001-81	SERTA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA
147898, de 29.09.04	48610.006425-02-77	06.795.929-0004-12	CAMITE DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEL LTDA

As defesas, deverão ser apresentadas na Av. Rio Branco, 65/14º andar, CEP 20090-004 - Rio de Janeiro - RJ, constando do documento, obrigatoriamente assinado, a identificação nominal do signatário, que deverá fazer a devida comprovação de sua capacidade para assinar ou outorgar poderes para representação, sob pena de desentranhamento da peça dos autos e o não reconhecimento pela autoridade julgadora. Outros esclarecimentos poderão ser obtidos através dos telefones (0XX21)3304-0411.

JEFFERSON PARANHOS SANTOS
Superintendente

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: CERON/DT/139/2005. Contratante: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON. Contratada: Setenge. Serviços Técnicos de Engenharia e Geologia Ltda. Proveniente do Dispensa de Licitação nº 035/2005. Objeto: Serviços técnicos de consultoria ambiental. Prazo de vigência: 90 (noventa) dias, a partir de 16/12/2005. Valor total R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais). Euripedes Miranda Botelho - Diretor Presidente, Paulo Roberto dos Santos Silveira - Diretor Financeiro, Maurício Vaz - Diretor de Gestão Administrativa e Inácio Azevedo da Silva - Diretor Técnico, pela Contratante e Luiz Artur Brack - Sócio Proprietário, pela Contratada.

EXTRATOS DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Termo: CERON/UNS-003/05. Credora: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. Devedor: Município de Abertura do Oeste - RO. Processo Administrativo nº 736/2005. Objeto: consolidação, confissão e parcelamento de dívida correspondente ao fornecimento de energia elétrica e iluminação pública. Pagamento: 60 (sessenta) parcelas mensais. Valor total: R\$ 56.566,48 (cinquenta e seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos). Assinaturas: 16/12/2005 - Euripedes Miranda Botelho - Diretor Presidente, Paulo Roberto dos Santos Silveira - Diretor Financeiro, Inácio Azevedo da Silva - Diretor Técnico e Maurício Vaz - Diretor de Gestão Administrativa, pela Credora e Laerte Gomes - Prefeito Municipal, pela Devedora.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS
NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênientes: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, CNPJ 02.313.673/0002-08 e a Associação Brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento em Pétroleo e Gás - ABPG, CNPJ 07.286.758/0001-87. Objeto: Apoiar a confecção de publicações posteriores e de divulgação dos resultados alcançados pelos trabalhos apresentados no 3º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás (tais, CD-Rom, certificados e relatórios finais dos trabalhos técnicos). Fundamento legal: Lei nº 8.666-93, Decreto nº 93.872/86 e IN-STN nº 01/97. Valor: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Vigência: A partir da publicação do ajuste no D.O.U. até 01/03/06. Unidade Gestora: 32.3031. Gestão: 32.205. Data de assinatura: 21/12/2005. Assinado por: Haroldo Lima, Diretor - Geral da ANP e Terceira Numa de Castro Dantas, Diretora - Presidente da ABPG.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 48610.007326/2004-29. Contratante: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Contratada: RM Sistemas Ltda. Objeto: Aquisição, manutenção, atualização e suporte de 1.000 (mil) novos registros, e manutenção, atualização e suporte dos softwares CORPNET e CORPORE. Valor Estimado: R\$ 65.502,37 (sessenta e cinco mil, quinhentos e dois reais e setenta e seis centavos). Vigência: 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Artigo 25, Inciso I, da Lei nº 8.666-93. Homologado por: Newton Reis Monteiro, Diretor da ANP. Ratificado por: Haroldo Lima, Diretor - Geral da ANP. Ato da inexigibilidade: 19/12/2005.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2
AO CONTRATO Nº 5.042/04-ANP-007.029

Processo: 48610.007326/2004-19. Contratante: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Contratada: Iron Mountain do Brasil S/A. Objeto: Prorrogação de Vigência. Vigência: 12 (doze) meses. Total Estimado do Aditivo: R\$25.239,90 (vinte e cinco mil, duzentos e trinta e nove reais e noventa centavos). Fundamento legal: Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666-93. Data: 14/11/05. Assinado por: Newton Reis Monteiro, Diretor da ANP e Josino Esteves de Mello Júnior, Diretor - Presidente da Iron Mountain.

Termo: CERON/UNS-003/05. Credora: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. Devedor: Município de Pimenta Bueno - RO. Processo Administrativo nº 753/2005. Objeto: consolidação, confissão e parcelamento de dívida correspondente ao fornecimento de energia elétrica e iluminação pública. Pagamento: 120 (cento e vinte) parcelas mensais. Valor total: R\$ 621.137,04 (seiscentos e vinte e um mil, cento e trinta e sete reais e quatro centavos). Assinaturas: 16/12/2005 - Euripedes Miranda Botelho - Diretor Presidente, Paulo Roberto dos Santos Silveira - Diretor Financeiro, Inácio Azevedo da Silva - Diretor Técnico e Maurício Vaz - Diretor de Gestão Administrativa, pela Credora e Augusto Tunes Pinça - Prefeito Municipal, pela Devedora.

Termo: CERON/UNS-014/05. Credora: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. Devedor: Município de Chapinópolis - RO. Processo Administrativo nº 1102/2005. Objeto: consolidação, confissão e parcelamento de dívida correspondente ao fornecimento de energia elétrica e iluminação pública. Pagamento: 100 (cem) parcelas mensais. Valor total: R\$ 591.713,21 (quinhentos e noventa e um mil, setecentos e treze reais e vinte e um centavos). Assinaturas: 16/12/2005 - Euripedes Miranda Botelho - Diretor Presidente, Paulo Roberto dos Santos Silveira - Diretor Financeiro, Inácio Azevedo da Silva - Diretor Técnico e Maurício Vaz - Diretor de Gestão Administrativa, pela Credora e Reginaldo Ruttman - Prefeito Municipal, pela Devedora.

Nesta data, anexei aos autos do processo de
nº 53790.000408/00 a documentação
a seguir constituída de 03 folhas,
que assim numerar: 121 a 123
Data: 31 de Agosto 2011
Nome: Rupim da S
Assinatura: [assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

HORÁRIO DE ATENDIMENTO
DE 8 H ÀS 12 H E DE 14 H ÀS 18 H

REQUERIMENTO DE VISTA

Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação/CEL.

O(A) senhor(a) Keila Barbosa de Freitas Bittencourt
portador (a) do documento de identidade nº OAB/DF 25.363 expedido
pelo(a) OAB do
Estado de Distrito Federal, vem solicitar vista do (s) processo (s)
referente (s) ao Edital da Concorrência nº 099/2000 /MC, para o Serviço
de Radiodifusão, conforme indicados a seguir:

PROCESSO PRINCIPAL DA CONCORRÊNCIA	(X) SIM () NÃO
---------------------------------------	-----------------

NOME (S) DO (S) PROPONENTE (S) OU Nº (S) PROCESSO (S) ESPECÍFICOS

1. 53.790.000408/2000
2. 53.790.000415/2000
3. Processo Piloto
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.

DADOS DA PESSOA FÍSICA:

NOME DO REQUERENTE: <u>Keila Barbosa F. Bittencourt</u>	
ENDEREÇO: <u>Serv. Ad. 701 Ed. Palácio do Rádio I Subloja</u>	
TELEFONE (S) <u>3425.8304</u>	FAX (S):

DADOS DA PESSOA JURÍDICA:

NOME DA ENTIDADE REPRESENTADA:	
ENDEREÇO	
TELEFONE (S)	FAX (S)

Brasília-DF., 24 / 08 / 2011

[Assinatura]
Assinatura





29/08/2011 BANCO DO BRASIL 11:42:43
287210349 0096

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras 899400000000-8 34200001010 8
95523161883-7 70491814812 7
Data do pagamento 29/08/2011
NR0 de Referencia 537900004082000
Competencia MM/AAAA 08/2011
Data de Vencimento 26/08/2011
CPF 553.116.521-87
Valor Principal 34,20
Valor em Dinheiro 34,20
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 34,20

NR.AUTENTICACAO D,2CB,D1B,D6A,63A,6B4



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
CERTIDÃO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES
PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53790.000408/2000-05**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 26 de maio de 2014, na unidade DEOC_GAB/DEOC/SCE.



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Rodrigues de Araujo, Técnico de Nível Superior**, em 27/05/2014, às 09:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0008588** e o código CRC **11D851CB**.



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 12 de maio de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Caliman Donna, Técnico de Nivel**, em 12/05/2015, às 10:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.




A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0499756** e o código CRC **D2AAFB63**.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.854.641/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 06/06/2000
NOME EMPRESARIAL EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA - ME			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO AV CARLOS GOMES	NÚMERO 651	COMPLEMENTO 1001	
CEP 90.480-003	BAIRRO/DISTRITO AUXILIADORA	MUNICÍPIO PORTO ALEGRE	UF RS
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **18/11/2014** às **18:03:12** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Técnicos »» **Plano Básico** | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Plano Básico - FM**São Lourenço do Sul/RS**

Canal	Classe	Entidade	Localidade	Fase	Situação
213	C	(Concorrência: 99/2000)		0	
282	B1	REDE LAGOA DE COMUNICACOES LTDA ME		3	B

Usuário: - Data: **18/11/2014** Hora: **18:11:34**Registro **1** até **2** de **2** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg]



 **Menu Principal** ▾

Sistemas
Interativos

SRD »» Consultas »» Geral | [menu](#) [ajuda](#)

 **Tela Inicial** |  **Resultado da Consulta**

Consulta Geral

Critérios da Pesquisa

Ordenado por: UFMunicipio

Situação: 0

Serviço: 0

CNPJ: 03854641000100

Resultado

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!



BOA NOITE
TANIA MARA GONÇALVES DE OLIVEIRA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.854.641/0001-00

•
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [taniamara.mc](#) - TANIA MARA GONÇALVES DE OLIVEIRA

Data: 18/11/2014

Hora: 18:15:26



BOA NOITE
TANIA MARA GONÇALVES DE OLIVEIRA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor

Nome Sócio/Diretor: SIMON GUERCHON

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [taniamara.mc](#) - TANIA MARA GONÇALVES DE OLIVEIRA

Data: 18/11/2014

Hora: 18:18:52



BOA NOITE
TANIA MARA GONÇALVES DE OLIVEIRA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor

Nome Sócio/Diretor: SAMUEL PAPELBAUM

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [taniamara.mc](#) - TANIA MARA GONÇALVES DE OLIVEIRA

Data: 18/11/2014

Hora: 18:19:37

Superior Tribunal de Justiça

Consulta Processual

**Resultado de pesquisa com vários campos.**Pesquisa resultou em **2** registro(s)!

- ☐ [SINDICATO DAS EMPRESAS DE LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL](#)
- ☐ [SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE COMUNICAÇÕES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL](#)

marcar todos

desmarcar todos

pesquisar marcados

Refinar

Nova Consulta

Versão **1.2.47**
de **10/10/2014 08:42:43**.

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP: 70095-900 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3319-8000 | Informações Processuais: (61) 3319-8410 | República Federativa do Brasil -
Poder Judiciário - Superior Tribunal de Justiça - O Tribunal da Cidadania.

Superior Tribunal de Justiça

Consulta Processual



Resultado de pesquisa com vários campos.

Pesquisa resultou em **0** registro(s)!

Nenhuma parte encontrada!

[Refinar](#)[Nova Consulta](#)

Versão **1.2.47**
de **10/10/2014 08:42:43**.

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP: 70095-900 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3319-8000 | Informações Processuais: (61) 3319-8410 | [República Federativa do Brasil - Poder Judiciário - Superior Tribunal de Justiça - O Tribunal da Cidadania.](#)

Superior Tribunal de Justiça

Consulta Processual



Resultado de pesquisa com vários campos.

Pesquisa resultou em **0** registro(s)!

Nenhuma parte encontrada!

[Refinar](#)[Nova Consulta](#)

Versão **1.2.47**
de **10/10/2014 08:42:43**.

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP: 70095-900 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3319-8000 | Informações Processuais: (61) 3319-8410 | [República Federativa do Brasil - Poder Judiciário - Superior Tribunal de Justiça - O Tribunal da Cidadania.](#)

Tribunal Regional Federal da Primeira Região (#)

Tribunal Regional Federal da Primeira Região

(61) 3314-5225

- [Início \(#\)](#)
- [Consulta Processual / TRF1 \(/consultaProcessual/index.php?secao=TRF1\)](#)
- Por nome da parte
- [A- \(javascript:;\)](#)
- [A \(javascript:;\)](#)
- [A+ \(javascript:;\)](#)
- [A \(javascript:;\)](#)
- [A \(javascript:;\)](#)
- [? \(/consultaProcessual/Manual/Manual do Usuario - Consulta Processual Web.pdf\)](#)

[Relatório de Indisponibilidade \(http://www.trf1.jus.br/Servicos/RelatorioIndisponibilidade/view_user.php#7\)](#)

Opções de pesquisa (#acessoRapido)

- [Número do Processo \(/consultaProcessual/numeroProcesso.php?secao=TRF1\)](#)
- [Nome da Parte \(/consultaProcessual/nomeParte.php?secao=TRF1\)](#)
- [CPF/CNPJ da parte \(/consultaProcessual/cpfCnpjParte.php?secao=TRF1\)](#)
- [Nome do Advogado \(/consultaProcessual/nomeAdvogado.php?secao=TRF1\)](#)
- [Código OAB do Advogado \(/consultaProcessual/oabAdvogado.php?secao=TRF1\)](#)
- [Número do Processo Originário \(/consultaProcessual/numeroProcessoOriginario.php?secao=TRF1\)](#)
- [Número do Processo de Execução \(/consultaProcessual/numeroProcessoExecucao.php?secao=TRF1\)](#)
- [Protocolo SEDEX \(/consultaProcessual/protocoloSedex.php?secao=TRF1\)](#)

Tribunal Regional Federal da 1ª Região / [Alterar \(#\)](#)

Órgão

Nenhum registro encontrado para o(s) parâmetro(s) informado(s):[nome: SIMON GUERCHON, mostrar processos baixados: Não]

Consulta Processual

Nome da Parte

☐ Mostrar os baixados

Instruções

O Nome da Parte pode ser fornecido com ou sem acentos, em letras maiúsculas ou minúsculas.

A pesquisa não é fonética, assim LOURDES e LURDES são pessoas diferentes.

Deve ser informado o início ou o nome completo da parte a ser pesquisada.

Esclarecemos que no caso de se consultar nomes em processos criminais, a mesma só abrangerá aqueles processos que estiverem em tramitação e ou com condenação do réu, conforme determinado no Expediente Administrativo de nº 2005/0633 - DF. Nos demais tipos de processos (Cíveis, p.ex.), a consulta se dará sem restrições.

Edifício Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores

CEP: 70070-900 Brasília/DF

Aguarde...



Tribunal Regional Federal da Primeira Região (#)

Tribunal Regional Federal da Primeira Região

(61) 3314-5225

- [Início \(#\)](#)
- [Consulta Processual / TRF1 \(/consultaProcessual/index.php?secao=TRF1\)](#)
- Por nome da parte
- [A- \(javascript::\)](#)
- [A \(javascript::\)](#)
- [A+ \(javascript::\)](#)
- [A \(javascript::\)](#)
- [A \(javascript::\)](#)
- [? \(/consultaProcessual/Manual/Manual do Usuario - Consulta Processual Web.pdf\)](#)

[Relatório de Indisponibilidade \(http://www.trf1.jus.br/Servicos/RelatorioIndisponibilidade/view_user.php#7\)](#)

Opções de pesquisa (#acessoRapido)

- [Número do Processo \(/consultaProcessual/numeroProcesso.php?secao=TRF1\)](#)
- [Nome da Parte \(/consultaProcessual/nomeParte.php?secao=TRF1\)](#)
- [CPF/CNPJ da parte \(/consultaProcessual/cpfCnpjParte.php?secao=TRF1\)](#)
- [Nome do Advogado \(/consultaProcessual/nomeAdvogado.php?secao=TRF1\)](#)
- [Código OAB do Advogado \(/consultaProcessual/oabAdvogado.php?secao=TRF1\)](#)
- [Número do Processo Originário \(/consultaProcessual/numeroProcessoOriginario.php?secao=TRF1\)](#)
- [Número do Processo de Execução \(/consultaProcessual/numeroProcessoExecucao.php?secao=TRF1\)](#)
- [Protocolo SEDEX \(/consultaProcessual/protocoloSedex.php?secao=TRF1\)](#)

Tribunal Regional Federal da 1ª Região / [Alterar \(#\)](#)

Órgão

Nenhum registro encontrado para o(s) parâmetro(s) informado(s):[nome: SAMUEL PAPELBAUM, mostrar processos baixados: Não]

Consulta Processual

Nome da Parte

☐ Mostrar os baixados

Instruções

O Nome da Parte pode ser fornecido com ou sem acentos, em letras maiúsculas ou minúsculas.

A pesquisa não é fonética, assim LOURDES e LURDES são pessoas diferentes.

Deve ser informado o início ou o nome completo da parte a ser pesquisada.

Esclarecemos que no caso de se consultar nomes em processos criminais, a mesma só abrangerá aqueles processos que estiverem em tramitação e ou com condenação do réu, conforme determinado no Expediente Administrativo de nº 2005/0633 - DF. Nos demais tipos de processos (Cíveis, p.ex.), a consulta se dará sem restrições.

Edifício Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores

CEP: 70070-900 Brasília/DF

Aguarde...



Tribunal Regional Federal da Primeira Região

Tribunal Regional Federal da Primeira Região
(61) 3314-5225

Processo:	0041817-15.2010.4.01.3400
Nova Numeração:	0041817-15.2010.4.01.3400
Grupo:	Ap - APELAÇÃO
Assunto:	Adjudicação - Licitações e Contratos - Administrativo
Data de Autuação:	25/01/2014
Órgão Julgador:	QUINTA TURMA
Juiz Relator:	DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA
Processo Originário:	0041817-15.2010.4.01.3400/JFDF

Movimentação

Data	Cod	Descrição	Complemento
28/01/2014 14:53:00	221100	PROCESSO RECEBIDO	NO(A) GAB. DF JOÃO BATISTA MOREIRA
27/01/2014 20:28:57	220350	PROCESSO REMETIDO	PARA GAB. DF JOÃO BATISTA MOREIRA
27/01/2014 18:00:00	10600	DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA	Ao DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA

Partes

Tipo	Ent	OAB	Nome	Caract.
APTE			EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA	
ADVOGADO		DF00037191	FERNANDA SENE DOMINGUES	E OUTROS(AS)
APDO	19		UNIAO FEDERAL	
PROCURADOR		AL00005348	JOSÁ ROBERTO MACHADO FARIAS	
APDO			EMPRESA DE COMUNICACAO PRINCESA DO VALE LTDA	
ADVOGADO		RS00043032	MURILO JOSE PASQUALOTTO	

Histórico de Distribuição

Data	Descrição	Juiz
27/01/2014	DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA	DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA

Incidentes
Petições

Emitido pelo site www.trf1.jus.br em 18/11/2014 às 18:29:14 Consulta respondida em 0,198 segundos
Este serviço tem caráter meramente informativo, portanto, SEM cunho oficial.
Edifício Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores
CEP: 70070-900 Brasília/DF
Aguarde...

JURIS / FÍSICO / N

Tribunal Regional Federal da Primeira RegiãoTribunal Regional Federal da Primeira Região
(61) 3221-6000

Processo:	0041817-15.2010.4.01.3400
Classe:	7 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Vara:	17ª VARA FEDERAL
Juiz:	VICTOR CRETTELLA PASSOS SILVA
Data de Autuação:	02/09/2010
Distribuição:	2 - DISTRIBUICAO AUTOMATICA (03/09/2010)
Nº de volumes:	
Assunto da Petição:	1140900 - MODALIDADE/LIMITE/DISPENSA/INEXIGIBILIDADE - LICITAÇÕES - ADMINISTRATIVO
Observação:	CONCORRÊNCIA 098/2000-SSR/MC. RESTABELECER A PARTICIPAÇÃO DA AUTORA NA LICITAÇÃO/SUSPENDER OS EFEITOS DA DECISÃO MINISITERIAL PUBLICADA EM 25/06/2009.
Localização:	TRIAGEM CIV - TRIAGEM CIV

Movimentação

Data	Cod	Descrição	Complemento
27/11/2013 12:41:54	223	REMETIDOS TRF (S/ BAIXA)	
18/11/2013 16:50:14	222	REMESSA ORDENADA: TRF	
18/11/2013 16:49:29	220	RECURSO CONTRARRAZOES APRESENTADAS	
25/10/2013 13:29:20	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: JUNTADO(O)	
18/10/2013 15:42:43	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: RECEBIDA(O) EM SECRETARIA	
18/10/2013 15:42:38	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
10/10/2013 12:21:20	126	CARGA: RETIRADOS AGU	REMESSA PRONTE PARA 11/10/2013. PRAZO CONTADO A PARTIR DO ENVIO. - INTERESSADO:AGU DATA DEVOLUÇÃO:28/10/2013
09/10/2013 15:31:30	185	INTIMACAO / NOTIFICACAO / VISTA ORDENADA AGU	
18/09/2013 12:02:46	220	RECURSO CONTRARRAZOES APRESENTADAS	
12/09/2013 14:34:49	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: JUNTADO(O)	
05/09/2013 13:26:54	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: RECEBIDA(O) EM SECRETARIA	
29/08/2013 16:33:53	185	INTIMACAO / NOTIFICACAO / VISTA ORDENADA AGU	
28/08/2013 19:00:58	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: JUNTADO(O)	AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº0063690-86.2010.4.01.0000
28/08/2013 19:00:28	212	PRAZO: CERTIFICADO TRANSCURSO IN ALBIS	
07/08/2013 17:02:59	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: JUNTADO(O)	
02/08/2013 16:52:24	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: RECEBIDA(O) EM SECRETARIA	
26/07/2013 10:51:16	185	INTIMACAO / NOTIFICACAO / VISTA ORDENADA AUTOR (OUTROS)	
26/07/2013 10:51:14	179	INTIMACAO / NOTIFICACAO PELA IMPRENSA: PUBLICADO DESPACHO	
23/07/2013 12:31:00	178	INTIMACAO / NOTIFICACAO PELA IMPRENSA: PUBLICACAO REMETIDA IMPRENSA DESPACHO	PUBLICAÇÃO PREVISTA 26/07/2013
02/07/2013 11:05:13	176	INTIMACAO / NOTIFICACAO PELA IMPRENSA: ORDENADA PUBLICACAO DESPACHO	
02/07/2013 11:05:06	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
02/07/2013 11:04:53	154	DEVOLVIDOS C/ DESPACHO	
27/06/2013 12:52:30	137	CONCLUSOS PARA DESPACHO	
24/06/2013 18:23:03	220	RECURSO APELACAO INTERPOSTA / AUTOR	
24/06/2013 13:55:03	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: JUNTADO(O)	
05/06/2013 18:10:08	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: RECEBIDA(O) EM SECRETARIA	
20/05/2013 17:23:07	179	INTIMACAO / NOTIFICACAO PELA IMPRENSA: PUBLICADO SENTENÇA	DATA:20/05/2013
08/05/2013 11:38:00	178	INTIMACAO / NOTIFICACAO PELA IMPRENSA: PUBLICACAO REMETIDA IMPRENSA SENTENÇA	BOL 24 PUBLICAÇÃO PREVISTA 20/05/2013
18/04/2013 15:59:34	176	INTIMACAO / NOTIFICACAO PELA IMPRENSA: ORDENADA PUBLICACAO SENTENÇA	
18/04/2013 15:59:24	204	OFICIO DEVOLVIDO COMPROVANTE / ENTREGA EFETIVADA	
18/04/2013 15:59:14	204	OFICIO REMETIDO CENTRAL	
15/04/2013 18:57:26	204	OFICIO EXPEDIDO	
12/04/2013 13:41:57	204	OFICIO ORDENADA EXPEDICAO	
12/04/2013 13:41:25	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
12/04/2013 13:41:15	155	DEVOLVIDOS C/ SENTENÇA C/ EXAME DO MERITO PEDIDO IMPROCEDENTE	
05/07/2012 13:47:42	137	CONCLUSOS PARA SENTENÇA	
24/05/2012 13:27:14	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	NO ESC DE RÉPLICA
17/05/2012 14:37:31	126	CARGA: RETIRADOS AGU	REMESSA PREPARADA PARA ENVIO UF///PRAZO CONTADO A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL DO ENVIO - INTERESSADO:AGU DATA DEVOLUÇÃO:25/05/2012
11/05/2012 18:47:51	185	INTIMACAO / NOTIFICACAO / VISTA ORDENADA AGU	
11/05/2012 15:23:34	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: JUNTADO(O)	
30/04/2012 11:25:35	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: RECEBIDA(O) EM SECRETARIA	
20/04/2012 09:17:57	185	INTIMACAO / NOTIFICACAO / VISTA ORDENADA AUTOR (OUTROS)	
20/04/2012 09:17:54	178	INTIMACAO / NOTIFICACAO PELA IMPRENSA: PUBLICACAO REMETIDA IMPRENSA DESPACHO	
20/03/2012 12:45:35	178	INTIMACAO / NOTIFICACAO PELA IMPRENSA: PUBLICACAO REMETIDA IMPRENSA ATO ORDINATORIO	BOL 17 PUBLICAÇÃO PREVISTA 20/04/2012
11/01/2012 17:19:39	176	INTIMACAO / NOTIFICACAO PELA IMPRENSA: ORDENADA PUBLICACAO ATO ORDINATORIO	
11/01/2012 17:17:27	225	RÉPLICA APRESENTADA	
19/12/2011 14:02:58	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: JUNTADO(O)	
07/12/2011 17:33:50	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: RECEBIDA(O) EM SECRETARIA	
07/12/2011 17:17:27	182	INTIMACAO / NOTIFICACAO PELA SECRETARIA: REALIZADA / CERTIFICADA ATO ORDINATORIO	FLS 987
25/11/2011 16:40:54	176	INTIMACAO / NOTIFICACAO PELA IMPRENSA: ORDENADA PUBLICACAO ATO ORDINATORIO	
25/11/2011 16:40:48	218	RECEBIDOS PELO DIRETOR SECRETARIA PARA ATO ORDINATORIO	
17/11/2011 16:37:17	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: RECEBIDA(O) EM SECRETARIA	

Data	Cod	Descrição	Complemento
25/10/2011 14:32:07	185	INTIMACAO / NOTIFICACAO / VISTA ORDENADA REU (OUTROS)	
25/10/2011 14:30:26	128	CARTA PRECATÓRIA JUNTADA	CUMPRIDA - EMPRESA DE COM. PRINCESA DO VALE LTDA
25/10/2011 14:02:56	128	CARTA PRECATORIA DEVOLVIDA PELO DEPRECADADO	
03/10/2011 10:19:00	204	OFICIO ORDENADA EXPEDICAO	ESC. 128-2
17/08/2011 12:29:42	128	CARTA PRECATORIA EXPEDIDA	CP Nº 105/2011, COMARCA DE BLUMENAU-SC, VIA SIREC, PROTOCOLO Nº 201100336 - DATA DEVOLUÇÃO:17/10/2011
05/07/2011 12:31:59	128	CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO / AGUARDANDO ATO	
05/07/2011 12:31:53	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
05/07/2011 12:31:43	154	DEVOLVIDOS C/ DESPACHO	
28/06/2011 16:10:20	137	CONCLUSOS PARA DESPACHO	
27/06/2011 09:28:00	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	ANALISE PRIORITARIA
24/06/2011 15:15:09	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: RECEBIDA(O) EM SECRETARIA	
10/06/2011 13:00:13	176	INTIMACAO / NOTIFICACAO PELA IMPRENSA: ORDENADA PUBLICACAO DESPACHO	
12/05/2011 12:03:11	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
11/05/2011 18:02:57	154	DEVOLVIDOS C/ DESPACHO	
30/03/2011 17:20:20	137	CONCLUSOS PARA DESPACHO	
27/01/2011 13:42:23	225	REPLICA APRESENTADA	
15/12/2010 17:38:14	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
13/12/2010 10:56:21	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: RECEBIDA(O) EM SECRETARIA	ESC.04/05
26/11/2010 09:36:34	185	INTIMACAO / NOTIFICACAO / VISTA ORDENADA AUTOR (OUTROS)	
26/11/2010 09:36:27	179	INTIMACAO / NOTIFICACAO PELA IMPRENSA: PUBLICADO DESPACHO	
24/11/2010 13:49:00	178	INTIMACAO / NOTIFICACAO PELA IMPRENSA: PUBLICACAO REMETIDA IMPRENSA DESPACHO	PUBLICACAO PREVISTA PARA 26.11.2010
17/11/2010 13:22:46	176	INTIMACAO / NOTIFICACAO PELA IMPRENSA: ORDENADA PUBLICACAO DESPACHO	
17/11/2010 13:22:42	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
12/11/2010 09:00:20	126	CARGA: RETIRADOS AGU	INTERESSADO:AGU DATA DEVOLUÇÃO:05/12/2010
08/11/2010 11:18:24	185	INTIMACAO / NOTIFICACAO / VISTA ORDENADA AGU	
08/11/2010 11:18:01	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
03/11/2010 18:00:00	154	DEVOLVIDOS C/ DESPACHO	
21/10/2010 11:30:13	137	CONCLUSOS PARA DESPACHO	
15/10/2010 09:04:04	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	ANALISE PRIORITARIA
11/10/2010 17:06:00	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: RECEBIDA(O) EM SECRETARIA	ESCANINHO ZERO
11/10/2010 17:05:56	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
04/10/2010 16:19:27	126	CARGA: RETIRADOS AGU	INTERESSADO:**** DATA DEVOLUÇÃO:03/12/2010
04/10/2010 16:18:59	185	INTIMACAO / NOTIFICACAO / VISTA ORDENADA REU (OUTROS)	
04/10/2010 16:18:53	135	CITACAO POR OFICIAL MANDADO DEVOLVIDO / CUMPRIDO	
13/09/2010 16:39:45	135	CITACAO POR OFICIAL MANDADO REMETIDO CENTRAL	
13/09/2010 14:45:14	135	CITACAO POR OFICIAL MANDADO EXPEDIDO	
13/09/2010 14:22:41	184	INTIMACAO / NOTIFICACAO POR OFICIAL AGUARDANDO EXPEDICAO MANDADO	
13/09/2010 14:22:35	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
13/09/2010 14:22:03	153	DEVOLVIDOS C/ DECISAO TUTELA ANTECIPADA DEFERIDA	DECISÃO Nº 417/2010.
03/09/2010 17:03:42	137	CONCLUSOS PARA DECISAO	
03/09/2010 16:31:08	170	INICIAL AUTUADA	
03/09/2010 14:13:54	223	REMETIDOS VARA PELA DISTRIBUICAO	
03/09/2010 10:20:09	2	DISTRIBUICAO AUTOMATICA	

Partes

Tipo	Nome
AUTOR	EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA
LITISPA	EMPRESA DE COMUNICACAO PRINCESA DO VALE LTDA
REU	UNIAO FEDERAL
Adv	ARTHUR LIMA GUEDES (DF00018073)
Adv	FERNANDA SENE DOMINGUES (DF00037191)
Adv	MICHELLE SQUEFF (RS00050940)
Adv	MURILO JOSE PASQUALOTTO (RS00043032)

Publicação**Inteiro Teor**

Sequencial	Descrição do Documento	Data de Inclusão	Visualizar*
1	Sentença	12/04/2013 13:36:07	visualizar
3	Sentença	12/04/2013 13:36:16	visualizar

PROCESSUAL / FÍSICO / N

Emitido pelo site www.trf1.jus.br em 18/11/2014 às 18:32:39 Consulta respondida em 0,572 segundos

Este serviço tem caráter meramente informativo, portanto, SEM cunho oficial.

Edifício Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores

CEP: 70070-900 Brasília/DF

Aguarde...



Tribunal Regional Federal da Primeira Região (#)

Tribunal Regional Federal da Primeira Região

(61) 3221-6000

- [Início \(#\)](#)
- [Consulta Processual / DF \(/consultaProcessual/index.php?secao=DF\)](#)
- Por nome da parte
- [A- \(javascript:;\)](#)
- [A \(javascript:;\)](#)
- [A+ \(javascript:;\)](#)
- [A \(javascript:;\)](#)
- [A \(javascript:;\)](#)
- [? \(/consultaProcessual/Manual/Manual do Usuario - Consulta Processual Web.pdf\)](#)

[Relatório de Indisponibilidade \(http://www.trf1.jus.br/Servicos/RelatorioIndisponibilidade/view_user.php#7\)](#)

Opções de pesquisa (#acessoRapido)

- [Número do Processo \(/consultaProcessual/numeroProcesso.php?secao=DF\)](#)
- [Nome da Parte \(/consultaProcessual/nomeParte.php?secao=DF\)](#)
- [CPF/CNPJ da parte \(/consultaProcessual/cpfCnpjParte.php?secao=DF\)](#)
- [Nome do Advogado \(/consultaProcessual/nomeAdvogado.php?secao=DF\)](#)
- [Código OAB do Advogado \(/consultaProcessual/oabAdvogado.php?secao=DF\)](#)
- [Mandados Judiciais \(/consultaProcessual/mandadoJudicial.php?secao=DF\)](#)
- [Protocolo da Petição \(/consultaProcessual/protocoloPeticao.php?secao=DF\)](#)
- [Protocolo SEDEX \(/consultaProcessual/protocoloSedeX.php?secao=DF\)](#)

Seção Judiciária do Distrito Federal / [Alterar \(#\)](#)

Órgão

Nenhum registro encontrado para o(s) parâmetro(s) informado(s):[nome: SAMUEL PAPELBAUM, mostrar processos baixados: Não]

Consulta Processual

Nome da Parte

☐ Mostrar os baixados

Instruções

O Nome da Parte pode ser fornecido com ou sem acentos, em letras maiúsculas ou minúsculas.

A pesquisa não é fonética, assim LOURDES e LURDES são pessoas diferentes.

Deve ser informado o início ou o nome completo da parte a ser pesquisada.

Esclarecemos que no caso de se consultar nomes em processos criminais, a mesma só abrangerá aqueles processos que estiverem em tramitação e ou com condenação do réu, conforme determinado no Expediente Administrativo de nº 2005/0633 - DF. Nos demais tipos de processos (Cíveis, p.ex.), a consulta se dará sem restrições.

Edifício Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores

CEP: 70070-900 Brasília/DF

Aguarde...



Tribunal Regional Federal da Primeira Região (#)

Tribunal Regional Federal da Primeira Região

(61) 3221-6000

- [Início \(#\)](#)
- [Consulta Processual / DF \(/consultaProcessual/index.php?secao=DF\)](#)
- Por nome da parte
- [A- \(javascript:;\)](#)
- [A \(javascript:;\)](#)
- [A+ \(javascript:;\)](#)
- [A \(javascript:;\)](#)
- [A \(javascript:;\)](#)
- [? \(/consultaProcessual/Manual/Manual do Usuario - Consulta Processual Web.pdf\)](#)

[Relatório de Indisponibilidade \(http://www.trf1.jus.br/Servicos/RelatorioIndisponibilidade/view_user.php#7\)](#)

Opções de pesquisa (#acessoRapido)

- [Número do Processo \(/consultaProcessual/numeroProcesso.php?secao=DF\)](#)
- [Nome da Parte \(/consultaProcessual/nomeParte.php?secao=DF\)](#)
- [CPF/CNPJ da parte \(/consultaProcessual/cpfCnpjParte.php?secao=DF\)](#)
- [Nome do Advogado \(/consultaProcessual/nomeAdvogado.php?secao=DF\)](#)
- [Código OAB do Advogado \(/consultaProcessual/oabAdvogado.php?secao=DF\)](#)
- [Mandados Judiciais \(/consultaProcessual/mandadoJudicial.php?secao=DF\)](#)
- [Protocolo da Petição \(/consultaProcessual/protocoloPeticao.php?secao=DF\)](#)
- [Protocolo SEDEX \(/consultaProcessual/protocoloSedeX.php?secao=DF\)](#)

Seção Judiciária do Distrito Federal / [Alterar \(#\)](#)

Órgão

Nenhum registro encontrado para o(s) parâmetro(s) informado(s):[nome: SIMON GUERCHON, mostrar processos baixados: Não]

Consulta Processual

Nome da Parte

☐ Mostrar os baixados

Instruções

O Nome da Parte pode ser fornecido com ou sem acentos, em letras maiúsculas ou minúsculas.

A pesquisa não é fonética, assim LOURDES e LURDES são pessoas diferentes.

Deve ser informado o início ou o nome completo da parte a ser pesquisada.

Esclarecemos que no caso de se consultar nomes em processos criminais, a mesma só abrangerá aqueles processos que estiverem em tramitação e ou com condenação do réu, conforme determinado no Expediente Administrativo de nº 2005/0633 - DF. Nos demais tipos de processos (Cíveis, p.ex.), a consulta se dará sem restrições.

Edifício Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores

CEP: 70070-900 Brasília/DF

Aguarde...



TRF4

RS

SC

PR

?

INTRA



TRF4

25 ANOS

na Campanha

Novembro

AZUL

M

A+

A

A-

Institucional

Serviços Judiciais

Concursos e Estágios

Compras e Li

Consulta Processual Unificada

ATENÇÃO!

Para realizar uma consulta processual, é necessário:

1. Selecionar uma forma de pesquisa;
2. Informar um *Processo*, *Nome da Parte*, *CPF*, *OAB* ou *Processo Originário*;
3. Selecionar *Onde Consultar*.
4. A consulta processual eletrônica, pelo nome da parte e número do CPF, não exibe nenhuma informação sobre a existência de ações criminais, mesmo que transitadas em julgado e não possui natureza de certidão.
5. Para acessar os documentos dos processos eletrônicos é necessário estar logado no sistema. O cadastro é o mesmo utilizado no Processo Eletrônico do 1º grau (E-proc).

Forma da pesquisa:

Nome da Parte:

Onde consultar:

☐ Mostrar processos baixados ou arquivados

Última atualização de fase após:

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre (RS) - PABX (51) 3213 3000

INSTITUCIONAL	SERVIÇOS JUDICIAIS	CONCURSOS E ESTÁGIOS	COMPRAS E LICITAÇÕES	NOTÍCIAS E PUBLICAÇÕES	CONTATOS
Atuação Ambiental	Autenticidade de Certidão	Juizes	Cadastro de Fornecedores	Últimas notícias	Endereços e Telefones
Competência e Organização	Autenticidade de Documentos	Servidores	Compras em andamento	Diário Eletrônico	Perguntas Frequentes
Composição das Turmas, Seções e Corte Especial	Certidão (Regional e Eleitoral)	Estágios	Compras encerradas	Avisos	Twitter
Conciliação	Composição das Turmas, Seções e Corte Especial		Licitações aguardando abertura	TRF4TV	TRF4 no Facebook
Corregedoria Regional	Consulta Arguições de Inconstitucionalidade do TRF4		Licitações em andamento	Jornal do TRF4	Ouvidoria
Desembargadores Federais	Consulta Jurisprudência da TRU4 e Turmas Recursais		Contratos e Atas de Registro	Revista do TRF4	Acesso à informação pública
Escola da Magistratura	Consulta Jurisprudência do TRF4		Contratos	Boletim Jurídico	
Intranet			Relatórios de Gestão Fiscal	Revista de Doutrina	
Juizados Especiais Federais					
Juizes Federais e Substitutos	Pautas de Julgamentos				
Organograma	Plantão Judiciário				
Sessões de Julgamento	Processos Distribuídos/Redistribuídos				
Transparência Pública	Sob Medida				
Varas Federais	Súmulas da TRU4				
	Súmulas das Turmas Recursais				
	Súmulas do TRF4				
	Sustentação Oral e outros agendamentos				

TRF4

RS

SC

PR

?

INTRA



TRF4

25

ANOS

NA CAMPANHA

Novembro

AZUL

M

A+

A

A-

Institucional

Serviços Judiciais

Concursos e Estágios

Compras e Li

Consulta Processual Unificada

ATENÇÃO!

Para realizar uma consulta processual, é necessário:

1. Selecionar uma forma de pesquisa;
2. Informar um *Processo*, *Nome da Parte*, *CPF*, *OAB* ou *Processo Originário*;
3. Selecionar *Onde Consultar*.
4. A consulta processual eletrônica, pelo nome da parte e número do CPF, não exibe nenhuma informação sobre a existência de ações criminais, mesmo que transitadas em julgado e não possui natureza de certidão.
5. Para acessar os documentos dos processos eletrônicos é necessário estar logado no sistema. O cadastro é o mesmo utilizado no Processo Eletrônico do 1º grau (E-proc).

Forma da pesquisa:

Nome da Parte:

Onde consultar:

☐ Mostrar processos baixados ou arquivados

Última atualização de fase após:

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre (RS) - PABX (51) 3213 3000

INSTITUCIONAL	SERVIÇOS JUDICIAIS	CONCURSOS E ESTÁGIOS	COMPRAS E LICITAÇÕES	NOTÍCIAS E PUBLICAÇÕES	CONTATOS
Atuação Ambiental	Autenticidade de Certidão	Juizes	Cadastro de Fornecedores	Últimas notícias	Endereços e Telefones
Competência e Organização	Autenticidade de Documentos	Servidores	Compras em andamento	Diário Eletrônico	Perguntas Frequentes
Composição das Turmas, Seções e Corte Especial	Certidão (Regional e Eleitoral)	Estágios	Compras encerradas	Avisos	Twitter
Conciliação	Composição das Turmas, Seções e Corte Especial		Licitações aguardando abertura	TRF4TV	TRF4 no Facebook
Corregedoria Regional	Consulta Arguições de Inconstitucionalidade do TRF4		Licitações em andamento	Jornal do TRF4	Ouvidoria
Desembargadores Federais	Consulta Jurisprudência da TRU4 e Turmas Recursais		Contratos e Atas de Registro	Revista do TRF4	Acesso à informação pública
Escola da Magistratura	Consulta Jurisprudência do TRF4		Contratos	Boletim Jurídico	
Intranet			Relatórios de Gestão Fiscal	Revista de Doutrina	
Juizados Especiais Federais					
Juizes Federais e Substitutos	Pautas de Julgamentos				
Organograma	Plantão Judiciário				
Sessões de Julgamento	Processos Distribuídos/Redistribuídos				
Transparência Pública	Sob Medida				
Varas Federais	Súmulas da TRU4				
	Súmulas das Turmas Recursais				
	Súmulas do TRF4				
	Sustentação Oral e outros agendamentos				



Consulta Processual Unificada

ATENÇÃO!

Para realizar uma consulta processual, é necessário:

1. Selecionar uma forma de pesquisa;
2. Informar um *Processo*, *Nome da Parte*, *CPF*, *OAB* ou *Processo Originário*;
3. Selecionar *Onde Consultar*.
4. A consulta processual eletrônica, pelo nome da parte e número do CPF, não exibe nenhuma informação sobre a existência de ações criminais, mesmo que transitadas em julgado e não possui natureza de certidão.
5. Para acessar os documentos dos processos eletrônicos é necessário estar logado no sistema. O cadastro é o mesmo utilizado no Processo Eletrônico do 1º grau (E-proc).

Forma da pesquisa:

Nome da Parte:

Onde consultar:

☐ Mostrar processos baixados ou arquivados

Última atualização de fase após:

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre (RS) - PABX (51) 3213 3000

INSTITUCIONAL	SERVIÇOS JUDICIAIS	CONCURSOS E ESTÁGIOS	COMPRAS E LICITAÇÕES	NOTÍCIAS E PUBLICAÇÕES	CONTATOS
Atuação Ambiental	Autenticidade de Certidão	Juizes	Cadastro de Fornecedores	Últimas notícias	Endereços e Telefones
Competência e Organização	Autenticidade de Documentos	Servidores	Compras em andamento	Diário Eletrônico	Perguntas Frequentes
Composição das Turmas, Seções e Corte Especial	Certidão (Regional e Eleitoral)	Estágios	Compras encerradas	Avisos	Twitter
Conciliação	Composição das Turmas, Seções e Corte Especial		Licitações aguardando abertura	TRF4TV	TRF4 no Facebook
Corregedoria Regional	Consulta Arguições de Inconstitucionalidade do TRF4		Licitações em andamento	Jornal do TRF4	Ouvidoria
Desembargadores Federais	Consulta Jurisprudência da TRU4 e Turmas Recursais		Contratos e Atas de Registro	Revista do TRF4	Acesso à informação pública
Escola da Magistratura	Consulta Jurisprudência do TRF4		Contratos	Boletim Jurídico	
Intranet			Relatórios de Gestão Fiscal	Revista de Doutrina	
Juizados Especiais Federais					
Juizes Federais e Substitutos	Pautas de Julgamentos				
Organograma	Plantão Judiciário				
Sessões de Julgamento	Processos Distribuídos/Redistribuídos				
Transparência Pública	Sob Medida				
Varas Federais	Súmulas da TRU4				
	Súmulas das Turmas Recursais				
	Súmulas do TRF4				
	Sustentação Oral e outros agendamentos				



M A+ A A-

Institucional Serviços Judiciais Concursos e Estágios Compras e Li

Consulta Processual Unificada

ATENÇÃO!

Para realizar uma consulta processual, é necessário:

1. Selecionar uma forma de pesquisa;
2. Informar um *Processo, Nome da Parte, CPF, OAB* ou *Processo Originário*;
3. Selecionar *Onde Consultar*.
4. A consulta processual eletrônica, pelo nome da parte e número do CPF, não exibe nenhuma informação sobre a existência de ações criminais, mesmo que transitadas em julgado e não possui natureza de certidão.
5. Para acessar os documentos dos processos eletrônicos é necessário estar logado no sistema. O cadastro é o mesmo utilizado no Processo Eletrônico do 1º grau (E-proc).

Forma da pesquisa:

Número do CPF/CNPJ:

Onde consultar:

☐ Mostrar processos baixados ou arquivados

Última atualização de fase após:

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre (RS) - PABX (51) 3213 3000

INSTITUCIONAL	SERVIÇOS JUDICIAIS	CONCURSOS E ESTÁGIOS	COMPRAS E LICITAÇÕES	NOTÍCIAS E PUBLICAÇÕES	CONTATOS
Atuação Ambiental	Autenticidade de Certidão	Juizes	Cadastro de Fornecedores	Últimas notícias	Endereços e Telefones
Competência e Organização	Autenticidade de Documentos	Servidores	Compras em andamento	Diário Eletrônico	Perguntas Frequentes
Composição das Turmas, Seções e Corte Especial	Certidão (Regional e Eleitoral)	Estágios	Compras encerradas	Avisos	Twitter
Conciliação	Composição das Turmas, Seções e Corte Especial		Licitações aguardando abertura	TRF4TV	TRF4 no Facebook
Corregedoria Regional	Consulta Arguições de Inconstitucionalidade do TRF4		Licitações em andamento	Jornal do TRF4	Ouvidoria
Desembargadores Federais	Consulta Jurisprudência da TRU4 e Turmas Recursais		Contratos e Atas de Registro	Revista do TRF4	Acesso à informação pública
Escola da Magistratura	Consulta Jurisprudência do TRF4		Contratos	Boletim Jurídico	
Intranet			Relatórios de Gestão Fiscal	Revista de Doutrina	
Juizados Especiais Federais					
Juizes Federais e Substitutos	Pautas de Julgamentos				
Organograma	Plantão Judiciário				
Sessões de Julgamento	Processos Distribuídos/Redistribuídos				
Transparência Pública	Sob Medida				
Varas Federais	Súmulas da TRU4				
	Súmulas das Turmas Recursais				
	Súmulas do TRF4				
	Sustentação Oral e outros agendamentos				



M A+ A A-

Institucional Serviços Judiciais Concursos e Estágios Compras e Li

Consulta Processual Unificada

ATENÇÃO!

Para realizar uma consulta processual, é necessário:

1. Selecionar uma forma de pesquisa;
2. Informar um *Processo*, *Nome da Parte*, *CPF*, *OAB* ou *Processo Originário*;
3. Selecionar *Onde Consultar*.
4. A consulta processual eletrônica, pelo nome da parte e número do CPF, não exibe nenhuma informação sobre a existência de ações criminais, mesmo que transitadas em julgado e não possui natureza de certidão.
5. Para acessar os documentos dos processos eletrônicos é necessário estar logado no sistema. O cadastro é o mesmo utilizado no Processo Eletrônico do 1º grau (E-proc).

Forma da pesquisa:

Número do CPF/CNPJ:

Onde consultar:

☐ Mostrar processos baixados ou arquivados

Última atualização de fase após:

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre (RS) - PABX (51) 3213 3000

INSTITUCIONAL	SERVIÇOS JUDICIAIS	CONCURSOS E ESTÁGIOS	COMPRAS E LICITAÇÕES	NOTÍCIAS E PUBLICAÇÕES	CONTATOS
Atuação Ambiental	Autenticidade de Certidão	Juizes	Cadastro de Fornecedores	Últimas notícias	Endereços e Telefones
Competência e Organização	Autenticidade de Documentos	Servidores	Compras em andamento	Diário Eletrônico	Perguntas Frequentes
Composição das Turmas, Seções e Corte Especial	Certidão (Regional e Eleitoral)	Estágios	Compras encerradas	Avisos	Twitter
Conciliação	Composição das Turmas, Seções e Corte Especial		Licitações aguardando abertura	TRF4TV	TRF4 no Facebook
Corregedoria Regional	Consulta Arguições de Inconstitucionalidade do TRF4		Licitações em andamento	Jornal do TRF4	Ouvidoria
Desembargadores Federais	Consulta Jurisprudência da TRU4 e Turmas Recursais		Contratos e Atas de Registro	Revista do TRF4	Acesso à informação pública
Escola da Magistratura	Consulta Jurisprudência do TRF4		Contratos	Boletim Jurídico	
Intranet			Relatórios de Gestão Fiscal	Revista de Doutrina	
Juizados Especiais Federais					
Juizes Federais e Substitutos	Pautas de Julgamentos				
Organograma	Plantão Judiciário				
Sessões de Julgamento	Processos Distribuídos/Redistribuídos				
Transparência Pública	Sob Medida				
Varas Federais	Súmulas da TRU4				
	Súmulas das Turmas Recursais				
	Súmulas do TRF4				
	Sustentação Oral e outros agendamentos				

TRF4

RS

SC

PR

?

INTRA



TRF4

25

ANOS

NA CAMPANHA

Novembro

AZUL

M

A+

A

A-

Institucional

Serviços Judiciais

Concursos e Estágios

Compras e Li

Consulta Processual Unificada

ATENÇÃO!

Para realizar uma consulta processual, é necessário:

1. Selecionar uma forma de pesquisa;
2. Informar um *Processo*, *Nome da Parte*, *CPF*, *OAB* ou *Processo Originário*;
3. Selecionar *Onde Consultar*.
4. A consulta processual eletrônica, pelo nome da parte e número do CPF, não exibe nenhuma informação sobre a existência de ações criminais, mesmo que transitadas em julgado e não possui natureza de certidão.
5. Para acessar os documentos dos processos eletrônicos é necessário estar logado no sistema. O cadastro é o mesmo utilizado no Processo Eletrônico do 1º grau (E-proc).

Forma da pesquisa:

Número do CPF/CNPJ:

Onde consultar:

☐ Mostrar processos baixados ou arquivados

Última atualização de fase após:

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre (RS) - PABX (51) 3213 3000

INSTITUCIONAL	SERVIÇOS JUDICIAIS	CONCURSOS E ESTÁGIOS	COMPRAS E LICITAÇÕES	NOTÍCIAS E PUBLICAÇÕES	CONTATOS
Atuação Ambiental	Autenticidade de Certidão	Juizes	Cadastro de Fornecedores	Últimas notícias	Endereços e Telefones
Competência e Organização	Autenticidade de Documentos	Servidores	Compras em andamento	Diário Eletrônico	Perguntas Frequentes
Composição das Turmas, Seções e Corte Especial	Certidão (Regional e Eleitoral)	Estágios	Compras encerradas	Avisos	Twitter
Conciliação	Composição das Turmas, Seções e Corte Especial		Licitações aguardando abertura	TRF4TV	TRF4 no Facebook
Corregedoria Regional	Consulta Arguições de Inconstitucionalidade do TRF4		Licitações em andamento	Jornal do TRF4	Ouvidoria
Desembargadores Federais	Consulta Jurisprudência da TRU4 e Turmas Recursais		Contratos e Atas de Registro	Revista do TRF4	Acesso à informação pública
Escola da Magistratura	Consulta Jurisprudência do TRF4		Contratos	Boletim Jurídico	
Intranet			Relatórios de Gestão Fiscal	Revista de Doutrina	
Juizados Especiais Federais					
Juizes Federais e Substitutos	Pautas de Julgamentos				
Organograma	Plantão Judiciário				
Sessões de Julgamento	Processos Distribuídos/Redistribuídos				
Transparência Pública	Sob Medida				
Varas Federais	Súmulas da TRU4				
	Súmulas das Turmas Recursais				
	Súmulas do TRF4				
	Sustentação Oral e outros agendamentos				

TRF4

RS

SC

PR

?

INTRA



TRF4

25

ANOS

na Campanha

Novembro

AZUL

M

A+

A

A-

Institucional

Serviços Judiciais

Concursos e Estágios

Compras e Li

Consulta Processual Unificada

ATENÇÃO!

Para realizar uma consulta processual, é necessário:

1. Selecionar uma forma de pesquisa;
2. Informar um *Processo*, *Nome da Parte*, *CPF*, *OAB* ou *Processo Originário*;
3. Selecionar *Onde Consultar*.
4. A consulta processual eletrônica, pelo nome da parte e número do CPF, não exibe nenhuma informação sobre a existência de ações criminais, mesmo que transitadas em julgado e não possui natureza de certidão.
5. Para acessar os documentos dos processos eletrônicos é necessário estar logado no sistema. O cadastro é o mesmo utilizado no Processo Eletrônico do 1º grau (E-proc).

Forma da pesquisa:

Nome da Parte:

Onde consultar:

☐ Mostrar processos baixados ou arquivados

Última atualização de fase após:

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre (RS) - PABX (51) 3213 3000

INSTITUCIONAL	SERVIÇOS JUDICIAIS	CONCURSOS E ESTÁGIOS	COMPRAS E LICITAÇÕES	NOTÍCIAS E PUBLICAÇÕES	CONTATOS
Atuação Ambiental	Autenticidade de Certidão	Juizes	Cadastro de Fornecedores	Últimas notícias	Endereços e Telefones
Competência e Organização	Autenticidade de Documentos	Servidores	Compras em andamento	Diário Eletrônico	Perguntas Frequentes
Composição das Turmas, Seções e Corte Especial	Certidão (Regional e Eleitoral)	Estágios	Compras encerradas	Avisos	Twitter
Conciliação	Composição das Turmas, Seções e Corte Especial		Licitações aguardando abertura	TRF4TV	TRF4 no Facebook
Corregedoria Regional	Consulta Arguições de Inconstitucionalidade do TRF4		Licitações em andamento	Jornal do TRF4	Ouvidoria
Desembargadores Federais	Consulta Jurisprudência da TRU4 e Turmas Recursais		Contratos e Atas de Registro	Revista do TRF4	Acesso à informação pública
Escola da Magistratura	Consulta Jurisprudência do TRF4		Contratos	Boletim Jurídico	
Intranet			Relatórios de Gestão Fiscal	Revista de Doutrina	
Juizados Especiais Federais					
Juizes Federais e Substitutos	Pautas de Julgamentos				
Organograma	Plantão Judiciário				
Sessões de Julgamento	Processos Distribuídos/Redistribuídos				
Transparência Pública	Sob Medida				
Varas Federais	Súmulas da TRU4				
	Súmulas das Turmas Recursais				
	Súmulas do TRF4				
	Sustentação Oral e outros agendamentos				

TRF4

RS

SC

PR

?

INTRA



TRF4

25

ANOS

na Campanha

Novembro

AZUL

M

A+

A

A-

Institucional

Serviços Judiciais

Concursos e Estágios

Compras e Li

Consulta Processual Unificada

ATENÇÃO!

Para realizar uma consulta processual, é necessário:

1. Selecionar uma forma de pesquisa;
2. Informar um *Processo*, *Nome da Parte*, *CPF*, *OAB* ou *Processo Originário*;
3. Selecionar *Onde Consultar*.
4. A consulta processual eletrônica, pelo nome da parte e número do CPF, não exibe nenhuma informação sobre a existência de ações criminais, mesmo que transitadas em julgado e não possui natureza de certidão.
5. Para acessar os documentos dos processos eletrônicos é necessário estar logado no sistema. O cadastro é o mesmo utilizado no Processo Eletrônico do 1º grau (E-proc).

Forma da pesquisa:

Nome da Parte:

Onde consultar:

☐ Mostrar processos baixados ou arquivados

Última atualização de fase após:

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre (RS) - PABX (51) 3213 3000

INSTITUCIONAL	SERVIÇOS JUDICIAIS	CONCURSOS E ESTÁGIOS	COMPRAS E LICITAÇÕES	NOTÍCIAS E PUBLICAÇÕES	CONTATOS
Atuação Ambiental	Autenticidade de Certidão	Juizes	Cadastro de Fornecedores	Últimas notícias	Endereços e Telefones
Competência e Organização	Autenticidade de Documentos	Servidores	Compras em andamento	Diário Eletrônico	Perguntas Frequentes
Composição das Turmas, Seções e Corte Especial	Certidão (Regional e Eleitoral)	Estágios	Compras encerradas	Avisos	Twitter
Conciliação	Composição das Turmas, Seções e Corte Especial		Licitações aguardando abertura	TRF4TV	TRF4 no Facebook
Corregedoria Regional	Consulta Arguições de Inconstitucionalidade do TRF4		Licitações em andamento	Jornal do TRF4	Ouvidoria
Desembargadores Federais	Consulta Jurisprudência da TRU4 e Turmas Recursais		Contratos e Atas de Registro	Revista do TRF4	Acesso à informação pública
Escola da Magistratura	Consulta Jurisprudência do TRF4		Contratos	Boletim Jurídico	
Intranet			Relatórios de Gestão Fiscal	Revista de Doutrina	
Juizados Especiais Federais					
Juizes Federais e Substitutos	Pautas de Julgamentos				
Organograma	Plantão Judiciário				
Sessões de Julgamento	Processos Distribuídos/Redistribuídos				
Transparência Pública	Sob Medida				
Varas Federais	Súmulas da TRU4				
	Súmulas das Turmas Recursais				
	Súmulas do TRF4				
	Sustentação Oral e outros agendamentos				

TRF4

RS

SC

PR

?

INTRA



TRF4

25

ANOS

NA CAMPANHA

Novembro

AZUL

M

A+

A

A-

Institucional

Serviços Judiciais

Concursos e Estágios

Compras e Li

Consulta Processual Unificada

ATENÇÃO!

Para realizar uma consulta processual, é necessário:

1. Selecionar uma forma de pesquisa;
2. Informar um *Processo*, *Nome da Parte*, *CPF*, *OAB* ou *Processo Originário*;
3. Selecionar *Onde Consultar*.
4. A consulta processual eletrônica, pelo nome da parte e número do CPF, não exibe nenhuma informação sobre a existência de ações criminais, mesmo que transitadas em julgado e não possui natureza de certidão.
5. Para acessar os documentos dos processos eletrônicos é necessário estar logado no sistema. O cadastro é o mesmo utilizado no Processo Eletrônico do 1º grau (E-proc).

Forma da pesquisa:

Nome da Parte:

Onde consultar:

☐ Mostrar processos baixados ou arquivados

Última atualização de fase após:

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre (RS) - PABX (51) 3213 3000

INSTITUCIONAL	SERVIÇOS JUDICIAIS	CONCURSOS E ESTÁGIOS	COMPRAS E LICITAÇÕES	NOTÍCIAS E PUBLICAÇÕES	CONTATOS
Atuação Ambiental	Autenticidade de Certidão	Juizes	Cadastro de Fornecedores	Últimas notícias	Endereços e Telefones
Competência e Organização	Autenticidade de Documentos	Servidores	Compras em andamento	Diário Eletrônico	Perguntas Frequentes
Composição das Turmas, Seções e Corte Especial	Certidão (Regional e Eleitoral)	Estágios	Compras encerradas	Avisos	Twitter
Conciliação	Composição das Turmas, Seções e Corte Especial		Licitações aguardando abertura	TRF4TV	TRF4 no Facebook
Corregedoria Regional	Consulta Arguições de Inconstitucionalidade do TRF4		Licitações em andamento	Jornal do TRF4	Ouvidoria
Desembargadores Federais	Consulta Jurisprudência da TRU4 e Turmas Recursais		Contratos e Atas de Registro	Revista do TRF4	Acesso à informação pública
Escola da Magistratura	Consulta Jurisprudência do TRF4		Contratos	Boletim Jurídico	
Intranet			Relatórios de Gestão Fiscal	Revista de Doutrina	
Juizados Especiais Federais					
Juizes Federais e Substitutos	Pautas de Julgamentos				
Organograma	Plantão Judiciário				
Sessões de Julgamento	Processos Distribuídos/Redistribuídos				
Transparência Pública	Sob Medida				
Varas Federais	Súmulas da TRU4				
	Súmulas das Turmas Recursais				
	Súmulas do TRF4				
	Sustentação Oral e outros agendamentos				

[Voltar à Página Inicial](#)[Acessar Sessão Consulta Especial](#)**Consulta de Processos**

1.1.243.0

Seção Localidade ☒ Exceto Baixado**É obrigatório preencher somente um dos campos abaixo.**

Número Processo

Proc. Originário

Registro da OAB

Doc. (CPF/CNPJ)

Nome da Parte

Nome Procurador

Número Inquérito

Na sequência de controle abaixo **(onde todos os símbolos são maiúsculos)**:**U 6 I U 5**Quais símbolos **(informe os repetidos também, se houver)** são vogais ? ☐ Clique aqui se sua resposta é "zero" ou "nenhum".**Atenção: A Pesquisa com estes Dados não encontrou nenhum Registro.**[Volta à Página de Login](#)**Número de Acessos: 1299418****Aviso:** Esta página é funcional nas versões do Internet Explorer 6.0 ou superior**Informações Gerais:**

Para utilizar a Consulta Simplificada é obrigatório informar apenas um dos campos do formulário de pesquisa de processos: Processo ou OAB ou CPF/CNPJ ou Nome da Parte ou Procurador ou Número do Inquérito.

Preenchimento do campo Número de Processo

O campo Número de Processo deve ser informado utilizando apenas números e os caracteres '.', '-', '/' conforme necessário. Assim, o número do processo pode ser preenchido das seguintes maneiras:

* Processos Comuns - como por exemplo o processo 0000123-45.2010.4.02.5001 pode-se informar 0000123-45.2010.4.02.5001 ou 123-45.10.4.2.5001 ou 12345.10.4.2.5001 ou 1234520104025001

* Recursos de Processos como por exemplo o processo 0000123-45.2010.4.02.5001/01 pode-se informar 0000123-45.2010.4.02.5001/01 ou 123-45.10.4.2.5001/01 ou 12345.10.4.2.5001/1 ou 1234520104025001/1 ou 0000123452010402500101

O campo Número de Processo deve ser informado utilizando apenas números e apenas os caracteres '.', '-' ou '/' conforme necessário. Assim, o número do processo pode ser preenchido das seguintes maneiras:

* Processos Antigos - como por exemplo o processo 2002.51.51.000123-4

pode-se informar 2002.51.51.000123-4 ou 2.51.51.123-4 ou 2.51.51.1234 ou 200251510001234.

* Processos Antigos - como por exemplo o processo 99.0001234-5
pode-se informar 99.0001234-5 ou 99.1234-5 ou 99.12345 ou 9900012345 ou 9912345.

* Recursos de Processos Antigos - como por exemplo o processo 2003.51.51.000123-4/01
pode-se informar 2003.51.51.000123-4/01 ou 3.51.51.123-4/01 ou 3.51.51.1234/1 ou
20035151000123401 ou 2003515100012341.

Preenchimento do campo OAB

O campo Registro da OAB deve ser preenchido completo (2 letras da sigla e os 6 dígitos), inclusive os zeros, e sem caracteres especiais como pontos, hifens, barras ou espaços.
Ex: RJ001234 ou ES000123.

Preenchimento do Documento (CPF/CNPJ)

É obrigatório escolher o tipo do documento CPF ou CNPJ. E o preenchimento do número do documento deve ser efetuado utilizando somente números.
Ex: '02596312345' para um número de CPF ou '65025368000165' para um número de CNPJ.

Preenchimento do campo Nome da Parte

O campo Nome da Parte deve conter pelo menos duas partes válidas de nomes de pessoas.
Ex: 'Paulo José' é válido. 'Fernando Figueiredo' é válido. 'K. T. M.' NÃO é válido.

Preenchimento do campo Procurador

O campo Nome do Procurador deve conter pelo menos duas partes válidas de nomes de pessoas.
Ex: 'Paulo José' é válido. 'Fernando Figueiredo' é válido. 'K. T. M.' NÃO é válido.

Em caso de outras dúvidas, [fale conosco por mail](#).

Powered by MPS Informática - Todos os direitos reservados. Melhor visualizado em 800 x 600 ou superior e Internet Explorer 6.0 ou superior.

[Voltar à Página Inicial](#)[Acessar Sessão Consulta Especial](#)**Consulta de Processos**

1.1.243.0

Seção Localidade ☒ Exceto Baixado**É obrigatório preencher somente um dos campos abaixo.**

Número Processo

Proc. Originário

Registro da OAB

Doc. (CPF/CNPJ)

Nome da Parte

Nome Procurador

Número Inquérito

Na sequência de controle abaixo **(onde todos os símbolos são maiúsculos)**:**E E H 3 7**Quais símbolos **(informe os repetidos também, se houver)** são consoantes ? ☐ Clique aqui se sua resposta é "zero" ou "nenhum".**Atenção:** O valor digitado não corresponde a sequência de controle.[Volta à Página de Login](#)**Número de Acessos: 1299418****Aviso:** Esta página é funcional nas versões do Internet Explorer 6.0 ou superior**Informações Gerais:**

Para utilizar a Consulta Simplificada é obrigatório informar apenas um dos campos do formulário de pesquisa de processos: Processo ou OAB ou CPF/CNPJ ou Nome da Parte ou Procurador ou Número do Inquérito.

Preenchimento do campo Número de Processo

O campo Número de Processo deve ser informado utilizando apenas números e os caracteres '.', '-', '/' conforme necessário. Assim, o número do processo pode ser preenchido das seguintes maneiras:

* Processos Comuns - como por exemplo o processo 0000123-45.2010.4.02.5001 pode-se informar 0000123-45.2010.4.02.5001 ou 123-45.10.4.2.5001 ou 12345.10.4.2.5001 ou 1234520104025001

* Recursos de Processos como por exemplo o processo 0000123-45.2010.4.02.5001/01 pode-se informar 0000123-45.2010.4.02.5001/01 ou 123-45.10.4.2.5001/01 ou 12345.10.4.2.5001/1 ou 1234520104025001/1 ou 0000123452010402500101

O campo Número de Processo deve ser informado utilizando apenas números e apenas os caracteres '.', '-' ou '/' conforme necessário. Assim, o número do processo pode ser preenchido das seguintes maneiras:

* Processos Antigos - como por exemplo o processo 2002.51.51.000123-4

pode-se informar 2002.51.51.000123-4 ou 2.51.51.123-4 ou 2.51.51.1234 ou 200251510001234.

* Processos Antigos - como por exemplo o processo 99.0001234-5
pode-se informar 99.0001234-5 ou 99.1234-5 ou 99.12345 ou 9900012345 ou 9912345.

* Recursos de Processos Antigos - como por exemplo o processo 2003.51.51.000123-4/01
pode-se informar 2003.51.51.000123-4/01 ou 3.51.51.123-4/01 ou 3.51.51.1234/1 ou
20035151000123401 ou 2003515100012341.

Preenchimento do campo OAB

O campo Registro da OAB deve ser preenchido completo (2 letras da sigla e os 6 dígitos), inclusive os zeros, e sem caracteres especiais como pontos, hifens, barras ou espaços.
Ex: RJ001234 ou ES000123.

Preenchimento do Documento (CPF/CNPJ)

É obrigatório escolher o tipo do documento CPF ou CNPJ. E o preenchimento do número do documento deve ser efetuado utilizando somente números.
Ex: '02596312345' para um número de CPF ou '65025368000165' para um número de CNPJ.

Preenchimento do campo Nome da Parte

O campo Nome da Parte deve conter pelo menos duas partes válidas de nomes de pessoas.
Ex: 'Paulo José' é válido. 'Fernando Figueiredo' é válido. 'K. T. M.' NÃO é válido.

Preenchimento do campo Procurador

O campo Nome do Procurador deve conter pelo menos duas partes válidas de nomes de pessoas.
Ex: 'Paulo José' é válido. 'Fernando Figueiredo' é válido. 'K. T. M.' NÃO é válido.

Em caso de outras dúvidas, fale conosco por mail.

Powered by MPS Informática - Todos os direitos reservados. Melhor visualizado em 800 x 600 ou superior e Internet Explorer 6.0 ou superior.

[Voltar à Página Inicial](#)[Acessar Sessão Consulta Especial](#)**Consulta de Processos**

1.1.243.0

Seção Localidade ☒ Exceto Baixado**É obrigatório preencher somente um dos campos abaixo.**

Número Processo

Proc. Originário

Registro da OAB

Doc. (CPF/CNPJ)

Nome da Parte

Nome Procurador

Número Inquérito

Na sequência de controle abaixo **(onde todos os símbolos são maiúsculos)**:**3 8 4 V 8**Quantos símbolos são vogais ? ☐ Clique aqui se sua resposta é "zero" ou "nenhum".**Atenção: A Pesquisa com estes Dados não encontrou nenhum Registro.**[Volta à Página de Login](#)**Número de Acessos: 1299418****Aviso:** Esta página é funcional nas versões do Internet Explorer 6.0 ou superior**Informações Gerais:**

Para utilizar a Consulta Simplificada é obrigatório informar apenas um dos campos do formulário de pesquisa de processos: Processo ou OAB ou CPF/CNPJ ou Nome da Parte ou Procurador ou Número do Inquérito.

Preenchimento do campo Número de Processo

O campo Número de Processo deve ser informado utilizando apenas números e os caracteres '.', '-', '/' conforme necessário. Assim, o número do processo pode ser preenchido das seguintes maneiras:

* Processos Comuns - como por exemplo o processo 0000123-45.2010.4.02.5001 pode-se informar 0000123-45.2010.4.02.5001 ou 123-45.10.4.2.5001 ou 12345.10.4.2.5001 ou 1234520104025001

* Recursos de Processos como por exemplo o processo 0000123-45.2010.4.02.5001/01 pode-se informar 0000123-45.2010.4.02.5001/01 ou 123-45.10.4.2.5001/01 ou 12345.10.4.2.5001/1 ou 1234520104025001/1 ou 0000123452010402500101

O campo Número de Processo deve ser informado utilizando apenas números e apenas os caracteres '.', '-' ou '/' conforme necessário. Assim, o número do processo pode ser preenchido das seguintes maneiras:

* Processos Antigos - como por exemplo o processo 2002.51.51.000123-4

pode-se informar 2002.51.51.000123-4 ou 2.51.51.123-4 ou 2.51.51.1234 ou 200251510001234.

* Processos Antigos - como por exemplo o processo 99.0001234-5
pode-se informar 99.0001234-5 ou 99.1234-5 ou 99.12345 ou 9900012345 ou 9912345.

* Recursos de Processos Antigos - como por exemplo o processo 2003.51.51.000123-4/01
pode-se informar 2003.51.51.000123-4/01 ou 3.51.51.123-4/01 ou 3.51.51.1234/1 ou
20035151000123401 ou 2003515100012341.

Preenchimento do campo OAB

O campo Registro da OAB deve ser preenchido completo (2 letras da sigla e os 6 dígitos), inclusive os zeros, e sem caracteres especiais como pontos, hifens, barras ou espaços.
Ex: RJ001234 ou ES000123.

Preenchimento do Documento (CPF/CNPJ)

É obrigatório escolher o tipo do documento CPF ou CNPJ. E o preenchimento do número do documento deve ser efetuado utilizando somente números.
Ex: '02596312345' para um número de CPF ou '65025368000165' para um número de CNPJ.

Preenchimento do campo Nome da Parte

O campo Nome da Parte deve conter pelo menos duas partes válidas de nomes de pessoas.
Ex: 'Paulo José' é válido. 'Fernando Figueiredo' é válido. 'K. T. M.' NÃO é válido.

Preenchimento do campo Procurador

O campo Nome do Procurador deve conter pelo menos duas partes válidas de nomes de pessoas.
Ex: 'Paulo José' é válido. 'Fernando Figueiredo' é válido. 'K. T. M.' NÃO é válido.

Em caso de outras dúvidas, [fale conosco por mail](#).

Powered by MPS Informática - Todos os direitos reservados. Melhor visualizado em 800 x 600 ou superior e Internet Explorer 6.0 ou superior.

[Voltar à Página Inicial](#)[Acessar Sessão Consulta Especial](#)**Consulta de Processos**

1.1.243.0

Seção Localidade ☒ Exceto Baixado**É obrigatório preencher somente um dos campos abaixo.**

Número Processo

Proc. Originário

Registro da OAB

Doc. (CPF/CNPJ)

Nome da Parte

Nome Procurador

Número Inquérito

Na sequência de controle abaixo **(onde todos os símbolos são maiúsculos)**:**U X 1 U 3**Quais símbolos **(informe os repetidos também, se houver)** são vogais ? ☐ Clique aqui se sua resposta é "zero" ou "nenhum".**Atenção: A Pesquisa com estes Dados não encontrou nenhum Registro.**[Volta à Página de Login](#)**Número de Acessos: 1299418****Aviso:** Esta página é funcional nas versões do Internet Explorer 6.0 ou superior**Informações Gerais:**

Para utilizar a Consulta Simplificada é obrigatório informar apenas um dos campos do formulário de pesquisa de processos: Processo ou OAB ou CPF/CNPJ ou Nome da Parte ou Procurador ou Número do Inquérito.

Preenchimento do campo Número de Processo

O campo Número de Processo deve ser informado utilizando apenas números e os caracteres '.', '-', '/' conforme necessário. Assim, o número do processo pode ser preenchido das seguintes maneiras:

* Processos Comuns - como por exemplo o processo 0000123-45.2010.4.02.5001 pode-se informar 0000123-45.2010.4.02.5001 ou 123-45.10.4.2.5001 ou 12345.10.4.2.5001 ou 1234520104025001

* Recursos de Processos como por exemplo o processo 0000123-45.2010.4.02.5001/01 pode-se informar 0000123-45.2010.4.02.5001/01 ou 123-45.10.4.2.5001/01 ou 12345.10.4.2.5001/1 ou 1234520104025001/1 ou 0000123452010402500101

O campo Número de Processo deve ser informado utilizando apenas números e apenas os caracteres '.', '-' ou '/' conforme necessário. Assim, o número do processo pode ser preenchido das seguintes maneiras:

* Processos Antigos - como por exemplo o processo 2002.51.51.000123-4

pode-se informar 2002.51.51.000123-4 ou 2.51.51.123-4 ou 2.51.51.1234 ou 200251510001234.

* Processos Antigos - como por exemplo o processo 99.0001234-5
pode-se informar 99.0001234-5 ou 99.1234-5 ou 99.12345 ou 9900012345 ou 9912345.

* Recursos de Processos Antigos - como por exemplo o processo 2003.51.51.000123-4/01
pode-se informar 2003.51.51.000123-4/01 ou 3.51.51.123-4/01 ou 3.51.51.1234/1 ou
20035151000123401 ou 2003515100012341.

Preenchimento do campo OAB

O campo Registro da OAB deve ser preenchido completo (2 letras da sigla e os 6 dígitos), inclusive os zeros, e sem caracteres especiais como pontos, hifens, barras ou espaços.
Ex: RJ001234 ou ES000123.

Preenchimento do Documento (CPF/CNPJ)

É obrigatório escolher o tipo do documento CPF ou CNPJ. E o preenchimento do número do documento deve ser efetuado utilizando somente números.
Ex: '02596312345' para um número de CPF ou '65025368000165' para um número de CNPJ.

Preenchimento do campo Nome da Parte

O campo Nome da Parte deve conter pelo menos duas partes válidas de nomes de pessoas.
Ex: 'Paulo José' é válido. 'Fernando Figueiredo' é válido. 'K. T. M.' NÃO é válido.

Preenchimento do campo Procurador

O campo Nome do Procurador deve conter pelo menos duas partes válidas de nomes de pessoas.
Ex: 'Paulo José' é válido. 'Fernando Figueiredo' é válido. 'K. T. M.' NÃO é válido.

Em caso de outras dúvidas, fale conosco por mail.

Powered by MPS Informática - Todos os direitos reservados. Melhor visualizado em 800 x 600 ou superior e Internet Explorer 6.0 ou superior.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

[Site](#)

[Diário da Justiça Eletrônico](#)

[Publicações Administrativas](#)

[Legislação](#)

[Jurisprudência](#)

[Consulta Processual](#)

Consulta de 2º Grau Versão para impressão Nova pesquisa**Consulta por nome de parte**

Fonética: EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA

Comarca

Tribunal de Justiça

Situação

Ativos

Não foram encontrados processos **para o nome conforme os critérios acima**. Tente refazer a pesquisa com o critério **Situação** selecionado na opção Baixados .

Data da consulta: 18/11/2014

Hora da consulta: 18:50:00

[« Voltar](#)

Powered by Google Search Appliance

[Home](#) | [Mapa do Site](#) | [Fale Conosco](#) | [Ouvidoria](#) | [Plantão](#)



Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Copyright © 2009 - STI - Departamento de Informática - Todos os direitos reservados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

[Site](#)

[Diário da Justiça Eletrônico](#)

[Publicações Administrativas](#)

[Legislação](#)

[Jurisprudência](#)

[Consulta Processual](#)

Consulta de 2º Grau

 Versão para impressão

 Nova pesquisa

Consulta por nome de parte

Comarca

Situação

Fonética: SAMUEL PAPELBAUM

Tribunal de Justiça

Ativos

Não foram encontrados processos **para o nome conforme os critérios acima**. Tente refazer a pesquisa com o critério **Situação** selecionado na opção Baixados .

Data da consulta: 18/11/2014

Hora da consulta: 18:50:18

[« Voltar](#)

Powered by Google Search Appliance

[Home](#) | [Mapa do Site](#) | [Fale Conosco](#) | [Ouvidoria](#) | [Plantão](#)



Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Copyright © 2009 - STI - Departamento de Informática - Todos os direitos reservados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

[Site](#)

[Diário da Justiça Eletrônico](#)

[Publicações Administrativas](#)

[Legislação](#)

[Jurisprudência](#)

[Consulta Processual](#)

Consulta de 2º Grau



Consulta por nome de parte

Fonética: SIMON GUERCHON

Comarca

Tribunal de Justiça

Situação

Ativos

Não foram encontrados processos **para o nome conforme os critérios acima**. Tente refazer a pesquisa com o critério **Situação** selecionado na opção Baixados .

Data da consulta: 18/11/2014

Hora da consulta: 18:50:36

[« Voltar](#)

Powered by Google Search Appliance

[Home](#) | [Mapa do Site](#) | [Fale Conosco](#) | [Ouvidoria](#) | [Plantão](#)



Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Copyright © 2009 - STI - Departamento de Informática - Todos os direitos reservados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

[Site](#)

[Diário da Justiça Eletrônico](#)

[Publicações Administrativas](#)

[Legislação](#)

[Jurisprudência](#)

[Consulta Processual](#)

Consulta de 1º Grau Versão para impressão Nova pesquisa**Consulta por nome de parte**

Fonética: EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA

Comarca

São Lourenço do Sul

Situação

Ativos

Não foram encontrados processos **para o nome conforme os critérios acima**. Tente refazer a pesquisa com o critério **Situação** selecionado na opção Baixados .

Data da consulta: 18/11/2014

Hora da consulta: 18:51:10

[« Voltar](#)

Powered by Google Search Appliance

[Home](#) | [Mapa do Site](#) | [Fale Conosco](#) | [Ouvidoria](#) | [Plantão](#)



Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Copyright © 2009 - STI - Departamento de Informática - Todos os direitos reservados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

[Site](#)

[Diário da Justiça Eletrônico](#)

[Publicações Administrativas](#)

[Legislação](#)

[Jurisprudência](#)

[Consulta Processual](#)

Consulta de 1º Grau



Consulta por nome de parte

Fonética: SAMUEL PAPELBAUM

Comarca

São Lourenço do Sul

Situação

Ativos

Não foram encontrados processos **para o nome conforme os critérios acima**. Tente refazer a pesquisa com o critério **Situação** selecionado na opção Baixados .

Data da consulta: 18/11/2014

Hora da consulta: 18:51:26

[« Voltar](#)

Powered by Google Search Appliance

[Home](#) | [Mapa do Site](#) | [Fale Conosco](#) | [Ouvidoria](#) | [Plantão](#)



Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Copyright © 2009 - STI - Departamento de Informática - Todos os direitos reservados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

[Site](#)

[Diário da Justiça Eletrônico](#)

[Publicações Administrativas](#)

[Legislação](#)

[Jurisprudência](#)

[Consulta Processual](#)

Consulta de 1º Grau

 Versão para impressão Nova pesquisa

Consulta por nome de parte

Comarca

Situação

Fonética: SIMON GUERCHON

São Lourenço do Sul

Ativos

Não foram encontrados processos **para o nome conforme os critérios acima**. Tente refazer a pesquisa com o critério **Situação** selecionado na opção Baixados .

Data da consulta: 18/11/2014

Hora da consulta: 18:51:42

[« Voltar](#)

Powered by Google Search Appliance

[Home](#) | [Mapa do Site](#) | [Fale Conosco](#) | [Ouvidoria](#) | [Plantão](#)



Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Copyright © 2009 - STI - Departamento de Informática - Todos os direitos reservados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

[Site](#)

[Diário da Justiça Eletrônico](#)

[Publicações Administrativas](#)

[Legislação](#)

[Jurisprudência](#)

[Consulta Processual](#)

Consulta de 1º Grau



Consulta por nome de parte

Fonética: SIMON GUERCHON

Comarca

Porto Alegre

Situação

Ativos

Não foram encontrados processos **para o nome conforme os critérios acima**. Tente refazer a pesquisa com o critério **Situação** selecionado na opção Baixados .

Data da consulta: 18/11/2014

Hora da consulta: 18:52:06

[« Voltar](#)

Powered by Google Search Appliance

[Home](#) | [Mapa do Site](#) | [Fale Conosco](#) | [Ouvidoria](#) | [Plantão](#)



Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Copyright © 2009 - STI - Departamento de Informática - Todos os direitos reservados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

[Site](#)

[Diário da Justiça Eletrônico](#)

[Publicações Administrativas](#)

[Legislação](#)

[Jurisprudência](#)

[Consulta Processual](#)

Consulta de 1º Grau



Consulta por nome de parte

Comarca

Situação

Fonética: SAMUEL PAPELBAUM

Porto Alegre

Ativos

Não foram encontrados processos **para o nome conforme os critérios acima**. Tente refazer a pesquisa com o critério **Situação** selecionado na opção Baixados .

Data da consulta: 18/11/2014

Hora da consulta: 18:52:20

[« Voltar](#)

Powered by Google Search Appliance

[Home](#) | [Mapa do Site](#) | [Fale Conosco](#) | [Ouvidoria](#) | [Plantão](#)



Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Copyright © 2009 - STI - Departamento de Informática - Todos os direitos reservados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

[Site](#)

[Diário da Justiça Eletrônico](#)

[Publicações Administrativas](#)

[Legislação](#)

[Jurisprudência](#)

[Consulta Processual](#)

Consulta de 1º Grau Versão para impressão Nova pesquisa**Consulta por nome de parte**

Fonética: EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA

Comarca

Porto Alegre

Situação

Ativos

Não foram encontrados processos **para o nome conforme os critérios acima**. Tente refazer a pesquisa com o critério **Situação** selecionado na opção Baixados .

Data da consulta: 18/11/2014

Hora da consulta: 18:52:39

[« Voltar](#)

Powered by Google Search Appliance

[Home](#) | [Mapa do Site](#) | [Fale Conosco](#) | [Ouvidoria](#) | [Plantão](#)



Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Copyright © 2009 - STI - Departamento de Informática - Todos os direitos reservados.

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - 1ª Instância - 18/11/2014 18:54Nome pesquisado: **EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA**Comarca: **Capital**Competencia: **Cível**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

Consulta Processual - Número - Primeira Instância

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

Processo Nº 0136042-78.2005.8.19.0001**2005.001.137976-3A**

TJ/RJ - 18/11/2014 18:55:16 - Primeira instância - Distribuído em 14/02/2007

Comarca da Capital	21ª Vara Cível Cartório da 21ª Vara Cível
Endereço:	Av. Presidente Vargas 2555 5º Pav. 501/510/519
Bairro:	Cidade Nova
Cidade:	Rio de Janeiro
Assunto:	Assistência Judiciária Gratuita / Partes e Procuradores
Classe:	Impugnação de Assistência Judiciária - gratuidade de justiça
Aviso ao advogado:	CASA BALCÃO 1 (04/11/2014)
Impugnante Representante Legal Impugnado	ARBI RIO INCORPORACOES IMOBILIARIAS S A SAMUEL PAPELBAUM e outro(s)... CELINA DE FREITAS PEREIRA e outro(s)... Listar todos os personagens
Advogado(s):	RJ066178 - EXPEDITO ROMEL PEREIRA RJ116306 - ERICA CARLA SILVA DE SOUSA
Tipo do Movimento: Data de Recebimento:	Recebimento 27/05/2013
Tipo do Movimento: Data Despacho: Folha do ato: Descrição:	Despacho - Proferido despacho de mero expediente 27/05/2013 51 Dê-se baixa e archive-se. Desapen-se e remetam-se os autos ao DIPEA.
Tipo do Movimento: Data da conclusão: Juiz:	Conclusão ao Juiz 27/05/2013 ALESSANDRA FERREIRA MATTOS ALEIXO
Processo Principal:	0136041-93.2005.8.19.0001 (2005.001.137976-3)
Processo(s) no Tribunal de Justiça:	Não há.
Localização na serventia:	Aguardando Movimentação

Os autos de processos findos terão como destinação final a guarda permanente ou a eliminação, depois de cumpridos os respectivos prazos de guarda definidos na Tabela de Temporalidade de Documentos do PJERJ.

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - 1ª Instância - 18/11/2014 18:55Nome pesquisado: **SIMON GUERCHON**Comarca: **Capital**Competência: **Cível**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - 1ª Instância - 18/11/2014 18:55Nome pesquisado: **SIMON GUERCHON**Comarca: **Capital**Competência: **Criminal**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - 1ª Instância - 18/11/2014 18:56Nome pesquisado: **SAMUEL PAPELBAUM**Comarca: **Capital**Competência: **Criminal**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - 1ª Instância - 18/11/2014 18:56Nome pesquisado: **EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA**Comarca: **Capital**Competencia: **Criminal**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - 1ª Instância - 18/11/2014 18:56Nome pesquisado: **EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA**Comarca: **Capital**Competencia: **Dívida Ativa Estadual**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - 1ª Instância - 18/11/2014 18:56Nome pesquisado: **SAMUEL PAPELBAUM**Comarca: **Capital**Competência: **Dívida Ativa Estadual**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - 1ª Instância - 18/11/2014 18:56Nome pesquisado: **SIMON GUERCHON**Comarca: **Capital**Competência: **Dívida Ativa Estadual**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - 1ª Instância - 18/11/2014 18:57Nome pesquisado: **SIMON GUERCHON**Comarca: **Capital**Competência: **Dívida Ativa Federal**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - 1ª Instância - 18/11/2014 18:57Nome pesquisado: **SAMUEL PAPELBAUM**Comarca: **Capital**Competência: **Dívida Ativa Federal**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - 1ª Instância - 18/11/2014 18:57Nome pesquisado: **EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA**Comarca: **Capital**Competencia: **Dívida Ativa Federal**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - 1ª Instância - 18/11/2014 18:59Nome pesquisado: **EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA**Comarca: **Capital**Competencia: **Dívida Ativa Municipal**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - 1ª Instância - 18/11/2014 18:59Nome pesquisado: **SAMUEL PAPELBAUM**Comarca: **Capital**Competência: **Dívida Ativa Municipal**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - 1ª Instância - 18/11/2014 18:59Nome pesquisado: **SIMON GUERCHON**Comarca: **Capital**Competência: **Dívida Ativa Municipal**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - 1ª Instância - 18/11/2014 18:59Nome pesquisado: **SIMON GUERCHON**Comarca: **Capital**Competência: **Fazenda Pública**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - 1ª Instância - 18/11/2014 18:59Nome pesquisado: **SAMUEL PAPELBAUM**Comarca: **Capital**Competência: **Fazenda Pública**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - 1ª Instância - 18/11/2014 18:59Nome pesquisado: **EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA**Comarca: **Capital**Competencia: **Fazenda Pública**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - Tribunal de Justiça (2ª Instância) - 18/11/2014 19:01Nome pesquisado: **EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - Tribunal de Justiça (2ª Instância) - 18/11/2014 19:01Nome pesquisado: **SAMUEL PAPELBAUM**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

Resultado da pesquisa

Total de processo(s) encontrado(s): 0

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - Tribunal de Justiça (2ª Instância) - 18/11/2014 19:01Nome pesquisado: **SIMON GUERCHON**Período: **2000 a 2014****Nenhum resultado encontrado**[Nova consulta](#)

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03854641/0001-00
Razão Social: EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA
Endereço: AV CARLOS GOMES 651 1001 / AUXILIADORA / PORTO ALEGRE / RS / 90480-003

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/11/2014 a 16/12/2014

Certificação Número: 2014111704572537754931

Informação obtida em 24/11/2014, às 11:42:15.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E
ÀS DE TERCEIROS

Nº 233052014-88888641

Nome: EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA - ME

CNPJ: 03.854.641/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 08/09/2014.

Válida até 07/03/2015.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

NOTA TÉCNICA Nº 18297/2014/SEI-MC

ASSUNTO: Concorrência para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada. Exigências, com vistas à homologação do certame para a localidade de São Lourenço do Sul/RS.

REFERÊNCIA: Processo da licitante nº 53790.000408/2000-05.

Processo Piloto nº 53000.003488/2000-00. Concorrência nº 099/2000.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata o presente feito de instrução do processo, com vistas à homologação da Concorrência nº 099/2000, relativa à outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Lourenço do Sul, estado do Rio Grande do Sul, e consequente adjudicação do seu objeto à segunda colocada, a Empresa de Comunicação do Sul Ltda., haja vista a desclassificação superveniente da vencedora do certame.

ANÁLISE

2. Em cumprimento à Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1, de 3 de novembro de 2004, foram feitas pesquisas nos sítios eletrônicos do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Federal da primeira Região e do Tribunal Federal da região afeta à localidade licitada, da Seção Judiciária do DF e do Estado da localidade licitada e da localidade sede, bem como do Tribunal de Justiça Estadual da localidade da sede, em primeiro e segundo graus de jurisdição, contendo a denominação da entidade vencedora, a EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA, e o nome de seus sócios, conforme entendimento da Consultoria Jurídica deste Ministério, para certificar se há ou não processos judiciais incidentes sobre o procedimento licitatório.

3. Foram encontradas as ações judiciais abaixo listadas, razão pela qual se faz necessário o encaminhamento de ofício de exigência à entidade, a fim de que apresente a **Certidão de Objeto e Pé** dos referidos processo, para fins de instrução do processo com vistas à homologação do certame.

Tribunal	Nº do Processo	Requerido	Requerente
TRF1	0041817-15.2010.4.01.3400	UNIAO FEDERAL	EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA

4. Com o fito de confirmação do quadro societário e diretivo da empresa, deve ser apresentada, também, Certidão de Inteiro Teor, emitida pela Junta Comercial do Estado, que consiste em cópia reprográfica de todos os atos registrados pela empresa, com a certificação na última folha, que se trata do último ato arquivado.

5. Ressalte-se, ainda, a necessidade de se apresentar ou de se requerer, caso a empresa ainda não possua, o Ato de Assentimento Prévio do Conselho de Defesa Nacional, para executar o serviço na município de São Lourenço do Sul/RS, localidade essa que se encontra em faixa considerada de fronteira. Impende informar que o requerimento deve ser dirigido ao Conselho mas encaminhado, com os documentos exigidos pela legislação, para o Ministério das Comunicações.

CONCLUSÃO

6. Assim sendo, opinamos pela notificação da entidade interessada, com vistas à apresentação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do correspondente ofício, via AR POSTAL, os documentos listados acima, **em original ou cópia autenticada**, sendo que a negativa da resposta deverá ser entendida como desinteresse da entidade no prosseguimento do certame.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tania Mara Goncalves de Oliveira, Técnico de Nivel**, em 05/03/2015, às 13:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Monica Furtado Rodrigues Lima, Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial-Substituta**, em 05/03/2015, às 13:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviço de Radiodifusão**, em 17/03/2015, às 09:24, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1220035



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0254073** e o código CRC **D5E12556**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 –
Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 20457/2014/SEI-MC

Brasília, 17 de Março de 2015

Ao Senhor
Representante Legal da Empresa de Comunicação do Sul Ltda.
AV CARLOS GOMES Nº 651 COMPLEMENTO 1001 - AUXILIADORA
CEP nº 90.480-003 PORTO ALEGRE / RS

ASSUNTO: Encaminha Cópia de Nota Técnica, com vistas à apresentação de documentos instrutórios para homologação do certame, relativo outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Lourenço do Sul.

REFERÊNCIA: Processo nº 53790.000408/2000-05. Concorrência nº 099/2000.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, encaminho cópia da Nota Técnica nº 18297 (0254073), com vistas à instrução do processo em destaque, nos termos da legislação vigente.

2. Para tanto, estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento deste ofício, comprovado pelo AR postal, para apresentação, em original ou cópia autenticada, da documentação exigida, devendo constar do respectivo expediente de resposta, os números do presente Ofício e do Processo em referência. Ressalte-se, ainda que a negativa da resposta será entendida como desinteresse da entidade em prosseguir no certame.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo**,
**Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviço de
Radiodifusão**, em 17/03/2015, às 09:27, conforme art. 3º, III, "a", das
Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1220035

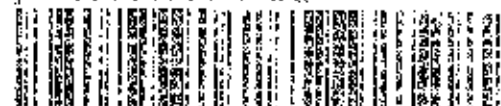


A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
0254116 e o código CRC **47C6A39B**.

OP: 20457/2014/SEI-MCA/TCODEOC
AO SENIOR REPRESENTANTE LEGAL DA
COMUNICACAO DO SUL LUIA
AV CARLOS GOMES Nº 651 COMPLEMENTO 1001 AUXILIADORA
CEP: 90.480-003 PORTO ALEGRE/RS
PROC:53790.000408/2000-05
ASSINATURA DE CONTRATO



RECEIVED
JH 03864764 7 BR



JH 03864764 7 BR

AGENCIA MINICOM

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Regulamentação e Supervisão de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Anexo E, Sala 300-0
Brasília - DF

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Regulamentação e Supervisão de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Anexo E, Sala 300-0
Brasília - DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Documentação e Informação

Subgrupo de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial

Protocolo nº: 53790.000408/2000-05

Certifico e dou fé que após busca realizada no setor – SDCOM – localizou-se apenas o AR, devidamente anexado ao processo, mesmo transcorrido o prazo para resposta da Entidade.

Devolvo o processo para análise.

Em 13/05/2015



Documento assinado eletronicamente por **Weberson Wayne Nobrega Peixoto, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 13/05/2015, às 13:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0503242** e o código CRC **7A27B033**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ENDEREÇO / ADRESSE

CEP / CODE POSTAL

OF: 20457/2014/SEL-MC/GTCO/DEOC
 AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
 COMUNICACAO DO SUL LTDA
 AV CARLOS GOMES Nº 651 COMPLEMENTO 1001 AUXILIADORA
 CEP: 90.480-003 PORTO ALEGRE/RS
 PROC:53790.000408/2000-05
 ASSINATURA DE CONTRATO

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO / DÉCLARATION

SIGNATURE DE L'ENVOI

SIGNATURE DU DESTINATAIRE



PESQUISA PÓS-ENTREGA



EMS



SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

23/03/15

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Sergio Vargas

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENTVINICIUS ORZECHOWSKI FRANKOWSKI
Matr.: 8.4549-1

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO





**CORREIOS
BRÉSIL**

**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE D'ÉMISSION

18 03 / 2015

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

JH 03864764 7 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
:	h	:
:	h	:
:	h	:

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Gestão de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO**

RETOUR

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.854.641/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 06/06/2000
NOME EMPRESARIAL EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA - ME			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV LAGEADO	NÚMERO 1300	COMPLEMENTO	
CEP 90.460-110	BAIRRO/DISTRITO PETROPOLIS	MUNICÍPIO PORTO ALEGRE	UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO FERNANDOFERREIRA.AF@TERRA.COM.BR		TELEFONE (51) 3218-5211	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **17/08/2017** às **14:56:19** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

Tribunal Regional Federal da Primeira Região

Tribunal Regional Federal da Primeira Região
(61) 3221-6000

Processo:	0041817-15.2010.4.01.3400
Classe:	7 - Procedimento Comum
Vara:	17ª VARA BRASÍLIA
Juiz:	JOÃO CARLOS MAYER SOARES
Data de Autuação:	02/09/2010
Distribuição:	2 - DISTRIBUICAO AUTOMATICA - 03/09/2010
Nº de volumes:	
Assunto da Petição:	10386 - Modalidade Limite Dispensa Inexigibilidade
Observação:	CONCORRÊNCIA 0982000SSRMC RESTABELECER A PARTICIPAÇÃO DA AUTORA NA LICITAÇÃO SUSPENDER OS EFEITOS DA DECISÃO MINISITIERIAL PUBLICADA EM 25062009
Localização:	TRIAGEM CIV - TRIAGEM CIV

Movimentação

Data	Cod	Descrição	Complemento
27/11/2013 12:41:54	223	REMETIDOS TRF S BAIXA	
18/11/2013 16:50:14	222	REMESSA ORDENADA TRF	
18/11/2013 16:49:29	220	RECURSO CONTRARRAZOES APRESENTADAS	
25/10/2013 13:29:20	210	PETICAO OFICIO DOCUMENTO JUNTADO	
18/10/2013 15:42:43	210	PETICAO OFICIO DOCUMENTO RECEBIDAO EM SECRETARIA	
18/10/2013 15:42:38	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
10/10/2013 12:21:20	126	CARGA RETIRADOS AGU	REMESSA PRONTE PARA 11102013 PRAZO CONTADO A PARTIR DO ENVIO INTERESSADO AGU DATA DEVOLUÇÃO 028102013
09/10/2013 15:31:30	185	INTIMACAO NOTIFICACAO VISTA ORDENADA AGU	
18/09/2013 12:02:46	220	RECURSO CONTRARRAZOES APRESENTADAS	
12/09/2013 14:34:49	210	PETICAO OFICIO DOCUMENTO JUNTADO	
05/09/2013 13:26:54	210	PETICAO OFICIO DOCUMENTO RECEBIDAO EM SECRETARIA	
29/08/2013 16:33:53	185	INTIMACAO NOTIFICACAO VISTA ORDENADA AGU	
28/08/2013 19:00:58	210	PETICAO OFICIO DOCUMENTO JUNTADO	AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº00636908620104010000
28/08/2013 19:00:28	212	PRAZO CERTIFICADO TRANSCURSO IN ALBIS	
07/08/2013 17:02:59	210	PETICAO OFICIO DOCUMENTO JUNTADO	
02/08/2013 16:52:24	210	PETICAO OFICIO DOCUMENTO RECEBIDAO EM SECRETARIA	
26/07/2013 10:51:16	185	INTIMACAO NOTIFICACAO VISTA ORDENADA AUTOR OUTROS	
26/07/2013 10:51:14	179	INTIMACAO NOTIFICACAO PELA IMPRENSA PUBLICADO DESPACHO	
23/07/2013 12:31:00	178	INTIMACAO NOTIFICACAO PELA IMPRENSA PUBLICACAO REMETIDA IMPRENSA DESPACHO	PUBLIFICAÇÃO PREVISTA 26072013
02/07/2013 11:05:13	176	INTIMACAO NOTIFICACAO PELA IMPRENSA ORDENADA PUBLICACAO DESPACHO	
02/07/2013 11:05:06	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
02/07/2013 11:04:53	154	DEVOLVIDOS C DESPACHO	
27/06/2013 12:52:30	137	CONCLUSOS PARA DESPACHO	

Data	Cod	Descrição	Complemento
24/06/2013 18:23:03	220	RECURSO APELACAO INTERPOSTA AUTOR	
24/06/2013 13:55:03	210	PETICAO OFICIO DOCUMENTO JUNTADO	
05/06/2013 18:10:08	210	PETICAO OFICIO DOCUMENTO RECEBIDAO EM SECRETARIA	
20/05/2013 17:23:07	179	INTIMACAO NOTIFICACAO PELA IMPRENSA PUBLICADO SENTENCA	DATA20052013
08/05/2013 11:38:00	178	INTIMACAO NOTIFICACAO PELA IMPRENSA PUBLICACAO REMETIDA IMPRENSA SENTENCA	BOL 24 PUBLICAÇÃO PREVISTA 20052013
18/04/2013 15:59:34	176	INTIMACAO NOTIFICACAO PELA IMPRENSA ORDENADA PUBLICACAO SENTENCA	
18/04/2013 15:59:24	204	OFICIO DEVOLVIDO COMPROVANTE ENTREGA EFETIVADA	
18/04/2013 15:59:14	204	OFICIO REMETIDO CENTRAL	
15/04/2013 18:57:26	204	OFICIO EXPEDIDO	
12/04/2013 13:41:57	204	OFICIO ORDENADA EXPEDICAO	
12/04/2013 13:41:25	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
12/04/2013 13:41:15	155	DEVOLVIDOS C SENTENCA C EXAME DO MERITO PEDIDO IMPROCEDENTE	
05/07/2012 13:47:42	137	CONCLUSOS PARA SENTENCA	
24/05/2012 13:27:14	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	NO ESC DE RÉPLICA
17/05/2012 14:37:31	126	CARGA RETIRADOS AGU	REMESSA PREPARADA PARA ENVIO UFPRAZO CONTADO A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL DO ENVIO INTERESSADOAGU DATA DEVOLUÇÃO25052012
11/05/2012 18:47:51	185	INTIMACAO NOTIFICACAO VISTA ORDENADA AGU	
11/05/2012 15:23:34	210	PETICAO OFICIO DOCUMENTO JUNTADO	
30/04/2012 11:25:35	210	PETICAO OFICIO DOCUMENTO RECEBIDAO EM SECRETARIA	
20/04/2012 09:17:57	185	INTIMACAO NOTIFICACAO VISTA ORDENADA AUTOR OUTROS	
20/04/2012 09:17:54	178	INTIMACAO NOTIFICACAO PELA IMPRENSA PUBLICACAO REMETIDA IMPRENSA DESPACHO	
20/03/2012 12:45:35	178	INTIMACAO NOTIFICACAO PELA IMPRENSA PUBLICACAO REMETIDA IMPRENSA ATO ORDINATORIO	BOL 17 PUBLICAÇÃO PREVISTA 20042012
11/01/2012 17:19:39	176	INTIMACAO NOTIFICACAO PELA IMPRENSA ORDENADA PUBLICACAO ATO ORDINATORIO	
11/01/2012 17:17:27	225	REPLICA APRESENTADA	
19/12/2011 14:02:58	210	PETICAO OFICIO DOCUMENTO JUNTADO	
07/12/2011 17:33:50	210	PETICAO OFICIO DOCUMENTO RECEBIDAO EM SECRETARIA	
07/12/2011 17:17:27	182	INTIMACAO NOTIFICACAO PELA SECRETARIA REALIZADA CERTIFICADA ATO ORDINATORIO	FLS 987
25/11/2011 16:40:54	176	INTIMACAO NOTIFICACAO PELA IMPRENSA ORDENADA PUBLICACAO ATO ORDINATORIO	
25/11/2011 16:40:48	218	RECEBIDOS PELO DIRETOR SECRETARIA PARA ATO ORDINATORIO	
17/11/2011 16:37:17	210	PETICAO OFICIO DOCUMENTO RECEBIDAO EM SECRETARIA	

Data	Cod	Descrição	Complemento
25/10/2011 14:32:07	185	INTIMACAO NOTIFICACAO VISTA ORDENADA REU OUTROS	
25/10/2011 14:30:26	128	CARTA PRECATÓRIA JUNTADA	CUMPRIDA EMPRESA DE COM PRINCESA DO VALE LTDA
25/10/2011 14:02:56	128	CARTA PRECATORIA DEVOLVIDA PELO DEPRECADO	
03/10/2011 10:19:00	204	OFICIO ORDENADA EXPEDICAO	ESC 1282
17/08/2011 12:29:42	128	CARTA PRECATORIA EXPEDIDA	CP Nº 1052011 COMARCA DE BLUMENAU SC VIA SIREC PROTOCOLO Nº 201100336 DATA DEVOLUÇÃO 17/10/2011
05/07/2011 12:31:59	128	CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO	
05/07/2011 12:31:53	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
05/07/2011 12:31:43	154	DEVOLVIDOS C DESPACHO	
28/06/2011 16:10:20	137	CONCLUSOS PARA DESPACHO	
27/06/2011 09:28:00	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	ANALISE PRIORITARIA
24/06/2011 15:15:09	210	PETICAO OFICIO DOCUMENTO RECEBIDAO EM SECRETARIA	
10/06/2011 13:00:13	176	INTIMACAO NOTIFICACAO PELA IMPRENSA ORDENADA PUBLICACAO DESPACHO	
12/05/2011 12:03:11	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
11/05/2011 18:02:57	154	DEVOLVIDOS C DESPACHO	
30/03/2011 17:20:20	137	CONCLUSOS PARA DESPACHO	
27/01/2011 13:42:23	225	REPLICA APRESENTADA	
15/12/2010 17:38:14	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
13/12/2010 10:56:21	210	PETICAO OFICIO DOCUMENTO RECEBIDAO EM SECRETARIA	ESC0405
26/11/2010 09:36:34	185	INTIMACAO NOTIFICACAO VISTA ORDENADA AUTOR OUTROS	
26/11/2010 09:36:27	179	INTIMACAO NOTIFICACAO PELA IMPRENSA PUBLICADO DESPACHO	
24/11/2010 13:49:00	178	INTIMACAO NOTIFICACAO PELA IMPRENSA PUBLICACAO REMETIDA IMPRENSA DESPACHO	PUBLICACAO PREVISTA PARA 26/11/2010
17/11/2010 13:22:46	176	INTIMACAO NOTIFICACAO PELA IMPRENSA ORDENADA PUBLICACAO DESPACHO	
17/11/2010 13:22:42	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
12/11/2010 09:00:20	126	CARGA RETIRADOS AGU	INTERESSADO AGU DATA DEVOLUÇÃO 05/12/2010
08/11/2010 11:18:24	185	INTIMACAO NOTIFICACAO VISTA ORDENADA AGU	
08/11/2010 11:18:01	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
03/11/2010 18:00:00	154	DEVOLVIDOS C DESPACHO	
21/10/2010 11:30:13	137	CONCLUSOS PARA DESPACHO	
15/10/2010 09:04:04	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	ANALISE PRIORITARIA
11/10/2010 17:06:00	210	PETICAO OFICIO DOCUMENTO RECEBIDAO EM SECRETARIA	ESCANINHO ZERO
11/10/2010 17:05:56	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
04/10/2010 16:19:27	126	CARGA RETIRADOS AGU	INTERESSADO DATA DEVOLUÇÃO 03/12/2010
04/10/2010 16:18:59	185	INTIMACAO NOTIFICACAO VISTA ORDENADA REU OUTROS	
04/10/2010 16:18:53	135	CITACAO POR OFICIAL MANDADO DEVOLVIDO CUMPRIDO	

Data	Cod	Descrição	Complemento
13/09/2010 16:39:45	135	CITACAO POR OFICIAL MANDADO REMETIDO CENTRAL	
13/09/2010 14:45:14	135	CITACAO POR OFICIAL MANDADO EXPEDIDO	
13/09/2010 14:22:41	184	INTIMACAO NOTIFICACAO POR OFICIAL AGUARDANDO EXPEDICAO MANDADO	
13/09/2010 14:22:35	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
13/09/2010 14:22:03	153	DEVOLVIDOS C DECISAO TUTELA ANTECIPADA DEFERIDA	DECISÃO Nº 4172010
03/09/2010 17:03:42	137	CONCLUSOS PARA DECISAO	
03/09/2010 16:31:08	170	INICIAL AUTUADA	
03/09/2010 14:13:54	223	REMETIDOS VARA PELA DISTRIBUICAO	
03/09/2010 10:20:09	2	DISTRIBUICAO AUTOMATICA	

**Publicação
Inteiro Teor**

Sequencial	Descrição do Documento	Data de Inclusão	Visualizar*
1	Sentença	12/04/2013 13:36:07	visualizar
3	Sentença	12/04/2013 13:36:16	visualizar

PROCESSUAL / FÍSICO / N

Emitido pelo site www.trf1.jus.br em 17/08/2017 às 15:34:28 Consulta respondida em 0,167 segundos
Este serviço tem caráter meramente informativo, portanto, SEM cunho oficial.
Edifício Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores
CEP: 70070-900 | Brasília/DF
Aguarde...



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 03.854.641/0001-00
NOME EMPRESARIAL: EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA - ME
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	SAMUEL PAPELBAUM
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 17/08/2017 às 14:58 (data e hora de Brasília).

Voltar



Preparar Página
para Impressão



Superior Tribunal de Justiça

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) AGRADO DE INSTRUMENTO nº 647343/RS, do(a) qual é Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro LUIZ FUX e no qual figuram, como AGRAVANTE, EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A, advogados(as) CLARICE MELLO GUIMARÃES MAUTONE E OUTRO(S) (RS017212) e, como AGRAVADO, FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA, advogados(as) EDGAR CANABARRO DE LEMOS (RS006565), constam as seguintes fases: em 15 de Dezembro de 2004, PROCESSO DISTRIBUÍDO AUTOMATICAMENTE EM 15/12/2004 - MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA; em 16 de Dezembro de 2004, CONCLUSÃO AO(À) MINISTRO(A) RELATOR(A) - PELA SACE; em 20 de Abril de 2005, DECISÃO DO MINISTRO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO AGRADO AGUARDANDO PUBLICAÇÃO (PREVISTA PARA 28/04/2005); em 28 de Abril de 2005, DECISÃO DO MINISTRO RELATOR PUBLICADA NO DJ DE 28/04/2005; em 02 de Maio de 2005, MANDADO DE INTIMAÇÃO COM O CIENTE DO REPRESENTANTE DO(A) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM 28/04/2005 ARQUIVADO NESTA COORDENADORIA; em 18 de Maio de 2005, DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO; em 18 de Maio de 2005, PROCESSO ENCAMINHADO À SEÇÃO DE PROTOCOLO JUDICIAL PARA BAIXA DEFINITIVA A(O) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; em 20 de Maio de 2005, PROCESSO BAIXADO A(AO) TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO GRANDE DO SUL - GUIA Nº 6523. Certifica, por fim, que o assunto tratado no mencionado processo é: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO, Atos Administrativos, Infração Administrativa, Multas e demais Sanções.

Certidão gerada via internet com validade de 30 dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:

Número da Certidão: **1952646**

Código de Segurança: **96F6.457C.3FFD.368**

Data de geração: **17 de Agosto de 2017, às 18:44:00**

Certidão de número 1952646, de código de segurança 96F6.457C.3FFD.368, gerada em 17/08/2017 18:44:00. Página 1 de 1

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 19006/2017/SEI-MCTIC

Nº do Processo: **53790.000408/2000-05**
Interessado: **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**
Nº de Processo Piloto: **Processo Piloto 53000.003488/2000-00**
Assunto: **Homologação - Exigência - São Lourenço do Sul/RS**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de instrução processual, com vistas à possível homologação da Concorrência nº 099/2000 SSR-MC, relativa à outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **São Lourenço do Sul**, Estado de Rio Grande do Sul, e consequente adjudicação do seu objeto à **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**

ANÁLISE

2. Da análise do processo, verificou-se que, em razão de pesquisas realizadas nos sítios eletrônicos do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Federal da Primeira Região e do Tribunal Federal da Região afeta à localidade licitada, bem como do Tribunal de Justiça Estadual da localidade da sede, em primeiro e segundo graus de jurisdição, contendo a denominação da entidade vencedora, a **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.**, e o nome de seus sócios, foi encontrada ação judicial em trâmite, razão pela qual se requereu o encaminhamento de certidão de objeto e pé para instrução processual por meio do Ofício nº 20457/2014/SEI-MC.

3. Ocorre que, após revisão verificou-se que a ação judicial em tramitação no TRF1, 0041817-15.2010.4.01.3400, trata-se de assunto pertinente à Concorrência nº 098/2000, cujo tratamento foi dado por meio do processo nº 53000.003487/2000-57, salvo melhor entendimento.

4. Contudo, diante da instrução dos autos, foi realizada consulta ao CNPJ da empresa no sítio eletrônico da Receita Federal e observa-se no Quadro de Sócios e Administradores - QSA o nome de Fernando Antônio Fernandes Ferreira constando do quadro societário da empresa. Em cumprimento à Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1, de 3 de novembro de 2004, foi realizada pesquisa **por nome** no sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça, e localizada a ação judicial **AG nº 647343/RS**, razão pela qual se faz necessário apresentar Certidão de Objeto e Pé a esta Pasta.

5. Por fim, destaca-se que a homologação é ato jurídico que ratifica as condições assumidas pela licitante diante da habilitação e garante que estas permaneceram imaculadas durante todo o procedimento licitatório, a fim de garantir a sua validade perante a lei. Por conseguinte, diante do lapso temporal e em observância aos termos previstos no Edital e na legislação conexa, se faz necessário que sejam apresentados os documentos para instrução processual, com vistas à homologação do certame, quais sejam:

	DOCUMENTO	FUNDAMENTO
1	Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão, bem assim, no caso de sociedade por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	Decreto nº 52.795/1963. Art. 15, §1º, “a” Lei 10.610/2002. Art. 2º CF/88. Art. 222. Caput e §1º
2	Certidão de Objeto e Pé da Junta Comercial devidamente atualizada.	Art. 55, XIII da Lei 8.666/93 Art. 38, alíneas “b” e “c” da Lei nº 4.117/62.
3	Declaração firmada pela proponente e por seus dirigentes de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço, na localidade objeto do edital; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.	Decreto nº 52.795/1963. Art. 15, §1º, “c” e §5º, “d”. Decreto-Lei nº 236/2967. Art. 12.
4	Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou balanço de abertura, quando ainda não houver completado um exercício fiscal.	Decreto nº 52.795/1963. Art. 15, §2º, “a”.
5	Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	Decreto nº 52.795/1963. Art. 15, §2º, “b”.
	Declaração firmada pela	

6	proponente de que não possui sócio que integra o quadro social de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da contratação e em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;	Decreto nº 52.795/1963. Art. 15, §1º, "c" Decreto-Lei nº 236/2967. Art. 12.
7	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ relativo à sede da entidade.	Decreto nº 52.795/1963. Art. 15º, §3º, "a" e "b"
8	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social	Decreto nº 52.795/1963. Art. 15º, §3º, "c". Artigo 195 da Constituição da República.
9	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Decreto nº 52.795/1963. Art. 15º, §3º, "c"
10	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, da entidade e de todos os sócios, do endereço de cada um e do local da outorga, bem como certidões de protestos de títulos dos sócios. No caso de haver Certidões Positivas, requer-se a(s) Certidão(ões) de Objeto e Pé da ação(ões) judicial(is) respectiva(s)	Decreto nº 52.795/1963. Art. 15º, §5º, "b"
11	Prova do cumprimento das obrigações eleitorais dos sócios mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral	Decreto nº 52.795/1963. Art. 15º, §4º, "c"

12	Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual, Distrital e Municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	Decreto nº 52.795/1963. Art. 15º, §3º, "d"
13	Declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990".	Lei nº 4.117/62 Art. 38,"j"
14	Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio se a localidade, objeto da concessão ou permissão, estiver situada em Faixa de Fronteira;	Decreto nº 52.795/1963. Art. 15º, §1º, "b" Lei nº 6.634/79
15	Certidão de Objeto e Pé em nome de Fernando Antônio Fernandes Ferreira: AG nº 647343/RS	Decreto nº 52.795/1963. Art. 15º, §2º, "f"

CONCLUSÃO

6. Assim sendo, opinamos pela notificação da entidade interessada, com vistas à apresentação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do correspondente ofício, dos documentos listados acima, **em original ou cópia autenticada**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital que rege a presente Concorrência, bem como na legislação pertinente.

ANDIARA ALVES DE SOUSA

Membro Permanente

Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão

À consideração superior.

De acordo. Proceda-se conforme o sugerido.

LUCIANA NÓBREGA BRAZ



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Nobrega Braz, Vice-Presidente da Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão**, em 18/08/2017, às 15:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Andiara Alves de Sousa, Membro Permanente da Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão**, em 21/08/2017, às 15:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2143032** e o código CRC **96F94B37**.

Minutas e Anexos

Referência: Processo nº 53790.000408/2000-05

SEI nº 2143032



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 100-B
CEP 70044-900 -Brasília - DF.
Fone: (61) 2027-6000

Ofício nº 36314/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor
Representante Legal da
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.
Av. Lageado nº 1.300 - Petrópolis
90.460-110- Porto Alegre/RS

Assunto: **Encaminha Cópia de Nota Técnica, com vistas à apresentação de documentos instrutórios para homologação do certame, relativo à outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Lourenço do Sul/RS**

Referência: **Processo nº 53790.000408/2000-05. Concorrência nº 099/2000**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, encaminho cópia da **Nota Técnica nº 19006/2017/SEI-MCTIC** (SEI nº2143032), com vistas à instrução do processo em destaque, nos termos da legislação vigente.
2. Para tanto, estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento deste ofício, comprovado pelo AR postal, para apresentação, **em original ou cópia autenticada**, da documentação exigida, devendo constar do respectivo expediente de resposta, os números do presente Ofício e do Processo em referência.

Atenciosamente,

LUCIANA NÓBREGA BRAZ

Vice Presidente

Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Nobrega Braz, Vice-Presidente da Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão**, em 18/08/2017, às 15:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2143274** e o código CRC **E23C3D16**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 36314/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53790.000408/2000-05 - Nº SEI: 2143274

OF: 36314/2017/SEI-MCTIC
Ao (À) Senhor(a)
Representante Legal da
Empresa de Comunicação do Sul Ltda.
Av. Lageado, nº 1.300 - Petrópolis
90.460-110-Porto Alegre/RS
PROC.: 53790.000408/2000-05



**A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.**

Processo nº 53790.000408/2000-05

Concorrência 099/2000-SSR-MC

Assunto: Cumprimento total da Nota Técnica nº 19006/2017/SEI-MCTIC.

**Referência: Outorga de autorização para execução de serviço de radiodifusão
sonora em frequência modulada na localidade de São Lourenço do Sul, RS.**

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., já devidamente qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, vem, respeitosamente, por seu advogado, à presença desta Comissão, em atenção à Nota Técnica nº 19006/2017/SEI-MCTIC, requerer a juntada dos seguintes documentos, em anexo:

- 1 – CONTRATO SOCIAL e 1ª ALTERAÇÃO registrados conforme legislação em vigor;
- 2 – CERTIDÃO de objeto e pé da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul;
- 3 – DECLARAÇÕES firmadas pelo proponente na forma da legislação em vigor para fins de outorga de permissão;
- 4 – CERTIDÃO negativa de falência e concordata;
- 5 – Inscrição no CNPJ;
- 6 – CERTIDÕES negativas federal, estadual, municipal e de débitos trabalhistas;
- 7 – RG e quitação eleitoral dos sócios



– DO ASSENTIMENTO PRÉVIO

Nos termos do disposto no art. 15, §2º, inciso VII do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017, a empresa autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, conforme documento anexo e, desde já, requer seu processamento desta forma.

- DO BALANÇO

A empresa deixa de apresentar o balanço e demonstrações contábeis do último exercício uma vez que está inativa aguardando a outorga da permissão para início das atividades econômicas conforme documentação acostada.

Diante do exposto e tendo em vista as alterações inseridas do Regulamento de Serviços de Radiodifusão em virtude da entrada em vigor do Decreto nº 9.138, de 2017, a peticionária deixa de apresentar documentos que deixaram de ser exigidos, mas fica à disposição desta Pasta para quaisquer outras informações ou documentos que se façam necessários à instrução processual.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília, 27 de setembro de 2017.



ÉDIO HENRIQUE DE A. J. E AZEVEDO
OAB/DF 34.272

CONTRATO SOCIAL

(1) **SIMON GUERCHON**, brasileiro, casado, economista, CPF 037.833.677-00, RG nº 01.817.272-6, expedida pelo IFP/RJ, com endereço profissional na Av. Almirante Barroso nº 52 - 11º andar, no Rio de Janeiro - RJ, e

(2) **SAMUEL PAPELBAUM**, brasileiro, casado, engenheiro, CPF 019.645.777-72, RG nº 1.856.821-4, expedida pelo IFP/RJ, com endereço profissional na Av. Almirante Barroso nº 52 - 11º andar, no Rio de Janeiro - RJ,

ambos, neste ato, representados por seu procurador **ISAAC NEWTON CASTIEL MENDA**, brasileiro, casado, advogado, CPF 002.074.620-20, inscrito na OAB/RS sob o nº 8551,

resolvem de comum e mútuo acordo instituir uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, mediante as cláusulas a seguir enumeradas:

I - DENOMINAÇÃO, TIPO, FINS, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º: A sociedade girará sob a denominação de **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.**, com o tipo jurídico de sociedade por cotas de responsabilidade limitada.

Art. 2º - A sociedade terá como atividade principal a prestação de Serviços de Radiodifusão e ainda, a instalação e exploração de serviços de telecomunicações de qualquer natureza, podendo, ainda, participar como sócia em outras sociedades.

Art. 3º: A sociedade terá sua sede e foro na Avenida Carlos Gomes nº 551, sala 1001, parte, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, podendo abrir filiais em todo o território nacional.

Art. 4º: A sociedade terá a sua duração por tempo indeterminado.

II - CAPITAL E COTAS

Art. 5º O capital da sociedade é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) cotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo totalmente integralizado neste ato, em moeda corrente nacional, assim distribuído entre os cotistas:

COTISTAS	COTAS	VALOR R\$
Samuel Papelbaum	19.000	19.000,00
Simon Guerchon	1.000	1.000,00
TOTAL	20.000	20.000,00

Art. 6º: A responsabilidade de cada cotista é limitada ao total do capital social.

III - ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Art. 7º: A Sociedade será administrada pelo cotista **SAMUEL PAPELBAUM**, denominado de Sócio-Gerente, podendo praticar todos os atos de administração e gerência.

Art. 8º: O Sócio-Gerente poderá nomear procuradores ou mandatários para fins específicos e, em qualquer hipótese o mandato não terá prazo de validade superior a 1 (um) ano, salvo para as procurações com finalidade de representação judicial.

Art. 9º: O Sócio-Gerente fica autorizado a adquirir e alienar bens imóveis.

Art. 10: O Sócio-Gerente perceberá remuneração que for fixada pela maioria do capital social.

Art. 11: As alterações contratuais dependerão para sua validade e efetivação da prévia aprovação da maioria do capital social.

IV - EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 12: O exercício social se encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que se procederá ao balanço geral para apuração do resultado.

§ 1º: Poderá a sociedade proceder o levantamento de balanços intermediários para distribuição antecipada de lucros.

§ 2º: Os eventuais prejuízos em balanços anuais serão mantidos em suspenso, a fim de compensá-los com lucros futuros.

V - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

Art. 13: As cotas de capital são indivisíveis e sua transferência a terceiros só poderá ser efetuada depois de assegurado aos demais cotistas o direito de preferência.

§ 1º: O cotista interessado na alienação de suas cotas deverá estipular o preço e comunicar, por escrito, aos demais cotistas seu interesse, dando o prazo de 30 dias para manifestação.

§ 2º: No final do prazo acima indicado e não havendo interesse de qualquer cotista em adquirir as cotas, o cotista interessado poderá alienar suas cotas a terceiros, desde que o preço não seja inferior ao estipulado.

Art. 14: É livre a cessão ou transferência de cotas entre os cotistas; todavia, estas não poderão, em qualquer hipótese, gravá-las a estranhos à sociedade.

VI - RETIRADA E INTERDIÇÃO DE COTISTA

Art. 15: Na hipótese de extinção ou retirada de qualquer dos cotistas a sociedade continuará, podendo admitir como cotistas os legítimos sucessores do extinto ou retirado com a cota de capital que aquele ou este tinha na sociedade.

Art. 16: Caso a maioria do capital remanescente não deseje admitir os legítimos sucessores do extinto ou retirado, ou não haja interesse destes sucessores em participar da sociedade, a apuração do capital será com base no último balanço da sociedade, com o patrimônio líquido corrigido até a data da efetiva transferência de cotas, e os haveres pagos em 12 parcelas, vencendo-se a primeira após a homologação da partilha ou interdição e as demais de 30 em 30 dias, corrigidas monetariamente pelo índice que melhor expressar a inflação oficial.

VII - TRANSFORMAÇÃO E EXTINÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 17: A sociedade poderá ter alterado o tipo jurídico ou ser extinta, a qualquer tempo, por deliberação dos cotistas representando a totalidade do capital social.

VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18: Os casos omissos neste instrumento de contrato social serão regidos pela legislação em vigor.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, todas de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, o ratificam, aceitam e se obrigam, por si e por seus legítimos herdeiros e sucessores a bem fielmente cumpri-la.

Os cotistas declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer as atividades mercantis.

Porto Alegre, 19 de abril de 2000.

p.p. SAMUEL PAPELBAUM

p.p. SIMON GUERCHON

Testemunhas:

EDUARDO TURKIEVICZ
CPF 705.798.730-72
RG-SSP/RS 1025956848

FERNANDA CHAVES DA SILVA
CPF 897.987.166-00
RG-SSP/RS 2059814313

Visto: ISAAC NEWTON CASTIEL MENDA
OAB/RS 8.551

contrato social

SERVICO PUBLICO FEDERAL
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

7.4.10

JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 06/06/2000
SOB O NÚMERO:
43204446959

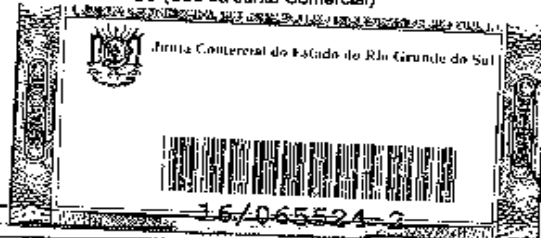
Protocolo: 00/077282-8

KAREN STALLBAUM
SECRETÁRIA-GERAL



Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) Código da Natureza Jurídica Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

43204446959

2062

1 - REQUERIMENTO

ILMO. SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOME: EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

25 FEV 2016
17 MAR 2016

Nº FCN/RE



RS2201600820258

Nº DE VÍCIO	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
3	021	1	1	ALTERAÇÃO
	051	1	1	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
				CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

PORTO ALEGRE - RS

Local

Nome: FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA

Telefone de Contato: (51) 3019-1727

Assinatura:

22 Fevereiro 2016

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICO O REGISTRO EM: 24/03/2016 SOB Nº: 4252193

Protocolo: 16/065524-2, DE 25/02/2016

Empresa: 43 2 0444695 9
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL
LTDA

JOSÉ TADEU JACOBY
SECRETÁRIO GERAL

☐ NÃO 25 FEV 2016

Data

Responsável

☐ NÃO 08 MAR 2016

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☒ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



24 MAR 2016

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES

RS 48 64 39 09 - 03. 254. 641. 000. 100

Amanda

A Junta Comercial do Estado do Rio Grande Do Sul certifica que o documento protocolizado sob o nº 16/065524-2, referente à empresa EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA, NIRE 4320444695-9, foi deferido e arquivado sob o nº 4252193, em 24/03/2016. A validação deste documento poderá ser feita no site desta Junta Comercial - <http://www.jucergs.rs.gov.br/>, informe o nº do protocolo e sua chave de segurança TWOIN. Este documento foi autenticado e assinado digitalmente em 28/03/2016 às 16:12, por Jose Tadeu Jacoby - Secretário Geral.

Petição (2253802)

SEI 01250.059761/2017-45 / pg. 6

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.
Av. Carlos Gomes, n.º651, 1001 bairro Auxiliadora, em ~~Porto Alegre~~ **Porto Alegre, RS, CEP: 90480-003.**
CNPJ 03.854.641/0001-00 E NIRE Nº ~~43204446959~~ **43204446959**

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, **SIMON GUERCHON**, brasileiro, casado, economista, CPF 037.833.677-00, RG n.º 01.817.272-6, expedida pelo IFP/RJ, com endereço profissional na Av. Almirante Barroso n.º 52 - 11º andar, no Rio de Janeiro - RJ; e **SAMUEL PAPELBAUM**, brasileiro, casado, engenheiro, CPF 019.645.777-72, RG n.º 1.656.821-4, expedida pelo IFP/RJ, com endereço profissional na Av. Almirante Barroso n.º 52 - 11º andar, no Rio de Janeiro - RJ; únicos sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada denominada "**EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.**", inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.854.641/0001-00, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o n.º **43204446959**, resolvem, em comum acordo, promover a **1ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**, de acordo com as disposições da Lei n.º 10.406/2002, bem como nos termos das cláusulas e condições seguintes:

1.1. O sócio **SIMON GUERCHON**, já qualificado, resolve se retirar da sociedade, e por isso, transfere por venda a totalidade de suas 1.000 (uma mil) quotas, avaliadas no valor total de R\$ 1,00 (um real), neste ato, dando plena, geral e irrestrita quitação, em favor de **FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador do RG n.º 1003167721, expedido pela SSP/RS, inscrito no CPF sob o n.º 199.867.180-15, residente e domiciliado em Porto Alegre/RS, na Av. Lageado, n.º 1300, apto. 401, Petrópolis, CEP 90460-110; e

1.2. O sócio **SAMUEL PAPELBAUM**, já qualificado, vende neste ato, 9.000 (nove mil) quotas, avaliadas no valor total de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), em favor do sócio admitido por esta alteração, **FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA**.

1.3. Após a retirada do sócio **SIMON GUERCHON** e cessão das quotas, o capital social, avaliado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e dividido em 20.000 (vinte mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, fica assim distribuídas entre os sócios:

COTISTAS	COTAS	VALOR R\$
Samuel Papelbaum	10.000	10.000,00
Fernando Antônio Fernandes Ferreira	10.000	10.000,00
TOTAL	20.000	20.000,00

1.4. A sociedade passará a ser administrada exclusivamente pelo sócio Fernando Antônio Fernandes Ferreira, a quem caberá a prática de todos os atos de administração e gerência.

1.5. O sócio administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

1.6. A empresa passa a ter sede na Av. Lageado, n.º 1300, bairro Petrópolis, em Porto Alegre, RS, CEP: 90460-110.

Nada mais havendo para ser alterado, consolidam as partes o presente Contrato Social, consoante cláusulas e condições a seguir:

JUCERGS

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

- (1) **SAMUEL PAPELBAUM**, brasileiro, casado, engenheiro, CPF 019.645.777-72, RG nº. 1.656.821-4, expedida pelo IFRJ, com endereço profissional na Av. Almirante Barroso nº. 52 - 11º andar, no Rio de Janeiro - RJ, e
- (2) **FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador do RG nº 1003167721, expedido pela SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº 199.867.180-15, residente e domiciliado em Porto Alegre/RS, na Av. Lageado, n.º 1300, apto. 401, bairro Petrópolis, CEP 90460-110; e

resolvem de comum e mútuo acordo instituir a **CONSOLIDAÇÃO DO PRESENTE CONTRATO SOCIAL**, que regerà pelas disposições da Lei nº 10.406/2002, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

I - DENOMINAÇÃO, TIPO, FINS, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º: A sociedade girará sob a denominação de **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.**, com o tipo jurídico de sociedade por cotas de responsabilidade limitada.

Art. 2º - A sociedade terá como atividade principal a prestação de Serviços de Radiodifusão e ainda, a instalação e exploração de serviços de telecomunicações de qualquer natureza, podendo, ainda, participar como sócia em outras sociedades.

Art. 3º: A sociedade terá sua sede e foro na Av. Lageado, n.º 1300, bairro Petrópolis, em Porto Alegre, RS, CEP: 90460-110, podendo abrir filiais em todo o território nacional.

Art. 4º: A sociedade terá a sua duração por tempo indeterminado.

II- CAPITAL E COTAS

Art. 5º O capital da sociedade é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) cotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo totalmente integralizado neste ato, em moeda corrente

COTISTAS	COTAS	VALOR R\$
Samuel Papelbaum	10.000	10.000,00
Fernando Antônio Fernandes Ferreira	10.000	10.000,00
TOTAL	20.000	20.000,00

nacional, assim distribuído entre os cotistas:

Art. 6º: A responsabilidade de cada cotista é limitada ao total do capital social.

III- ADMINISTRAÇÃO

Art. 7º: A Sociedade será administrada pelo sócio Fernando Antônio Fernandes Ferreira, denominado de Sócio Gerente, podendo praticar todos os atos de administração e gerência.

Parágrafo único: O sócio administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

Art. 8º: O Sócio-Gerente poderá nomear procuradores ou mandatários para fins específicos e, em qualquer hipótese o mandato não terá prazo de validade superior a 1 (um) ano, salvo para as procurações com finalidade de representação judicial.

Art. 9º: O Sócio-Gerente fica autorizado a adquirir e alienar bens imóveis.

Art. 10: O Sócio-Gerente perceberá remuneração que for fixada pela maioria do capital social.

Art. 11: As alterações contratuais dependerão para sua validade e efetivação da prévia aprovação da maioria do capital social.

IV - EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 12: O exercício social se encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que se procederá ao balanço geral para apuração do resultado.

§ 1º: Poderá a sociedade proceder o levantamento de balanços intermediários para distribuição antecipada de lucros.

§ 2º: Os eventuais prejuízos em balanços anuais serão mantidos em suspenso, a fim de compensá-los com lucros futuros.

V - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

Art. 13: As cotas de capital são indivisíveis e sua transferência a terceiros só poderá ser efetuada depois de assegurado aos demais cotistas o direito de preferência.

§ 1º: O cotista interessado na alienação de suas cotas deverá estipular o preço e comunicar, por escrito, aos demais cotistas seu interesse, dando o prazo de 30 dias para manifestação.

§ 2º: No final do prazo acima indicado e não havendo interesse de qualquer cotista em adquirir as cotas, o cotista interessado poderá alienar suas cotas a terceiros, desde que o preço não seja inferior ao estipulado.

Art. 14: É livre a cessão ou transferência de cotas entre os cotistas; todavia, estes não poderão, em qualquer hipótese, gravá-las a estranhos à sociedade.

VI - RETIRADA E INTERDIÇÃO DE COTISTA

Art. 15: Na hipótese de extinção ou retirada de qualquer dos cotistas a sociedade continuará, podendo admitir como cotistas os legítimos sucessores do extinto ou retirado com a cota de capital que aquele ou este tinha na sociedade.

Art. 16: Caso a maioria do capital remanescente não deseje admitir os legítimos sucessores do extinto ou retirado, ou não haja interesse destes sucessores em participar da sociedade, a apuração do capital será com base no último balanço da sociedade, com o patrimônio líquido corrigido até a data da efetiva transferência de cotas, e os haveres pagos em 12 parcelas, vencendo-se a primeira após a homologação da partilha ou interdição e as demais de 30 em 30 dias, corrigidas monetariamente pelo índice que melhor expressar a inflação oficial.

VII - TRANSFORMAÇÃO E EXTINÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 17: A sociedade poderá ter alterado o tipo jurídico ou ser extinta, a qualquer tempo, por deliberação dos cotistas representando a totalidade do capital social.

VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18: Os casos omissos neste instrumento de contrato social serão regidos pela legislação em vigor.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, todas de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, o ratificam, aceitam e se obrigam, por si e por seus legítimos herdeiros e sucessores a bem fielmente cumpri-lo.

Os cotistas declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer as atividades mercantis.

Porto Alegre/RS, 17 de dezembro de 2015.

SÓCIOS:

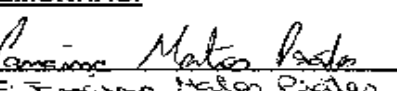

SAMUEL PAPELBAUM

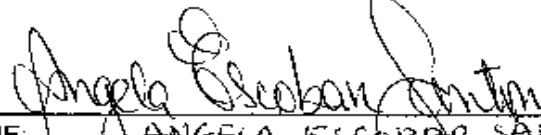

FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA

SÓCIO RETIRANTE:


SIMON GUERCHON

TESTEMUNHAS:


NOME: Simone Helen Pichon
RG/CPF: 107.561.604 3 SSP/RS
983369720-68



NOME: ANGELA ESCOBAR SANTINI
RG/CPF: 1010916755 / 293438280-04

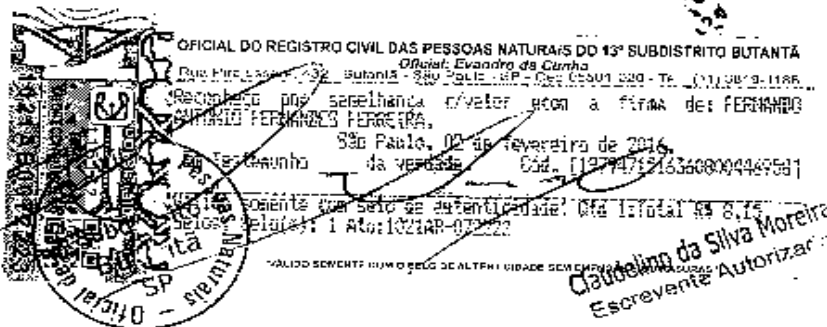
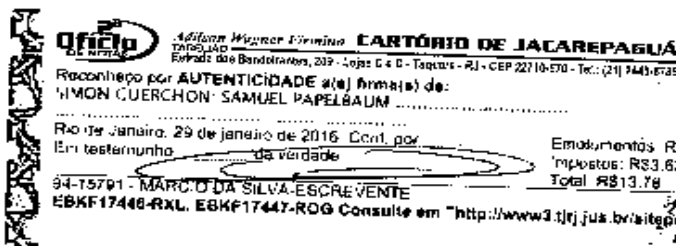
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICO O REGISTRO EM: 24/03/2016 SOB Nº: 4252193

Protocolo: 16/065524-2, DE 25/02/2016

Empresa: 43 2 0444695 9
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL
LTDA


JOSÉ TADEU JACOBY
SECRETÁRIO-GERAL





CERTIDÃO ESPECÍFICA

Página: 1 / 1

Nome Empresarial:

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA

NIRE: 43 2 0444695-9

CNPJ: 03.854.641/0001.00

Arquivamentos Posteriores

Evento	Número	Data	Descrição
090	43204446959	06/06/2000	CONTRATO
021	4252193	24/03/2016	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
051	4252193	24/03/2016	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

Verifique a validade da certidão, acessando o site da JUCISRS no endereço <http://www.jucis.rs.gov.br>, na opção Confirmação da Autenticidade, informando o número do protocolo abaixo.

NÚMERO DO PROTOCOLO



179432036


PORTO ALEGRE - RS, 27 de Setembro de 2017 às 14h 35min


Cleverton Signor
SECRETÁRIO-GERAL

AUTORIZAÇÃO PARA FINS DE PROCESSAMENTO DE ASSENTIMENTO PRÉVIO

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº **03.854.641/0001-00**, com sede na Av. Lageado, nº 1300, bairro Petrópolis, em Porto Alegre, RS, CEP **90.460-110**, representada neste ato por seu sócio administrador, o Sr. **FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador do RG nº 1003167721, expedido pela SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº 199.867.180-15, residente e domiciliado em Porto Alegre/RS, na Av. Lageado, nº 1300, apto. 401, bairro Petrópolis, CEP 90460-110, **A U T O R I Z A** o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, a em seu nome **REQUERER E PROCESSAR O ASSENTIMENTO PRÉVIO JUNTO AO ÓRGÃO COMPETENTE**, como parte do procedimento de concessão da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de São Lourenço do Sul, RS, nos termos do art. 15, § 2º, inciso VII, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017.

Porto Alegre, RS, 11 de setembro de 2017.


EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.
FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA

DECLARAÇÕES PARA FINS DE OUTORGA DE CONCESSÃO

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº **03.854.641/0001-00**, com sede na Av. Lageado, nº 1300, bairro Petrópolis, em Porto Alegre, RS, CEP **90.460-110**, representada neste ato por seu sócio administrador, o Sr. **FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador do RG nº 1003167721, expedido pela SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº 199.867.180-15, residente e domiciliado em Porto Alegre/RS, na Av. Lageado, nº 1300, apto. 401, bairro Petrópolis, CEP 90460-110, **a fim de instruir procedimento de outorga de permissão para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de São Lourenço do Sul, AC**, nos termos do art. 15, § 2º do Decreto nº 52.795, de 1963, **D E C L A R A M**, para os fins de direito e sob as penas da Lei,

- a **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.** possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;

- não há parcela superior a trinta por cento do capital social total e votante que seja detida, direta, indiretamente, ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos do § 1º do art. 5º da Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011;

- nenhum dos dirigentes da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previsto no art. 1º, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64/1990.

- a **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.** e seus sócios e diretores não possuem autorização para explorar o mesmo tipo de serviço no município de São Lourenço do Sul, estado do Rio Grande do Sul, e que não excedem ou excederão os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venham a ser contemplados com a outorga;



- os sócios e dirigentes da **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.** não participam da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.
- os dirigentes não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial
- a **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.** não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- a **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.** cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- a **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.** não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- a **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.** autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, uma vez que São Lourenço do Sul, RS, está situada na faixa de fronteira;
- a **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.** está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções firmamos as presentes declarações.

Porto Alegre, RS, 11 de setembro de 2017.

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.
FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é expedida a presente certidão por não constar distribuição de ação falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial em tramitação contra a seguinte parte interessada:

EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA, CNPJ 03854641000100, Endereço - AVENIDA LAGEADO NUMERO 1300 BAIRRO PETROPOLIS CEP 90.460-110 PORTO ALEGRE.

14 de Setembro de 2017, às 11:48:22

OBSERVAÇÕES:

A aceitação desta certidão está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **108162187661c792bb49032ae17ec823**



PREFEITURA DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO GERAL NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Esta certidão é válida até: **13/12/2017**

Nome: EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA

CNPJ: 03.854.641/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar quaisquer créditos tributários que vierem a ser apurados, é certificado que, para o contribuinte acima especificado não constam débitos vencidos referentes a tributos municipais, lançados até 8 de setembro de 2017.

Certidão emitida em 14/09/2017 às 13:32:52, com base no Decreto 14.560 e na IN nº 3 SMF/GS de 27/05/2004.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf>), informando **CNPJ: 03.854.641/0001-00** e o código de autenticidade **9B5991529ACC**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Certidão de Situação Fiscal nº 0011196490

Identificação do titular da certidão:

Nome: EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA
Endereço: AV CARLOS GOMES, 651, CJ 1001
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ: 03.854.641/0001-00

Certificamos que, aos 14 dias do mês de **SETEMBRO** do ano de **2017**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima enquadra-se na seguinte situação:
CERTIDAO NEGATIVA

Descrição dos Débitos/Pendências:

Esta certidão NÃO É VÁLIDA para comprovar;

- a) a quitação de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, de separação, de divórcio e de dissolução de união estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).

No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vir a cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 12/11/2017.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

Autenticação: 0020596070

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em <https://www.sefaz.rs.gov.br>.

D C T F MENSAL - 3.4

CNPJ: 03.854.641/0001-00

Mês/Ano: JAN 2016

Dados Iniciais

Período: 01/01/2016 a 31/01/2016

Declaração Retificadora: NÃO

Situação: Normal

PJ inativa no mês da declaração: NÃO

PJ optante pelo Simples Nacional: NÃO

Qualificação da Pessoa Jurídica: PJ em Geral

Forma de Tributação do Lucro: Presumido

PJ com débitos de SCP a serem declarados: NÃO

PJ optante pela CPRB: NÃO

Situação da PJ no mês da declaração: PJ não se enquadra em nenhuma das situações anteriores no mês da declaração

Critério de Reconhecimento das Variações Monetárias dos Direitos de Crédito e das Obrigações do Contribuinte, em Função da Taxa de Câmbio: Regime de Competência

Dados Cadastrais do Estabelecimento Matriz

Nome Empresarial:
EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA ME

Logradouro: AVENIDA LAGEADO

Número: 1300

Complemento:

Bairro/Distrito: PETROPOLIS

Município: PORTO ALEGRE

UF: RS

CEP: 90460-110

Telefone:

Fax:

Caixa Postal: UF: CEP:

Correio Eletrônico:

D C T F MENSAL - 3.4

CNPJ: 03.854.641/0001-00

JAN/2016

Página 2

Dados do Representante da Pessoa Jurídica

Nome: FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA

CPF: 199.867.180-15

Telefone:

Ramal:

FAX:

Correio Eletrônico:

Dados do Responsável pelo Preenchimento

Nome: FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA

CPF: 199.867.180-15

Inscrição no CRC:

UF:

Telefone:

Ramal:

Fax:

Correio Eletrônico:

***** FIM DE IMPRESSÃO *****

D C T F MENSAL - 3.4

CNPJ: 03.854.641/0001-00

Mês/Ano: JAN 2017

Dados Iniciais

Período: 01/01/2017 a 31/01/2017

Declaração Retificadora: NÃO

Situação: Normal

PJ inativa no mês da declaração: SIM

Qualificação da Pessoa Jurídica: PJ em Geral

Situação da PJ no mês da declaração: PJ não se enquadra em nenhuma das situações anteriores no mês da declaração

Dados Cadastrais do Estabelecimento Matriz

Nome Empresarial:
EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA ME

Logradouro: AVENIDA LAGEADO

Complemento:

Município: PORTO ALEGRE

CEP: 90460-110

Telefone: (51) 32185211

Caixa Postal:

UF: CEP:

Correio Eletrônico: ASCONTAS@TERRA.COM.BR

Número: 1300

Bairro/Distrito: PETROPOLIS

UF: RS

Fax:

D C T F MENSAL - 3.4

CNPJ: 03.854.641/0001-00

JAN/2017

Página 2

Dados do Representante da Pessoa Jurídica

Nome: FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA

CPF: 199.867.180-15

Telefone: (51) 32185211

Ramal:

FAX:

Correio Eletrônico:

Dados do Responsável pelo Preenchimento

Nome: FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA

CPF: 199.867.180-15

Inscrição no CRC:

UF:

Telefone:

Ramal:

Fax:

Correio Eletrônico:

***** FIM DE IMPRESSÃO *****

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS
D C T F MENSAL - 3.3

CNPJ: 03.854.641/0001-00

Mês/Ano: JAN 2016

Nome Empresarial: EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA ME

Declaração Retificadora: NÃO

Situação Especial: NÃO

Data do Evento:

TOTALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES APURADOS NO MÊS - R\$

	Débitos Apurados	Saldo a Pagar	Saldo a Pagar em Quotas
IRPJ	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	
IPI	0,00	0,00	
IOF	0,00	0,00	
CSLL	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	0,00	0,00	
COFINS	0,00	0,00	
CPMF	0,00	0,00	
CIDE	0,00	0,00	
RET/PAGAMENTO UNIFICADO DE TRIBUTOS	0,00	0,00	
CSRF	0,00	0,00	
COSIRF	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	0,00	0,00	

TOTALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES APURADOS NO TRIMESTRE ANTERIOR - R\$

	Débitos Apurados	Saldo a Pagar
IRPJ	0,00	0,00
CSLL	0,00	0,00

O presente Recibo de Entrega da DCTF contém a transcrição da Ficha Resumo da referida declaração, que constitui confissão de dívida, de forma irrevogável, dos impostos e contribuições declarados. Fica o declarante ciente de que os impostos e contribuições declarados na DCTF e não pagos serão enviados para inscrição em Dívida Ativa da União, conforme o disposto no parágrafo 2º do artigo 5º do Decreto-Lei nº 2.124, de 13 de junho de 1984, combinado com a Portaria MF nº 118, de 28 de junho de 1984.

Sobre os impostos e contribuições não pagos ou não recolhidos nos prazos legais incidirão multa, moratória ou de ofício, conforme o caso, e juros de mora nos termos dos artigos 44 e 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e artigo 18 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

No caso de falta de apresentação ou de apresentação de declaração com incorreções ou omissões, o contribuinte ficará sujeito às multas previstas no artigo 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002.

Não produzirá efeito a solicitação de retificação de informações prestadas na DCTF que tiver por objeto: reduzir débitos relativos a impostos e contribuições cujos valores já tenham sido enviados para inscrição em Dívida Ativa da União, sejam eles saldos a pagar ou valores apurados em procedimento de auditoria interna; e alterar débitos de tributos em relação aos quais o sujeito passivo tenha sido intimado do início de procedimento fiscal.

DADOS DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Nome: FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA

CPF: 199.867.180-15

Telefone: ()

Ramal:

FAX: ()

Correio Eletrônico:

Atenção! Para retificar esta declaração será exigido este número de recibo:
28.15.97.43.39-75

Declaração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 15/07/2016 às 11:10:12

2796746637

Versão: 3.30

28.15.97.43.39

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS
D C T F MENSAL - 3.4

CNPJ: 03.854.641/0001-00

Mês/Ano: JAN 2017

Nome Empresarial: EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA ME

Declaração Retificadora: NÃO

Situação Especial: NÃO

Data do Evento:

TOTALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES APURADOS NO MÊS - R\$

	Débitos Apurados	Saldo a Pagar	Saldo a Pagar em Quotas
IRPJ	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	
IPI	0,00	0,00	
IOF	0,00	0,00	
CSLL	0,00	0,00	
PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00
COFINS	0,00	0,00	
CPMF	0,00	0,00	
CIDE	0,00	0,00	
RET/PAGAMENTO UNIFICADO DE TRIBUTOS	0,00	0,00	
CSRF	0,00	0,00	
COSIRF	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	0,00	0,00	

TOTALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES APURADOS NO TRIMESTRE ANTERIOR - R\$

	Débitos Apurados	Saldo a Pagar
IRPJ	0,00	0,00
CSLL	0,00	0,00

A pessoa jurídica acima identificada declara, por seu representante legal, que permaneceu, durante todo o período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de janeiro de 2017, sem efetuar qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira.

DADOS DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Nome: FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA

CPF: 199.867.180-15

Telefone: (51) 32185211

Ramal:

FAX: ()

Correio Eletrônico:

Atenção! Para retificar esta declaração será exigido este número de recibo:
11.20.30.98.55-87

Declaração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 05/07/2017 às 09:31:41

1287557501

Versão: 3.40

11.20.30.98.55



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA - ME

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.854.641/0001-00

Certidão nº: 137709656/2017

Expedição: 27/09/2017, às 16:00:35

Validade: 25/03/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.854.641/0001-00**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 03.854.641/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 06/06/2000
NOME EMPRESARIAL EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA - ME			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV LAGEADO	NUMERO 1300	COMPLEMENTO	
CEP 90.460-110	BAIRRO/DISTRITO PETROPOLIS	MUNICÍPIO PORTO ALEGRE	UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO FERNANDOFERREIRA.AF@TERRA.COM.BR		TELEFONE (51) 3218-5211	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **27/09/2017** às **15:58:58** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado ESTÁ QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA**

Inscrição: 026644890442	Zona: 2	Seção: 311
Município: 88013 - PORTO ALEGRE		UF: RS
Data de Nascimento: 21/01/1952	Domiciliado desde: 18/09/1986	
Filiação: LYDIA FERNANDES FERREIRA		
SALVADOR FERREIRA		

Certidão emitida às 19:25 de 20/09/2017

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **+KOH.WH8Q.UJZC.YP0Q**

* O literal 0 no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado ESTÁ QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: SAMUEL PAPELBAUM	Zona: 17	Seção: 194
Inscrição: 017797040370		
Município: 60011 - RIO DE JANEIRO		UF: RJ
Data de Nascimento: 25/02/1943		Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: CHAJA GITLA PAPELBAUM		
DAWID PAPELBAUM		

Certidão emitida às 19:31 de 20/09/2017

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **FTIY.SJMX.XPLR.4OWI**

09.4



W

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA

DATA DE NASCIMENTO

21/01/1952

CPF

0266.2489.0442

002 0311

MUNICÍPIO

PORTO ALEGRE/RS

30/08/2010

[Handwritten signature]

4.º TABELIONATO
 Juiz de Direito
 Juiz de Direito
 Juiz de Direito

4.º TABELIONATO DE PORTO ALEGRE
 Av. Azupara 1152 - CEP 91110-900
 TABELÃO: RUBENS REINO

AUTENTICAÇÃO

Autentico o verso e anverso
 resguardado o original com o qual
 Porto Alegre, RS, 28 de novembro de 2010.
 Rubens Reinos Machado, Escrevente Autenticado
 Emissão: 2010-11-28 15:00:12, 15001238551 e 24630

VALIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASCUNHO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

[Handwritten signature]

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA

DATA DE NASCIMENTO
21/01/1952

CPF
0266 4489 0442

RG
002 0317

MUNICÍPIO
PORTO ALEGRE/RS

DATA DE EMISSÃO
30/08/2010

[Assinatura]

4º TABELIONATO
Renata Freitas Machado
Escritório Autorizado

4º TABELIONATO DE PORTO ALEGRE
Av. Arreola, 132 - CEP 91040-000
TABELÃO: RENATA FREITAS MACHADO

AUTENTICAÇÃO

ATENTIVO: o verbor e o valor do presente documento não são responsáveis por qualquer erro ou omissão.
Porto Alegre, RS, 29 de janeiro de 2013.
Renata Freitas Machado - Escritório Autorizado
E-mail: RFS@0020317@rs.tre.br - 50001318650 - 24554

VALIDO DOCUMENTO SEM VENCIMENTO OU PRAZO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLECA DIFERENTE

[Assinatura]

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA

DATA DE NASCIMENTO
21/01/1952

CPF
0266 4489 0442

RG
0002 0341

MUNICÍPIO / UF
PORTO ALEGRE/RS

DATA DE EMISSÃO
30/06/2010

[Assinatura]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ROLEGAR, C. 10.10

[Assinatura]

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

4º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE
Av. Assis, 1162 - CEP 91040-000
Fone/Fax: (51) 3230-9800

TABELINO: RUBENS REIS

AUTENTICO, o verso e anverso, mediante cópia fotostática que é uma reprodução fiel do original, com o seguinte teor:

Porto Alegre, RS, 28 de janeiro de 2010 - 824.103.508.000 - 1P - 14.56.13

Rechts: Freitas Machado - Escrivão de Autenticação

E-mail: RS 9120 - Cel: 9120 - 0347 - 1500412 296473 29618

VÁLIDO SOMENTE SE EMBENQUEMOS OS 1045 0045



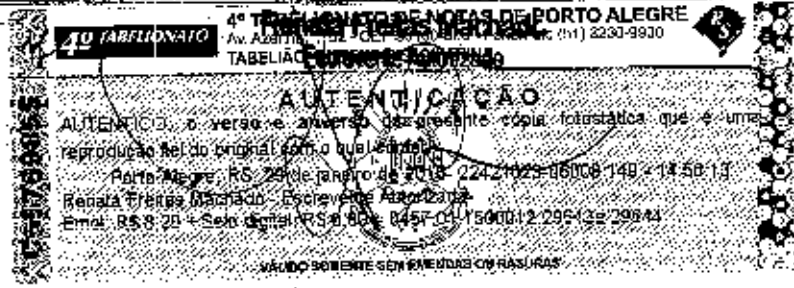
4ª TABELIONATO **4º TABELIONATO DE PORTO ALEGRE**
Av. Azorina, 1152 - CCP 90150-004 - Fone: (51) 3230-9000
TABELIÃO: RUBENS RENO FARINA

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO o verso e anverso da presente cópia fotostática que é uma reprodução fiel do original com o qual se identifica.

Porto Alegre, RS, 29 de janeiro de 2018 - 22421023-06008149 - 14:56:13
Renata Freitas Machado, Escrivente Autizada
Emita: RS 9.234 de 2018; RS 0.80 - 0467-011600012-206459-20646

VALIDO SOMENTE SEMENTELHAS OU RASURAS

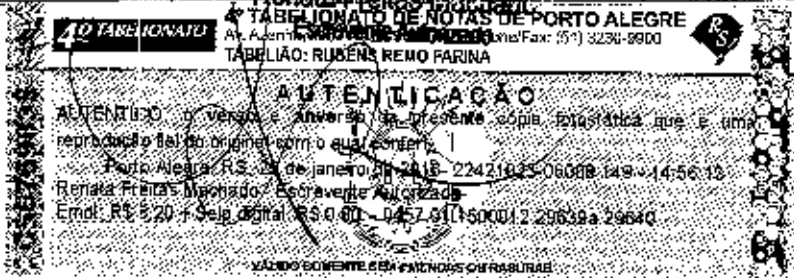
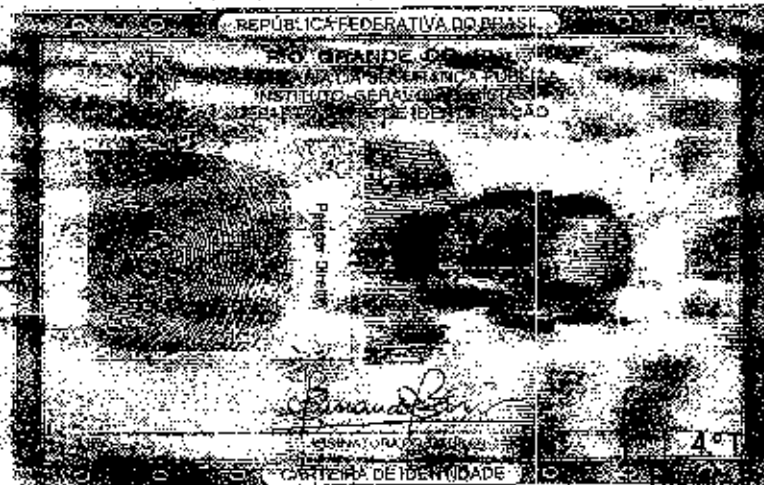




4º TABELIONATO **4º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE**
Av. Assunção, 115 - Centro - Porto Alegre - RS - 91000-000 - (51) 3230-9900
TABELIAO: RUBENS REMO FARINA

AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO o verso e anverso, juntamente com a fotocópia que é uma reprodução fiel do original com o qual comparei.
Porto Alegre, RS, 29 de janeiro de 2016 - 22421023-05808-149 - 14:56:13
Regata Fátima Machado - Escrevente Autorizada
E-mail: RS0224-Solm-regata@RS0224-0457-011500012-206417-20643

VALIDO SOBRE SEU SOLO EMENDADO OU RASURAS





4º TABELIONATO 4º TABELIONATO DE NÚMEROS PORTO ALEGRE
 Av. Assis Brasil, 100 - 9º, 6º, 506 - Fone/Fax: (51) 3230-9500
 TABELIAO PORTO ALEGRE

AUTENTICAÇÃO

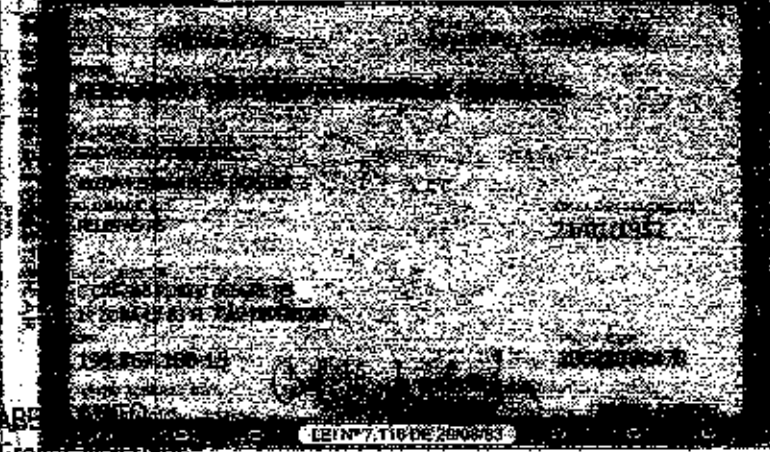
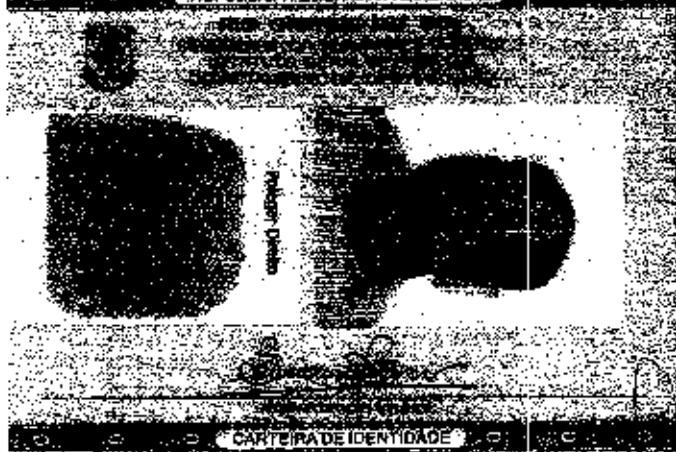
Autentico o verso e anverso da presente cópia, reprodutiva conforme o original a 3ª
 não apresentada, do que dou fé.

Porto Alegre, RS, 15 de Janeiro de 2017. 22409206-04222-176 - 12 21 31

Renata Freitas Machado - Escrevente Autentada

Empl: RS 8.20 - 2a via digital: RS 0.99 - 0457-01 1500010849796.84880

VALIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS



4º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE
 Av. Arzobispo, 111 - Centro - Porto Alegre - RS
 TABELIÃO: RUBENS REINO FARINA

AUTENTICAÇÃO

Autentico o verso e anverso da presente Carta Reprográfica conforme o original e
 mim apresentado do que dou fé

Porto Alegre, RS, 15 de Janeiro de 2010 - 22408208-04222-178 - 12:21:31

Renata Freitas Machado - Escrevente Autorizada

Emol: R\$ 8,30 - Sala digital: R\$ 0,05 - 00497-01-4500005-84089-04004

VALIDO SOBRE SEM ENUNCIACAO E RASURAS



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

CONFORME PORTARIA Nº 336 DE 11 DE JULHO DE 2003

REQUERIMENTO DE VISTA, CÓPIAS E CERTIDÕES DE PROCESSOS E DOCUMENTOS

Considerando o interesse em informações relativas ao Processo de: ☐ Outorga, ☐ Pós-Outorga ou ☐ Acompanhamento e Avaliação, solicito, junto ao atual responsável da unidade na qual o processo se encontra:

☒ VISTA ELETRÔNICA; ou

☐ VISTA PRESENCIAL – ATP.

Se Certidão / Portaria / Parecer / Nota técnica / Despacho / Outro. Identificar _____

Processo nº 53790.000408/2000-05

Relativo ao Serviço de: ☐ Rádio Comunitária / ☐ Rádio/TV Educativa / ☐ Televisão Digital / ☐ Rádio/TV Comercial / ☐ RTV Digital / ☐ RTV

Entidade:

CNPJ nº:

Interessado(a): FERNANDA SENE VIEIRA

CPF/MF:014.614.145-80 RG nº 3.748.951 SESP/DF Fone: (61) 3224-1000

E-mail: fsenedomingues@gmail.com; Fernanda@ea.adv.br Endereço: SHIS QI 09, CONJUNTO 17, CASA 14

CEP: 71.625-170 Município: Brasília UF: DF

☐ Procurador ☒ Advogado ☐ Integrante do corpo diretivo

Anexar ao requerimento via digitalizada:

- a) Se procurador, o instrumento de procuração válido, outorgado pelos representantes legais da entidade e documento de identificação pessoal com foto.
- b) Se advogado, carteira de inscrição na OAB; e
- c) Se integrante do quadro diretivo, o respectivo instrumento (estatuto, contrato social, etc), bem como o documento de identificação pessoal com foto.

BSB, 25/09/17

FERNANDA SENE VIEIRA¹

¹ Nos termos do art. 9º, inciso II, da Portaria MCTIC nº 546, de 25 de julho de 2016, os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do SEI terão garantia de integridade, de autoria e de autenticidade, mediante utilização de assinatura eletrônica, na modalidade assinatura cadastrada. Nesse caso, tendo em vista que o protocolo desta peça realizou-se mediante acesso da peticionária ao CADSEI valendo-se de sua “assinatura cadastrada”, está dispensada a firma convencional.



Data de Envio:

27/09/2017 10:30:36

De:

MCTIC/Espaço do Radiodifusor - ATP-SCE <espacodoradiodifusor@mctic.gov.br>

Para:

fsenedomingues@gmail.com

Assunto:

Espaço do Radiodifusor

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: Processo nº 01250.059132/2017-15

Informo que seu pedido de atendimento eletrônico/presencial foi recebido com sucesso.

Informações adicionais serão enviadas assim que disponíveis.

Atenciosamente,

Espaço do Radiodifusor

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de solicitação de atendimento eletrônico ou presencial deverá ser feito exclusivamente via peticionamento eletrônico.

O interessado pode, a qualquer momento, acompanhar a tramitação do seu processo.

O modelo do requerimento está disponível no sítio do Ministério.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA - ME
CNPJ: 03.854.641/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 09:12:05 do dia 27/08/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 23/02/2018.

Código de controle da certidão: **0C91.8321.69B4.30D2**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03854641/0001-00
Razão Social: EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA
Endereço: AV CARLOS GOMES 651 1001 / AUXILIADORA / PORTO ALEGRE / RS / 90480-003

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/09/2017 a 24/10/2017

Certificação Número: 2017092505454183351353

Informação obtida em 06/10/2017, às 11:18:04.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



CNPJ: **03.854.641/0001-00**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 11:06:54 do dia 06/10/2017 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

Superior
Tribunal de Justiça

Listando parte(s) com nome **Empresa de Comunicação do Sul Ltda..**
Pesquisa resultou em **1** registro(s)!

[SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE COMUNICAÇÕES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL](#)

Refinar

Nova Consulta

3) Versão **2.0.8** de **28/08/2017 18:45:24**.



Superior Tribunal de Justiça

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) RECURSO ESPECIAL nº 6846/RS, do(a) qual é Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro PEDRO ACIOLI e no qual figuram, como RECORRENTE, FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS TELEFONICAS, advogados(as) ABADE PEREIRA BULHÕES (RS002835) e, como RECORRIDO, COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES, advogados(as) CLEMENS HUGO KIRCHER E OUTRO(S) () e, como LITISCONSORTE, SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE COMUNICAÇÕES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, advogados(as) VICTOR DOUGLAS NUNEZ E OUTRO(S) (RS002180), constam as seguintes fases: em 19 de Setembro de 1990, DISTRIBUICAO AUTOMATICA ORGAO JULGADOR - PRIMEIRA TURMA RELATOR - MIN. PEDRO ACIOLI; em 21 de Setembro de 1990, CONCLUSAO AO MIN. RELATOR; em 24 de Setembro de 1990, VISTA SUBPROCURADORIA; em 22 de Outubro de 1990, CONCLUSAO AO MIN. RELATOR COM PARECER DA SUB; em 29 de Outubro de 1990, DESPACHO AGUARDANDO PUBLICACAO NEGOU PROVIMENTO; em 31 de Outubro de 1990, DESPACHO PUBLICADO NO DJ; em 04 de Dezembro de 1990, PROCESSO REMETIDO SRIP (AUTUAR COMO RE); em 05 de Dezembro de 1990, PROCESSO REAUTUADO COMO RESP POR ORDEM DO RELATOR (EX-AGRAVO NUMERO 5678); em 06 de Dezembro de 1990, CONCLUSAO AO MIN. RELATOR; em 18 de Fevereiro de 1991, INCLUIDO EM PAUTA S; em 28 de Fevereiro de 1991, RESULTADO DE JULGAMENTO A TURMA, POR UNANIMIDADE, DEU PROVIMENT AO RECURSO.EM 27.02.91.; em 18 de Março de 1991, ACORDAO PUBLICADO NO DJ PAG 2781; em 30 de Abril de 1991, ACORDAO TRANSITADO EM JULGADO; em 30 de Abril de 1991, BAIXA DEFINITIVA TJ/RS; em 06 de Maio de 1991, PROCESSO BAIXADO MALOTE 07681 TJ DE PORTO ALEGRE - RS. Certifica, por fim, que o assunto tratado no mencionado processo é: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO, Organização Sindical.

Certidão gerada via internet com validade de 30 dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:

Certidão de número 2005637, de código de segurança 3E2B.8FF2.614D.EDAA, Página 1 de 2 gerada em 06/10/2017 15:04:56.



Superior Tribunal de Justiça

Número da Certidão: **2005637**

Código de Segurança: **3E2B.8FF2.614D.EDAA**

Data de geração: **06 de Outubro de 2017, às 15:04:56**



Certidão de número 2005637, de código de segurança 3E2B.8FF2.614D.EDAA, Página 2 de 2 gerada em 06/10/2017 15:04:56.

Superior
Tribunal de Justiça

Listando parte(s) com nome **Samuel Papelbaum.**
Pesquisa resultou em **0** registro(s)!

Nenhuma parte encontrada!

[Refinar](#)

[Nova Consulta](#)

3) Versão **2.0.8** de **28/08/2017 18:45:24.**

Superior
Tribunal de Justiça

Listando parte(s) com nome **Fernando Antônio Fernandes Ferreira.**
Pesquisa resultou em **0** registro(s)!

Nenhuma parte encontrada!

[Refinar](#)

[Nova Consulta](#)

3) Versão **2.0.8** de **28/08/2017 18:45:24.**



Nº 4042887



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA** nem contra o **CPF: 199.867.180-15**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Certidão Emitida em: 06/10/2017 às 15:08 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 06/10/2017, 15h08min.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900. Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br



Nº 214671



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Distrito Federal**, que

N A D A C O N S T A

contra **FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA** nem contra o **CPF: 199.867.180-15**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (**www.jfdf.jus.br**), informando-se o número de controle acima descrito.
- e) Certidão emitida para determinada Seção Judiciária só se refere a processos que tramitam em unidades jurisdicionais sediadas na capital do estado e UAAs a elas vinculadas.

Certidão Emitida em: 06/10/2017 às 15:09 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 06/10/2017, 15h09min.

Endereço: SAS, Quadra 02, bloco G, lote 08, Anexo A, CEP: 70040-000, BRASÍLIA - DF. Fone: (61) 3221-6000. e-Mail: nucju@df.trf1.gov.br



Nº 214673



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Distrito Federal**, que

N A D A C O N S T A

contra **SAMUEL PAPELBAUM** nem contra o **CPF: 019.645.777-72**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe, suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (www.jfdf.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.
- e) Certidão emitida para determinada Seção Judiciária só se refere a processos que tramitam em unidades jurisdicionais sediadas na capital do estado e UAAs a elas vinculadas.

Certidão Emitida em: 06/10/2017 às 15:09 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 06/10/2017, 15h09min.

Endereço: SAS, Quadra 02, bloco G, lote 08, Anexo A, CEP: 70040-000, BRASÍLIA - DF. Fone: (61) 3221-6000. e-Mail: nucju@df.trf1.gov.br



Nº 4042918



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **SAMUEL PAPELBAUM** nem contra o **CPF: 019.645.777-72**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Certidão Emitida em: 06/10/2017 às 15:10 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 06/10/2017, 15h10min.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900. Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br



Nº 4042961



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA - ME** nem contra o **CNPJ: 03.854.641/0001-00**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Certidão Emitida em: 06/10/2017 às 15:12 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 06/10/2017, 15h12min.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900. Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br



Nº 214685



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Distrito Federal**, que

N A D A C O N S T A

contra **EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA - ME** nem contra o **CNPJ: 03.854.641/0001-00**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (**www.jfdf.jus.br**), informando-se o número de controle acima descrito.
- e) Certidão emitida para determinada Seção Judiciária só se refere a processos que tramitam em unidades jurisdicionais sediadas na capital do estado e UAAs a elas vinculadas.

Certidão Emitida em: 06/10/2017 às 15:13 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 06/10/2017, 15h13min.

Endereço: SAS, Quadra 02, bloco G, lote 08, Anexo A, CEP: 70040-000, BRASÍLIA - DF. Fone: (61) 3221-6000. e-Mail: nucju@df.trf1.gov.br

Certidão



2f4b41a5a178349efaba6f5026b1c66b



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA-ME

OU

contra o CNPJ:

03854641/0001-00

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 06/10/2017 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 06/10/2017 às 02:15**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 06/10/2017 às 02:00**
- **Paraná (Processo Papel) até 06/10/2017 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 05/10/2017 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 05/10/2017 às 20:00**

Certidão emitida em: 06/10/2017 às 15:21 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **2f4b41a5a178349efaba6f5026b1c66b**



Certidão

 [imprimir]

Não é possível emitir este tipo de certidão, pois não há processos distribuídos com os dados informados. Para obtenção de certidões negativas selecione o tipo 1 ou 2.

[Voltar](#)

Certidão



2949b68eabcec2acedbc1afc78afb743



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL

FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA

OU

contra o CPF:

199.867.180/15

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 06/10/2017 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 06/10/2017 às 02:15**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 06/10/2017 às 02:00**
- **Paraná (Processo Papel) até 06/10/2017 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 05/10/2017 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 05/10/2017 às 20:00**

Certidão emitida em: 06/10/2017 às 15:24 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **2949b68eabcec2acedbc1afc78afb743**



Certidão



ed74aecacc47967e2826fe1e49b6302a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL

SAMUEL PAPELBAUM

OU

contra o CPF:

019.645.777/72

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 06/10/2017 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 06/10/2017 às 02:15**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 06/10/2017 às 02:00**
- **Paraná (Processo Papel) até 06/10/2017 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 05/10/2017 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 05/10/2017 às 20:00**

Certidão emitida em: 06/10/2017 às 15:25 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **ed74aecacc47967e2826fe1e49b6302a**





461697

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais do TRF da 4ª Região a partir dos dados de identificação destacados abaixo. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido. A relação de processos é gerada a partir da seleção, pelo emitente, da(s) parte(s) pesquisada(s) com os dados fornecidos. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, certificamos que,

Em nome de
FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA (Pólo Ativo / Pólo Passivo / Interessado)
OU
Em relação ao CPF:
199.867.180/15

Constam os seguintes feitos:

Processo	Classe da Ação	Gabinete/ Distribuído	Polo da Parte Pesquisada	Situação do Processo
2000.71.00.007355-0	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma 27/03/2001	APELADO	BAIXADO

nos registros de distribuição mantidos a partir de 30 de março de 1989, de processos cíveis, em andamento e/ou baixadas, excetuados: eventuais recursos cíveis em meio físico, nos quais a parte pesquisada litigue em litisconsórcio, processos físicos com anotação de silêncio concedido à parte e processos eletrônicos protegidos, salvo os com segredo de justiça e sigilosos.

Certidão emitida em: 06/10/2017 às 15:26 (hora e data de Brasília)

•Processos pesquisados no Tribunal Regional Federal da 4ª Região em 06/10/2017 às 15:26.



Documento gerado na internet em 06/10/2017 às 15:26. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle 461697 e demais informações.

Certidão

 [imprimir]

Não é possível emitir este tipo de certidão, pois não há processos distribuídos com os dados informados. Para obtenção de certidões negativas selecione o tipo 1 ou 2.

[Voltar](#)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

HOMOLOGAÇÃO

Processo nº 53790.000408/2000-05		
Interessada: Empresa de Comunicação do Sul Ltda.		
sonora em FM	Localidade: São Lourenço do Sul	UF: RS

1. RELATIVOS À ENTIDADE		
1.1.DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	Página SEI.
1.1.1.Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão, bem assim, no caso de sociedade por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	01250.059761/2017-45 Fls 1 a 3 (2253801) Fls 1 a 5 (2253802)
1.1.2.Certidão simplificada da Junta Comercial devidamente atualizada.. Art. 55, XIII da Lei 8.666/93 e Art. 38, alíneas “b” e “c” da Lei nº 4.117/62.	OK	01250.059761/2017-45 Fls 1 (2253803)
1.1.3.Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	PENDENTE	
1.1.4. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou balanço de abertura, quando ainda não houver completado um exercício fiscal. Dec. 52.795-63 Art. 15, §1º, “c” e §5º, “d”. Decreto-Lei nº 236/1967. Art. 12.	PENDENTE	
1.1.5.Comprovante de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	OK	53790.000408/2000-05 Fl 3 (2281455)
1.1.6.Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ relativo à sede da entidade.	OK	01250.059761/2017-45 (2253809)
1.1.7.Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio se a localidade, objeto da concessão ou permissão, estiver situada na Faixa de Fronteira;	OK	01250.059761/2017-45 Fls 1 (2253804)
1.1.8.Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	OK	53790.000408/2000-05 Fl 2 (2281455)
1.1.9.Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual, Distrital e Municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei.	OK	01250.059761/2017-45 Fls 2 a 9 (2253807)
1.1.10. Certidão negativa de débitos trabalhistas - TST	OK	01250.059761/2017-45 (2253808)
1.1.11. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social	OK	53790.000408/2000-05 Fl 1 (2281455)
1.1.12. Declaração firmada pela proponente e por seus dirigentes de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço, na localidade objeto do edital; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.	OK	01250.059761/2017-45 Fl 2 (2253804)
1.1.13. Declaração de que nenhum sócio integra o quadro social de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade prevista no edital, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.	OK	01250.059761/2017-45 Fls 3 (2253804)

1.1.14. Certidões judiciais do TRF-1ª Região e seção Judiciária do DF em nome da Entidade e em cada um dos Sócios conforme demanda a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR 001/2004.	OK	53790.000408/2000-05 Fls 5 a 11 (2281902)
1.1.15. Declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas “b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990”. Lei nº 13.424	OK	01250.059761/2017-45 Fl 2 (2253804)
1.1.16. Certidões judiciais do STJ no nome da Entidade e em cada um dos Sócios, conforme demanda a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR 001/2004.	OK	53790.000408/2000-05 Fls 1 a 5 (2281902)
1.1.17. Certidões judiciais do TRF da Região Licitada e da Justiça estadual da localidade licitada, em nome da Entidade e em cada um dos Sócios conforme demanda a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR 001/2004.	OK	53790.000408/2000-05 Fls 12 a 20 (2281902)

2. RELATIVOS AOS SÓCIOS E/OU DIRETORES			
2.1. DOCUMENTOS.	Nome (s)	SITUAÇÃO	FL(s).
2.1.1. Se pessoa Física - prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certidão de reservista, carteira profissional ou de identidade, ou comprovante de naturalização ou de reconhecimento de igualdades de direitos civis, para os portugueses; Se pessoa Jurídica – comprovante de inscrição no cadastro nacional da pessoa jurídica	Samuel Papelbaum	OK	01250.059761/2017-45 Fl 1 (2253813)
	Fernando Antônio Fernandes Ferreira	OK	01250.059761/2017-45 (2253814)
2.1.2. Ato constitutivo e todas as suas alterações que porventura tenham sido realizadas (no caso de pessoa jurídica);		Não se aplica	
2.1.3. Certidão emitida pela Junta Comercial (ou Órgão de registro equivalente) do Estado onde está situada a sede da Interessada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados (no caso de pessoa jurídica);		Não se aplica	
2.1.4. Certidão negativa cível da Justiça estadual dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Samuel Papelbaum	1ª Instancia OK	
		2ª Instancia OK	
	Fernando Antônio Fernandes Ferreira	1ª Instancia OK	
		2ª Instancia OK	
2.1.5. Certidão negativa criminal da Justiça estadual dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Samuel Papelbaum	1ª Instancia OK	
		2ª Instancia OK	
	Fernando Antônio Fernandes Ferreira	1ª Instancia OK	
		2ª Instancia OK	
2.1.6. Certidão negativa cível da Justiça Federal dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no	Samuel Papelbaum	1ª Instancia OK	
		2ª Instancia OK	

mesmo período, atividades econômicas;	Fernando Antônio Fernandes Ferreira	1ª Instancia OK	
		2ª Instancia OK	
2.1.7. Certidão negativa criminal da Justiça Federal dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Samuel Papelbaum	1ª Instancia OK	
		2ª Instancia OK	
	Fernando Antônio Fernandes Ferreira	1ª Instancia OK	
		2ª Instancia OK	
2.1.8. Certidão negativa criminal da Justiça Eleitoral dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Samuel Papelbaum	OK	
	Fernando Antônio Fernandes Ferreira	OK	
2.1.9. Certidões de protestos de títulos , dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Samuel Papelbaum	PENDENTE	
	Fernando Antônio Fernandes Ferreira	PENDENTE	
2.1.10. Prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	Samuel Papelbaum	OK	01250.056761/2017-45 (2253812)
	Fernando Antônio Fernandes Ferreira	OK	01250.056761/2017-45 (2253810)
2.1.11. declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial, conforme artigo 15, § 5, “d”, item 2, do Decreto nº 52.795/63.	Samuel Papelbaum	OK	01250.059761/2017-45 Fl 3 (2253804)
	Fernando Antônio Fernandes Ferreira	OK	01250.059761/2017-45 Fl 3 (2253804)

Conforme consta do protocolo de nº _____ as certidões de objeto e pé apresentadas pela entidade são as descritas abaixo:

Processo	NOME	Situação	SEI
2000.71.00.007355-0 – TRF 4	Fernando Antonio Fernandes	Baixado	(2281902) fls 19
Resp. nº 6846/RS - STJ	Empresa de Comunicação do Sul Ltda.-ME	Baixado	(2281902) fls 1 e 2

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 23109/2017/SEI-MCTIC

Referência: **Concorrência nº 099/2000. Processo nº 53790.000408/2000-05. Processo Piloto nº 53000.003488/2000-00**

Assunto: **Instrução Processual. Homologação do Certame.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata o presente feito de instrução, com vistas à possível homologação da Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC, relativa à outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), na localidade de São Lourenço do Sul, estado de Rio Grande do Sul, e consequente adjudicação do seu objeto à proponente vencedora **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**

ANÁLISE

2. Após detalhada análise dos autos e considerando-se que a homologação é o ato jurídico que ratifica as condições assumidas pela licitante diante da habilitação e que busca garantir que estas permaneceram imaculadas durante todo o procedimento licitatório, a fim de garantir a sua validade perante a lei, necessário se faz a apresentação dos documentos abaixo listados, para a devida instrução processual, com vistas à homologação do certame:

	DOCUMENTO(S)	FUNDAMENTO(S)
1	Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou balanço de abertura, quando ainda não houver completado um exercício fiscal.	Decreto nº 52.795/1963. Art. 15, §2º, "a".
2	Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	Decreto nº 52.795/1963. Art. 15, §2º, "b".
3	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral , da primeira e segunda instâncias, da entidade e de todos os sócios, do endereço de cada um e do local da outorga, bem como certidões de protestos de títulos do local de residência dos últimos cinco anos de todos os sócios da entidade. No caso de haver Certidões Positivas, requer-se a(s) Certidão(ões) de Objeto e Pé da ação(ões) judicial(is) respectiva(s)	Decreto nº 52.795/1963. Art. 15º, §5º, "b"
4	Certidões negativas do STJ, TRF 1ª Região , e da Seção Judiciária do DF, do TRF da região que afeta à localidade licitada e do Estado da localidade licitada.	Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR 001/2004
5	Certidão de Objeto e Pé em nome de Fernando Antônio Fernandes Ferreira: AG nº 647343/RS 2000.71.00.007355-0 - TRF 4 Certidão de Objeto e Pé em nome de Empresa de Comunicação do Sul Ltda.- ME: Resp. nº 6846/RS - STJ	Decreto nº 52.795/1963. Art. 15º, §2º, "f"

3. Ressalte-se que **a documentação solicitada é imprescindível à homologação do certame** e a falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis, conforme a Lei.

CONCLUSÃO

4. Assim sendo, opina-se pela notificação da entidade

interessada, com vistas à apresentação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do correspondente ofício, dos documentos acima listados, sob pena de eliminação do certame, conforme previsto no Edital que rege a presente Concorrência, bem como na legislação pertinente.

À consideração superior.

WILLIAM DE SOUZA CORREA
Comissão de Assessoramento Técnico

De acordo. Proceda-se conforme o sugerido.

LUCIANA NÓBREGA BRAZ
Vice-Presidente
Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **William de Souza Correa, Administrador**, em 06/10/2017, às 16:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Nobrega Braz, Vice-Presidente da Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão**, em 11/10/2017, às 10:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2282032** e o código CRC **28CF7F01**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53790.000408/2000-05

SEI nº 2282032



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Bloco R - Esplanada dos Ministérios,
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 43956/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor
Representante Legal da
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.
Av. Lageado nº 1.300 - Petrópolis
90.460-110- Porto Alegre/RS

Assunto: **Concorrência n.º 099/2000- SSR/MC. Localidade de São Lourenço do Sul/RS. Homologação de certame. Exigência. Processo n.º 53790.000408/2000-05.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da **Nota Técnica n.º 23109/2017/SEI-MC**, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício

2. A resposta deverá ser encaminhada via peticionamento eletrônico (CADSEI) com menção ao número deste Ofício e ao Processo referenciado, condição para que o pleito seja analisado.

3 . Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Nobrega Braz, Vice-Presidente da Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão**, em 13/10/2017, às 09:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2282226** e o código CRC **C81CBAA1**.

Data de Envio:

13/10/2017 09:50:56

De:

MCTIC/CPLR (SEI-MC) <cplr.sei@mctic.gov.br>

Para:

FERNANDOFERREIRA.AF@TERRA.COM.BR
fsenedomingues@gmail.com
edio@ea.adv.br
fernanda@ea.adv.br

Assunto:

ofício de exigencia

Mensagem:

Prezado representante legal, em anexo, Ofício e Nota Técnica para instrução processual, com vista à homologação de certame. Imprescindível atendimento dentro do prazo legal.

Atenciosamente.

Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão

Anexos:

Nota_Tecnica_2282032.html
Ofício_2282226.html

Data de Envio:

13/10/2017 09:51:17

De:

MCTIC/CPLR (SEI-MC) <cplr.sei@mctic.gov.br>

Para:

FERNANDOFERREIRA.AF@TERRA.COM.BR
fsenedomingues@gmail.com
edio@ea.adv.br
fernanda@ea.adv.br

Assunto:

ofício de exigencia

Mensagem:

Prezado representante legal, em anexo, Ofício e Nota Técnica para instrução processual, com vista à homologação de certame. Imprescindível atendimento dentro do prazo legal.

Atenciosamente.

Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão

Anexos:

Nota_Tecnica_2282032.html
Ofício_2282226.html

**A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.**

Processo nº 53790.000408/2000-05

Concorrência 099/2000-SSR-MC

Assunto: Cumprimento de exigências. Outorga FM, São Lourenço do Sul. RS.

Ref.: Ofício nº 43956/2017/SEI-MCTIC e NOTA TÉCNICA Nº 23109/2017/SEI-MCTIC.

1

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., já devidamente qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, vem, respeitosamente, por seu advogado, à presença desta Comissão, em atenção à NOTA TÉCNICA Nº 23109/2017/SEI-MCTIC, requerer a juntada dos seguintes documentos, em anexo:

1 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei;

2 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3 - Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças **Estadual, Federal e Eleitoral**, da primeira e segunda instâncias, da entidade e de todos os sócios, do endereço de cada um e do local da outorga, bem como certidões de protestos de títulos do local de residência dos últimos cinco anos de todos os sócios da entidade.



4 - Certidões negativas do **STJ, TRF 1ª Região, e** da Seção Judiciária do DF, do TRF da região que afeta à localidade licitada e do Estado da localidade licitada;

5 - Certidão de Objeto e Pé em nome de Fernando Antônio Fernandes Ferreira: AG nº 647343/RS, 2000.71.00.007355-0 – TRF 4 e Certidão de Objeto e Pé em nome de Empresa de Comunicação do Sul Ltda.- ME: Resp. nº 6846/RS – STJ.

Na expectativa de haver cumprido integralmente as exigências feitas por esta Pasta, a peticionária se coloca à disposição para apresentar quaisquer outros documentos adicionais que se façam necessários para a análise do presente feito e outorga da permissão.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília, 13 de novembro de 2017.


ÉDIO HENRIQUE DE A. J. E AZEVEDO
OAB/DF 34.272

TERMO DE ABERTURA

LIVRO Nº. 000013

Contém este livro 000017 folhas numeradas seguidamente de número 000001 a 000017 e servirá de livro diário número 000013 da empresa EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA - ME, estabelecida na Avenida LAGEADO Número 1300, no Bairro PETRÓPOLIS, CEP: 90.460-110, no Município de Porto Alegre / RS, registrada sob número 43704446939 em 06/06/2000 na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL e inscrita no CNPJ (ME) número 03.854.641/0001-00.

Declaramos sob pena de responsabilidade que foram escrituradas folhas de número 000001 a 000017 de acordo com a Instrução Normativa Nº. 3 de 19/08/96 baixada pelo diretor regional do registro do comércio, que autoriza a escrituração mercantil pelo sistema de processamento por computador. Período de apuração de 01/01/2016 a 31/12/2016.

Porto Alegre

31 de Janeiro de 2016



FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA
CPF 019.645.777-72
ADMINISTRADOR



VIVALDO GONÇALVES TEIXEIRA
CRCRS - RS-042628/O-1
TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Empresa: 0025-EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA - ME

CNPJ/CPF: 01.834.841/0001-20

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
------	----------------	---------------	-----------	-------

*** NÃO HÁVE MOVIMENTO !!!

Empresa: 0028-EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA - ME

CNPJ/CPF: 03.854.641/0001-00

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
------	----------------	---------------	-----------	-------

*** NÃO HOUVE MOVIMENTO ***

Empresa: 0028-EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA - ME

CNPJ/CPF: 07.874.641/0001-00

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
------	----------------	---------------	-----------	-------

*** NÃO HOUVE MOVIMENTO ***

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE

Período: 2018/2018

Folha: 0001

Empresa: ODIR-EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA - ME

CNPJ/CPF: 01.854.641/0001-02

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
------	----------------	---------------	-----------	-------

*** NÃO HÁVE REGISTROS ***

Empresa: FICZ-EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA - ME

CNPJ/CPF: 07.059.443/0001-58

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
------	----------------	---------------	-----------	-------

*** NÃO HOUVE MOVIMENTO !!!

Empresa: 0028-EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTER - ME

CNPJ/CPF: 08.958.811/0001-08

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
------	----------------	---------------	-----------	-------

*** NÃO HÁVE MOVIMENTO !!!

Empresa: SUD-IMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LISA - ME

CNPJ/CPF: 07.856.641/0001-00

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
------	----------------	---------------	-----------	-------

*** NÃO HÁVE MOVIMENTO ***

Empresa: 8428-EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA - ME

CNPJ/CPF: 01.654.641/0001-00

DATA: 30/12/2018

CONTA CREDORA

HISTÓRICO

VALOR

*** NÃO TEM NENHUM REGISTRO ***

Empresa: 0029-EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO BVL LTDA - ME

CNPJ/CPF: 03.856.645/0001-00

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
------	----------------	---------------	-----------	-------

*** NÃO HÁVE MOVIMENTOS ***

Balancete Analítico (Valores em Reais)

Folha: 00014

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA - ME

100281

CNPJ/CNP: 21.854.541/0001-00

NIRE:

41204448234

End.: Avenida Lacerda 1300-PETROPOLIS - CEP: 26440-110

Município: Porto Alegre

UF: RS

Emitido em: 31/12/2016

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

Data do encerramento: 31/12/2016

Dt.Registro: 04/08/2008

Asses. Taxa	Classificador	Nome da Conta	C/C	Saldo Inicial	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Final
00227	20000000000000	PASSIVO		0,00	0,00	0,00	0,00
00315	20300000000000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		0,00	0,00	0,00	0,00
00423	20301000000000	CAPITAL SOCIAL		20.000,00 D	0,00	0,00	20.000,00 D
00423	20301000000000	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		20.000,00 D	0,00	0,00	20.000,00 D
00420	20306000000000	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS		0,00	0,00	0,00	0,00
00420	20306000000000	PREJUÍZOS ACUMULADOS		0,00	0,00	0,00	0,00


 WILSON GONCALVES TEIXEIRA
 RUA MARCELLO DIAS 1383
 CEP 91050-041 - PORTO ALEGRE - RS
 TELEFONE 553 30194723
 CONTABILISTA OAB-RS-012623/O-7 CPF 29416024024

Balanco Patrimonial (Valores em Reais)

Folha: 00019

Empresa: TORREDA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA - ME (0028)

CNPJ/CNP: 07.434.441/0001-00

Endereço: Avenida Jacinto José Rodrigues - CEP: 84440-110

Município: Porto Alegre

UF: RS

Emitido em: 11/12/2018

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

Data do encerramento: 12/12/2018

NIRE: 42204440003

Dt.Registro: 06/04/2000

Reconheço a veracidade do presente Balanco Patrimonial, cujo Ativo e Passivo estão uniformes na mesma importância de R\$ 0,00.

Reconhecendo que a responsabilidade do profissional contábil é, Toda vez que, após eu assumir a responsabilidade sobre as demonstrações financeiras, assumo a responsabilidade pela veracidade de fato que as demonstrações refletem, bem como pelas informações levantadas pela referida entidade e por sua total e exclusiva responsabilidade.

Porto Alegre - RS / 11 DE DEZEMBRO DE 2018



RONALDO GONÇALVES TEIXEIRA

CONTABILISTA

CRM: 12.124/RS-01

CPF: 014.001.180-34

RG: 401234567



EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA - ME

FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA

ADMINISTRADOR

CPF: 019.445.777-72 RG: 1003167721

**** DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE****

Referente ao ano de 2016

Folha: 00016

Empresa: (028) EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA - ME

Endereço: Avenida Lageado, nº 1300 - CEP: 90.460-110 - Bairro: Petrópolis - Porto Alegre/ RS

NIRE: 43204446959

NOTAS EXPLICATIVAS

- NOTA 1 – Objetivo Social – A Sociedade terá por objetivo social as atividades de rádio.
- NOTA 2 – Capital Social – O Capital Social foi totalmente integralizado em moeda corrente nacional.
- NOTA 3 – Critérios de Avaliação de Estoques – A empresa não possui estoques, pois é prestadora de serviços.
- NOTA 4 – Imobilizado e/ou Intangível – A empresa não possui bens.
- NOTA 5 – Empréstimos e Financiamentos – A empresa não contratou empréstimos e nem financiamentos.
- NOTA 6 – Ajustes de Exercícios Anteriores – A empresa não contabilizou ajustes.
- NOTA 7 – Demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis foram elaborados com observância da Lei 6.404/76, e as alterações, conforme as Leis nº s: 11.638/2007, 11.941/2009.
- NOTA 8 – Declaração de Conformidade – As demonstrações contábeis estão plenamente em conformidade com a NBC TG 1000 referente à Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. A NBC TG 1000, aprovada através da RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.255/09, estabelece critérios e procedimentos a serem adotados de forma que a escrituração contábil esteja convergente com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB.
- NOTA 9 – Responsabilidade da Administração – A Administração da empresa é responsável pelos controles internos que ela julgou como necessários e suficientes para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorções relevantes. A responsabilidade do profissional contabilista fica restrita ao aspecto meramente técnico, uma vez que este reconhecidamente operou com dados, informações e comprovantes fornecidos pela diretoria que se responsabiliza integralmente pela sua exatidão e veracidade, assim como pelos estoques levantados sob sua total e exclusiva responsabilidade.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.


EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA - ME
FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA
ADMINISTRADOR
CPF: 019.645.777 - 72


VIVALDO GONÇALVES TEIXEIRA
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRC - RS 42628
CPF: 294.140.240 - 34

TERMO DE ENCERRAMENTO

LIVRO Nº. 000013

Contém este livro 000017 folhas numeradas seguidamente de número 000001 a 000017 e servirá de livro diário número 000013 da empresa EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA - ME, estabelecida na Avenida LAGEADO Número 1300, no Bairro PETRÓPOLIS, CEP: 90.460-110, no Município de Porto Alegre / RS, registrada sob número 43204446959 em 06/06/2000 na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL e inscrita no CNPJ (ME) número 03.854.641/0001-00.

Declaramos sob pena de responsabilidade que foram escrituradas folhas de número 000001 a 000017 de acordo com a instrução normativa Nº. 3 de 13/09/86 baixada pelo diretor regional do registro do comércio, que autoriza a escrituração mercantil pelo sistema de processamento por computador. Período de apuração de 01/01/2016 a 31/12/2016.

Porto Alegre

, 31 de Dezembro de 2016.



FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA
CPF: 019.645.777-72
ADMINISTRADOR



VIVALDO GONÇALVES TEIXEIRA
CRCRS - RS-042628/C-7
TÉCNICO EM CONTABILIDADE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é expedida a presente certidão por não constar distribuição de ação falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial em tramitação contra a seguinte parte interessada:

EMPRESA DE COMUNICACAO DO SUL LTDA, CNPJ 03854641000100, Endereço - AVENIDA LAGEADO 13000.

17 de Outubro de 2017, às 14:30:14

OBSERVAÇÕES:

A aceitação desta certidão está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **e295a5d7b39ad9b355cfba403cca24c9**

Nº 4210875



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA** nem contra o **CPF: 199.867.180-15**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Certidão Emitida em: 20/10/2017 às 16:12 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 20/10/2017, 16h12min.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900. Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br

Nº 224767



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Distrito Federal**, que

N A D A C O N S T A

contra **FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA** nem contra o **CPF: 199.867.180-15**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (**www.jfdf.jus.br**), informando-se o número de controle acima descrito.
- e) Certidão emitida para determinada Seção Judiciária só se refere a processos que tramitam em unidades jurisdicionais sediadas na capital do estado e UAAs a elas vinculadas.

Certidão Emitida em: 20/10/2017 às 16:11 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 20/10/2017, 16h11min.

Endereço: SAS, Quadra 02, bloco G, lote 08, Anexo A, CEP:70040-000, BRASÍLIA - DF. Fone: (61) 3221-6000. e-Mail: nucju@df.trf1.gov.br



Superior Tribunal de Justiça

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos e, tendo como critério de pesquisa o nome indicado pelo interessado e suas possíveis variações de grafia,

CERTIFICA

não constar processos em nome da pessoa física de "FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA". Certifica, ainda, que por terem sido identificadas variações de grafia, constar, em nome da pessoa física "FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA", 1 processo(s) listado(s) a seguir: Ag 647343 / RS (2004/0178620-6) autuado em 14/12/2004.

Certidão gerada via internet com validade de 30 dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:

Número da Certidão: **2017166**

Código de Segurança: **887B.D1BF.C824.6AFA**

Data de geração: **18 de Outubro de 2017, às 08:07:41**

Certidão de número 2017166, de código de segurança 887B.D1BF.C824.6AFA, Página 1 de 1 gerada em 18/10/2017 08:07:41.



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA**
Inscrição: **026644890442** Zona: 2 Seção: 311
Município: 88013 - PORTO ALEGRE UF: RS
Data de Nascimento: 21/01/1952 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: LYDIA FERNANDES FERREIRA
SALVADOR FERREIRA

Certidão emitida às 15:22 de 17/10/2017

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **CKL8.ZAJB.1RTU.TYØW**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA**

Inscrição: **026644890442** Zona: 2 Seção: 311

Município: 88013 - PORTO ALEGRE UF: RS

Data de Nascimento: 21/01/1952 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: **LYDIA FERNANDES FERREIRA**
SALVADOR FERREIRA

Certidão emitida às 15:21 de 17/10/2017

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.jus.br>, por meio do código **CWOB.OWZL.OK88.BR6+**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

**CERTIDÃO JUDICIAL DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL DE 2º GRAU PARA OS
EFEITOS DE VERIFICAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR
135/2010**

À vista dos registros constantes do banco de dados deste Tribunal de Justiça, observado o disposto no artigo 1º, inciso I, alínea “e”, da Lei Complementar nº 64/1990, com redação dada pela Lei Complementar nº 135/2010, certifico que não foram localizados feitos criminais relativamente à parte:

FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA,
filho(a) de LYDIA FERNANDES FERREIRA,
nascido(a) em 21/01/1952,
RG 1003167721

17 de Outubro de 2017, às 14:38:45

OBSERVAÇÕES:

A presente certidão não atesta, necessariamente, a existência de condenações criminais. Em virtude de limitações técnicas, são listados na presente certidão todos os processos criminais distribuídos nesta Corte nas classes processuais originárias e recursais que, em tese, seriam passíveis de gerar inelegibilidade em virtude de condenação por órgão colegiado. O enquadramento, ou não, no critério de inelegibilidade definido pela Lei Complementar nº 135/2010 ficará sob a análise da Justiça Eleitoral.

Para a emissão desta certidão foram considerados os registros consolidados até a data anterior à sua geração.

A aceitação desta certidão está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **45ca827a0fc02a7b9011d174ed4ee589**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedida a presente certidão por não constar condenação criminal com trânsito em julgado contra a seguinte parte interessada:

FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA, Brasileiro, Divorciado, RG 1003167721 / SSP - RS, CPF 19986718015, filho de SALVADOR FERREIRA e LYDIA FERNANDES FERREIRA, nascido em 21/01/1952, Endereço - AVENIDA LAGEADO 13000.

17 de Outubro de 2017, às 14:35:33

OBSERVAÇÕES:

A aceitação desta certidão está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **e09a7d11335e421ad5a6760b550e1233**

Superior Tribunal de Justiça

Ofício n. 007984/2017-CD1T

Brasília, 26 de outubro de 2017.

AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 647343/RS (2004/0178620-6)

RELATOR : MINISTRO LUIZ FUX

PROC. : 70009108127, 61895, 87, 113469093, 70007990682

ORIGEM

AGRAVANTE : EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A

AGRAVADO : FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA

Senhora Advogada,

De ordem, encaminho a Vossa Senhoria a cópia impressa do arquivo digital da petição protocolizada nesta Corte sob o nº 00556097/2017, referente ao processo eletrônico em epígrafe, em virtude da baixa definitiva ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul em 20.05.2005, conforme andamento processual anexo.

Atenciosamente,

Barbara Amorim Sousa Camuña
Coordenadora da Primeira Turma

A Sua Senhoria a Senhora

Fernanda Sene Vieira

AZEVEDO, BARBOSA & DE LUCCA - ADVOGADOS ASSOCIADOS

SHIS Quadra 09, Conjunto 17, Casa 14 - Lago Sul

71625-170 - Brasília/DF

Registro Eletrônico: 2656854

Postulante: FERNANDA SENE DOMINGUES

Protocolizada por MARIA ONÍVIA ALMEIDA DE SOUZA em 23/10/2017 às 10:58:26 sob o número 556097/2017

Arquivos:

PEDIDO CERTIDÃO OBJETO E PE AG 647343.pdf
NOTA TECNICA EXIGÊNCIAS.pdf



Situação:

23/10/2017 12:26:14 Petição protocolada
23/10/2017 10:58:26 Petição recebida

Verificações da Assinatura Digital (ICP Brasil):

- Certificado Confiável
- Certificado não revogado
- Certificado com período válido
- Certificado com propósito válido
- Certificado com assinatura válida



AZEVEDO, BARBOSA & DE LUCCA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RELATOR DO AG 647.343 DA PRIMEIRA
TURMA DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AG 647.343

FERNANDA SENE VIEIRA, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/DF sob nº 37.191, vem, perante Vossa Excelência, requerer a expedição de certidão de objeto e pé do processo em epígrafe, com vistas a cumprimento de exigência feita pelo Il. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no processo nº 53790.000408/2000-05, por meio da Nota Técnica nº 23109/2017/SEI-MCTIC, conforme documento em anexo.

Nestes termos,
pede deferimento.



1

Brasília, 23 de outubro de 2017.

FERNANDA SENE VIEIRA
OAB/DF 37.191

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 23109/2017/SEI-MCTIC

Referência: Concorrência nº 099/2000 Processo nº 53790.000408/2000-05, Processo Piloto nº 53000.0003486/2005-00
Assunto: Instrução Processual, Homologação de Certame.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata o presente feto de instrução, com vistas à possível homologação da Concorrência nº 099/2000 - SSR/MCTIC, relativa à outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FSM), na localidade de São Lourenço do Sul, estado do Rio Grande do Sul, e consequente adjudicação do seu objeto à empresa vencedora da empresa de Comunicação do Sul Ltda.

ANÁLISE

2. Após detalhada análise dos autos e considerando-se que a homologação é o ato jurídico que ratifica as condições assinaladas pela entidade diante da habilitação e que busca garantir que estas permanecerão imutadas durante todo o procedimento licitatório, e fim de garantir a sua validade perante a lei, necessariamente há a apresentação dos documentos abaixo listados, para a devida instrução processual, com vistas à homologação do certame:

	DOCUMENTO(S)	FUNDAMENTO(S)
1	Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou balanço de abertura, quando ainda não houver concluído um exercício fiscal.	Decreto nº 52.795/1963, Art. 15, §2º, IV.
2	Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	Decreto nº 52.795/1963, Art. 15, §2º, IV.
3	Certidões negativas da distribuição cível e criminal das Justicas Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, da entidade e de todos os sócios, do endereço de cada um e do local de outorga, bem como certidões de protestos de títulos do local de residência dos últimos cinco anos de todos os sócios da entidade. No caso de haver Certidões Positivas, requer-se a(s) Certidão(es) de Objeto e Pé da apelação judicial(is) respectiva(s)	Decreto nº 52.795/1963, Art. 15, §2º, IV.
4	Certidões negativas do STJ, TRF 1ª Região, e da Seção Judiciária do DF, do TRF da região que afeta a localidade licitada e do Estado da Incrência licitada	Ordem de Serviço Conjunta SSC/CONJUR 001/2004
5	Certidão de Objeto e Pé em nome de Fernando Antônio Fernandes Faria Ata nº 643/03-RS 2006/71.00.007345-5 - TRF 4 Certidão de Objeto e Pé em nome de Empresa de Comunicação do Sul Ltda. - ME Resp. nº 6846/RS - STJ	Decreto nº 52.795/1963, Art. 15, §2º, IV.

3. Ressalta-se que a documentação solicitada é imprescindível à homologação de certame e a falsidade das informações prestadas sujeitam os responsáveis às sanções penais, cíveis e administrativas cabíveis, conforme a Lei.

CONCLUSÃO

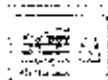
4. Assim sendo, opina-se pela notificação da entidade interessada, com vistas à apresentação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do correspondente ofício, dos documentos acima listados, sob pena de extinção do certame, conforme previsto no Edital que rege o presente Concurso, bem como na legislação pertinente.

A competência superior

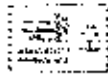
WILLIAM DE SOUZA CORREA
Comissão de Assessoramento Técnico

De acordo. Procede-se conforme o sugerido.

LUCIANA NÓBREGA BRAZ
Vice-Presidente
Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por William da Souza Correa - Administrador, em 09/10/2017, às 16:12, conforme art. 3º, III, "b", das Disposições MC nº 39/2016 e MC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por Luciana Nobrega Braz, Vice-Presidente da Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão, em 11/10/2017, às 16:19, conforme art. 3º, III, "b", das Disposições MC nº 39/2016 e MC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.stj.gov.br/verifica.html> informando o código verificador 2282032 e o código CRC 28C1779E.

Minutas e Anexos

Não Possui

Referência: Processo nº 0000000000000000

SP nº 0282032

Superior Tribunal de Justiça

Ag 647.343/RS (2004/0178620-6)

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

JUSTIÇA DE ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

VOLUMES: 1 APENSOS: 0

Origem

0009108127

1895

7

13469093

0007990682

Partes e Advogados

AGRAVANTE : EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A

ADVOGADO : CLARICE MELLO GUIMARÃES MAUTONE E OUTRO(S)

AGRAVADO : FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA

ADVOGADO : EDGAR CANABARRO DE LEMOS

Localização Atual

Saída para SEÇÃO DE EXPEDIÇÃO em 19/05/2005

Petição Nº	Tipo	Protocolo	Processamento
556097/2017	PET FERNANDA SENE VIEIRA	23/10/2017	

Fases

23/10/2017 12:26 Protocolizada Petição 556097/2017 (PET - PETIÇÃO) em 23/10/2017
20/05/2005 16:36 Processo Baixado a(ao) TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO GRANDE DO SUL - Guia Nº 6523
18/05/2005 08:52 Processo encaminhado à Seção de Protocolo Judicial para baixa definitiva a(o) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
18/05/2005 08:52 Decisão transitada em julgado
02/05/2005 10:53 Mandado de Intimação com o cliente do representante do(a) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL em 28/04/2005 arquivado nesta Coordenadoria
28/04/2005 06:57 Decisão do Ministro Relator publicada no DJ de 28/04/2005
20/04/2005 14:13 Decisão do Ministro Relator negando provimento ao Agravo aguardando publicação (prevista para 28/04/2005)
16/12/2004 16:26 Conclusão ao(à) Ministro(a) Relator(a) - pela SACE
15/12/2004 12:29 Processo distribuído automaticamente em 15/12/2004 - Ministro LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

26/10/2017

10:16

Pag. 1



Setor de Administração Federal Sul - SAFS Quadra 06 Loja 01 - Brasília-DF CEP: 70095-900
Internet: www.stj.gov.br - PABX: (61)3319-8000 - FAX: (61)3319-8194, 3319-8195, 3319-8700

Superior Tribunal de Justiça

Ofício n. 007983/2017-CD1T

Brasília, 26 de outubro de 2017.

RECURSO ESPECIAL n. 6846/RS (1990/0009193-4)

RELATOR : MINISTRO PEDRO ACIOLI

PROC. : 58804119

ORIGEM

RECORRENTE : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS TELEFÔNICAS

RECORRIDO : COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES

LITIS. : SÍNDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE COMUNICAÇÕES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhora Advogada,

De ordem, encaminho a Vossa Senhoria a cópia impressa do arquivo digital da petição protocolizada nesta Corte sob o nº 00556101/2017, referente ao processo eletrônico em epígrafe, em virtude da baixa definitiva ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, e nº 30.04.1991, conforme andamento processual anexo.

Atenciosamente,

Barbara Amorim Sousa Camuña
Coordenadora da Primeira Turma

A Sua Senhoria a Senhora
Fernanda Sene Vieira
AZEVEDO, BARBOSA & DE LUCCA - ADVOGADOS ASSOCIADOS
SHIS Quadra 09, Conjunto 17, Casa 14 - Lago Sul
71625-170 - Brasília/DF

Registro Eletrônico: 2656868

Postulante: FERNANDA SENE DOMINGUES

Protocolizada por MARIA ONÍVIA ALMEIDA DE SOUZA em 23/10/2017 às 11:02:06 sob o número 656101/2017

Arquivos:

PEDIDO CERTIDÃO OBJETO E PÉ RESP 6846.pdf
NOTA TECNICA EXIGÊNCIAS.pdf

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE PROTOCOLO JUDICIAL
23 OUT 2017 11 02

00556101



Situação:

23/10/2017 12:28:03 Petição protocolada
23/10/2017 11:02:06 Petição recebida

Verificações da Assinatura Digital (ICP Brasil):

- Certificado Confiável
- Certificado não revogado
- Certificado com período válido
- Certificado com propósito válido
- Certificado com assinatura válida



AZEVEDO, BARBOSA & DE LUCCA
ADVOCADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RELATOR DO RESP 6846/RS DA PRIMEIRA
TURMA DO COLENO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

RESP 6846/RS

FERNANDA SENE VIEIRA, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/DF sob nº 37.191, vem, perante Vossa Excelência, requerer a expedição de certidão de objeto e pé do processo em epígrafe, com vistas a cumprimento de exigência feita pelo Il. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no processo nº 53790.000408/2000-05, por meio da Nota Técnica nº 23109/2017/SEI-MCTIC, conforme documento em anexo.

Nestes termos,
pede deferimento.



1

Brasília, 23 de outubro de 2017.

FERNANDA SENE VIEIRA
OAB/DF 37.191

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 23109/2017/STJ-MC/IC

Referência: Concorrência nº 099/2000, Processo nº 537941HHM/2000-45, Processo Píloto nº 53000.003488/2000-00
Assunto: Instrução Processual, Homologação do Certame.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata o presente termo de instrução, com vistas à possível homologação da Concorrência nº 099/2000 - STJ-MC, relativa à outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), na localidade de São Lourenço do Sul, estado de Rio Grande do Sul, e consequente adjudicação do seu objeto à proposta vencedora Empresa de Comunicação do Sul Ltda.

ANÁLISE

2. Após detalhada análise dos autos e considerando-se que a homologação é o ato jurídico que ratifica as condições assumidas pela licitante quanto à habilitação e que basta garantir que estas permaneceram inalteradas durante todo o procedimento licitatório, a fim de garantir a sua validade perante a lei, necessário se faz a apresentação dos documentos abaixo listados, para a devida instrução processual, com vistas à homologação do certame:

	DOCUMENTO(S)	FUNDAMENTO(S)
1	Balancço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou balanço de abertura, quando ainda não houver concluído um exercício fiscal	Decreto nº 52.795/1963, Art. 15, §2º, "a".
2	Certidão negativa de débitos ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	Decreto nº 52.795/1963, Art. 15, §2º, "b".
3	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, da entidade e de todos os sócios, do endereço de cada um e do local da outorga, bem como certidões de protestos de títulos do local de residência dos últimos cinco anos de todos os sócios da entidade. No caso de haver Certidões Positivas, requer-se a(s) Certidão(ões) de Objeto e Pé de ação(ões) judiciais respectiva(s).	Decreto nº 52.795/1963, Art. 15º, §5º, "b".
4	Certidões negativas do STJ, TRF 1ª Região e da Seção Judiciária do DF, do TRF da região que afeta à localidade licitada e do Estado da localidade licitada.	Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR 001.0904
5	Certidão de Objeto e Pé em nome de Fernando Antônio Fernandes Ferreira: MG nº 64724138 20001100107355-9 - TRF 2 Certidão de Objeto e Pé em nome de Empresa de Comunicação do Sul Ltda - ME. Resp. nº 646925 - STJ	Decreto nº 52.795/1963, Art. 15º, §2º, "c".

3. Resalta-se que a documentação solicitada é imprescindível à homologação do certame e a falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, cíveis e administrativas cabíveis, conforme a Lei.

CONCLUSÃO

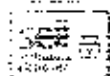
4. Assim sendo, opina-se pela notificação da entidade interessada, com vistas à apresentação, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento da correspondente ofício, dos documentos acima listados, sob pena de eliminação do certame, conforme previsto no Edital que rege a presente Concorrência, bem como na legislação pertinente.

À consideração superior,

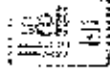
WILLIAM DE SOUZA CORREA
Comissão de Assessoramento Técnico

De acordo. Procede-se conforme o solicitado.

LUCIANA NOBREGA BRAZ
Vice-Presidente
Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por William de Souza Correa, Administrador, em 04/10/2017, às 16:12, conforme art. 1º, III, "b", das Disposições da Lei nº 89.301, e o MCTIC nº 34.230/5.



Documento assinado eletronicamente por Luciana Nobrega Braz, Vice-Presidente da Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão, em 11/10/2017, às 10:59, conforme art. 1º, III, "b", das Disposições da Lei nº 89.301 e o MCTIC nº 34.230/5.



A autenticação do documento pode ser conferida no site <http://salvador.jus.br/verificadoc> informando o código verificador 2282931 e o código CRC 28CF7F01.

Minutas e Anexos

Não Possui

Referência: Processo nº 23701-08406-2007-03

SEI nº 2382931

Superior Tribunal de Justiça

REsp 6.846/RS (1990/0009193-4)

RELATOR: MINISTRO PEDRO ACIOLI PRIMEIRA TURMA

JUSTIÇA DE ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VOLUMES: 1 APENSOS:

Origem

8804119

Partes e Advogados

RECORRENTE : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS TELEFONICAS
ADVOGADO : ABADE PEREIRA BULHÕES
RECORRIDO : COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES
ADVOGADO : CLEMIENS HUGO KIRCHER E OUTRO(S)
LITIS : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE COMUNICAÇÕES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : VICTOR DOUGLAS NUNEZ E OUTRO(S)

Localização Atual

Petição Nº	Tipo	Protocolo	Processamento
556101/2017	PET FERNANDA SENE VIEIRA	23/10/2017	

Fases

23/10/2017 12:28 Protocolizada Petição 556101/2017 (PET - PETIÇÃO) em 23/10/2017
06/05/1991 16:39 PROCESSO BAIXADO MALOTE 07681 TJ DE PORTO ALEGRE - RS
30/04/1991 14:23 BAIXA DEFINITIVA TJ/RS
30/04/1991 14:16 ACORDAO TRANSITADO EM JULGADO
18/03/1991 13:19 ACORDAO PUBLICADO NO DJ PAG 2781
28/02/1991 18:21 RESULTADO DE JULGAMENTO A TURMA, POR UNANIMIDADE, DEU PROVIMENTO AO RECURSO.EM 27.02.91.
18/02/1991 15:42 INCLUIDO EM PAUTA S
05/12/1990 15:00 CONCLUSAO AO MIN. RELATOR
05/12/1990 16:22 PROCESSO REAUTUADO COMO RESP POR ORDEM DO RELATOR (EX-AGRAVO NUMERO 5678)
04/12/1990 16:56 PROCESSO REMETIDO SRIP (AUTUAR COMO RE)
31/10/1990 13:14 DESPACHO PUBLICADO NO DJ
29/10/1990 14:13 DESPACHO AGUARDANDO PUBLICACAO NEGOU PROVIMENTO
22/10/1990 19:00 CONCLUSAO AO MIN. RELATOR COM PARECER DA SUB
24/09/1990 18:45 VISTA SUBPROCURADORIA
21/09/1990 16:23 CONCLUSAO AO MIN. RELATOR
19/09/1990 17:05 DISTRIBUICAO AUTOMATICA ORGAO JULGADOR - PRIMEIRA TURMA RELATOR - MIN. PEDRO ACIOLI

25/10/2017

10:16

Pag: 1



Setor de Administração Federal Sul - SAFS Quadra 06 Lote 01 - Brasília-DF CEP: 70095-900
Internet: www.stj.gov.br - PABX: (61)3319-8000 - FAX: (61)3319-8194, 3319-8195, 3319-8700



Superior Tribunal de Justiça

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) RECURSO ESPECIAL nº 6846/RS, do(a) qual é Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro PEDRO ACIOLI e no qual figuram, como RECORRENTE, FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS TELEFONICAS, advogados(as) ABADE PEREIRA BULHÕES (RS002835) e, como RECORRIDO, COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES, advogados(as) CLEMENS HUGO KIRCHER E OUTRO(S) () e, como LITISCONSORTE, SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE COMUNICAÇÕES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, advogados(as) VICTOR DOUGLAS NUNEZ E OUTRO(S) (RS002180), constam as seguintes fases: em 19 de Setembro de 1990, DISTRIBUICAO AUTOMATICA ORGAO JULGADOR - PRIMEIRA TURMA RELATOR - MIN. PEDRO ACIOLI; em 21 de Setembro de 1990, CONCLUSAO AO MIN. RELATOR; em 24 de Setembro de 1990, VISTA SUBPROCURADORIA; em 22 de Outubro de 1990, CONCLUSAO AO MIN. RELATOR COM PARECER DA SUB; em 29 de Outubro de 1990, DESPACHO AGUARDANDO PUBLICACAO NEGOU PROVIMENTO; em 31 de Outubro de 1990, DESPACHO PUBLICADO NO DJ; em 04 de Dezembro de 1990, PROCESSO REMETIDO SRIP (AUTUAR COMO RE); em 05 de Dezembro de 1990, PROCESSO REAUTUADO COMO RESP POR ORDEM DO RELATOR (EX-AGRAVO NUMERO 5678); em 06 de Dezembro de 1990, CONCLUSAO AO MIN. RELATOR; em 18 de Fevereiro de 1991, INCLUIDO EM PAUTA S; em 28 de Fevereiro de 1991, RESULTADO DE JULGAMENTO A TURMA, POR UNANIMIDADE, DEU PROVIMENT AO RECURSO.EM 27.02.91.; em 18 de Março de 1991, ACORDAO PUBLICADO NO DJ PAG 2781; em 30 de Abril de 1991, ACORDAO TRANSITADO EM JULGADO; em 30 de Abril de 1991, BAIXA DEFINITIVA TJ/RS; em 06 de Maio de 1991, PROCESSO BAIXADO MALOTE 07681 TJ DE PORTO ALEGRE - RS; em 23 de Outubro de 2017, PROTOCOLIZADA PETIÇÃO 556101/2017 (PET - PETIÇÃO) EM 23/10/2017; em 27 de Outubro de 2017, ATO ORDINATÓRIO PRATICADO (PETIÇÃO 556101/2017 (PETIÇÃO) RECEBIDA NA COORDENADORIA DA PRIMEIRA TURMA); em 30 de Outubro de 2017, EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO Nº 007983/2017-CD1T AO (À)ADVOGADA FERNANDA SENE VIEIRA (AR - ENVIADO); em 30 de Outubro de 2017, ATO ORDINATÓRIO PRATICADO (REMETIDA A PETIÇÃO 556101/2017 (PETIÇÃO)). Certifica, por fim, que o assunto tratado

Certidão de número 2032522, de código de segurança 25CB.3F68.C015.258E, Página 1 de 2 gerada em 31/10/2017 14:26:16.



Superior Tribunal de Justiça

no mencionado processo é: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS
MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO, Organização Sindical.

Certidão gerada via internet com validade de 30 dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:

Número da Certidão: **2032522**

Código de Segurança: **25CB.3F68.C015.258E**

Data de geração: **31 de Outubro de 2017, às 14:26:16**



*Certidão de número 2032522, de código de segurança 25CB.3F68.C015.258E, Página 2 de 2
gerada em 31/10/2017 14:26:16.*



Superior Tribunal de Justiça

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) AGRADO DE INSTRUMENTO nº 647343/RS, do(a) qual é Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro LUIZ FUX e no qual figuram, como AGRAVANTE, EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A, advogados(as) CLARICE MELLO GUIMARÃES MAUTONE E OUTRO(S) (RS017212) e, como AGRAVADO, FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA, advogados(as) EDGAR CANABARRO DE LEMOS (RS006565), constam as seguintes fases: em 15 de Dezembro de 2004, PROCESSO DISTRIBUÍDO AUTOMATICAMENTE EM 15/12/2004 - MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA; em 16 de Dezembro de 2004, CONCLUSÃO AO(À) MINISTRO(A) RELATOR(A) - PELA SACE; em 20 de Abril de 2005, DECISÃO DO MINISTRO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO AGRADO AGUARDANDO PUBLICAÇÃO (PREVISTA PARA 28/04/2005); em 28 de Abril de 2005, DECISÃO DO MINISTRO RELATOR PUBLICADA NO DJ DE 28/04/2005; em 02 de Maio de 2005, MANDADO DE INTIMAÇÃO COM O CIENTE DO REPRESENTANTE DO(A) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM 28/04/2005 ARQUIVADO NESTA COORDENADORIA; em 18 de Maio de 2005, DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO; em 18 de Maio de 2005, PROCESSO ENCAMINHADO À SEÇÃO DE PROTOCOLO JUDICIAL PARA BAIXA DEFINITIVA A(O) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; em 20 de Maio de 2005, PROCESSO BAIXADO A(AO) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL - GUIA Nº 6523; em 23 de Outubro de 2017, PROTOCOLIZADA PETIÇÃO 556097/2017 (PET - PETIÇÃO) EM 23/10/2017; em 27 de Outubro de 2017, ATO ORDINATÓRIO PRATICADO (PETIÇÃO 556097/2017 (PETIÇÃO) RECEBIDA NA COORDENADORIA DA PRIMEIRA TURMA); em 30 de Outubro de 2017, EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO Nº 007984/2017-CD1T AO (À)ADVOGADA FERNANDA SENE VIEIRA (AR - ENVIADO). Certifica, por fim, que o assunto tratado no mencionado processo é: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO, Atos Administrativos, Infração Administrativa, Multas e demais Sanções.

Certidão gerada via internet com validade de 30 dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:

Certidão de número 2032520, de código de segurança E85D.C04E.2251.A494, Página 1 de 2 gerada em 31/10/2017 14:24:35.



Superior Tribunal de Justiça

Número da Certidão: **2032520**

Código de Segurança: **E85D.C04E.2251.A494**

Data de geração: **31 de Outubro de 2017, às 14:24:35**



Certidão de número 2032520, de código de segurança E85D.C04E.2251.A494, Página 2 de 2 gerada em 31/10/2017 14:24:35.

Nº 224765



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Distrito Federal**, que

N A D A C O N S T A

contra **SAMUEL PAPELBAUM** nem contra o **CPF: 019.645.777-72**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (**www.jfdf.jus.br**), informando-se o número de controle acima descrito.
- e) Certidão emitida para determinada Seção Judiciária só se refere a processos que tramitam em unidades jurisdicionais sediadas na capital do estado e UAAs a elas vinculadas.

Certidão Emitida em: 20/10/2017 às 16:11 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 20/10/2017, 16h11min.

Endereço: SAS, Quadra 02, bloco G, lote 08, Anexo A, CEP:70040-000, BRASÍLIA - DF. Fone: (61) 3221-6000. e-Mail: nucju@df.trf1.gov.br

Nº 4210834



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **SAMUEL PAPELBAUM** nem contra o **CPF: 019.645.777-72**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Certidão Emitida em: 20/10/2017 às 16:10 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 20/10/2017, 16h10min.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900. Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br



Superior Tribunal de Justiça

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos e, tendo como critério de pesquisa o nome indicado pelo interessado e suas possíveis variações de grafia,

CERTIFICA

não constar processos em nome da pessoa física de "SAMUEL PAPELBAUM".

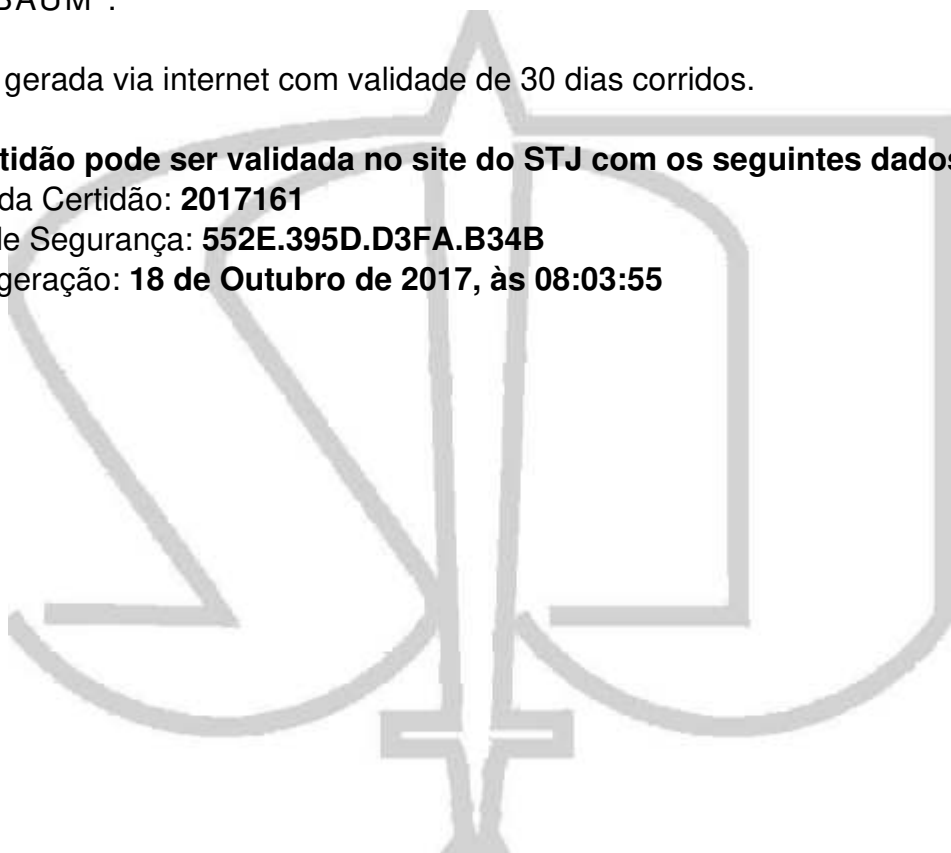
Certidão gerada via internet com validade de 30 dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:

Número da Certidão: **2017161**

Código de Segurança: **552E.395D.D3FA.B34B**

Data de geração: **18 de Outubro de 2017, às 08:03:55**



Certidão de número 2017161, de código de segurança 552E.395D.D3FA.B34B, Página 1 de 1 gerada em 18/10/2017 08:03:55.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES
CÍVEIS, CRIMINAIS, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS

Nº da Certidão 2017.00828939

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 25/04/1967, até a presente data, exclusivamente na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, **que contra:**

SAMUEL PAPELBAUM, ou vinculado ao **CPF: 019.645.777-72**,

NADA CONSTA, na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (<http://www.jfrj.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 17/10/2017 , às 15:32.

Seção de Informações Processuais

Página Inicial | Retornar à Impressão de Certidão |  **Imprimir**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES
ORIGINÁRIAS CÍVEIS e CRIMINAIS

Nº da Certidão 2017.00580469

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 30/03/1989, até a presente data, exclusivamente no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro e jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, **que contra:**

SAMUEL PAPELBAUM, ou vinculado ao **CPF: 019.645.777-72**,

NADA CONSTA, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (<http://www.trf2.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 17/10/2017 , às 15:31.

Secretaria de Atividades Judiciárias

Página Inicial | Retornar à Impressão de Certidão | **Imprimir**



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **SAMUEL PAPELBAUM**

Inscrição: **017797040370** Zona: 17 Seção: 194

Município: 60011 - RIO DE JANEIRO UF: RJ

Data de Nascimento: 25/02/1943 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: CHAJA GITLA PAPELBAUM
DAWID PAPELBAUM

Certidão emitida às 15:28 de 17/10/2017

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.jus.br>, por meio do código **T1WP.PUQL.N2RC.EG5I**



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **SAMUEL PAPELBAUM**
Inscrição: **017797040370** Zona: 17 Seção: 194
Município: 60011 - RIO DE JANEIRO UF: RJ
Data de Nascimento: 25/02/1943 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: CHAJA GITLA PAPELBAUM
DAWID PAPELBAUM

Certidão emitida às 15:27 de 17/10/2017

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **2SPV.Z7ØP.XPD5.WVR/**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

**CERTIDÃO JUDICIAL DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL DE 2º GRAU PARA OS
EFEITOS DE VERIFICAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR
135/2010**

À vista dos registros constantes do banco de dados deste Tribunal de Justiça, observado o disposto no artigo 1º, inciso I, alínea “e”, da Lei Complementar nº 64/1990, com redação dada pela Lei Complementar nº 135/2010, certifico que não foram localizados feitos criminais relativamente à parte:

SAMUEL PAPELBAUM,
filho(a) de CHAJA GITLA PAPELBAUM,
nascido(a) em 25/02/1943,
RG 016568214

17 de Outubro de 2017, às 14:49:36

OBSERVAÇÕES:

A presente certidão não atesta, necessariamente, a existência de condenações criminais. Em virtude de limitações técnicas, são listados na presente certidão todos os processos criminais distribuídos nesta Corte nas classes processuais originárias e recursais que, em tese, seriam passíveis de gerar inelegibilidade em virtude de condenação por órgão colegiado. O enquadramento, ou não, no critério de inelegibilidade definido pela Lei Complementar nº 135/2010 ficará sob a análise da Justiça Eleitoral.

Para a emissão desta certidão foram considerados os registros consolidados até a data anterior à sua geração.

A aceitação desta certidão está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **9f6a0cfa4be6ce820b55855ea10e4290**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedida a presente certidão por não constar condenação criminal com trânsito em julgado contra a seguinte parte interessada:

SAMUEL PAPELBAUM, Brasileiro, Casado, RG 016568214 / SSP - RJ, CPF 01964577772, filho de DAWID PAPELBAUM e CHAJA GITLA PAPELBAUM, nascido em 25/02/1943, Endereço - AV ALMIRANTE BARROSO, 52, 11 ANDAR, RIO DE JANEIRO/RJ.

17 de Outubro de 2017, às 14:49:01

OBSERVAÇÕES:

A aceitação desta certidão está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **f078c835ad207ce35dad9ad7a03d0b55**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é expedida a presente certidão por não constar distribuição de ação cível em tramitação contra a seguinte parte interessada:

SAMUEL PAPELBAUM, Brasileiro, Casado, RG 016568214 / SSP - RJ, CPF 01964577772, filho de DAWID PAPELBAUM e CHAJA GITLA PAPELBAUM, nascido em 25/02/1943, Endereço - AV ALMIRANTE BARROSO, 52, 11 ANDAR, RIO DE JANEIRO/RJ.

17 de Outubro de 2017, às 14:48:28

OBSERVAÇÕES:

A aceitação desta certidão está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **ce74b0e2fb2373d2bcc5338b8f311fe3**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES
ORIGINÁRIAS CÍVEIS e CRIMINAIS**

Nº da Certidão 2017.00588267

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 30/03/1989, até a presente data, exclusivamente no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro e jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, **que contra:**

SAMUEL PAPELBAUM, ou vinculado ao **CPF: 019.645.777-72**,

NADA CONSTA, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (<http://www.trf2.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 23/10/2017 , às 16:56.

Secretaria de Atividades Judiciárias

[Página Inicial](#) | [Retornar à Impressão de Certidão](#) |  [Imprimir](#)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES
CÍVEIS, CRIMINAIS, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS

Nº da Certidão 2017.00846229

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 25/04/1967, até a presente data, exclusivamente na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, **que contra:**

SAMUEL PAPELBAUM, ou vinculado ao **CPF: 019.645.777-72**,

NADA CONSTA, na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (<http://www.jfrj.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 23/10/2017 , às 16:34.

Seção de Informações Processuais

Página Inicial | Retornar à Impressão de Certidão | Imprimir

7º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO (TÍTULOS PARA PROTESTO)**CNPJ: 27.586.163/0001-54**

Rua da Assembleia, 10 sala 2212 - Centro Cândido Mendes - Tel: 2531-1412

Recibo Certidao	Nº do Recibo 013994/2017	Data Devolução/Entrega 26/10/2017		
REQUERENTE				
Nome 17001968300009	Data e Hora da Emissão 25/10/2017 às 8:14			
EMOLUMENTOS				
TABELA	ITEM	NOME DO ATO	QUANT.	VALOR
01	1	BUSCAS		20,16
04	8	Cert.ext.livro		38,57
Emolumentos =>				58,73
Qtd.neste Recibo =>				1
TOTAL DOS EMOLUMENTOS				58,73
F.E.T.J. 20% (Lei 3217, de 27.05.99)				11,74
FUNPERJ 5% (Lei 4664, de 14.12.05)				2,93
FUNDPERJ 5% (Lei Complementar 111, de 13.03.06)				2,93
FUNARPEN/RJ 4% (Ato Exec. Conj. Nº 27/2012)				2,34
ATOS GRATUITOS E PMCMV 2%				0,77
I.S.S 7128/15				2,96
TOTAL DO RECIBO				82,40
(OITENTA E DOIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS*****) Referente a 1 Pedido(s) de Certidao				
Nome e Assinatura do Funcionário Antigo Mast				
LEIA INFORMAÇÕES MUITO IMPORTANTES NO VERSO				

- I - Os documentos somente serão devolvidos/entregues mediante apresentação deste Recibo;
- II - Devolução/entrega de documentos dentro em 24 horas após a emissão deste Recibo;
- III - Nesta Serventia não há cobrança de qualquer taxa de urgência;
- IV - Em caso de dúvida quanto ao valor cobrado, dirija-se ao Oficial ou a seus Substitutos (sala 2212), à Corregedoria Geral de Justiça ou ao PROCON.

Visite nosso S.te: www.7oficio.com.br

Tabelionato do 1º Ofício de Protesto
Av. Erasmo Braga, 227 - 1º andar
Tel.: 2531-1687 / 2531-2568 / 2531-2578

Tabelionato do 2º Ofício de Protesto
Rua do Carmo, 9 - 3º andar
Tel.: 2531-2427 / 2531-2428

Tabelionato do 3º Ofício de Protesto
Rua da Assembleia, 10 sala 2104
Tel.: 2510-2802

Tabelionato do 4º Ofício de Protesto
Rua da Assembleia, 10 sala 2114
Tel.: 2531-2094

7º Ofício de Registro de Distribuição (Títulos para Protesto)
Rua da Assembleia, 10 - sala 2212
Tel.: 2531-1412
sac@setimo.com.br
SAC - Tel.: 2531-2100

7º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃORUA DA ASSEMBLEIA 10 - SALA 2212
CENTRO CÂNDIDO MENDESO Doutor **Antonio Carlos Leite Penteado**,
Oficial do 7º Ofício de Registro de Distribuição (de Títulos
para Protesto) da Capital do Estado do Rio de Janeiro,**CERTIFICA**que revendo os registros das distribuições de duplicatas, tripli-
catas, notas promissórias, letras de câmbio, cheques, "warrants",
debêntures, conhecimentos de frete, confissões e dívidas,
verificações de contas, contratos de câmbio, células de crédito
bancário e outros documentos de dívida, feitas em seu
serviço desde 01 OUTUBRO 2012 ATÉ 25 OUTUBRO 2017

NADA CONSTA CONTRA SAMUEL PAPELBAUM

COM O CPF : 019645777-72

(*ZERO*UM*NOVE*SEIS*QUATRO*CINCO*SETE*SETE*SETE*SETE*DOIS*)

ESTADO DO



LAIR PIRES DA FONSECA

3º Substituto

7º Ofício de Registro de Distribuição

Matrícula: 94-2983-CJ

O REFERIDO É VERDADE E DA FE.
Certidão emitida em nome de SAMUEL PAPELBAUM Cgo/Cpf 01964577772
RIO DE JANEIRO (RJ), 26 OUTUBRO 2017
EU, OFICIAL, A ASSINO.

TABELA	ITEM	ATO	EMOLUMENTOS
01	1	Buscas	R\$ 20,16
04	8	Cert.ext.livro	R\$ 38,57
EMOLUMENTOS			R\$58,73
F.E.T.J 20%			R\$ 11,74
FDPERJ+FFERJ+FUNPEN 14%			R\$ 8,20
ATOS GRAT.E PMCMV 02%			R\$ 0,77
I.S.S 7128/15			R\$ 2,96
TOTAL DO ATO			R\$82,40

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônica
ECHI 19986 AWP
Consulte a validade do selo em:
www3.tjrj.jus.br/sitepublico

SAC: 2531-2100

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS

SAC@SETIMO.COM.BR



FINALIDADE EXCLUSIVA declarada pelo requerente:

ACAO JUDICIAL.



17001969300008

RBCIBO: 743089

SELO: ECHY89540NSN

Modelo: CRIME

1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO
Delegatário: Lélío Gabriel Heliodoro dos Santos

ATENÇÃO: A FINALIDADE EXCLUSIVA desta certidão, que identifica e define sua utilização, é declarada pelo requerente e integra seu conteúdo material.

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E
COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- A) AÇÕES PENAS E OUTROS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DA 2ª INSTÂNCIA;
- B) INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS DISTRIBUÍDOS ÀS VARAS CRIMINAIS;
- C) AÇÕES PENAS PÚBLICAS E PRIVADAS, OUTROS PROCEDIMENTOS E PRECATÓRIAS DAS VARAS CRIMINAIS;
- D) INQUÉRITOS POLICIAIS-MILITARES, FLAGRANTES, AÇÕES PENAS E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR;
- E) AÇÕES PENAS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS DAS VARAS REGIONAIS (MADUREIRA E JACAREPAGUÁ);
- F) AÇÕES PENAS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS;
- G) AÇÕES PENAS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER;
- H) AÇÕES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ITINERANTE.

DESDE VINTE E DOIS DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE ATÉ VINTE E DOIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE (22/10/1997 ATÉ 22/10/2017), dele(s) *****

*** * * * * NADA CONSTA * * * * ***

Relativamente ao nome de SAMUEL PAPELBAUM - CPF: 019.645.777-72, con forme requerido. CONSTA ENTRETANTO CONTRA SAMUEL LUTSMAN - CPF: 019.645.777-72 o seguinte: (ESP.1/834) (CPF: 019.645.777-72) {Acao: QUEI XA CRIME - Classe: Acao Penal - PROCEDIMENTO SUMARIO - Assunto: CALU NIA (ART. 138 - CP)} a 38a Vara Criminal em 10/11/1999 a req.de Mari a do Carmo Martins Rangel <Proc: 1999.001.152537-0> <Proc: 016214450 19998190001> (Anotacao: PERSONAGEM RETIFICADO NO POLO PASSIVO Conf.Of .304596491 de 03/04/2014 Anot.08/04/2014); ***** Rio de Janeiro, Capital em 27/10/2017. Obs.: Certidao extraida confo rme requisitos obrigatorios previstos na Lei 11.971/09. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido. Emolumentos Tab.01. Ato 01: R\$ 24,36, Tab.04-Ato 08: R\$ 38,57, LEI 6.370 Art.2 §4: R\$ 0,77, FETJ: R\$ 12,58, FUNDPERJ : R\$ 3,14, FUNPERJ: R\$ 3,14, FUNARPEN: R\$ 2,51, ISS: R\$ 3,35. TOTAL: R\$ 88,42. EU, RICARDO DA COSTA MEIRELES (Mat.94/1867), Oficial Subst ituto a assino.

Poder Judiciário - TJRJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
ECHY 89540 NSN
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

RICARDO DA COSTA MEIRELES
Oficial Substituto (94/1867)

Conferido em 27/10/2017 por:
BIANCA LOPES DA SILVA
Auxiliar (CTPS 10080,108-KJ)

Certidão em nome de SAMUEL PAPELBAUM - CPF: 019.645.777-72, conforme o requerido.

A PROVA NEGATIVA CÍVEL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO. CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 31 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL. DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.



2º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7º ANDAR - CEP 20011-001

CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

REQUERIDA EM: 25/10/2017

MODELO(B)>> CERTIFICA A a H <<

PARA FINS DE: AÇÃO JUDICIAL

Ronaldo Cramer Moraes Veiga - Oficial Registrador

Jorge Constancio Cassas - Substituto

196930

03/64 Pag: 0001

R:1690387

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A e D Á F É

QUE REVENDO OS LIVROS E ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO OU ANDAMENTO SOBRE:

- A - Ações Penais e outros Procedimentos de competência originárias da 2ª. Instância;
 - B - Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórios e outros Procedimentos de competência das Varas Criminais;
 - C - Ações Penais Públicas e Privadas e outros Procedimentos e Precatórios das Varas Criminais;
 - D - Inquéritos Policiais - Militares, Flagrantes, Ações Penais e Precatórios e outros Procedimentos de competência das Auditorias da Justiça Militar;
 - E - Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórios e outros Procedimentos de competência das Varas Regionais;
 - F - Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórios e outros Procedimentos de competência dos Juizados Especiais Criminais;
 - G - Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórios e outros Procedimentos de competência dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
 - H - Ações de competência da Justiça Itinerante, desde:
- VINTE E TRES DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE ATÉ VINTE E TRES DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE (23/10/1997 a 23/10/2017) dele(s).....

.....**NADA CONSTA**.....
Relativamente ao Nome de SAMUEL PAPELBAUM Qualificação: 01964577772
(conforme requerido).....

EMITIDA EM: 26/10/2017, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL

EU REGISTRADOR ASSINO.

TOTAL R\$: 88.42

EMOL R\$: 62.93 - PMCMV(2%)R\$: 0.77 - FETJ(20%)R\$: 12.58 - FUNDPEN(5%)R\$: 3.14 - FUNPER(15%)R\$: 3.14 - FUNARPEN(4%)R\$: 2.51 - ISS(5%)R\$: 3.35

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônica
RCGX51348-IL8
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Luiz Augusto da
Silva do Carmo
Escrevente
Mat. 04/3730





SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL

3º Ofício do Registro de Distribuição

Rua da Assembleia, 58 - 12º Andar - Cep 20011-000
Central de Certidões - Av. Almirante Barroso, 90 - 2º Andar

CERTIDÃO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, AO VERIFICAR OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DE SEU OFÍCIO RELATIVOS A FEITOS EM ANDAMENTO, NO PERÍODO REQUERIDO E NO QUE CONCERNE AOS ASSUNTOS ABAIXO DISCRIMINADOS, **CERTIFICA E DÁ FÉ:**

- a) Ações Penais e outros procedimentos de competência originária da 2ª Instância;
- b) Inquéritos Policiais, Flagrantes e outros procedimentos investigatórios distribuídos às Varas Criminais;
- c) Ações Penais Públicas e Privadas, outros procedimentos e precatórias de competência das Varas Criminais;
- d) Inquéritos Policiais-Militares, Flagrantes, Ações Penais e precatórias de competência das Auditorias da Justiça Militar;
- e) Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência das Varas Regionais (Campo Grande);
- f) Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados Especiais Criminais;
- g) Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- h) Ações de competência da Justiça Itinerante, desde

VINTE E TRES DE OUTUBRO DE UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E SETE até VINTE E TRES DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE (23/10/1997 até 23/10/2017) deles **NADA CONSTA** contra o nome de: **SAMUEL PAPELBAUM**, qualificação: CPF 01964577772 (conforme requerido)

Emitida em: 25/10/2017 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obrigatórios previstos na Lei 11.971/09: **NÃO CONSTAM.**

EMOLUMENTOS R\$ 62,93 (Tab1, Ato1 e Tab4, Ato8) + R\$ 0,77 (Lei 6.370/2012) + R\$ 12,58 (FETJ) + R\$ 3,14 (FUNPERJ) + R\$ 3,14 (FUNPERJ) + R\$ 2,51 (FUNARPEN), totalizando R\$ 85,07

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônica
ECHB38707 LKF
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Cert. Proc. p/ HELENA

3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO
Antônio Carlos Oliveira da Silva
Substituto do Titular
Mat. 94/0281

INSTITUTO DE ECONOMIA E FINANÇAS
FACULDADE DE ECONOMIA E FINANÇAS
CURSO DE ECONOMIA
DISCIPLINA DE ECONOMIA GERAL



17001969300002

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL
CERTIDÃO DE REGISTRO DE
DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS



Emolumentos: Tab 16 Item 01 R\$24,36 Tab 19 Item 08
R\$38,57 (FETJ) R\$12,58 (FUNPERJ) R\$3,14
(FUNDPERJ) R\$3,14 (FUNARPEN) R\$2,51 (CG -
PORTARIA 17/13) R\$0,77 (LEI 3189/15 art 2)
R\$3,35 = Total R\$88,42

4º Ofício do Registro de Distribuição

Rua do Carmo, 8 - 3º andar

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Filho
Titular

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto
Substituto do Titular

O OFICIAL REGISTRADOR DO 4º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,
CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

RAFAELL

(0)

26/10/2017

C E R T I F I C A

Folha: 1

09:04:44

CHX80831

e DÁ FÊ QUE, ao verificar os livros e/ou assentamentos de seu Serviço Registral, relativos a feitos em curso ou andamento, no período requerido, no que concerne aos assuntos abaixo:

- I - AÇÕES PENAIS e outros procedimentos de competência originária da 2ª INSTÂNCIA;
- II - INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES e outros procedimentos investigatórios distribuídos às VARAS CRIMINAIS;
- III - AÇÕES PENAIS PÚBLICAS E PRIVADAS, outros procedimentos e precatórias de competência das VARAS CRIMINAIS;
- IV - INQUÉRITOS POLICIAIS - MILITARES, FLAGRANTES, AÇÕES PENAIS E PRECATÓRIAS de competência das Auditorias da Justiça Militar;
- V - AÇÕES PENAIS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS e outros procedimentos de competência das Varas Regionais do Meier, Santa Cruz e Ilha do Governador;
- VI - AÇÕES PENAIS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS e outros procedimentos de competência dos Juizados Especiais Criminais afetos a este Ofício;
- VII - AÇÕES PENAIS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS e outros procedimentos de competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher afetos a este Ofício;
- VIII - Ações de Competência da Justiça Itinerante, desde:

VINTE E TRES DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE xxxxxxxx ate
VINTE E TRES DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de
SAMUEL PAPELBAUM xxx
CPF: 019.645.777-72//
REQUERIDA E EMITIDA EM 25/10/2017, RIO DE JANEIRO.//
FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE: AÇÃO JUDICIAL.//

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
ECHX80831 VDH
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

9172208244603001

Utilização do processo de
chancela mecânica
autorizado pelo aviso nº
1388/2012 de 29 de
novembro de 2012

4º Ofício do Registro de Distribuição - Comércio da Capital



Natália de Aquino
Escritorinha Substituta - Matr. 910280 - CGJ

CONFERIDO POR



AAA 7417972

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA, SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE AUTENTICAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.



FINALIDADE EXCLUSIVA declarada pelo requerente:

ACAO JUDICIAL.


17001969300007
RECIBO: 743099
SELO: ECHY89539PUB
Modelo: CIVEL

1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO
Delegatário: Léllo Gabriel Heliodoro dos Santos

ATENÇÃO: A FINALIDADE EXCLUSIVA desta certidão, que identifica e define sua utilização, é declarada pelo requerente e integra seu conteúdo material.

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E
COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- A) RESCISÓRIAS;
- B) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E DEMAIS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EMPRESARIAL;
- C) SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA DE FAMÍLIA;
- D) AÇÕES ACIDENTÁRIAS;
- E) RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM REGISTROS PÚBLICOS;
- F) MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES, ETC.) DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEL;
- G) ORDINÁRIAS, SUMÁRIAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, EXECUÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEIS;
- H) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DAS VARAS REGIONAIS (MADUREIRA, JACAREPAGUÁ E LEOPOLDINA);
- I) INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES DE AUSÊNCIA E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM ÓRFÃOS E SUCESSÕES;
- J) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS AFETOS A ESTE OFÍCIO DE REGISTRO;
- K) AÇÕES DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO MENCIONADAS NOS §§ 1º E 3º DO ARTIGO 33 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CGJ/RJ (PROVIMENTO 11/2009);
- L) AÇÕES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ITINERANTE.

DESDE VINTE E DOIS DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE ATÉ VINTE E DOIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE (22/10/1997 ATÉ 22/10/2017), dele(s) *****

*** * * * * NADA CONSTA * * * * ***

Relativamente ao nome de SAMUEL PAPELBAUM - CPF: 019.645.777-72**** Rio de Janeiro, Capital em 27/10/2017. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido. Emolumentos Tab.01. Ato 01: R\$ 36,96, Tab.04-Ato 08: R\$ 38,57, LE I 6.370 Art.2 §4: R\$ 0,77, FETJ: R\$ 15,10, FUNDPERJ: R\$ 3,77, FUNPERJ: R\$ 3,77, FUNARPEN: R\$ 3,02, ISS: R\$ 4,02. TOTAL: R\$ 105,98. EU, RICARDO DA COSTA MEIRELES (Mat.94/1867), Oficial Substituto a assino.

Poder Judiciário - TJRJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônica
ECHY 89539 PUB
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

RICARDO DA COSTA MEIRELES
Oficial Substituto (94/1867)

Conferido em 27/10/2017 por:
BIANCA LOPES DA SILVA
Auxiliar (CTPS 30020/104-R1)

Certidão em nome de SAMUEL PAPELBAUM - CPF: 019.645.777-72, conforme o requerido.

A PROVA NEGATIVA CÍVEL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO. CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 31 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL. DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.



2º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7º ANDAR - CEP 20011-001

CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

REQUERIDA EM: 25/10/2017

MODELO(A)>> CERTIFICA A a L <<

PARA FINS DE: AÇÃO JUDICIAL

Ronaldo Cramer Moraes Veiga - Oficial Registrador

Jorge Constancio Cassas - Substituto

196930

03/63 Pag: 0001

R:1690387

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A e D Á F É

QUE REVENDO OS LIVROS E ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO OU ANDAMENTO SOBRE:

- A - Recisórias;
 - B - Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas as varas com competência Represarial;
 - C - Separações, Divórcios, Alimentos e outras ações e precatórias distribuídas as varas com competência de Família;
 - D - Ações Acidentárias;
 - E - Retificações, Averbações e outras ações e precatórias distribuídas as Varas com competência em Registros Públicos;
 - F - Medidas cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensões, Notificações e outros) distribuídas as varas com competência Cível;
 - G - Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções e outras ações e precatórias distribuídas as varas com competência Cível;
 - H - Ações e precatórias de competência das Varas Regionais;
 - I - Inventários, Testamentos, Arrolamentos, Administrações provisórias, Tutelas, Interdições, Curatelas, Declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas as varas com competência em Órfãos e Sucessões;
 - J - Ações e precatórias de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
 - K - Ações distribuídas as varas de Infância, da Juventude e do Idoso, mencionadas no parágrafo primeiro do Artigo 382 da Consolidação Geral da Corregedoria Geral de Justiça;
 - L - Ações de competência da Justiça Itinerante desde:
- VINTE E TRES DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE ATÉ VINTE E TRES DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE (23/10/1997 a 23/10/2017) dele(s).....

.....**NADA CONSTA**.....
Relativamente ao Nome de SAMUEL PAPELBAUM Qualificação: 01964577772
(conforme requerido).....

EMITIDA EM: 26/10/2017, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL

EU REGISTRADOR ASSINO.

TOTAL R\$: 105.98

EMOL R\$: 75.53 - PMCMV(2%)R\$: 0.77 - PETJ(20%)R\$: 15.10 - FUNDPERJ(5%)R\$: 3.77 - FUNPERJ(5%)R\$: 3.77 - FUNARPEN(1%)R\$: 3.02 - ISS(5%)R\$: 4.02

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônica
BCGX51347-ILR
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Liex Augusto da
Silva do Carmo
Escrivente
Mat. 64/3730



Requerida em 25/10/2017

Finalidade declarada FINS NEGOCIAIS

196930/2017-1.00

Modelo CÍVEL folha 01

0902611892



SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL

3º Ofício do Registro de Distribuição

Rua da Assembleia, 58 - 12º Andar - Cep 20011-000
Central de Certidões - Av. Almirante Barroso, 90 - 2º Andar

CERTIDÃO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, AO VERIFICAR OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DE SEU OFÍCIO RELATIVOS A FEITOS EM ANDAMENTO, NO PERÍODO REQUERIDO E NO QUE CONCEPNE AOS ASSUNTOS ABAIXO DISCRIMINADOS, CERTIFICA E DÁ FÉ:

- a) Rescisórias;
- b) Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresarial;
- c) Separações, Divórcios, Alimentos e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência de Família;
- d) Ações Acidentárias;
- e) Retificações, Averbações e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Registros Públicos;
- f) Medidas Cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensões, Notificações e outros) distribuídas às varas com competência Cível;
- g) Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência Cível;
- h) Ações e Precatórias de competência das Varas Regionais (Campo Grande e Barra da Tijuca);
- i) Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões;
- j) Ações e precatórias de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
- k) Ações distribuídas às Varas da Infância, da Juventude e do Idoso mencionadas nos parágrafos 1º e 3º do artigo 33 da Consolidação Normativa da CGJ;

l) Ações de competência da Justiça Itinerante, desde

VINTE E TRES DE OUTUBRO DE UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E SETE até VINTE E TRES DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE (23/10/1997 até 23/10/2017) deles **NADA CONSTA** contra o nome de: **SAMUEL PAPELBAUM**, qualificação: CPF 01964577772 (conforme requerido)

Emitida em: 25/10/2017 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obrigatórios previstos na Lei 11.971/09: NÃO CONSTAM.

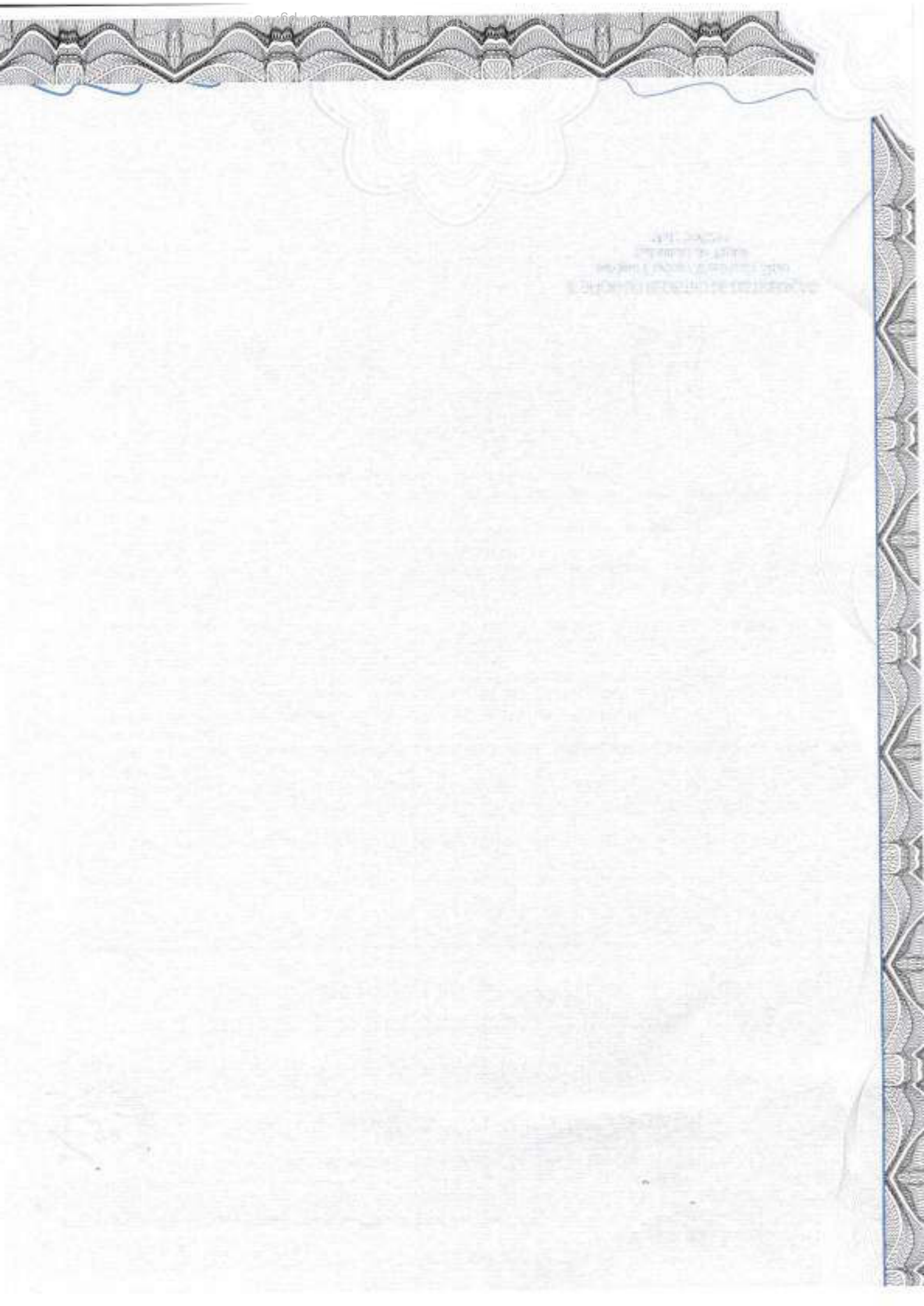
EMOLUMENTOS R\$ 75,53 (Tab1, Ato1 e Tab4, Ato8) + R\$ 0,77 (Lei 6.370/2012) + R\$ 15,10 (FETJ) + R\$ 3,77 (FUNDPERJ) + R\$ 3,77 (FUNPERJ) + R\$ 3,02 (FUNARPEN), totalizando R\$ 101,96

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônica
ECHB38706 JRB
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.trj.jus.br/sitepublico>

Cert. Proc. p/ HELENA

3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO
Antônio Carlos Oliveira da Silva
Substituto do Titular
Mat.: 940281

Estado do Rio de Janeiro





17001969300001

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL
CERTIDÃO DE REGISTRO DE
DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS



Emolumentos: Tab 16 Item 01 R\$36,96 Tab 19 Item 08
R\$38,57 (FETJ) R\$15,10 (FUNPERJ) R\$3,77
(FUNDPERJ) R\$3,77 (FUNARPEN) R\$3,02 (CG -
PORTARIA 17/13) R\$0,77 (LEI 3189/15 art 2)
R\$4,02 = Total R\$105,98

4º Ofício do Registro de Distribuição

Rua do Carmo, 8 - 3º andar

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Filho
TitularHermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto
Substituto do Titular

O OFICIAL REGISTRADOR DO 4º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,
CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

RAFAELL

(0)

26/10/2017

C E R T I F I C A

Folha: 1

09:04:44

CHX80830

e DÁ FÉ QUE, ao verificar os livros e/ou assentamentos de seu Serviço Registral, relativos a feitos em curso ou andamento, no período requerido, no que concerne aos assuntos abaixo:

- I - RESCISÓRIAS e outras ações de competência originária da 2ª Instância;
- II - FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência EMPRESARIAIS;
- III - SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência de FAMÍLIA;
- IV - AÇÕES ACIDENTÁRIAS de competência das Varas Cíveis;
- V - RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em REGISTROS PÚBLICOS;
- VI - MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES e outros) distribuídas às varas com competência Cíveis;
- VII - ORDINÁRIAS, SUMÁRIAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, EXECUÇÕES e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência Cíveis;
- VIII - Ações e Precatórias de competência das Varas Regionais do Méier, Santa Cruz e Ilha do Governador;
- IX - INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES DE AUSÊNCIA e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em ÓRFÃOS E SUCESSÕES afetos a este Ofício;
- X - AÇÕES E PRECATÓRIAS de competência dos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS afetos a este Ofício;
- XI - Ações distribuídas às varas da infância, da juventude e do idoso, mencionadas no parágrafo primeiro e terceiro do artigo 33 desta Consolidação;
- XII - Ações de Competência da Justiça Itinerante, desde:

VINTE E TRES DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE xxxxxxxx ate
VINTE E TRES DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de
SAMUEL PAPELBAUM xx
CPF:019.645.777-72//
REQUERIDA E EMITIDA EM 25/10/2017, RIO DE JANEIRO.//
FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE:ACAO JUDICIAL.//

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
ECHX80830 YIL
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Utilização do processo de
chancela mecânica
autorizado pelo aviso nº
1388/2012 de 29 de
novembro de 2012

4º Ofício do Registro de Distribuição - Comarca da Capital

Naraina de Aquino
Escriturante Substituta - Mat: 94/0280-CGJ

CONFERIDO POR:

9172208244303001



AAA 7417971

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.



Superior Tribunal de Justiça

Ofício n. 007984/2017-CD1T

Brasília, 26 de outubro de 2017.

AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 647343/RS (2004/0178620-6)

RELATOR : MINISTRO LUIZ FUX

PROC. : 70009108127, 61895, 87, 113469093, 70007990682

ORIGEM

AGRAVANTE : EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A

AGRAVADO : FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA

Senhora Advogada,

De ordem, encaminho a Vossa Senhoria a cópia impressa do arquivo digital da petição protocolizada nesta Corte sob o nº 00556097/2017, referente ao processo eletrônico em epígrafe, em virtude da baixa definitiva ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul em 20.05.2005, conforme andamento processual anexo.

Atenciosamente,

Barbara Amorim Sousa Camuña
Coordenadora da Primeira Turma

A Sua Senhoria a Senhora

Fernanda Sene Vieira

AZEVEDO, BARBOSA & DE LUCCA - ADVOGADOS ASSOCIADOS

SHIS Quadra 09, Conjunto 17, Casa 14 - Lago Sul

71625-170 - Brasília/DF

Registro Eletrônico: 2656854

Postulante: FERNANDA SENE DOMINGUES

Protocolizada por MARIA ONÍVIA ALMEIDA DE SOUZA em 23/10/2017 às 10:58:26 sob o número 556097/2017

Arquivos:

PEDIDO CERTIDÃO OBJETO E PE AG 647343.pdf
NOTA TECNICA EXIGÊNCIAS.pdf



Situação:

23/10/2017 12:26:14 Petição protocolada
23/10/2017 10:58:26 Petição recebida

Verificações da Assinatura Digital (ICP Brasil):

- Certificado Confiável
- Certificado não revogado
- Certificado com período válido
- Certificado com propósito válido
- Certificado com assinatura válida



AZEVEDO, BARBOSA & DE LUCCA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RELATOR DO AG 647.343 DA PRIMEIRA
TURMA DO COLENO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AG 647.343

FERNANDA SENE VIEIRA, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/DF sob nº 37.191, vem, perante Vossa Excelência, requerer a expedição de certidão de objeto e pé do processo em epígrafe, com vistas a cumprimento de exigência feita pelo Il. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no processo nº 53790.000408/2000-05, por meio da Nota Técnica nº 23109/2017/SEI-MCTIC, conforme documento em anexo.

Nestes termos,
pede deferimento.



1

Brasília, 23 de outubro de 2017.

FERNANDA SENE VIEIRA
OAB/DF 37.191

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 23109/2017/SEI-MCTIC

Referência: Concorrência nº 099/2000 Processo nº 53790.000408/2000-05, Processo Piloto nº 53000.0003486/2005-00
Assunto: Instrução Processual, Homologação de Certame.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata o presente feto de instrução, com vistas à possível homologação da Concorrência nº 099/2000 - SSR/MCTIC, relativa à outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FSM), na localidade de São Lourenço do Sul, estado do Rio Grande do Sul, e consequente adjudicação do seu objeto à empresa vencedora da empresa de Comunicação do Sul Ltda.

ANÁLISE

2. Após detalhada análise dos autos e considerando-se que a homologação é o ato jurídico que ratifica as condições assinaladas pela entidade diante da habilitação e que busca garantir que estas permanecerão imutadas durante todo o procedimento licitatório, e fim de garantir a sua validade perante a lei, necessitou-se fazer a apresentação dos documentos abaixo listados, para a devida instrução processual, com vistas à homologação do certame:

	DOCUMENTO(S)	FUNDAMENTO(S)
1	Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou balanço de abertura, quando ainda não houver concluído um exercício fiscal.	Decreto nº 52.795/1963, Art. 15, §2º, 1º.
2	Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	Decreto nº 52.795/1963, Art. 15, §2º, 1º.
3	Certidões negativas da distribuição cível e criminal das Justicas Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, da entidade e de todos os sócios, do endereço de cada um e do local de outorga, bem como certidões de protestos de títulos do local de residência dos últimos cinco anos de todos os sócios da entidade. No caso de haver Certidões Positivas, requer-se a(s) Certidão(es) de Objeto e Pé da apelação judicial(is) respectiva(s)	Decreto nº 52.795/1963, Art. 15, §2º, 1º.
4	Certidões negativas do STJ, TRF 1ª Região, e da Seção Judiciária do DF, do TRF da região que afeta a localidade licitada e do Estado da Incrivelmente tentada	Ordem de Serviço Conjunta SSC/CONJUR 001/2004
5	Certidão de Objeto e Pé em nome de Fernando Antônio Fernandes Faria Ata nº 64343-RS 2006/71.00.007345-5 - TRF 4 Certidão de Objeto e Pé em nome de Empresa de Comunicação do Sul Ltda. - ME Resp. nº 6846-RS - STJ	Decreto nº 52.795-1963 Art. 15, §2º, 1º

3. Ressalta-se que a documentação solicitada é imprescindível à homologação de certame e a falsidade das informações prestadas sujeitam os responsáveis às sanções penais, cíveis e administrativas cabíveis, conforme a Lei.

CONCLUSÃO

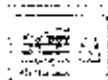
4. Assim sendo, opina-se pela notificação da entidade interessada, com vistas à apresentação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do correspondente ofício, dos documentos acima listados, sob pena de extinção do certame, conforme previsto no Edital que rege o presente Concurso, bem como na legislação pertinente.

A competência superior

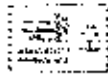
WILLIAM DE SOUZA CORREA
Comissão de Assessoramento Técnico

De acordo. Procede-se conforme o sugerido.

LUCIANA NÓBREGA BRAZ
Vice-Presidente
Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por William da Souza Correa - Administrador, em 09/10/2017, às 16:12, conforme art. 3º, III, "b", das Disposições MC nº 39/2016 e MC/TIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por Luciana Nobrega Braz, Vice-Presidente da Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão, em 11/10/2017, às 16:19, conforme art. 3º, III, "b", das Disposições MC nº 39/2016 e MC/TIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sal.mec.gov.br/verifica.html> informando o código verificador 2282032 e o código CRC 28C1779E.

Minutas e Anexos

Não Possui

Referência: Processo nº 00000000000000000000

SP1 nº 1282017

Superior Tribunal de Justiça

Ag 647.343/RS (2004/0178620-6)

RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

JUSTIÇA DE ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

VOLUMES: 1 APENSOS: 0

Origem

0009108127

1895

7

13469093

0007990682

Partes e Advogados

AGRAVANTE : EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A

ADVOGADO : CLARICE MELLO GUIMARÃES MAUTONE E OUTRO(S)

AGRAVADO : FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA

ADVOGADO : EDGAR CANABARRO DE LEMOS

Localização Atual

Saída para SEÇÃO DE EXPEDIÇÃO em 19/05/2005

Petição Nº	Tipo	Protocolo	Processamento
556097/2017	PET FERNANDA SENE VIEIRA	23/10/2017	

Fases

23/10/2017 12:26 Protocolizada Petição 556097/2017 (PET - PETIÇÃO) em 23/10/2017
20/05/2005 16:36 Processo Baixado a(ao) TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO GRANDE DO SUL - Guia Nº 6523
18/05/2005 08:52 Processo encaminhado à Seção de Protocolo Judicial para baixa definitiva a(o) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
18/05/2005 08:52 Decisão transitada em julgado
02/05/2005 10:53 Mandado de Intimação com o cliente do representante do(a) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL em 28/04/2005 arquivado nesta Coordenadoria
28/04/2005 06:57 Decisão do Ministro Relator publicada no DJ de 28/04/2005
20/04/2005 14:13 Decisão do Ministro Relator negando provimento ao Agravo aguardando publicação (prevista para 28/04/2005)
16/12/2004 16:26 Conclusão ao(à) Ministro(a) Relator(a) - pela SACE
15/12/2004 12:29 Processo distribuído automaticamente em 15/12/2004 - Ministro LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA

26/10/2017

10:16

Pag. 1



Setor de Administração Federal Sul - SAFS Quadra 06 Loja 01 - Brasília-DF CEP: 70095-900
Internet: www.stj.gov.br - PABX: (61)3319-8000 - FAX: (61)3319-8194, 3319-8195, 3319-8700



Superior Tribunal de Justiça

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) AGRADO DE INSTRUMENTO nº 647343/RS, do(a) qual é Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro LUIZ FUX e no qual figuram, como AGRAVANTE, EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A, advogados(as) CLARICE MELLO GUIMARÃES MAUTONE E OUTRO(S) (RS017212) e, como AGRAVADO, FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA, advogados(as) EDGAR CANABARRO DE LEMOS (RS006565), constam as seguintes fases: em 15 de Dezembro de 2004, PROCESSO DISTRIBUÍDO AUTOMATICAMENTE EM 15/12/2004 - MINISTRO LUIZ FUX - PRIMEIRA TURMA; em 16 de Dezembro de 2004, CONCLUSÃO AO(À) MINISTRO(A) RELATOR(A) - PELA SACE; em 20 de Abril de 2005, DECISÃO DO MINISTRO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO AGRADO AGUARDANDO PUBLICAÇÃO (PREVISTA PARA 28/04/2005); em 28 de Abril de 2005, DECISÃO DO MINISTRO RELATOR PUBLICADA NO DJ DE 28/04/2005; em 02 de Maio de 2005, MANDADO DE INTIMAÇÃO COM O CIENTE DO REPRESENTANTE DO(A) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM 28/04/2005 ARQUIVADO NESTA COORDENADORIA; em 18 de Maio de 2005, DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO; em 18 de Maio de 2005, PROCESSO ENCAMINHADO À SEÇÃO DE PROTOCOLO JUDICIAL PARA BAIXA DEFINITIVA A(O) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; em 20 de Maio de 2005, PROCESSO BAIXADO A(AO) TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO GRANDE DO SUL - GUIA Nº 6523; em 23 de Outubro de 2017, PROTOCOLIZADA PETIÇÃO 556097/2017 (PET - PETIÇÃO) EM 23/10/2017; em 27 de Outubro de 2017, ATO ORDINATÓRIO PRATICADO (PETIÇÃO 556097/2017 (PETIÇÃO) RECEBIDA NA COORDENADORIA DA PRIMEIRA TURMA); em 30 de Outubro de 2017, EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO Nº 007984/2017-CD1T AO (À)ADVOGADA FERNANDA SENE VIEIRA (AR - ENVIADO). Certifica, por fim, que o assunto tratado no mencionado processo é: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO, Atos Administrativos, Infração Administrativa, Multas e demais Sanções.

Certidão gerada via internet com validade de 30 dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:

Certidão de número 2032520, de código de segurança E85D.C04E.2251.A494, Página 1 de 2 gerada em 31/10/2017 14:24:35.



Superior Tribunal de Justiça

Número da Certidão: **2032520**

Código de Segurança: **E85D.C04E.2251.A494**

Data de geração: **31 de Outubro de 2017, às 14:24:35**



Certidão de número 2032520, de código de segurança E85D.C04E.2251.A494, Página 2 de 2 gerada em 31/10/2017 14:24:35.



Superior Tribunal de Justiça

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) RECURSO ESPECIAL nº 6846/RS, do(a) qual é Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro PEDRO ACIOLI e no qual figuram, como RECORRENTE, FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS TELEFONICAS, advogados(as) ABADE PEREIRA BULHÕES (RS002835) e, como RECORRIDO, COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES, advogados(as) CLEMENS HUGO KIRCHER E OUTRO(S) () e, como LITISCONSORTE, SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE COMUNICAÇÕES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, advogados(as) VICTOR DOUGLAS NUNEZ E OUTRO(S) (RS002180), constam as seguintes fases: em 19 de Setembro de 1990, DISTRIBUICAO AUTOMATICA ORGAO JULGADOR - PRIMEIRA TURMA RELATOR - MIN. PEDRO ACIOLI; em 21 de Setembro de 1990, CONCLUSAO AO MIN. RELATOR; em 24 de Setembro de 1990, VISTA SUBPROCURADORIA; em 22 de Outubro de 1990, CONCLUSAO AO MIN. RELATOR COM PARECER DA SUB; em 29 de Outubro de 1990, DESPACHO AGUARDANDO PUBLICACAO NEGOU PROVIMENTO; em 31 de Outubro de 1990, DESPACHO PUBLICADO NO DJ; em 04 de Dezembro de 1990, PROCESSO REMETIDO SRIP (AUTUAR COMO RE); em 05 de Dezembro de 1990, PROCESSO REAUTUADO COMO RESP POR ORDEM DO RELATOR (EX-AGRAVO NUMERO 5678); em 06 de Dezembro de 1990, CONCLUSAO AO MIN. RELATOR; em 18 de Fevereiro de 1991, INCLUIDO EM PAUTA S; em 28 de Fevereiro de 1991, RESULTADO DE JULGAMENTO A TURMA, POR UNANIMIDADE, DEU PROVIMENT AO RECURSO.EM 27.02.91.; em 18 de Março de 1991, ACORDAO PUBLICADO NO DJ PAG 2781; em 30 de Abril de 1991, ACORDAO TRANSITADO EM JULGADO; em 30 de Abril de 1991, BAIXA DEFINITIVA TJ/RS; em 06 de Maio de 1991, PROCESSO BAIXADO MALOTE 07681 TJ DE PORTO ALEGRE - RS; em 23 de Outubro de 2017, PROTOCOLIZADA PETIÇÃO 556101/2017 (PET - PETIÇÃO) EM 23/10/2017; em 27 de Outubro de 2017, ATO ORDINATÓRIO PRATICADO (PETIÇÃO 556101/2017 (PETIÇÃO) RECEBIDA NA COORDENADORIA DA PRIMEIRA TURMA); em 30 de Outubro de 2017, EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO Nº 007983/2017-CD1T AO (À)ADVOGADA FERNANDA SENE VIEIRA (AR - ENVIADO); em 30 de Outubro de 2017, ATO ORDINATÓRIO PRATICADO (REMETIDA A PETIÇÃO 556101/2017 (PETIÇÃO)). Certifica, por fim, que o assunto tratado

Certidão de número 2032522, de código de segurança 25CB.3F68.C015.258E, Página 1 de 2 gerada em 31/10/2017 14:26:16.



Superior Tribunal de Justiça

no mencionado processo é: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS
MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO, Organização Sindical.

Certidão gerada via internet com validade de 30 dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:

Número da Certidão: **2032522**

Código de Segurança: **25CB.3F68.C015.258E**

Data de geração: **31 de Outubro de 2017, às 14:26:16**



*Certidão de número 2032522, de código de segurança 25CB.3F68.C015.258E, Página 2 de 2
gerada em 31/10/2017 14:26:16.*

Superior Tribunal de Justiça

Ofício n. 007983/2017-CD1T

Brasília, 26 de outubro de 2017.

RECURSO ESPECIAL n. 6846/RS (1990/0009193-4)

RELATOR : MINISTRO PEDRO ACIOLI

PROC. : 58804119

ORIGEM

RECORRENTE : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS TELEFÔNICAS

RECORRIDO : COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES

LITIS. : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE COMUNICAÇÕES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhora Advogada,

De ordem, encaminho a Vossa Senhoria a cópia impressa do arquivo digital da petição protocolizada nesta Corte sob o nº 00556101/2017, referente ao processo eletrônico em epígrafe, em virtude da baixa definitiva ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, e nº 30.04.1991, conforme andamento processual anexo.

Atenciosamente,

Barbara Amorim Sousa Camuña
Coordenadora da Primeira Turma

A Sua Senhoria a Senhora
Fernanda Sene Vieira
AZEVEDO, BARBOSA & DE LUCCA - ADVOGADOS ASSOCIADOS
SHIS Quadra 09, Conjunto 17, Casa 14 - Lago Sul
71625-170 - Brasília/DF

Registro Eletrônico: 2656868

Postulante: FERNANDA SENE DOMINGUES

Protocolizada por MARIA ONÍVIA ALMEIDA DE SOUZA em 23/10/2017 às 11:02:06 sob o número 656101/2017

Arquivos:

PEDIDO CERTIDÃO OBJETO E PÉ RESP 6846.pdf
NOTA TECNICA EXIGÊNCIAS.pdf

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE PROTOCOLO JUDICIAL
23 OUT 2017 11 02

00556101



Situação:

23/10/2017 12:28:03 Petição protocolada
23/10/2017 11:02:06 Petição recebida

Verificações da Assinatura Digital (ICP Brasil):

- Certificado Confiável
- Certificado não revogado
- Certificado com período válido
- Certificado com propósito válido
- Certificado com assinatura válida



AZEVEDO, BARBOSA & DE LUCCA
ADVOCADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RELATOR DO RESP 6846/RS DA PRIMEIRA
TURMA DO COLENO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

RESP 6846/RS

FERNANDA SENE VIEIRA, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/DF sob nº 37.191, vem, perante Vossa Excelência, requerer a expedição de certidão de objeto e pé do processo em epígrafe, com vistas a cumprimento de exigência feita pelo Il. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no processo nº 53790.000408/2000-05, por meio da Nota Técnica nº 23109/2017/SEI-MCTIC, conforme documento em anexo.

Nestes termos,
pede deferimento.



1

Brasília, 23 de outubro de 2017.

FERNANDA SENE VIEIRA
OAB/DF 37.191

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 23109/2017/SEJ-MCJIC

Referência: Concorrência nº 099/2000, Processo nº 537941HHM/2000-45, Processo Píloro nº 53000.003488/2000-00
Assunto: Instrução Processual, Homologação do Certame.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata o presente termo de instrução, com vistas à possível homologação da Concorrência nº 099/2000 - SEJ-MCJ, relativa à outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), na localidade de São Lourenço do Sul, estado de Rio Grande do Sul, e consequente adjudicação do seu objeto à proposta vencedora Empresa de Comunicação do Sul Ltda.

ANÁLISE

2. Após detalhada análise dos autos e considerando-se que a homologação é o ato jurídico que ratifica as condições assumidas pela licitante diante da habilitação e que basta garantir que estas permaneceram inalteradas durante todo o procedimento licitatório, a fim de garantir a sua validade perante a lei, necessário se faz a apresentação dos documentos abaixo listados, para a devida instrução processual, com vistas à homologação do certame:

	DOCUMENTO(S)	FUNDAMENTO(S)
1	Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou balanço de abertura, quando ainda não houver concluído um exercício fiscal	Decreto nº 52.795/1963, Art. 15, §2º, "a".
2	Certidão negativa de débitos ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	Decreto nº 52.795/1963, Art. 15, §2º, "b".
3	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, da entidade e de todos os sócios, do endereço de cada um e do local da outorga, bem como certidões de protestos de títulos do local de residência dos últimos cinco anos de todos os sócios da entidade. No caso de haver Certidões Positivas, requer-se a(s) Certidão(ões) de Objeto e Pé de ação(ões) judiciais respectiva(s).	Decreto nº 52.795/1963, Art. 15º, §5º, "b".
4	Certidões negativas do STJ, TRF 1ª Região e da Seção Judiciária do DF, do TRF da região que afeta à localidade licitada e do Estado da localidade licitada.	Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR 001.0904
5	Certidão de Objeto e Pé em nome de Fernando Antônio Fernandes Ferreira: MG nº 64724138 20007100107355-9 - TRF 2 Certidão de Objeto e Pé em nome de Empresa de Comunicação do Sul Ltda - ME: Resp. nº 646925 - STJ	Decreto nº 52.795/1963, Art. 15º, §2º, "c".

3. Resalta-se que a documentação solicitada é imprescindível à homologação do certame e a falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, cíveis e administrativas cabíveis, conforme a Lei.

CONCLUSÃO

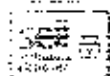
4. Assim sendo, opina-se pela notificação da entidade interessada, com vistas à apresentação, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento da correspondente ofício, dos documentos acima listados, sob pena de eliminação do certame, conforme previsto no Edital que rege a presente Concorrência, bem como na legislação pertinente.

À consideração superior,

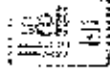
WILLIAM DE SOUZA CORREA
Comissão de Assessoramento Técnico

De acordo. Proceda-se conforme o solicitado.

LUCIANA NOBREGA BRAZ
Vice-Presidente
Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por William de Souza Correa, Administrador, em 04/10/2017, às 16:12, conforme art. 1º, III, "b", das Disposições da MP nº 89/2016 e MP nº 24.201/6.



Documento assinado eletronicamente por Luciana Nobrega Braz, Vice-Presidente da Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão, em 11/10/2017, às 10:59, conforme art. 1º, III, "b", das Disposições da MP nº 89/2016 e MP nº 24.201/6.



A autenticação do documento pode ser conferida no site <http://salvador.jus.br/verificamini> informando o código verificador 2282931 e o código CRC 28CF7F01.

Minutas e Anexos

Não Possui

Referência: Processo nº 23701-08406-2002-03

SEI nº 2382/17

Superior Tribunal de Justiça

REsp 6.846/RS (1990/0009193-4)

RELATOR: MINISTRO PEDRO ACIOLI PRIMEIRA TURMA

JUSTIÇA DE ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VOLUMES: 1 APENSOS:

Origem

8804119

Partes e Advogados

RECORRENTE : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS TELEFONICAS
ADVOGADO : ABADE PEREIRA BULHÕES
RECORRIDO : COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES
ADVOGADO : CLEMIENS HUGO KIRCHER E OUTRO(S)
LITIS : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE COMUNICAÇÕES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : VICTOR DOUGLAS NUNEZ E OUTRO(S)

Localização Atual

Petição Nº	Tipo	Protocolo	Processamento
556101/2017	PET FERNANDA SENE VIEIRA	23/10/2017	

Fases

23/10/2017 12:28 Protocolizada Petição 556101/2017 (PET - PETIÇÃO) em 23/10/2017
06/05/1991 16:39 PROCESSO BAIXADO MALOTE 07681 TJ DE PORTO ALEGRE - RS
30/04/1991 14:23 BAIXA DEFINITIVA TJ/RS
30/04/1991 14:16 ACORDAO TRANSITADO EM JULGADO
18/03/1991 13:19 ACORDAO PUBLICADO NO DJ PAG 2781
28/02/1991 18:21 RESULTADO DE JULGAMENTO A TURMA, POR UNANIMIDADE, DEU PROVIMENTO AO RECURSO.EM 27.02.91.
18/02/1991 15:42 INCLUIDO EM PAUTA S
05/12/1990 15:00 CONCLUSAO AO MIN. RELATOR
05/12/1990 16:22 PROCESSO REAUTUADO COMO RESP POR ORDEM DO RELATOR (EX-AGRAVO NUMERO 5678)
04/12/1990 16:56 PROCESSO REMETIDO SRIP (AUTUAR COMO RE)
31/10/1990 13:14 DESPACHO PUBLICADO NO DJ
29/10/1990 14:13 DESPACHO AGUARDANDO PUBLICACAO NEGOU PROVIMENTO
22/10/1990 19:00 CONCLUSAO AO MIN. RELATOR COM PARECER DA SUB
24/09/1990 18:45 VISTA SUBPROCURADORIA
21/09/1990 16:23 CONCLUSAO AO MIN. RELATOR
19/09/1990 17:05 DISTRIBUICAO AUTOMATICA ORGAO JULGADOR - PRIMEIRA TURMA RELATOR - MIN. PEDRO ACIOLI

25/10/2017

10:16

Pag: 1



Setor de Administração Federal Sul - SAFS Quadra 06 Lote 01 - Brasília-DF CEP: 70095-900
Internet: www.stj.gov.br - PABX: (61)3319-8000 - FAX: (61)3319-8194, 3319-8195, 3319-8700



**A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.**

Processo nº 53790.000408/2000-05

Concorrência 099/2000-SSR-MC

Assunto: Cumprimento de exigências. Outorga FM, São Lourenço do Sul. RS.

Ref.: Ofício nº 43956/2017/SEI-MCTIC e NOTA TÉCNICA Nº 23109/2017/SEI-MCTIC.

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., já devidamente qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, vem, respeitosamente, por seu advogado, à presença desta Comissão, em atenção à NOTA TÉCNICA Nº 23109/2017/SEI-MCTIC, requerer a juntada dos seguintes documentos em anexo.

1

Na expectativa de haver cumprido integralmente as exigências feitas por esta Pasta, a petionária se coloca à disposição para apresentar quaisquer outros documentos adicionais que se façam necessários para a análise do presente feito e outorga da permissão.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília, 28 de novembro de 2017.

FERNANDA SENE VIEIRA
OAB/DF 37.191



1º TABELIONATO DE PROTESTOS DE PORTO ALEGRE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

EVANDRO NOGUEIRA DE AZEVEDO
Tabelião

SILVIA NÖTHEN DE AZEVEDO
JANESCA NÖTHEN DE AZEVEDO
Tabeliães Substitutos

CERTIDÃO NEGATIVA

Certifico, fundamentado nos artigos 27 e 28 da Lei nº 9.492, de 10 setembro de 1997, no artigo 11-VII da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, e no provimento nº 43/95 da Corregedoria Geral da Justiça, que não existem protestos contra a pessoa física ou jurídica abaixo identificada nos últimos cinco (05) anos.

DATA: 21/11/2017

PERÍODO DA BUSCA: DE 17/11/2012 ATÉ 17/11/2017

HORA DA BUSCA: 14:48:01

NÚMERO DO PEDIDO: 570892-1

*** FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA ***

CPF: 199.867.180/15

Busca - R\$ 7,00 Certidão - R\$ 8,30 Processamento - R\$ 4,50 ISS - R\$ 1,04 SPJ - R\$ 4,20 Total - R\$ 25,04
Selos do Poder Judiciário 451.00.1600004.13101

Tabelião

Assinatura digitalizada conforme autorização contida no Ofício-Circular nº 147/03-CGJ, de 09/10/2003 (Processo nº 22850/02-1), publicado no Diário da Justiça de 20.10.03.

A autenticidade desta certidão terá que ser confirmada na internet, durante 90 dias da data de sua emissão, no endereço www.primeirotabelionato.com.br digitando o código de controle da certidão, abaixo mencionado.

ATENÇÃO: Certidões solicitadas até 12:00, verificação após às 14:00
Certidões solicitadas após 12:00, verificação após às 18:00

Código de Controle da Certidão
570892716



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
2º TABELIONATO DE PROTESTOS PORTO ALEGRE

Serviço Notarial Delegado pelo Poder Público
(Constituição Federal - Art. 236)
TABELIÃO - JOÃO FIGUEIREDO FERREIRA

CERTIDÃO NEGATIVA

Com fundamento nos artigos 27 e 28 da Lei nº 9.492, de 10.09.1997, no artigo 11-VII da Lei nº 8.935, de 18.11.1994, e no Provimento nº 43/95 da Corregedoria-Geral da Justiça, certifico não existir protesto contra a pessoa física ou jurídica abaixo identificada, no período de busca indicado. O referido é verdade, do que dou fé.

DATA: 21/11/2017

HORA DA BUSCA: 14:48:01

PERÍODO DA BUSCA: DE 17/11/2012 ATÉ 17/11/2017

NÚMERO DO PEDIDO: 570892-2

CERTIDÃO NEGATIVA EM FAVOR DE:

FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA

CPF: 199.867.180/15

Busca - R\$ 7,00 Certidão - R\$ 8,30 Processamento - R\$ 4,50 ISS - R\$ 1,04 SPJ - R\$ 4,20 Total - R\$ 25,04
Selos do Poder Judiciário 454.01.1600009.44728 até 454.01.1600009.44728

Tabelião

Assinatura digitalizada conforme autorização contida no Ofício-Circular nº 147/03-CGJ, de 09/10/2003 (Processo nº 22059/02-1), publicado no Diário da Justiça de 20.10.03.

A autenticidade desta certidão terá que ser confirmada na internet, durante 90 dias da data de sua emissão, no endereço www.2tab.not.br digitando o código de controle da certidão, abaixo mencionado.

Código de Controle da Certidão
570892716



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
2º TABELIONATO DE PROTESTOS PORTO ALEGRE

Serviço Notarial Delegado pelo Poder Público
(Constituição Federal - Art. 236)
TABELIÃO - JOÃO FIGUEIREDO FERREIRA

CERTIDÃO NEGATIVA

Com fundamento nos artigos 27 e 28 da Lei nº 9.492, de 10.09.1997, no artigo 11-VII da Lei nº 8.935, de 18.11.1994, e no Provimento nº 43/95 da Corregedoria-Geral da Justiça, certifico não existir protesto contra a pessoa física ou jurídica abaixo identificada, no período de busca indicado. O referido é verdade, do que dou fé.

DATA: 21/11/2017

HORA DA BUSCA: 14:48:01

PERÍODO DA BUSCA: DE 17/11/2012 ATÉ 17/11/2017

NÚMERO DO PEDIDO: 570892-5

CERTIDÃO NEGATIVA EM FAVOR DE:

SAMUEL PAPELBAUM

CPF: 019.645.777/72

Busca - R\$ 7,90 Certidão - R\$ 8,30 Processamento - R\$ 4,50 ISS - R\$ 1,04 SPJ - R\$ 4,20 Total - R\$ 25,94
Selos do Poder Judiciário 454.01.1600009.44729 até 454.01.1600009.44731

Tabelião

Assinatura digitalizada conforme autorização contida no Ofício-Circular nº 147/03-CGJ, de 09/10/2003 (Processo nº 22959/02-1), publicado no Diário da Justiça de 28.10.03.

A autenticidade desta certidão terá que ser confirmada na internet, durante 90 dias da data de sua emissão, no endereço www.2tab.not.br digitando o código de controle da certidão, abaixo mencionado.

Código de Controle da Certidão
570892708

3º TABELIONATO DE PROTESTOS

PORTO ALEGRE

Teresinha Zulmira Machado Barradas
Tabeliã Designada

CERTIDÃO NEGATIVA

Certifico, fundamentado no artigo 11-VII da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que não existem protestos contra a pessoa física ou jurídica abaixo identificada nos últimos cinco (5) anos.

DATA: 21/11/2017

HORA DA BUSCA: 14:48:01

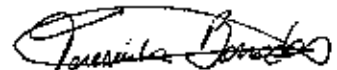
PERÍODO DA BUSCA: DE 14/11/2012 ATÉ 14/11/2017

NÚMERO DO PEDIDO: 570892-3

*** **FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA** ***

CPF: 199.867.180/15

Busca - R\$ 7,99 Certidão - R\$ 8,30 Processamento - R\$ 4,50 ISS - R\$ 1,04 SPJ - R\$ 4,20 Total - R\$ 25,94
Selos do Poder Judiciário 456.01.1600011.45524 até 456.01.1600011.45526



Tabeliã Designada

Assinatura digitalizada conforme autorização contida no Ofício-Circular nº 147/03-CGJ, de 09/10/2003 (Processo nº 22059/02-1), publicado no Diário da Justiça de 29.10.03.

A autenticidade desta certidão terá que ser confirmada na internet, durante 90 dias da data de sua emissão, no endereço www.tertab.net.br digitando o código de controle da certidão, abaixo mencionado.

ATENÇÃO: Certidões solicitadas até 12:00, verificação após às 14:00
Certidões solicitadas após 12:00, verificação após às 18:00

Código de Controle da Certidão
570892716

3º TABELIONATO DE PROTESTOS

PORTO ALEGRE

Teresinha Zulmira Machado Barradas
Tabeliã Designada

CERTIDÃO NEGATIVA

Certifico, fundamentado no artigo 11-VII da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que não existem protestos contra a pessoa física ou jurídica abaixo identificada nos últimos cinco (5) anos.

DATA: 21/11/2017

PERÍODO DA BUSCA: DE 14/11/2012 ATÉ 14/11/2017

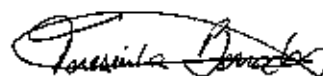
HORA DA BUSCA: 14:48:01

NÚMERO DO PEDIDO: 570892-6

*** **SAMUEL PAPELBAUM** ***

CPF: 019.645.777/72

Busca - R\$ 7,90 Certidão - R\$ 8,30 Processamento - R\$ 4,50 ISS - R\$ 1,04 SPJ - R\$ 4,20 Total - R\$ 25,94
Selos do Poder Judiciário 456.01.1600011.45527 até 456.01.1600011.45529



Tabeliã Designada

Assinatura digitalizada conforme autorização contida no Ofício-Circular nº 147/03-CGJ, de 09/10/2003 (Processo nº 22059/02-1), publicado no Diário da Justiça de 20.10.03.

A autenticidade desta certidão terá que ser confirmada na internet, durante 90 dias da data de sua emissão, no endereço www.tertab.not.br digitando o código de controle da certidão, abaixo mencionado.

ATENÇÃO: Certidões solicitadas até 12:00, verificação após às 14:00
Certidões solicitadas após 12:00, verificação após às 18:00

Código de Controle da Certidão
570892708



CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

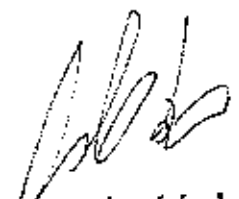
Certifico que, consultando os sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, encontrei os seguintes registros de AÇÕES CÍVEIS em tramitação contra:

Fernando Antonio Fernandes Ferreira, sexo masculino, Brasileiro, RG 1003167721/RS, CPF 199.867.180/15, filho(a) de Salvador Ferreira e Lydia Fernandes Ferreira, nascido a 21/01/1952, End. residencial - Avenida Lageado, 1300, 401, Petrópolis, Porto Alegre, RS, Brasil.

001/1.17.0015057-0 CNJ:.0000685-59.2017.8.21.1001, 1ª Vara Cível do Foro Regional 4º Distrito da Comarca de Porto Alegre, proposto em 09/02/2017, classe CNJ da ação: Despejo por Falta de Pagamento, autor(es): José Eduardo Piriz Moreira.

Porto Alegre, 21 de novembro de 2017, às 15:37h

Réus selecionados: 1/1544644, em 21/11/2017 às 15h37min



Hugo José Lobo
Coord. Dist. Crim.
Mat. 13079751

9b2a2d874f37fb8919853b9ea5f59c44



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL

FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA

OU

contra o CPF:

199.867.180/15

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 20/11/2017 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 20/11/2017 às 02:15**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 20/11/2017 às 02:00**
- **Paraná (Processo Papel) até 20/11/2017 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 19/11/2017 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 19/11/2017 às 20:00**

Certidão emitida em: 20/11/2017 às 14:35 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **9b2a2d874f37fb8919853b9ea5f59c44**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedida a presente certidão por não constar condenação criminal com trânsito em julgado contra a seguinte parte interessada:

FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA, Brasileiro, Divorciado, RG 1003167721 / SSP - RS, CPF 19986718015, filho de SALVADOR FERREIRA e LYDIA FERNANDES FERREIRA, nascido em 24/01/1952, Endereço - AVENIDA LAGEADO N 1300 APTO 401.

20 de Novembro de 2017, às 17:02:17

OBSERVAÇÕES:

A aceitação desta certidão está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **aedb04345c2342c4c5ba5466e33dbbe6**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

**CERTIDÃO JUDICIAL DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL DE 2º GRAU PARA OS
EFEITOS DE VERIFICAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR
135/2010**

À vista dos registros constantes do banco de dados deste Tribunal de Justiça, observado o disposto no artigo 1º, inciso I, alínea “e”, da Lei Complementar nº 64/1990, com redação dada pela Lei Complementar nº 135/2010, certifico que não foram localizados feitos criminais relativamente à parte:

FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA,
filho(a) de LYDIA FERNANDES FERREIRA,
nascido(a) em 21/01/1952,
RG 1003167721

21 de Novembro de 2017, às 10:46:26

OBSERVAÇÕES:

A presente certidão não atesta, necessariamente, a existência de condenações criminais. Em virtude de limitações técnicas, são listados na presente certidão todos os processos criminais distribuídos nesta Corte nas classes processuais originárias e recursais que, em tese, seriam passíveis de gerar inelegibilidade em virtude de condenação por órgão colegiado. O enquadramento, ou não, no critério de inelegibilidade definido pela Lei Complementar nº 135/2010 ficará sob a análise da Justiça Eleitoral.

Para a emissão desta certidão foram considerados os registros consolidados até a data anterior à sua geração.

A aceitação desta certidão está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **cc8976974179e5e457bc5fc62693d9fa**



531758

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
RELAÇÃO DE PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Seção Judiciária Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados de identificação destacados abaixo. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido. A relação de processos é gerada a partir da seleção, pelo emitente, da(s) parte(s) pesquisada(s) com os dados fornecidos. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 446 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

Em nome de
FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA (Pólo Ativo / Pólo Passivo / Interessado)
OU
Em relação ao CPF:
199.867.180/15

Constam os seguintes feitos:

Processo	Classe da Ação	Juízo/ Distribuído	Polo da Parte Pesquisada	Situação do Processo
2000.71.00.007355-0	PROCEDIMENTO COMUM	Juízo Substituto da 6ª VF de Porto Alegre 23/03/2000	AUTOR	FINDO - BAIXADO
92.00.15556-1	PROCEDIMENTO COMUM	Juízo Substituto da 9ª VF de Porto Alegre 09/10/1992	AUTOR	FINDO - BAIXADO

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES CÍVEIS em andamento e/ou baixadas na Seção Judiciária Federal, excetuados processos físicos com anotação de silêncio concedido à parte e processos eletrônicos protegidos, salvo os com segredo de justiça e sigilosos.

Certidão emitida em: 21/11/2017 às 14:55 (hora e data de Brasília)

•Processos pesquisados na Justiça Federal do Rio Grande do Sul em 21/11/2017 às 14:55.



Documento gerado na internet em 21/11/2017 às 14:55. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle 531758 e demais informações.



1º TABELIONATO DE PROTESTOS DE PORTO ALEGRE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

EVANDRO NOGUEIRA DE AZEVEDO
Tabelião

SILVIA NÖTHEN DE AZEVEDO
JANESCA NÖTHEN DE AZEVEDO
Tabeliães Substitutos

CERTIDÃO NEGATIVA

Certifico, fundamentado nos artigos 27 e 28 da Lei nº 9.492, de 10 setembro de 1997, no artigo 11-VII da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, e no provimento nº 43/95 da Corregedoria Geral da Justiça, que não existem protestos contra a pessoa física ou jurídica abaixo identificada nos últimos cinco (05) anos.

DATA: 21/11/2017

PERÍODO DA BUSCA: DE 17/11/2012 ATÉ 17/11/2017

HORA DA BUSCA: 14:48:01

NÚMERO DO PEDIDO: 570892-4

*** SAMUEL PAPELBAUM ***

CPF: 019.645.777/72

Busca - R\$ 7,90 Certidão - R\$ 8,30 Processamento - R\$ 4,50 ISS - R\$ 1,04 SPJ - R\$ 4,20 Total - R\$ 25,94
Selos do Poder Judiciário 451.00.1600094.13102

Tabelião

Assinatura digitalizada conforme autorização contida no Ofício-Circular nº 147/03-CGJ, de 09/10/2003 (Processo nº 22059/02-1), publicado no Diário da Justiça de 29.10.03.

A autenticidade desta certidão terá que ser confirmada na internet, durante 90 dias da data de sua emissão, no endereço www.primeirotabelionato.com.br digitando o código de controle da certidão, abaixo mencionado.

ATENÇÃO: Certidões solicitadas até 12:00, verificação após às 14:00
Certidões solicitadas após 12:00, verificação após às 18:00

Código de Controle da Certidão
570892708



Juízo: 1ª Vara Cível do Foro Regional 4º Distrito de Comarca de Porto Alegre
Processo nº: 001/1.17.0015057-0 (CNJ: 0000685-59.2017.8.21.1001)
Tipo de Ação: Despejo - Falta de Pagamento
Autor: José Eduardo Piriz Moreira - CPF 841.715.450-72 (AjG)
Réu: Fabiana Genoveva Gomez Querves CPF - 742.989.090-34
Fernando Antônio Fernandes Ferreira - CPF 199.867.180-15
Local e data: Porto Alegre, 15 de dezembro de 2017.

CERTIDÃO

Certifico, usando a faculdade que me confere a lei e por haver sido pedido pela parte interessada, que, revendo em meu Cartório os autos da ação supra mencionada, neles constam os seguintes dados: DATA DE DISTRIBUIÇÃO: 09/02/2017. VALOR DA CAUSA: R\$ 22.800,00. OBJETO: Ação de Despejo com pedido de Tutela de Urgência, envolvendo a locação do imóvel situado à rua Araoutan, 671, Bairro Navegantes, Porto Alegre/RS, CEP 91240-540, ANDAMENTO DO FEITO: Despacho inicial em 15/02/2017, deferiu AjG ao autor, deferiu igualmente a liminar para desocupação do imóvel no prazo de 15 dias, com ordem de citação (fl.63). Expedido Mandado de Citação e intimação da ré Fabiana, para desocupação liminar, em 17/02/2017 (fls.64-65). Expedida NE 72/2017 em 17/02/2017 (fls.66-67). Representação da ré (fls.68-69). Autor presta caução em 22/02/2017 (fls.70-71). Juntado Mandado positivo em 17/03/2017 (fls.72-73). Ré Fabiana agrava a decisão liminar (fls.74-87). Juízo mantém a decisão agravada, em 22/03/2017 (fl.88). Juntada decisão do Ai 70072944408 (fls.89-92), onde foi atribuído efeito suspensivo para obstar a ordem de desocupação do imóvel. Contestação da ré Fabiana em 22/03/2017 (fls.93-167). Juntado Mandado negativo do réu Fernando (fls.168). Juntada decisão da 16ª Câmara Cível (fl.170): "PROVERAM O AGRAVO DE INSTRUMENTO. UNÂNIME." Expedida NE 246/2017, em 26/05/2017, sobre o mandado negativo (fl.171). Juntada decisão do Ai 70072944408 (fls.172-177). Petição do Autor requereu a liberação do valor depositado a título de caução, em razão do acordo formalizado no processo em apenso (001/1.17.0018251-0, durante audiência do dia 14/11/2017 (fl.178). Despacho do Juízo se deu por ciente da decisão do agravo de instrumento que revogou a tutela anteriormente deferida, bem como autorizou a expedição do alvará do valor da caução, em favor da parte autora e de seu patrono (fl.179). Expedida NE 498/2017 em 09/10/2017 (fls.180-181). Autor informou dados bancários em 19/10/2017 (fl.182). Certidão requereu esclarecimento sobre o destinatário do alvará (fl.183). Despacho intimou o autor para informar conta do autor, como titular de conta para expedição do alvará automatizado (fl.184). Expedida NE 534/2017 em 06/11/2017 (fl.185). Petição do Autor em 03/11/2017 (fl.186). Expedido Alvará em 09/11/2017 (fl.187). Expedida NE 548/2017 em 09/11/2017 (fl.188). Petição do Autor esclareceu os dados bancários (fl.189). Expedido novo Alvará em 28/11/2017 (fl.190). Expedida NE 598/2017 em 28/11/2017 (fl.191). Certifico que em apenso tramita a Ação de Revisão de Contrato 001/1.17.0018251-0, que envolve o mesmo contrato de locação aqui referido, onde foi realizado acordo em audiência no dia 14/11/2017, tendo sido o acordo homologado pelo Juízo em data de 14/11/2017. Aquela decisão foi incluída na NE 582/2017, em data de 22/11/2017, aguardando pelo decurso do prazo de trânsito em julgado. A presente certidão foi solicitada por parte de Marlene Medeiros Peres, em data de 12/12/2017. Era o que me cabia certificar.

Dou fé.



Reni Artur Gehrke

Endereço: Av. Pernambuco, 648 - Navegantes - Porto Alegre - CEP: 90240003 - Fone: 51-3343-6431

Número Verificador: 0011170015057000120174230266 CNJ: 0000685-59.2017.8.21.1001
gehrke - 62-182-002/2017/4230266
Petição (2508551) SEI 01250.079755/2017-12 / pg. 1



Escrivão

	<p>Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por: Signatário: RENI ARTUR GEHKE Nº de Série do certificado: 00000810 Data e hora da assinatura: 15/12/2017 11:12:25</p> <p>Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.ljrs.jus.br/verificador e digite o seguinte número verificador: 0011170015057000120174230266</p> 
---	--

Endereço: Av. Pernambuco, 549 - Navegantes - Porto Alegre - CEP: 90240003 - Fone: 51-3343-6431

Número Verificador: 0011170015057000120174230266 CNJ: 0000685-

59.2017.8.21.1001 gehke - 62-182-001/2017/4230266



**A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.**

Processo nº 53790.000408/2000-05

Concorrência 099/2000-SSR-MC

Assunto: Cumprimento de exigências. Outorga FM, São Lourenço do Sul. RS.

Ref.: Ofício nº 43956/2017/SEI-MCTIC e NOTA TÉCNICA Nº 23109/2017/SEI-MCTIC.

EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., já devidamente qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, vem, respeitosamente, por seu advogado, à presença desta Comissão, em atenção à NOTA TÉCNICA Nº 23109/2017/SEI-MCTIC, requerer a juntada de certidão de objeto e pé em anexo.

1

Na expectativa de haver cumprido integralmente as exigências feitas por esta Pasta, a peticionária se coloca à disposição para apresentar quaisquer outros documentos adicionais que se façam necessários para a análise do presente feito e outorga da permissão.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília, 19 de dezembro de 2017.



ÉDIO HENRIQUE DE A. J. E AZEVEDO
OAB/DF 34.272



CNPJ:

03.854.641/0001-00

Entidade não cadastrada nesta agência.

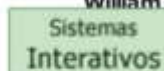
Emitida às 16:44:18 do dia 05/03/2018 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

[Menu Principal](#)

BOA TARDE

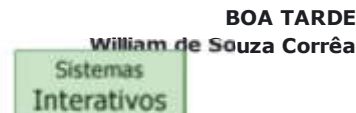
William de Souza Corrêa

[Tela Inicial](#)[Resultado da Consulta](#)[SRD](#) » [Consultas](#) » [Geral](#) | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Consulta Geral FM

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação
213	(Concorrência: 99/2000)	RS	São Lourenço do Sul	FM	0	
282	REDE LAGOA DE COMUNICACOES LTDA ME	RS	São Lourenço do Sul	FM	3	M
282	REDE LAGOA DE COMUNICACOES LTDA ME	RS	São Lourenço do Sul	FM	3	B
298		RS	São Lourenço do Sul	FM	0	

Usuário: **william.mc - William de Souza Corrêa**Data: **05/03/2018**Hora: **16:45:25**Registro **1** até **4** de **4** registrosPágina: **[1]** [Ir] [Reg]


[Menu Principal](#)

[SRD »» Consultas »» Geral](#) | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: RS
Município: São Lourenço do Sul
Frequência: 90,5 MHz
Classe: C
Canal: 213

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 0 - Canal Vago

Dados da Entidade

Entidade: (Concorrência: 99/2000)
Nome Fantasia:
Nº Estação:
Primeiro
Licenciamento:

Fistel:
CNPJ ou CPF :
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento:

☐ Dados do Plano Básico

Ocupante do Canal

Entidade: (Concorrência: 99/2000)
Fase: 0 - Canal Vago

Nº Fistel:

Coordenadas Geográficas do Município

Município: São Lourenço do Sul/RS

Latitude:

Longitude:

Raio:

Coordenadas Geográficas

Latitude: ° ' " Sul

Longitude: ° ' "

Local Específico:

Coordenada pré-fixada?: Não

Características

Canal: 213

Frequência: 90,5

Classe:

Canal Educativo?:

Limitações

Limitações: ☐ Sim ☐ Não

Potência Determinada

Não possui Potência Determinada.

Histórico / Observações

Histórico:

SSR22/90;RESOLUCAO ANATEL 125/99

Máximo: 250 **Digitados: 32**

Observação:

(ZC)

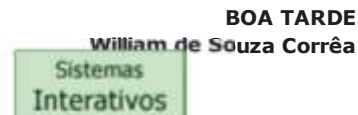
Máximo: 250 **Digitados: 400**

☐ Documentos Emitidos

[Tela Inicial](#)
[Imprimir](#)



Menu Principal ▾



SRD »» Consultas »» Geral | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

[Tela Inicial](#) | [Resultado da Consulta](#)

Consulta Geral

Critérios da Pesquisa

Ordenado por: UFMunicipio
Situação: 0
Serviço: 0
CNPJ: 03854641000100

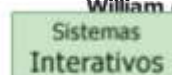
Resultado

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!



BOA TARDE

William de Souza Corrêa



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ**CNPJ:** 03.854.641/0001-00

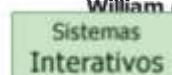
•
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **william.mc - William de Souza Corrêa****Data:** **05/03/2018****Hora:** **16:48:55**



BOA TARDE

William de Souza Corrêa



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 199.867.180-15

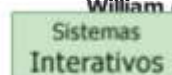
•
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **william.mc - William de Souza Corrêa****Data:** **05/03/2018****Hora:** **16:51:04**



BOA TARDE

William de Souza Corrêa



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 019.645.777-72

•
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **william.mc - William de Souza Corrêa****Data:** **05/03/2018****Hora:** **16:51:43**

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade:	
Nome Fantasia:	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 00.000.000/0000-00	Número do Fistel:
Tipo Usuário:	Tipo Taxa:
Data do contrato:	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: SSR22/90;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: São Lourenço do Sul	UF: RS
Latitude: -31.36667	Longitude: -51.98333

Parâmetros Técnicos			
Canal: 213	Frequência: 90.5 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 0

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação:	Número Indicativo:
Data Último Licenciamento:	Número da Licença:

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 0	Longitude: 0	Cota da base: 0 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Principal

Modelo:		Fabricante:	
Comprimento da Linha: m	Atenuação dB100m: dB	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms

Antena Principal

Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 0 kW

Padrão de Antena dBd

0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Estação Auxiliar

Transmissor Auxiliar

Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2

Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar

Modelo:		Fabricante:	
Comprimento da Linha: m	Atenuação dB100m: dB	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar

Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 0 kW

Informações do documento de Outorga

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
--------------	---------------	----------------	-------	--------------	----------	--------------	----------

Informações do documento de Aprovação de Locais

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
--------------	---------------	----------------	-------	--------------	----------	--------------	----------

Histórico de Documentos Emitidos

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
--------------	---------------	----------------	-------	--------------	----------	--------------	----------

Horário de funcionamento

--

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

HABILITAÇÃO

Processo nº 53790.000408/2000-05	Concorrência nº 099/2000 – SSR/MC	
Interessada: Empresa de Comunicação do Sul Ltda.		
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Localidade: São Lourenço do Sul	UF: RS

1. RELATIVOS À ENTIDADE			
Item EDITAL	Documentos	SITUAÇÃO	Página SEI.
4.2.2	Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	(0499752) Fls 37
4.2.3	Declaração firmada pela proponente e por seus dirigentes de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço, na localidade objeto do edital; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967. Art. 38, j, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Art. 5º da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017.	OK	(0499752) Fls 10
5.2.1	Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão, bem assim, no caso de sociedade por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	(0499752) Fls 4 a 9
5.2.2	Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio se a localidade, objeto da concessão ou permissão, estiver situada na Faixa de Fronteira;	OK	A Comissão a época permitiu a Habilitação, segundo entendimento com o Conselho de Defesa de que seria apresentado somente pela entidade vencedora.
5.2.3	Declaração, conforme ANEXO II, firmada pelos dirigentes.	OK	(0499752) Fls 10
5.3.1	Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou balanco de abertura , quando ainda não houver completado um exercício fiscal. Dec. 52.795-63 Art. 15, §1º, “c” e §5º, “d”. Decreto-Lei nº 236/1967. Art. 12.	OK	(0499752) Fls 36
5.4.1	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ relativo à sede da entidade.	OK	(0499752) Fls 38
5.4.3	Prova de regularidade para com a Fazenda Federal , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	(0499752) Fls 44
5.4.3	Prova de regularidade para com a Procuradoria da Fazenda Nacional;	OK	(0499752) Fls 45
5.4.1 e 5.4.3	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual ou Distrital , da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	(0499752) Fls 39, 40 e 46
5.4.1 e 5.4.3	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal , da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	(0499752) Fls 41 e 47
5.4.2	a) Prova de regularidade para com Previdência Social	OK	(0499752) Fls 42
5.4.2	b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	OK	(0499752) Fls 43

2. RELATIVOS AOS SÓCIOS E/OU DIRETORES				
Item EDITAL	Documentos.	Nome (s)	SITUAÇÃO	FL(s).
5.2.4	Prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certidão de reservista, carteira profissional ou de identidade, ou comprovante de naturalização ou de reconhecimento de igualdades de direitos civis, para os portugueses;	Simon Guerchon	OK	(0499752) Fls 14 e 15
		Samuel Papelbaum	OK	(0499752) Fls 12 e 13
5.2.5	Certidões dos Cartórios Distribuidores Cíveis dos locais de residência dos dirigentes, nos últimos 5 anos, bem como as localidades onde exerceram, no mesmo período, atividades econômicas.	Samuel Papelbaum	OK	(0499752) Fls 16 a 23
5.2.5	Certidões dos Cartórios Distribuidores Criminal dos locais de residência dos dirigentes, nos últimos 5 anos, bem como as localidades onde exerceram, no mesmo período, atividades econômicas.	Samuel Papelbaum	OK	(0499752) Fls 14 a 33
5.2.5	Certidões de Protesto de Títulos dos locais de residência dos dirigentes, nos últimos 5 anos, bem como as localidades onde exerceram, no mesmo período, atividades econômicas.	Samuel Papelbaum	OK	(0499752) Fls 16 a 23
5.2.6	Prova de cumprimento das obrigações eleitorais , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	Samuel Papelbaum	OK	(0499752) Fls 34

MINISTÉRIO DAS CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

HOMOLOGAÇÃO

Processo nº 53790.000408/2000-05	Concorrência nº 099/2000 – SSR/MC		
Interessada: Empresa de Comunicação do Sul Ltda.			
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Localidade: São Lourenço do Sul	UF: RS	

1. RELATIVOS À ENTIDADE		
1.1.DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	Página SEI.
1.1.1.Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão, bem assim, no caso de sociedade por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	01250.059761/2017-45 Fls 1 a 3 (2253801) Fls 1 a 5 (2253802)
1.1.2.Certidão simplificada da Junta Comercial devidamente atualizada.. Art. 55, XIII da Lei 8.666/93 e Art. 38, alíneas “b” e “c” da Lei nº 4.117/62.	OK	01250.059761/2017-45 Fls 1 (2253803)
1.1.3.Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	01250.069788/2017-46 (2386582)
1.1.4. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou balanço de abertura, quando ainda não houver completado um exercício fiscal. Dec. 52.795-63 Art. 15, §1º, “c” e §5º, “d”. Decreto-Lei nº 236/1967. Art. 12.	OK	01250.069788/2017-46 Fls 2 a 15 (2386580)
1.1.5.Comprovante de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	OK	53790.000408/2000-05 Fl 3 (2281455)
1.1.6.Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ relativo à sede da entidade.	OK	01250.059761/2017-45 (2253809)
1.1.7.Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio se a localidade, objeto da concessão ou permissão, estiver situada na Faixa de Fronteira;	OK	01250.059761/2017-45 Fls 1 (2253804)
1.1.8.Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	OK	53790.000408/2000-05 Fl 2 (2281455)
1.1.9.Prova de regularidade para com a Fazenda Federal , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	Fl. 01 (SEI 2281455)
1.1.10. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual ou Distrital , da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	01250.059761/2017-45 Fls 3 (2253807)
1.1.11. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal , da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	01250.059761/2017-45 Fls 2 (2253807)
1.1.12. Certidão negativa de débitos trabalhistas - TST	OK	01250.059761/2017-45 (2253808)
1.1.13. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social	OK	53790.000408/2000-05 Fl 1 (2281455)
1.1.14. Declaração firmada pela proponente e por seus dirigentes de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço, na localidade objeto do edital; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967. Art. 38, j, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Art. 5º da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017.	OK	01250.059761/2017-45 Fl 2 (2253804)

1.1.15. Declaração de que nenhum sócio integra o quadro social de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade prevista no edital, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967. Art. 38, j, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Art. 5º da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017.	OK	01250.059761/2017-45 Fls 3 (2253804)
1.1.16. Certidões judiciais do TRF 1ª Região e seção Judiciária do DF em nome da Entidade e em cada um dos Sócios conforme demanda a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR 001/2004.	OK	53790.000408/2000-05 Fls 5 a 11 (2281902)
1.1.17. Declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas “b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990”. Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017.	OK	01250.059761/2017-45 Fl 2 (2253804)
1.1.18. Certidões judiciais do STJ no nome da Entidade e em cada um dos Sócios, conforme demanda a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR 001/2004.	OK	53790.000408/2000-05 Fls 1 a 5 (2281902) 01250.069788/2017-46 Fls 8 a 23 (2386583) 01250.069788/2017-46 Fl 3 (2386584)
1.1.19. Certidões judiciais do TRF da Região Licitada e da Justiça estadual da localidade licitada, em nome da Entidade e em cada um dos Sócios conforme demanda a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR 001/2004.	OK	53790.000408/2000-05 Fls 12 a 20 (2281902)

2. RELATIVOS AOS SÓCIOS E/OU DIRETORES

2.1. DOCUMENTOS.	Nome (s)	SITUAÇÃO	FL(s).
2.1.1. Se pessoa Física - prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certidão de reservista, carteira profissional ou de identidade, ou comprovante de naturalização ou de reconhecimento de igualdades de direitos civis, para os portugueses; Se pessoa Jurídica – comprovante de inscrição no cadastro nacional da pessoa jurídica	Samuel Papelbaum	OK	01250.059761/2017-45 Fl 1 (2253813)
	Fernando Antônio Fernandes Ferreira	OK	01250.059761/2017-45 (2253814)
2.1.2. Ato constitutivo e todas as suas alterações que porventura tenham sido realizadas (no caso de pessoa jurídica);		Não se aplica	
2.1.3. Certidão emitida pela Junta Comercial (ou Órgão de registro equivalente) do Estado onde está situada a sede da Interessada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados (no caso de pessoa jurídica);		Não se aplica	
2.1.4. Certidão negativa cível da Justiça estadual dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Samuel Papelbaum	1ª Instancia OK	01250.069788/2017-46 Fl 10 (2386584)
		2ª Instancia OK	01250.069788/2017-46 Fl 10 (2386584)
	Fernando Antônio Fernandes Ferreira	1ª Instancia OK	01250.073125/2017-26 Fl 7 (2432941)
		2ª Instancia OK	01250.069788/2017-46 Fl 8 (2386584)
2.1.5. Certidão negativa criminal da Justiça estadual dos locais de residência nos últimos cinco	Samuel Papelbaum	1ª Instancia OK	01250.069788/2017-46 Fl 7 (2386583) Fl 9 (2386584)

anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;		2ª Instancia OK	01250.069788/2017-46 Fl 6 (2386583)
	Fernando Antônio Fernandes Ferreira	1ª Instancia OK	01250.069788/2017-46 Fl 7 (2386583) 01250.073125/2017-26 Fl 9 (2432941)
		2ª Instancia OK	01250.069788/2017-46 Fl 6 (2386583) 01250.073125/2017-26 Fl 10 (2432941)
2.1.6. Certidão negativa cível da Justiça Federal dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Samuel Papelbaum	1ª Instancia OK	01250.069788/2017-46 Fl 4 e 13 (2386584)
		2ª Instancia OK	01250.069788/2017-46 Fl 5 e 11 (2386584)
	Fernando Antônio Fernandes Ferreira	1ª Instancia OK	01250.073125/2017-26 Fl 11 (2432941)
		2ª Instancia OK	01250.073125/2017-26 Fl 8 (2432941)
2.1.7. Certidão negativa criminal da Justiça Federal dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Samuel Papelbaum	1ª Instancia OK	01250.069788/2017-46 Fl 4 e 13 (2386584)
		2ª Instancia OK	01250.069788/2017-46 Fl 5 e 11 (2386584)
	Fernando Antônio Fernandes Ferreira	1ª Instancia OK	01250.069788/2017-46 Fl 4 e 5 (2386583)
		2ª Instancia OK	01250.073125/2017-26 Fl 8 (2432941)
2.1.8. Certidão negativa criminal da Justiça Eleitoral dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Samuel Papelbaum	OK	01250.069788/2017-46 Fl 7 (2386584)
	Fernando Antônio Fernandes Ferreira	OK	01250.069788/2017-46 Fl 4 (2386583)
2.1.9. Certidões de protestos de títulos , dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Samuel Papelbaum	OK	01250.069.788/2017-46 Fls 14 a 32 (2386584)
	Fernando Antônio Fernandes Ferreira	OK	01250.073125/2017-26 Fls 01 a 06 (2432941)
2.1.10. Prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	Samuel Papelbaum	OK	01250.069788/2017-46 Fl 6 (2386584)
	Fernando Antônio Fernandes Ferreira	OK	01250.069788/2017-46 Fl 5 (2386583)
2.1.11. declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial, conforme artigo 15, § 5, “d”, item 2, do Decreto nº 52.795/63.	Samuel Papelbaum	OK	01250.059761/2017-45 Fl 3 (2253804)
	Fernando Antônio Fernandes Ferreira	OK	01250.059761/2017-45 Fl 3 (2253804)

Conforme consta do protocolo de nº 01250.079755/2017-12, 01250.073125/2017-26 as certidões de objeto e pé apresentadas pela entidade são as descritas abaixo:

Processo	Distribuição	Situação	SEI
2000.71.00.007355-0 – TRF 4	Fernando Antônio Fernandes	Baixado	(2281902) fls 19
REsp. N° 6.846/RS - STJ	Empresa de Comunicação do Sul Ltda.-ME	Baixado	(2281902) fls 1 e 2 (2386583) fls 19 e 20 (2386590) fls 1 e 2 (2386591) fls 1 e 2, 6
Ag 647.343/RS 2004/0178620-6	Fernando Antônio Fernandes	Baixado	(2386583) fls 8, 9, 13, 22 (2386588) fls 1 e 2, 6 (2386589) fls 1 e 2
001/1.17.0015057-0	Fernando Antônio Fernandes	Baixado	(2508551) fls 1 e 2

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 0005/2002/L6/CEL-SSR/MC

Referência: Processo nº 53790.000415/00
de 02/08/2000 da
Concorrência nº 099/00 - SSR/MC.

Localidade(s)/Serviço(s): Santo Cristo, RS, (FM)

I - INTRODUÇÃO

1. **RÁDIO ROMANCE LTDA.**, qualificada nos autos do processo sob referência, vem interpor Recurso contra ato desta Comissão que **habilitou a concorrente LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**, alegando o descumprimento de exigências do Edital, relativamente a determinados dispositivos pertencentes à **fase de habilitação**, relacionados no item 5 do Instrumento Convocatório.

2. A **Recorrente** desenvolveu sua petição tomando por base o item 13 do Edital, dedicado aos **Recursos e Impugnações**, além de citações de dispositivos legais pertencentes ao Estatuto das Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666, de 21.06.93).

3. Por conseguinte, está o pedido amparado no subitem 13.1, alínea "a", do Edital, que trata especificamente dos questionamentos sobre habilitação ou inabilitação de proponentes.

II - FUNDAMENTOS LEGAIS/COMENTÁRIOS

4. Inicialmente, há que se conhecer das razões do contraditório formado pela **Recorrente**, em cuja exposição registra que:

Afim de atender o subitem 5.2.4 as proponentes se obrigam a apresentar Prova de condição de brasileiro, dos sócios e dirigentes, mediante um dos documentos lá elencados.

Do sócio Nivaldino Trancoso dos Santos não se encontra nenhum daqueles documentos.

A Recorrida não apresentou cópia do Assentimento Prévio para a execução do serviço em SANTO CRISTO, pertencente a Faixa da Fronteira."

5. Como se observa, as exigências que teriam sido descumpridas, sob a ótica da **Recorrente**, referem-se a requisitos para a habilitação de proponentes, conforme transcrições seguintes:

"5.2.2 Cópia do ato de assentimento prévio emitido pelo órgão competente, se a localidade de execução do serviço, objeto do Edital, constar da relação dos municípios brasileiros da faixa de fronteira, publicados pela diretoria de Geociências do IBGE, observado o art, 9º do Decreto nº 85.064 de 26 de agosto de 1980;"

"5.2.4 Prova da condição de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, dos sócios e dirigentes da proponente, feita mediante a apresentação, somente, de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, certidão de casamento, certificado de reservista, título de eleitor, carteira profissional, carteira de identidade, ou comprovante de naturalização ou, para os portugueses, comprovante de reconhecimento de igualdade de direitos civis."

"5.4.3 Certidão de regularidade fiscal passada por órgão do lugar da sede da proponente, ou equivalente, na forma da lei:

d) da Fazenda Municipal."

6. Esses requisitos são cabíveis ante aos preceitos legais para a outorga de permissão ou concessão desses serviços e que, mesmo tendo o Edital contemplado exigências consideradas rigorosas, o agente público não detém poder para descumprir dispositivos legais e ou normativos que possam resultar em prejuízo à Administração. Deve o agente, no entanto, tratar o excesso normativo com cautela para que, no cumprimento incondicional da norma, não cause, igualmente, prejuízo à Administração.

7. Por isto é que muitas são as questões sobre exigências contidas nos Editais, que acabam sendo compostas pelo Poder Judiciário que, em julgados recentes, vem firmando jurisprudência sobre o que deve ser identificado por rigor 'excessivo ou meras irregularidades praticadas pelos licitantes, que são perfeitamente superáveis e que em nada prejudicam o interesse da pessoa ou da sociedade.

8. Objetivamente, as razões trazidas pela **Recorrente**, com o intuito de ver alterada a decisão desta Comissão que habilitou a mencionada empresa, podem ser consideradas como rigorosas, **acaso sustentáveis**, haja vista que, como antes dito, seriam superáveis ante ao papel que representariam numa eventual relação a ser estabelecida entre o vencedor do certame e o Poder Público.

9. Todavia as alegações, com relação aos subitens 5.2.2, 5.2.4 e 5.4.3 do Edital, merecem as seguintes considerações:

I – Quanto ao alegado sobre o descumprimento do subitem 5.2.2, do Edital, registre-se que a questão mereceu discussão entre a Secretaria de Segurança Institucional – Presidência da República e este Ministério, no sentido de que o proponente não necessitaria de apresentar o ato de assentimento prévio no momento de entrega de sua documentação de habilitação, o que, efetiva e legalmente, esta obrigação é do licitante vencedor e não linearmente de todos os

participes do certame. Isto tem sentido prático e desburocratizante, uma vez que, de um lado, auxilia o proponente na preparação de seus documentos, obrigando-se apenas na hipótese de ser o vencedor, e desonera sobremaneira a Secretaria de Segurança Institucional, que reduz a apenas uma concessão do mencionado ato, por localidade lícitada da faixa de fronteira.

Tanto é que já nos Editais de 2001, o subitem 5.2.2 foi suprimido, dando lugar ao 12.2, na etapa da licitação correspondente à "Adjudicação, Homologação e Formalização do Contrato."

II - O defeito apontado pela Recorrente, sobre parte do subitem 5.2.4 do Edital, é do tipo de inúmeros outros presentes na documentação de proponentes, e que, em absoluto, não pode caracterizar motivação suficiente à inabilitação, uma vez que, na espécie, a ausência dos documentos exigidos, pelo mencionado subitem, do Sócio Nivaldino Trancoso dos Santos, não altera a qualidade da documentação como um todo, até porque o número de sua inscrição no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda – Secretaria da Receita Federal, está indicado na Primeira Alteração Contratual da empresa, às fls. 06, dos autos, Cláusula Segunda (CPF - 161.990.018 - 18);

III - A alegação da Recorrente, de que a proponente descumpriu o subitem 5.4.3 do Edital, não há que subsistir, uma vez que consta do Processo, fls. 37, Certidão de Regularidade Fiscal da Fazenda Municipal, expedida pela Prefeitura Municipal de Curitiba, comprovando, portanto, sua regularidade fiscal perante aquela municipalidade.

III - CONCLUSÃO

10. Pelo que se depreende da matéria, e por todo exposto, concluo e sugiro:

negar provimento ao Recurso ora interposto, mantendo o ato da Comissão que habilitou a LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., nesta Concorrência, com relação ao serviço e localidade incluídos na referência desta Informação.

É a informação.

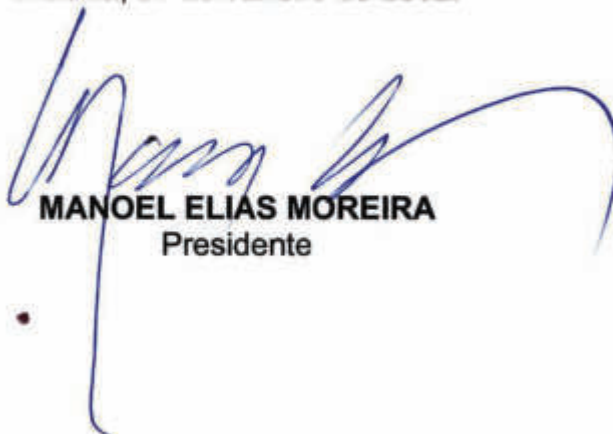
À consideração da Comissão Especial de Licitação.

Brasília, 31 de Janeiro de 2002.


ANDRÉ LUIS DEL CASTILO ROCHA
Assessor

Após exame do que consta dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da Informação de fls. a . Consigne-se em ata própria a decisão tomada e encaminhe-se para providências de publicação.

Brasília, 31 de Janeiro de 2002.



MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 4598/2018/SEI-MCTIC

Referência: **Processo 53000.003488/2000-00 (Piloto). Processo nº 53790.000408/2000-05 (Proponente Vencedora).**

Assunto: **Homologação_Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC. São Lourenço do Sul/RS.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de procedimento licitatório de outorga de permissão, referente à **Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC**, para execução de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), nas localidades de Rio Pardo, Roca Sales, Santo Antônio da Patrulha, Santo Augusto, Santo Cristo, São Marcos, **São Lourenço do Sul** e Porto Xavier, todas no Estado do Rio Grande do Sul.

ANÁLISE

2. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação, cujos autos da proponente vencedora, para a localidade de **São Lourenço do Sul/RS**, **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**, foram instruídos, nos moldes da Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 001/2004, para serem encaminhados à Consultoria Jurídica deste Ministério, com vistas à homologação do certame.

3. No que concerne às demais localidades do certame, têm-se a seguinte situação:

4. Para a localidade de **Rio Pardo/RS**, o certame foi Homologado e o objeto adjudicado à proponente RÁDIO ARCO-IRIS FM LTDA.

5. No que tange à localidade de **Roca Sales/RS**, sagrou-se vencedora a licitante PICCININI & LUCCA LTDA.

6. No que concerne às localidades de **Santo Augusto/RS** e **Santo Cristo/RS**, o certame foi homologado com adjudicação do objeto à RADIOFÔNICA.COM MARKETING LTDA.

7. Para a localidade de **São Marcos/RS**, a outorga foi deferida para a licitante RÁDIO DIPLOMATA LTDA.

8. Já para a localidade de **Santo Antônio da Patrulha/RS**, foi feita Nota Técnica de exigência (2493296) à licitante RANGEL & LUZ LTDA, entretanto até o momento ainda não foi apresentanda resposta à exigência.

9. Para a localidade de **Porto Xavier/RS**, a concorrência foi homologada para a licitante FUNDAÇÃO NAVEGANTES DE PORTO LUCENA, por meio do Despacho Ministerial nº 250, de 19 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União, de 20/02/2018.

10. Retornando a análise à localidade de **São Lourenço do Sul/RS**, a primeira colocada foi desclassificada devido a anulação de seu ato de habilitação, de acordo com orientação contida no PARECER nº 428/2014/RVP/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU. Diante disso, nos moldes da Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 001/2004, o processo foi instruído para a segunda colocada do certame, a **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.**

11. Da análise do processo, O SLCOM - Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial encaminhou a Nota Técnica de exigência nº 18297/2014/SEI-MC (0254073), por meio do Ofício nº 20457/2014/SEI-MC (0254116), porém, a entidade não apresentou resposta.

12. Tendo em vista o lapso temporal transcorrido e considerando-se a não apresentação de resposta à última Nota Técnica enviada, a Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão expediu nova Nota Técnica de exigência, por meio do **Ofício nº 36314/2017/SEI-MCTIC** (2143274), solicitando a documentação devidamente atualizada. Em resposta a entidade apresentou documentação sob os protocolos nºs 01250.059761/2017-45 e 01250.059132/2017-15.

13. Em continuidade à análise do processo, foi feita uma lista de verificação (2282220), onde ficou constatado que ainda faltava documentação. A empresa foi notificada por meio de outra Nota Técnica de exigência nº 23109/2017/SEI-MCTIC (2282032). A licitante respondeu através dos protocolos nºs 01250.069788/2017-46, 01250.073125/2017-26 e 01250.079755/2017-12.

14. Assim, após a elaboração de nova lista de conferência (2699726), para fins de instrução processual, observou-se que:

15. **Quanto à habilitação jurídica da Empresa de Comunicação do Sul Ltda:**

15.1. A entidade protocolou Certidão Simplificada da Junta Comercial atualizada e o Ato Constitutivo da mesma com suas respectivas alterações. De

porte desses demonstrativos, a Comissão pode analisar se houve alterações, ao longo do tempo, na composição dos sócios e na direção da Empresa de Comunicação do Sul Ltda.

15.2. Na fase de habilitação do certame, conforme Contrato Social da empresa, datado de 19 de abril de 2000, registrado na junta comercial do Rio Grande do Sul, o quadro Societário apresentava a seguinte composição:

Quadro Societário - Empresa de Comunicação do Sul Ltda.	
NOMES	COTAS - REAIS
Simon Guerchon	1.000
Samuel Papelbaum	19.000
TOTAL	20.000

15.3. A documentação atualizada apresentada pela Empresa de Comunicação do Sul Ltda. demonstra que na Primeira alteração contratual, datada de 17 de dezembro de 2015, o Sr. Simon Guerchon se retirou da sociedade e transferiu integralmente seu capital de 1.000 (mil) quotas para Fernando Antônio Fernandes Ferreira, e ainda, o Sr. Samuel Papelbaum transferiu 9.000 (nove mil) quotas para o também Fernando Antônio Fernandes Ferreira, onde todos são brasileiros natos, com quadro assim apresentado:

Quadro Societário - Empresa de Comunicação do Sul Ltda.	
NOMES	COTAS - REAIS
Fernando Antônio Fernandes Ferreira	10.000
Samuel Papelbaum	10.000
TOTAL	20.000

15.4. Ressalte-se que toda a documentação exigida atualizada, referente aos sócios da empresa, foi devidamente apresentada, não se vislumbrando nenhuma irregularidade quanto à mesma.

15.5. Foi apresentada a declaração pertinente a informar que as pessoas físicas envolvidas, não possuem autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto do edital e nem extrapolam os limites máximos de outorga estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67.

15.6. Também foi apresentada a declaração de que o dirigente e os sócios da entidade não se encontram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas "b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990".

16. No tocante à qualificação econômico-financeira:

16.1. O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados, atualizados, foram juntados aos autos, para comprovar a saúde econômico-financeira da entidade. A respeito deste demonstrativo, nota-se que o Patrimônio Líquido - PL da entidade, em 2000, era de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e que, em 2017, o valor do PL continuou com o montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). O item 5.3.3, do edital da Concorrência 099/2000-SSR/MC, prevê que a entidade estará apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do objeto da licitação, se comprovar que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% do preço mínimo da outorga.

16.2. Logo, sendo o preço mínimo de outorga, previsto no anexo I do mencionado edital, da ordem de R\$ 27.382,50 (vinte e sete mil, trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), o valor mínimo de PL necessário para se participar da licitação seria de R\$ 2.738,25 (dois mil, setecentos e trinta e oito reais e vinte e cinco centavos), conforme cálculo: $(27.382,50 \times 10\% = 2.738,25)$. A vencedora apresentou o PL atualizado de R\$ 20.000,00, o que evidencia sua capacidade para arcar com os encargos da outorga e prestar o serviço de radiodifusão.

16.3. A certidão de falência ou concordata, emitida pelos Cartórios de Protesto do estado do Rio Grande do Sul foram anexadas ao feito e demonstra não haver nenhuma ação em desfavor da entidade.

17. No que concerne à regularidade fiscal:

17.1. A entidade apresentou inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, comprovando a sua inscrição no citado Cadastro.

17.2. As inscrições com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como com a Seguridade Social, foram comprovadas pela entidade, não observando nenhuma pendência que possa obstar o prosseguimento do feito.

17.3. A Certidão extraída do sítio da Caixa Econômica Federal, demonstra a

regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

17.4. Foi anexada aos autos a Certidão de nada consta da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, referente a débitos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL.

18. **Já no que tange a documentação exigida dos sócios:**

18.1. Foram apresentados os comprovantes da nacionalidade brasileira de todos os sócios integrantes da empresa.

18.2. As certidões cíveis e criminais das justiças estadual, municipal, federal (4ª Região), eleitoral, e ainda, de protesto de títulos, foram anexadas ao processo. Foram encontrados 4 processos todos cíveis, entretanto, a entidade apresentou as certidões de objeto e pé e não constatou-se impeditivos para a homologação do certame.

19. Houve a apresentação da declaração de respeito aos limites de outorga e a declaração do art. 38, j, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, introduzido pelo art. 5º da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no D.O.U. de 29.03.2017. O extrato do SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (2706312 fls 5 a 7), atesta que a entidade e seus sócios não possuem outorgas para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, portanto, não excedem os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.

20. Os extratos eletrônicos do SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão da ANATEL (2706312 fl. 2 e 3) e Mosaico (2706312 fls 8 e 9), obtidos no sítio da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, em 02.03.2018, atestam a existência do **canal 213 (duzentos e treze), Classe C, Frequência 90,5 MHz**, para a localidade de **São Lourenço do Sul**, pertencente ao Plano Básico de Distribuições de Canais de FM.

21. Impende informar que não foi encontrado nenhum recurso ou manifestação de terceiros nos autos dos processos nessa fase do certame.

22. Oportuno se faz relatar que a localidade de **São Lourenço do Sul/RS**, se situa em faixa de fronteira e em observação ao item 5.2.2 do Edital, a licitante deveria apresentar, como requisito para habilitação jurídica, cópia do Ato de Assentimento Prévio emitido pelo órgão competente, o Conselho de Defesa Nacional. Ocorre que a questão da exigência de apresentação do referido Ato, por todos os partícipes da Licitação, na fase de habilitação do certame, foi tratada entre a Secretaria de Segurança Institucional e o Ministério das Comunicações, resultando em acordo, no qual se determinou, que apenas o vencedor da licitação apresentaria o Assentimento Prévio, objetivando assim, maior eficiência administrativa, quanto à expedição do Ato, pelo órgão competente (2718270). Sendo assim, foi devidamente instaurando o processo nº 01250.013149/2018-15, referente à notificação da Entidade, quanto à documentação necessária, com vistas a obtenção do Assentimento Prévio, para a localidade de São Lourenço do Sul/RS.

23. Desse modo, considerando o Art. 15 do Decreto nº 52.795/63, a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 01/2004 e os Pareceres Jurídicos constantes nos autos, entende-se que a interessada cumpriu todos os requisitos necessários para a homologação do certame para a localidade de Porto Xavier/RS.

CONCLUSÃO

24. Diante de todo o exposto, opina-se pela:

a) homologação do certame e adjudicação do objeto referente à **concorrência nº 099/2000-SSR/MC**, localidade de **São Lourenço do Sul/RS**, à proponente vencedora **Empresa de Comunicação do Sul**, conforme minuta disposta abaixo;

b) remessa dos presentes autos ao DECOM - Departamento de Radiodifusão Comercial, para ciência e manifestação quanto à presente Nota Técnica e posterior encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica, para manifestação quanto à regularidade jurídico-formal do certame e, sequencialmente, ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para a homologação do mesmo.

À consideração superior.

WILLIAM DE SOUZA CORRÊA
Comissão de Assessoramento Técnico

RÔMULO RODRIGUES FLORES ALVES
Comissão de Assessoramento Técnico

LEOCÁDIO RAIMUNDO MICHETTI
Comissão de Assessoramento Técnico

De acordo. Proceda-se conforme o sugerido.

LUCIANA NÓBREGA BRAZ

Presidente da Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão

Minutas e Anexos

MINUTA DE DESPACHO DO MINISTRO

Acolho a **NOTA TÉCNICA nº 4598/2018/SEI-MCTIC** e o **PARECER nº / / / /CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, invocando seus respectivos fundamentos como razão desta decisão, de sorte a **HOMOLOGAR** a Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC e promover a adjudicação de seu objeto à proponente vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

GILBERTO KASSAB

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
099/2000 - SSR/MC	RS	SÃO LOURENÇO DO SUL	FM	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.	53790.000408/2000-05



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Nobrega Braz, Presidente da Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão**, em 02/04/2018, às 11:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Romulo Rodrigues Flores Alves, Membro da Comissão de Assessoramento Técnico**, em 02/04/2018, às 11:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **William de Souza Correa, Administrador**, em 02/04/2018, às 11:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Leocadio Raimundo Michetti, Membro da Comissão de Assessoramento Técnico**, em 02/04/2018, às 11:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2701260** e o código CRC **1ED2D334**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE LICITAÇÃO DE RADIODIFUSÃO - COLIR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 00337/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53790.000408/2000-05

PROCESSO PRINCIPAL: 53000.003488/2000-00

PROCESSO DA LICITANTE: 53790.000408/2000-05

INTERESSADA: EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.

EMENTA: Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência n.º 099/2000-SSR/MC, levado a efeito com a finalidade de outorgar permissão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

I- Fase de homologação da concorrência 099/2000, para a **localidade de São Lourenço do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Pela homologação e adjudicação do objeto à licitante EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.**

II- Deve ser comprovada, **ANTES DA PUBLICAÇÃO DO DESPACHO MINISTERIAL DE HOMOLOGAÇÃO**, a **obtenção de assentimento prévio** pela entidade, devido à localidade de São Lourenço do Sul/RS localizar-se em faixa de fronteira, nos moldes da Lei 6.634, de 02 de maio de 1979 e Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980, bem como do subitem 5.2.2 do instrumento convocatório, visto que este documento essencial (assentimento prévio) está em trâmite (processo 01250.013149/2018-15).

III- A informação sobre a alteração contratual de EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA deve ser encaminhada à Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas para verificação de eventual cometimento de infração à legislação de radiodifusão, considerando-se o critério do “*tempus regit actum*”, isto é, a norma vigente à época da modificação societária.

Senhor Coordenador Geral,

A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica os processos em referência, contendo a documentação e as propostas das licitantes que participaram do procedimento licitatório, objeto do Edital da **Concorrência n.º 099/2000 - SSR/MC**, para a localidade de **São Lourenço do Sul**, no Estado do Rio Grande do Sul.

2. O certame encontra-se na fase de homologação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente com os atos até então praticados pela Comissão de Licitação. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.

3. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressalva-se que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei nº 8.666/93.

4. Entretanto, no que tange aos aspectos mencionados, interessa à análise desta Consultoria Jurídica o exame da legalidade dos atos praticados pela Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão.

5. A Nota Técnica 4598/2018/SEI-MCTIC dispôs:

*“Trata-se de procedimento licitatório de outorga de permissão, referente à **Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC**, para execução de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), nas localidades de Rio Pardo, Roca Sales, Santo Antônio da Patrulha, Santo Augusto, Santo Cristo, São Marcos, **São Lourenço do Sul** e Porto Xavier, todas no Estado do Rio Grande do Sul.*

ANÁLISE

*O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação, cujos autos da proponente vencedora, para a localidade de **São Lourenço do Sul/RS**, **Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**, foram instruídos, nos moldes da Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 001/2004, para serem encaminhados à Consultoria Jurídica deste Ministério, com vistas à homologação do certame.*

No que concerne às demais localidades do certame, têm-se a seguinte situação:

*Para a localidade de **Rio Pardo/RS**, o certame foi Homologado e o objeto adjudicado à proponente **RÁDIO ARCO-IRIS FM LTDA**.*

*No que tange à localidade de **Roca Sales/RS**, sagrou-se vencedora a licitante **PICCININI & LUCCA LTDA**.*

*No que concerne às localidades de **Santo Augusto/RS** e **Santo Cristo/RS**, o certame foi homologado com adjudicação do objeto à **RADIOFÔNICA.COM MARKETING LTDA**.*

*Para a localidade de **São Marcos/RS**, a outorga foi deferida para a licitante **RÁDIO DIPLOMATA LTDA**.*

*Já para a localidade de **Santo Antônio da Patrulha/RS**, foi feita Nota Técnica de exigência ([2493296](#)) à licitante **RANGEL & LUZ LTDA**, entretanto até o momento ainda não foi apresentanda resposta à exigência.*

*Para a localidade de **Porto Xavier/RS**, a concorrência foi homologada para a licitante **FUNDAÇÃO NAVEGANTES DE PORTO LUCENA**, por meio do Despacho Ministerial nº 250, de 19 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União, de 20/02/2018.*

*Retornando a análise à localidade de **São Lourenço do Sul/RS**, a primeira colocada foi desclassificada devido a anulação de seu ato de habilitação, de acordo com orientação contida no PARECER nº 428/2014/RVP/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU. Diante disso, nos moldes da Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 001/2004, o processo foi instruído para a segunda colocada do certame, a **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA**.*

Da análise do processo, O SLCOM - Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial encaminhou a Nota Técnica de exigência nº 18297/2014/SEI-MC ([0254073](#)), por meio do Ofício nº 20457/2014/SEI-MC ([0254116](#)), porém, a entidade não apresentou resposta.

Tendo em vista o lapso temporal transcorrido e considerando-se a não apresentação de resposta à última Nota Técnica enviada, a Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão expediu nova Nota Técnica de exigência, por meio do Ofício nº 36314/2017/SEI-MCTIC ([2143274](#)), solicitando a documentação devidamente atualizada. Em resposta a entidade apresentou documentação sob os protocolos nºs [01250.059761/2017-45](#) e [01250.059132/2017-15](#).

Em continuidade à análise do processo, foi feita uma lista de verificação ([2282220](#)), onde ficou constatado que ainda faltava documentação. A empresa foi notificada por meio de outra Nota Técnica de exigência nº 23109/2017/SEI-MCTIC ([2282032](#)). A licitante respondeu através dos protocolos nºs [01250.069788/2017-46](#), [01250.073125/2017-26](#) e [01250.079755/2017-12](#).

Assim, após a elaboração de nova lista de conferência ([2699726](#)), para fins de instrução processual, observou-se que:

Quanto à habilitação jurídica da Empresa de Comunicação do Sul Ltda:

A entidade protocolou Certidão Simplificada da Junta Comercial atualizada e o Ato Constitutivo da mesma com suas respectivas alterações. De porte desses demonstrativos, a Comissão pode analisar se houve alterações, ao longo do tempo, na composição dos sócios e na direção da Empresa de Comunicação do Sul Ltda.

Na fase de habilitação do certame, conforme Contrato Social da empresa, datado de 19 de abril de 2000, registrado na junta comercial do Rio Grande do Sul, o quadro Societário apresentava a seguinte composição:

Quadro Societário - Empresa de Comunicação do Sul Ltda.	
NOMES	COTAS - REAIS
Simon Guerchon	1.000
Samuel Papelbaum	19.000
TOTAL	20.000

A documentação atualizada apresentada pela Empresa de Comunicação do Sul Ltda. demonstra que na Primeira alteração contratual, datada de 17 de dezembro de 2015, o Sr. Simon Guerchon se retirou da sociedade e transferiu integralmente seu capital de 1.000 (mil) quotas para Fernando Antônio Fernandes Ferreira, e ainda, o Sr. Samuel Papelbaum transferiu 9.000 (nove mil) quotas para o também Fernando Antônio Fernandes Ferreira, onde todos são brasileiros natos, com quadro assim apresentado:

Quadro Societário - Empresa de Comunicação do Sul Ltda.	
NOMES	COTAS - REAIS
Fernando Antônio Fernandes Ferreira	10.000
Samuel Papelbaum	10.000
TOTAL	20.000

Ressalte-se que toda a documentação exigida atualizada, referente aos sócios da empresa, foi devidamente apresentada, não se vislumbrando nenhuma irregularidade quanto à mesma.

Foi apresentada a declaração pertinente a informar que as pessoas físicas envolvidas, não possuem autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto do edital e nem extrapolam os limites máximos de outorga estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67.

Também foi apresentada a declaração de que o dirigente e os sócios da entidade não se encontram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas “b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990”.

No tocante à qualificação econômico-financeira:

O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados, atualizados, foram juntados aos autos, para comprovar a saúde econômico-financeira da entidade. A respeito deste demonstrativo, nota-se que o Patrimônio Líquido - PL da entidade, em 2000, era de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e que, em 2017, o valor do PL continuou com o montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). O item 5.3.3, do edital da Concorrência 099/2000-SSR/MC, prevê que a entidade estará apta a assumir

os compromissos decorrentes da execução do objeto da licitação, se comprovar que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% do preço mínimo da outorga.

Logo, sendo o preço mínimo de outorga, previsto no anexo I do mencionado edital, da ordem de R\$ 27.382,50 (vinte e sete mil, trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), o valor mínimo de PL necessário para se participar da licitação seria de R\$ 2.738,25 (dois mil, setecentos e trinta e oito reais e vinte e cinco centavos), conforme cálculo: $(27.382,50 \times 10\% = 2.738,25)$. A vencedora apresentou o PL atualizado de R\$ 20.000,00, o que evidencia sua capacidade para arcar com os encargos da outorga e prestar o serviço de radiodifusão.

A certidão de falência ou concordata, emitida pelos Cartórios de Protesto do estado do Rio Grande do Sul foram anexadas ao feito e demonstra não haver nenhuma ação em desfavor da entidade.

No que concerne à regularidade fiscal:

A entidade apresentou inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, comprovando a sua inscrição no citado Cadastro.

As inscrições com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como com a Seguridade Social, foram comprovadas pela entidade, não observando nenhuma pendência que possa obstar o prosseguimento do feito.

A Certidão extraída do sítio da Caixa Econômica Federal, demonstra a regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Foi anexada aos autos a Certidão de nada consta da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, referente a débitos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL.

Já no que tange a documentação exigida dos sócios:

Foram apresentados os comprovantes da nacionalidade brasileira de todos os sócios integrantes da empresa.

As certidões cíveis e criminais das justiças estadual, municipal, federal (4ª Região), eleitoral, e ainda, de protesto de títulos, foram anexadas ao processo. Foram encontrados 4 processos todos cíveis, entretanto, a entidade apresentou as certidões de objeto e pé e não constatou-se impeditivos para a homologação do certame.

Houve a apresentação da declaração de respeito aos limites de outorga e a declaração do art. 38, j, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, introduzido pelo art. 5º da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no D.O.U. de 29.03.2017. O extrato do SIACCO – Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (2706312 fls 5 a 7), atesta que a entidade e seus sócios não possuem outorgas para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, portanto, não excedem os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.

Os extratos eletrônicos do SRD – Sistema de Controle de Radiodifusão da ANATEL (2706312 fl. 2 e 3) e Mosaico (2706312 fls 8 e 9), obtidos no sítio da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, em 02.03.2018, atestam a existência do canal 213 (duzentos e treze), Classe C, Frequência 90,5 MHz, para a localidade de São Lourenço do Sul, pertencente ao Plano Básico de Distribuições de Canais de FM.

Impende informar que não foi encontrado nenhum recurso ou manifestação de terceiros nos autos dos processos nessa fase do certame.

Oportuno se faz relatar que a localidade de São Lourenço do Sul/RS, se situa em faixa de fronteira e em observação ao item 5.2.2 do Edital, a licitante deveria apresentar, como requisito para habilitação jurídica, cópia do Ato de Assentimento Prévio emitido pelo órgão competente, o Conselho de Defesa Nacional. Ocorre que a questão da exigência de apresentação do referido Ato, por todos os partícipes da Licitação, na fase de habilitação do certame, foi tratada entre a Secretaria de Segurança Institucional e o Ministério das Comunicações, resultando em acordo, no qual se determinou, que apenas o vencedor da licitação apresentaria o Assentimento Prévio, objetivando assim, maior eficiência administrativa, quanto à expedição do Ato, pelo órgão competente (2718270). Sendo assim, foi devidamente instaurando o processo nº 01250.013149/2018-15, referente à notificação da Entidade, quanto à documentação necessária, com vistas a obtenção do Assentimento Prévio, para a localidade de São Lourenço do Sul/RS.

Desse modo, considerando o Art. 15 do Decreto nº 52.795/63, a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 01/2004 e os Pareceres Jurídicos constantes nos autos, entende-se que a interessada cumpriu todos os requisitos necessários para a homologação do certame para a localidade de Porto Xavier/RS.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, opina-se pela:

*homologação do certame e adjudicação do objeto referente à **concorrência nº 099/2000-SSR/MC**, localidade de **São Lourenço do Sul/RS**, à proponente vencedora **Empresa de Comunicação do Sul**, conforme minuta disposta abaixo;*

remessa dos presentes autos ao DECOM - Departamento de Radiodifusão Comercial, para ciência e manifestação quanto à presente Nota Técnica e posterior encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica, para manifestação quanto à regularidade jurídico-formal do certame e, sequencialmente, ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para a homologação do mesmo.

À consideração superior.”

6. Originalmente, a vencedora da Concorrência 099/2000, para a localidade de São Lourenço do Sul/RS foi LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (fl. 172 do processo 53790.000408/2000-05- SEI 0499752).

7. Todavia, houve a anulação do ato de habilitação de LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (Fls. 239 do processo 53000.003488/2000-00), publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2011 e mantida, após a apreciação e indeferimento de recursos da entidade.

8. Nesse diapasão, passou-se ao exame da documentação da segunda colocada no certame, para a localidade de São Lourenço do Sul/RS, isto é, EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA (check list – SEI 2699726).

9. Observa-se que à data de entrega da documentação de habilitação (02/08/2000), os então sócios da EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA , sr. Samuel Papelbaum e sr. Simon Guerchon, **não apresentaram certidões cível, criminal, de protesto e eleitoral relativas à comarca sede da entidade, isto é, Porto Alegre/RS**. Tal fato se explica porque a entidade estava inativa, portanto, os consortes **NÃO** exerciam, na ocasião, atividade econômica na capital gaúcha (vide documentos que comprovam a inatividade – balanço de abertura- fl. 36 SEI 0499752, declaração de imposto de renda- SEI 2253807- FLS 4/9). Confira-se o subitem 5.2.5 do Edital que somente exige as certidões dos locais de residência dos sócios ou onde exerçam atividade econômica.

10. A CEL certificou o atendimento aos limites do artigo 12 do Decreto Lei 236/67, conforme consta da Nota Técnica 4598/2018/SEI-MCTIC, item 19 (SEI 2701260).

11. Foi ofertada a declaração exigida pelo artigo 38, “j” da Lei 4.117/62, inserido pela Lei 13.424/2017, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (vide documento SEI 2253804-Protocolo 01250.059761/2017-45).

12. Houve mudança do quadro societário da entidade que, por ocasião da habilitação na Concorrência 099/2000 era o seguinte (contrato social registrado em 06/06/2000):

Quadro Societário - Empresa de Comunicação do Sul Ltda.	
NOMES	COTAS - REAIS
Simon Guerchon	1.000
Samuel Papelbaum (administrador)	19.000
TOTAL	20.000

13. Porém, adveio a Primeira alteração contratual da empresa, arquivada em 24/03/2016, data em que também se elaborou a consolidação do aludido contrato social:

Quadro Societário - Empresa de Comunicação do Sul Ltda.

NOMES	COTAS - REAIS
Fernando Antônio Fernandes Ferreira (administrador)	10.000
Samuel Papelbaum	10.000
TOTAL	20.000

14. A informação sobre a supracitada alteração contratual de EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA deve ser encaminhada à Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas para verificação de eventual cometimento de infração à legislação de radiodifusão, considerando-se o critério do “*tempus regit actum*”, isto é, a norma vigente à época da modificação societária.

15. Em consequência da mudança implementada no quadro social da empresa, foram ofertados documentos atualizados, em atendimento ao artigo 55, XIII da Lei 8.666/93, especialmente no que tange ao novo sócio, sr. FERNANDO ANTONIO FERNANDES FERREIRA (Protocolos 01250.059761/2017-45, 01250.059132/2017-15, 01250.069788/2017-46, 01250.073125/2017-26, 01250.079755/2017-12). Observou-se o atendimento aos requisitos legais e editalícios.

16. Foram detectadas ações judiciais atinentes ao novo sócio, todavia encontram-se baixadas. Checou-se que a ação de despejo (fl.7 – SEI 2432941) não recaía sobre o imóvel sede da empresa. Os endereços são diversos. O imóvel objeto de despejo situa-se à Rua Arabutan, 671- Bairro Navegantes- Porto Alegre/RS, ao passo que o imóvel sede de EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA encontra-se em Avenida Lagedo, 1300- Bairro Petrópolis- Porto Alegre/RS. A Ação Judicial 0041817-15.2010.4.01.3400 movida por EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA refere-se a outro certame, qual seja, a concorrência 098/2000 (SEI 0245164- FL.06), logo, não tem o condão de afetar a presente licitação.

17. Não restaram recursos pendentes, conforme certidão CELR (SEI 2702081).

18. Dessa feita, analisando a Concorrência nº 099/2000-SSR/MC para a localidade de São Lourenço do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, certifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório, no que tange à habilitação da licitante **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA**.

19. **Por conseguinte, caberia homologação do certame com adjudicação do objeto à aludida entidade. Entretanto, há um documento a ser obtido ANTES que se prossiga com o despacho homologatório.**

20. Deve ser comprovada, **ANTES DA PUBLICAÇÃO DO DESPACHO MINISTERIAL DE HOMOLOGAÇÃO**, a **obtenção de assentimento prévio** pela entidade, devido à localidade de São Lourenço do Sul/RS localizar-se em faixa de fronteira, nos moldes da Lei 6.634, de 02 de maio de 1979 e Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980, em observância ao subitem 5.2.2 do Edital, visto que este documento essencial (assentimento prévio) está em trâmite (processo 01250.013149/2018-15).

CONCLUSÃO

21. Isto posto, conclui-se:

a) No que tange à concorrência 099/2000, para a **localidade de São Lourenço do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul** opina-se **pela homologação e adjudicação do objeto à licitante EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA**. Entretanto, há um documento a ser obtido ANTES que se prossiga com o despacho homologatório.

b) Deve ser comprovada, **ANTES DA PUBLICAÇÃO DO DESPACHO MINISTERIAL DE HOMOLOGAÇÃO**, a **obtenção de assentimento prévio** pela entidade, devido à localidade de São Lourenço do Sul/RS localizar-se em faixa de fronteira, nos moldes da Lei 6.634, de 02 de maio de 1979 e Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980, bem como do subitem 5.2.2 do Edital, visto que este documento essencial (assentimento prévio) está em trâmite (processo 01250.013149/2018-15).

c)A informação sobre a alteração contratual de EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA deve ser encaminhada à Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas para verificação de eventual cometimento de infração à legislação de radiodifusão, considerando-se o critério do “*tempus regit actum*”, isto é, a norma vigente à época da modificação societária.

À superior consideração.

Brasília, 03 de abril de 2018.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK

Advogada da União
Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53790000408200005 e da chave de acesso e2a54850

Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 121675157 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK. Data e Hora: 03-04-2018 17:02. Número de Série: 13649619. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 00441/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53790.000408/2000-05

INTERESSADO: EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA

ASSUNTO: Homologação da Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC referente à localidade de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

1. Aprovo o Parecer nº 0337/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da lavra da Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 04 de abril de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016

Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53790000408200005 e da chave de acesso e2a54850

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 121985070 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 04-04-2018 12:25. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Comissão Especial de Licitação de Serviços de Radiodifusão

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, compulsando os autos em epígrafe, nesta data, não localizou-se nenhum recurso pendente de análise.

Por ser verdade, firmo a presente.



Documento assinado eletronicamente por **William de Souza Correa, Administrador**, em 05/03/2018, às 17:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2702081** e o código CRC **64B119E6**.

53790.000408/2000-05

2702081v2

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Assessoria da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53790.000408/2000-05

De ordem, encaminha-se Comissão Especial de Licitação de Radiodifusão.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 05/04/2018, às 10:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2832551** e o código CRC **79864966**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53790.000408/2000-05

SEI nº 2832551

Mister destacar que o crédito consignado é uma das modalidades mais baratas e acessíveis, só tendo taxas médias mais altas que o crédito imobiliário, conforme dados do Banco Central do Brasil. Assim, a restrição generalizada do limite de margem do crédito consignado reduziria a capacidade de o beneficiário acessar modalidade de crédito, cujas taxas de juros são, devido à robustez da garantia, inferiores a outras modalidades. A restrição acabaria, assim, por forçar o consumidor a assumir dívidas mais custosas e de maior dificuldade de pagamento.

Ademais, em qualquer negócio que envolva a consignação em folha de pagamento, seja no âmbito das relações trabalhistas ou fora delas a informação sobre a existência de margem consignável é da fonte pagadora. Diante disso, a realização de empréstimos em desacordo com o disposto no caput do art. 54-E poderia ocorrer por culpa exclusiva de terceiro, no caso a pessoa jurídica responsável pelo pagamento dos vencimentos do consumidor."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me conduziram a vetar os dispositivos mencionados do Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

CONSELHO DE DEFESA NACIONAL

SECRETARIA EXECUTIVA

ATOS DE 1º DE JULHO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, NA CONDIÇÃO DE SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL (CDN), no uso da atribuição que lhe foi conferida por meio do art. 18 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; da Resolução CDN nº 1, de 12 de maio de 1999 (DOU nº 90, Seção 1, p. 8, de 13 de maio de 1999); e com base no disposto, especialmente, no art. 91, §1º, da Constituição de 1988; na Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991; na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979; e no Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017, resolve:

Nº 76 - Dar assentimento prévio à empresa CMPC Celulose Riograndense Ltda. (CMPC RIOGRANDENSE), CNPJ nº 11.234.954/0001-85, para adquirir: (i) até 49% (quarenta e nove por cento) das ações da Jaguarão Propriedades Rurais e Participações S.A. (JAGUARÃO), CNPJ nº 31.961.348/0001-79, potencial detentora de imóveis rurais; e (ii) 100% (cem por cento) das ações da Santa Vitória Agroflorestal S.A. (OpCo), CNPJ nº 33.537.808/0001-61, que será detentora de direitos reais de superfície e/ou direitos de posse de imóveis rurais da JAGUARÃO e da Rio Grande Propriedades Rurais e Participações S.A. (RIO GRANDE), CNPJ nº 34.186.476/0001-80, com sua posterior incorporação pela CMPC RIOGRANDENSE, sendo os imóveis rurais objeto do requerimento localizados na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; ressalvado o não reconhecimento de regularidade de exercício de atividade empresarial e ambiental, a qual depende de análise específica dos órgãos competentes; de acordo com a instrução do Processo PR nº 00001.006160/2020-12, com instrução complementar concluída em 18 de junho de 2021, e a Nota-AP nº 126/2021-RF.

Nº 77 - Dar anuência prévia ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA para a remessa de amostra de patrimônio genético coletada no município de Cabixi, na faixa de fronteira do estado de Rondônia, de interesse da Universidade Federal de Rondônia, por intermédio de Elaine Almeida Delarmelinda Honore, em parceria com instituição estrangeira denominada *Soil Science College of AgBio*, da *University of Saskatchewan*, no Canadá; de acordo com o Cadastro SisGen/MMA nº R76F761, a instrução do Processo PR nº 00043.000168/2021-51, e a Nota-AP nº 136/2021-RF.

Nº 78 - Dar assentimento prévio à empresa L. MOREIRA ÁGUA MINERAL LTDA., CNPJ nº 32.605.063/0001-68, para lavar água mineral, em uma área de 49,01ha, no município de Guairá, na faixa de fronteira do estado do Paraná; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48413.926024/2019-83 e 48413.826518/2015-35, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 15.587/2021/GAB-DG/ANM, de 21 de maio de 2021, recebido em 26 de maio de 2021, e a Nota - AP nº 139/2021-RF.

Nº 79 - Dar assentimento prévio à empresa CRK EMPREENDIMENTOS E ASFALTO USINADO EIRELI, CNPJ nº 32.194.603/0001-68, com sede na Rodovia MS-278 Km 02, Entrada BR-163, Distrito de Nova América, Zona Rural, no município de Caarapó/MS, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, bem como pesquisar basalto em uma área de 542,62ha, no município de Caarapó, na faixa de fronteira do referido estado; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48079.968141/2019-62 e 48079.868198/2019-62, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 14.592/2021/GEPM/ANM, de 14 de maio de 2021, recebido em 19 de maio de 2021, e a Nota - AP nº 142/2021-RF.

Nº 80 - Dar assentimento prévio à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., CNPJ nº 03.854.641/0001-00, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 17 de outubro de 2018, que versa sobre: i) a retirada do sócio Simon Guerchon, que cede e transfere a totalidade de suas quotas para a sócia ingressante Vera Lúcia Ferreira Rios; ii) a retirada do sócio Samuel Papelbaum, que cede e transfere a totalidade de suas quotas para o ingressante Fernando Antônio Fernandes Ferreira; iii) a designação do sócio Fernando Antônio Fernandes Ferreira como administrador; iv) a alteração do objeto social; v) a alteração do endereço da sede; e vi) adequação aos termos do Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.; de acordo com a instrução do Processo MCOM nº 01250.013149/2018-15; a Nota Técnica nº 6.194/2021/SEI-MCOM, de 18 de maio de 2021; o Ofício nº 11.036/2021/MCOM, de 20 de maio de 2021, recebido em 24 de maio de 2021, e a Nota-AP nº 143/2021-RF.

Nº 81 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM proceder à averbação do Contrato de Cessão Total de Portaria de Lavra, de 17 de janeiro de 2019, celebrado entre a Cooperativa dos Produtores de Metais e Pedras Preciosas de Nova Lacerda Ltda. COOPROPOL (cedente), CNPJ nº 70.428.735/0001-04, e a empresa T. N. Minerações Ltda. (cessionária), CNPJ nº 32.399.870/0001-71, atinente à Portaria de Concessão de Lavra nº 1.487, de 20 de dezembro de 1988, publicada no DOU de 23 de dezembro de 1988, que autorizou a cedente a lavar minério de ouro em uma área de 10.000,00ha, nos municípios de Nova Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade, ambos na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 27212.966005/1993-96, 48412.861811/1979-34, 48400.000574/2018-39, e PR nºs 00001.002505/2021-31, 00001.002504/2021-97, 00001.002506/2021-86 e 00001.005462/2020-65, a conclusão da ANM, por meio do Ofício nº 8.996/2021/GAB-DG/ANM, de 31 de março de 2021, recebido em 6 de abril de 2021, com instrução complementar em 31 de maio de 2021, e a Nota - AP nº 144/2021-RF.

Nº 82 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Fazenda Onça Preta, localizado no município de Lábrea, na faixa de fronteira do estado do Amazonas, de interesse de Edir Luciano Martins Manzano, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.047962/2020-20, o Parecer nº 63/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA, de 20 de maio de 2021, a conclusão do Ofício nº 826/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 21 de maio de 2021, recebido em 24 de maio de 2021, e a Nota - AP nº 145/2021-RF.

Nº 83 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Fazenda Laçador, localizado no município de Paranhos, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de interesse da empresa Lema Administração e Participações Ltda., CNPJ nº 17.620.848/0001-16, condicionado à observância das exigências da autoridade do

Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.014419/2021-27, o Parecer nº 70/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA, de 25 de maio de 2021, a conclusão do Ofício nº 906/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 25 de maio de 2021, e a Nota - AP nº 146/2021-RF.

Nº 84 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Fazenda Santa Maria, localizado no município de Tacuru, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de interesse da empresa Lema Administração e Participações Ltda., CNPJ nº 17.620.848/0001-16, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.014417/2021-38, o Parecer nº 66/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA, de 21 de maio de 2021, a conclusão do Ofício nº 879/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 21 de maio de 2021, e a Nota - AP nº 147/2021-RF.

Nº 85 - Dar assentimento prévio a MARCOS DE FREITAS PINHEIRO, para pesquisar calcário calcítico em uma área de 215,81ha, no município de Bonito, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul; de acordo com a instrução dos Processos ANM nº 48079.868171/2019-70 e PR nº 00001.003768/2021-68, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 15.027/2021/GEPM/ANM, de 17 de maio de 2021, recebido em 19 de maio de 2021 e a Nota - AP nº 148/2021-RF.

Nº 86 - Dar assentimento prévio a ANTONIO JOÃO ABDALLA FILHO, para pesquisar diamante em uma área de 9.999,63ha, nos municípios de Bonfim e Cantá, ambos na faixa de fronteira do estado de Roraima; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48424.884098/2011-59 e PR nºs 00043.000190/2021-00 e 00001.001932/2021-01, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 15.433/2021/GEPM/ANM, de 21 de maio de 2021, e a Nota - AP nº 149/2021-RF.

Nº 87 - Dar assentimento prévio à empresa ATRATIVE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ nº 29.291.927/0001-00, com sede na Avenida Jones dos Santos Neves, nº 63, Sala 203, Bairro Santo Antônio, no município de Cacheiro do Itapemirim/ES, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, bem como pesquisar mármore em 14 (quatorze) áreas de 925,33ha, 811,83ha, 715,1ha, 646,31ha, 920,53ha, 983,61ha, 207,61ha, 984,31ha, 871,91ha, 746,66ha, 788,21ha, 981,84ha, 759,66ha e 995,24ha, totalizando 11.338,15ha, nos municípios de Bonito, Bodoquena, Corumbá e Miranda, todos na faixa de fronteira do referido estado; de acordo com a instrução dos Processos ANM nº 48079.868190/2019-04, 48079.968390/2020-91 e 48079.968348/2020-71 que fazem referência aos Processos ANM nºs 48079.868221/2019-19, 48079.868231/2019-54, 48079.868232/2019-07, 48079.868234/2019-98, 48079.868235/2019-32, 48079.868236/2019-87, 48079.868240/2019-45, 48079.868035/2020-13, 48079.868038/2020-57, 48079.868039/2020-00, 48079.868041/2020-71, 48079.868042/2020-15 e 48079.868043/2020-60, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 14.500/2021/GEPM/ANM, de 14 de maio de 2021, recebido em 19 de maio 2021; e a Nota - AP nº 150/2021-RF.

Nº 88 - Dar assentimento prévio a LUIZ CARLOS DA SILVA FILHO, para pesquisar água mineral em uma área de 48,14ha, no município de Pato Branco, na faixa de fronteira do estado do Paraná; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48069.826302/2019-61 e a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 16.549/2021/GEPM/ANM, de 27 de maio de 2021, recebido em 31 de maio de 2021, e a Nota-AP nº 151/2021-RF.

Nº 89 - Dar assentimento prévio à empresa ENERGIA MINERAL LTDA., CNPJ nº 11.253.726/0001-52, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Quarta Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 17 de março de 2021, que versa sobre: (i) a retirada do sócio Luis Carlos Ferreira da Silva, que cede e transfere a totalidade de suas 1.000 (mil) quotas à empresa Santo Antônio Participações Ltda., CNPJ nº 35.866.944/0001-20; (ii) a retirada da sócia Jocimeire Cristina da Silva Farias, que cede e transfere 980 (novecentas e oitenta) quotas à empresa LDS Mineração do Brasil Ltda., CNPJ nº 15.196.888/0001-57, e 20 (vinte) quotas à empresa Santo Antônio Participações Ltda.; (iii) a alteração da razão social para Lavras do Sul Mineração Ltda.; (iv) a mudança da sede; e (v) a designação de Arão Portugal, como administrador; bem como pesquisar minério de ouro em uma área de 863,59ha, no município de Lavras do Sul, na faixa de fronteira do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48403.930019/2010-56 e 48052.810334/2020-67; a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio dos Ofícios nº 12.746/2021/SRM-ANM/ANM, de 4 de maio de 2021, e nº 13.708/2021/GEPM/ANM, de 7 de maio de 2021, recebido em 10 de maio de 2021; e a Nota - AP nº 152/2021-RF.

Nº 90 - Dar assentimento prévio a DANILO BATISTA DA SILVA, para pesquisar minério de ouro em uma área de 207,14ha, no município de Pontes e Lacerda, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48068.866020/2020-40, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 15.008/2021/GEPM/ANM, de 17 de maio de 2021, recebido em 19 de maio de 2021 e a Nota - AP nº 153/2021-RF.

Nº 91 - Dar assentimento prévio ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA para proceder à alienação da área total de 1.247,2712ha do Projeto de Assentamento Tamarineiro II - Norte, localizado no município de Corumbá, na faixa de fronteira do estado do Mato Grosso do Sul, registrado em nome do INCRA, sob a matrícula nº 35.397, do Livro 2, do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição - 1º Ofício, junto à Comarca de Corumbá/MS; de acordo com a conclusão dos Processos INCRA nº 54000.130225/2018-56 e PR nº 00001.003691/2021-26, o Parecer nº 6.768/2021/SR(16)MS-D3/SR(16)MS-D/SR(16)MS/INCRA, de 9 de abril de 2021, o Parecer Técnico Conclusivo nº 11.601/2021/SR(16)MS-D3/SR(16)MS-D/SR(16)MS/INCRA, de 2 de junho de 2021, o Parecer Jurídico nº 00017/2021/APO/PFE-INCRA-MS/PGF/AGU, de 12 de abril de 2021, o Ofício nº 29.157/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA, de 17 de maio de 2021, e a Nota-AP nº 154/2021-RF.

Nº 92 - Dar assentimento prévio a MÁRIO CÉSAR DALA ROSA, para pesquisar água mineral em uma área de 27,67ha, no município de Medianeira, na faixa de fronteira do estado do Paraná; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48069.826186/2020-13, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 15.032/2021/GEPM/ANM, de 17 de maio de 2021, recebido em 31 de maio de 2021, e a Nota - AP nº 155/2021-RF.

Nº 93 - Dar assentimento prévio a FRED RALF PETRICK, de nacionalidade alemã, e RNE nº V050510-W, para adquirir imóvel rural com área de 11,4258ha, identificado como lote rural 08, da quadra 26 da 2ª Zona do Núcleo Colonial de Dourados, localizado no município de Fátima do Sul, na faixa de fronteira do estado do Mato Grosso do Sul, sob código SNCR nº 913.073.002.321-2, matriculado sob o nº 279, do Livro 2 do Registro Geral, junto ao 1º Serviço Registral de Fátima do Sul/MS; de acordo com a conclusão do Processo INCRA nº 54000.019696/2020-29, o Parecer nº 8.358/2020/SR(16)MS-F1/SR(16)MS-F/SR(16)MS/INCRA, de 24 de abril de 2020, o Parecer nº 00001/2021/APO/PFE-INCRA-MS/PGF/AGU, de 6 de janeiro de 2021, a Nota Técnica nº 66/2021/CM-CGM/CGM/DMS/SEAF/MAPA, de 1º de junho de 2021, o Ofício nº 671/2021/GAB-GM/MAPA, de 2 de junho de 2021, e a Nota-AP nº 156/2021-RF.

Nº 94 - Dar assentimento prévio ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA para alienação de terras públicas referente ao Projeto de Assentamento Nova Amazônia, com área total de 43.560,3183ha, localizado no município de Boa Vista, na faixa de fronteira do estado de Roraima, matriculado em nome do INCRA sob nº 92.515, do Livro 2 do Registro Geral, junto ao Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Boa Vista/RR; de acordo com a conclusão dos Processos INCRA nº 54000.041703/2021-50 e PR nº 00001.004395/2021-42, o Parecer nº 9064/2021/SR(25)RR-D3/SR(25)RR-D/SR(25)RR/INCRA, de 12 de maio de 2021, o Parecer nº 00002/2021/GAB/PFE-INCRA-



RR/PGF/AGU, de 12 de maio de 2021, o Ofício nº 32388/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA, de 7 de junho de 2021, e a Nota-AP nº 157/2021-RF.

Nº 95 - Dar assentimento prévio à empresa 3A PARTICIPAÇÕES S/A., CNPJ nº 14.482.711/0001-54, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ambas de 11 de novembro de 2019, que visa: (i) alterar a denominação social da companhia para "3A MINING S.A."; (ii) aprovar o aumento de capital para o valor de R\$1.240.328,00 (um milhão, duzentos e quarenta mil, trezentos e vinte e oito reais), mediante a emissão de 1.240.328 (um milhão, duzentas e quarenta mil, trezentas e vinte e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (iii) reeleger os diretores da empresa; e (iv) consolidar o Estatuto Social da sociedade de acordo com as modificações implementadas em razão das deliberações tomadas; bem como pesquisar os minérios de ferro e manganês em uma área de 705,24ha, no município de Corumbá, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48423.868021/2019-07 e 48402.921712/2012-18, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 17.013/2021/GEPM/ANM, de 31 de maio de 2021, recebido no dia 7 de junho de 2021, e a Nota - AP nº 158/2021-RF.

Nº 96 - Dar assentimento prévio à empresa RIO GRANDE MINERAÇÃO S.A., CNPJ nº 07.840.220/0001-72, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 22 de julho de 2020, que versa sobre aumento do capital social da sociedade para R\$ 38.294.592,00 (trinta e oito milhões, duzentos e noventa e quatro mil, quinhentos e noventa e dois Reais), de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48406.961532/2008-44, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 16.541/2021/SRM-ANM/ANM, de 27 de maio de 2021, recebido no dia 31 de maio de 2021, e a Nota - AP Nº 159/2021-RF.

Nº 97 - Dar assentimento prévio a PAULO CELSO DE ALMEIDA, para, sob regime de Permissão de Lavra Garimpeira, lavrar minério de ouro, em uma área de 47,73ha, no município de Japurá, na faixa de fronteira do estado do Amazonas; de acordo com a instrução dos Processos ANM nºs 48408.880106/2018-62 e 48063.980057/2021-19, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 15.529/2021/GEPM/ANM, de 21 de maio de 2021, recebido em 28 de maio de 2021, e a Nota - AP nº 160/2021 - RF.

Nº 98 - Dar assentimento prévio à CHRISTIANE DE MELLO LISBOA, para pesquisar minério de ouro e calcário calcítico em duas áreas distintas de 9.812,97ha e 9.945,01ha, totalizando 19.757,98ha, nos municípios de Cáceres, Nossa Senhora do Livramento e Porto Estrela, todos na faixa de fronteira do estado do Mato Grosso; de acordo com a instrução dos Processos ANM nº 48412.866205/2016-19 e nº 48412.866206/2016-55, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 16.337/2021/GEPM/ANM, de 27 de maio de 2021, recebido em 31 de maio de 2021, e a Nota - AP nº 161/2021-RF.

Nº 99 - Dar Anuência Prévia ao COMANDO DA MARINHA para autorizar a investigação científica em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) pelo Instituto de Geologia da Universidade de Hamburgo, patrocinado pela República Federal da Alemanha, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, por meio do Navio de Pesquisa Oceanográfico "SONNE", de bandeira alemã, referente ao "Cruzeiro SO284", cujo objetivo é realizar investigação científica na margem continental e talude em AJB, no período de 14 de julho a 1º de agosto de 2021; de acordo com a documentação remetida por meio do Ofício nº 10-72/EMA-MB, de 11 de maio de 2021, recebido em 13 de maio de 2021 e do Parecer nº 10-7/2021, de 17 de maio de 2021 e a Nota - AP nº 162/2021-RF.

Nº 100 - Dar assentimento prévio à empresa CALCÁRIO XARAÉS LTDA. - EPP., CNPJ nº 15.462.179/0001-76, para arquivar, na Junta Comercial competente, o Instrumento de Contrato de Transformação de Empresa Limitada em Empresário Individual, de 9 de abril de 2019, que versa sobre: i) a transformação da empresa Calcário Xaraés Ltda. - EPP em Empresa Individual; ii) a alteração do objeto social; iii) a retirada do sócio Geraldo Majella Pinheiro, que cede e transfere de forma onerosa a totalidade de suas quotas para o sócio ingressante Marcos de Freitas Pinheiro; e iv) a alteração da razão social da empresa para M F Pinheiro Calcário; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48423.968144/2009-67, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 15.411/2021/GEPM/ANM, de 21 de maio de 2021, recebido em 28 de maio de 2021, e a Nota - AP nº 163/2021-RF.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA

RETIFICAÇÕES

No Ato nº 54, de 22 de abril de 2021, publicado no DOU nº 75, de 23 de abril de 2021, Seção 1, página 80, **onde se lê:** "...município de Cachoeira Alta e Chapecó...", **leia-se:** "...município de Cordilheira Alta e Chapecó..."

No Ato nº 69, de 28 de maio de 2021, publicado no DOU nº 101, de 31 de maio de 2021, Seção 1, página 16, **onde se lê:** "...Processos ANM nºs 48403.800608/1969-46, 27223.810996/1974-61...", **leia-se:** "...Processos ANM nºs 48403.800608/1969-46, 27223.810993/1974-28, 27223.810996/1974-61..."

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA MAPA Nº 192, DE 1º DE JULHO DE 2021

Aprova o Regimento Interno do Comitê de Governança Digital do Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CGD/MAPA.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, do Ministério da Economia, e o que consta do Processo nº 21000.068343/2020-01, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Comitê de Governança Digital do Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CGD/MAPA, conforme o disposto no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de agosto de 2021.

MARCOS MONTES CORDEIRO

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL
CAPÍTULO I
DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Comitê de Governança Digital do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CGD/MAPA, em conformidade com as orientações emanadas pela Secretaria de Governo Digital, do Ministério da Economia, e pelo Sistema de Administração e Recursos de Informática do Poder Executivo Federal - SISF, regular-se-á por este regimento.

Art. 2º O CGD/MAPA é Órgão Colegiado, de natureza consultiva e deliberativa, de caráter permanente, com responsabilidades de cunho executivo, integrante do Sistema de Governança de Tecnologia da Informação do MAPA, com as seguintes competências:

I - coordenar a formulação de propostas de políticas, diretrizes, objetivos e estratégias de Tecnologia da Informação - TI, para garantir o alinhamento ao Plano Estratégico do MAPA;

II - analisar e manifestar a respeito da aprovação e priorização das demandas e soluções de TI de natureza corporativa, assim como demandas de manutenção com impacto significativo sobre os planos de TI;

III - estabelecer a alocação eficiente dos recursos de Tecnologia da Informação;

IV - analisar e aprovar os seguintes instrumentos de planejamento:

a) Plano de Transformação Digital;

b) Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação;

c) Plano de Dados Abertos, nos termos do disposto no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016; e d) instrumentos equivalentes de planejamento em governança digital;

V - propor arranjos institucionais de Tecnologia da Informação no âmbito do MAPA; e

VI - instituir subcomitês para o tratamento de temas específicos, voltados ao planejamento tático operacional do MAPA.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O CGD/MAPA é composto por representantes, titulares e suplentes, dos Órgãos e Unidades do MAPA, na forma a seguir:

I - Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ou representante por ele indicado, que o presidirá;

II - chefe de Gabinete do Ministro de Estado;

III - titular do Departamento de Administração;

IV - titular da Unidade de Tecnologia da Informação;

V - Encarregado do tratamento de dados pessoais, conforme o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

VI - Secretário Adjunto da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação;

VII - Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários;

VIII - Secretário Adjunto da Secretaria de Defesa Agropecuária;

IX - Secretário Adjunto da Secretaria de Política Agrícola;

X - Secretário Adjunto da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo;

XI - Secretário Adjunto da Secretaria de Aquicultura e Pesca;

XII - Secretário Adjunto da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais;

XIII - Diretor Adjunto do Serviço Florestal Brasileiro; e

XIV - Gestor de Segurança da Informação do MAPA.

§ 1º Em suas ausências e impedimentos, os membros do CGD/MAPA serão representados por seus substitutos legais, dentre os ocupantes de Cargo em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS de nível 5 ou superior, ou equivalente, que terão as mesmas atribuições e responsabilidades do titular.

§ 2º A participação no CGD/MAPA será considerada prestação de serviço público relevante e não ensejará remuneração, sendo vedado o reembolso de despesas relativas à participação em reuniões ordinárias ou extraordinárias.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º São atribuições do Presidente do CGD/MAPA:

I - coordenar, orientar e supervisionar as atividades do Comitê;

II - submeter ao plenário a pauta das reuniões;

III - convocar, abrir, presidir, suspender, prorrogar e encerrar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV - representar o Comitê nos atos que se fizerem necessários;

V - definir datas e pautas para as convocações, convocar, abrir, presidir, suspender, prorrogar e encerrar as reuniões;

VI - convidar participantes para as reuniões, pessoas físicas ou jurídicas, que possam contribuir para o esclarecimento de assuntos;

VII - solicitar esclarecimentos que lhe forem úteis à melhor apreciação dos assuntos em pauta;

VIII - submeter ao debate e à manifestação as matérias pertinentes, apurando os votos e proclamando os resultados, quando necessário;

IX - decidir em caso de empate, utilizando o voto de qualidade;

X - assinar os documentos, as atas das reuniões e as proposições do Comitê;

XI - indicar membros para grupos de trabalhos, visando realização de estudos, levantamentos, investigações e emissão de pareceres necessários à consecução da finalidade do Comitê, bem como relatores das matérias a serem apreciadas;

XII - requisitar informações e diligências necessárias à execução das atividades do Comitê;

XIII - expedir, ad referendum do Comitê, normas complementares relativas ao seu funcionamento e à ordem dos trabalhos, bem como atos administrativos, em vista de circunstâncias de urgência, ficando o tema obrigatoriamente inscrito na pauta da próxima reunião;

XIV - designar servidores responsáveis pelos trabalhos de apoio operacional e administrativo às reuniões do Comitê;

XV - assinar resoluções deliberadas no Comitê;

XVI - apresentar as decisões tomadas em ad referendum ao Comitê; e

XVII - decidir questões de ordem.

Art. 5º São atribuições dos demais membros CGD/MAPA:

I - representar sua área nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê;

II - aprovar o calendário de reuniões;

III - analisar, debater e manifestar-se nas matérias pertinentes;

IV - revisar as minutas de documentos apresentadas ao Comitê;

V - cumprir e fazer cumprir as decisões do Comitê;

VI - propor inclusão de matérias de interesse da área representada na pauta de reunião;

VII - realizar estudos e pesquisas, apresentar proposições, apreciar, emitir pareceres e relatar as matérias que lhes forem submetidas;

VIII - sugerir normas e procedimentos necessários ao bom funcionamento das atividades do Comitê;

IX - propor e requerer esclarecimentos que lhes forem úteis à melhor apreciação da matéria em pauta;

X - indicar técnicos ou representantes de Unidades Administrativas do MAPA, que possam contribuir para esclarecimentos e prover subsídios sobre as matérias constantes da pauta ou desenvolvimento das atividades do Comitê;

XI -solicitar informações e documentos necessários ao desempenho das atividades junto ao Comitê;

XII - comunicar ao Presidente do Comitê, com antecedência, a impossibilidade do seu comparecimento à reunião;

XIII - apreciar as decisões do Presidente do Comitê tomadas ad referendum em questões de urgência; XIV - assinar as resoluções e as atas das reuniões; e

XV - propor a realização de reunião extraordinária.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão

DESPACHO**Processo nº:** 53790.000408/2000-05**Referência:** Parecer nº 00337/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**Interessado:** Empresa de Comunicação do Sul Ltda.**Assunto:** Homologação da Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC

À SERAD,

1. Em cumprimento ao Parecer nº 00337/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 2831998), itens 21 "a" e "b", haja vista que o assentimento prévio foi concedido, remeto os autos à SERAD - Secretaria de Radiodifusão, para ciência e manifestação.

2. Após, encaminhem-se para deliberação junto ao Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações e posterior publicação no D.O.U, a minuta de despacho de homologação e adjudicação do objeto, à proponente vencedora Empresa de Comunicação do Sul Ltda., referente à localidade de São Lourenço do Sul, no estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 14 de setembro de 2021.

(assinado eletronicamente)

EDER EUSTÁQUIO ALVES

Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Eder Eustáquio Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão**, em 14/09/2021, às 15:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8109657** e o código CRC **EE637A33**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE DESPACHO DO MINISTRO

Em _____ de _____ de 2021.

Acolho a **NOTA TÉCNICA nº 4.598/2018/SEI-MCTIC** e o **PARECER nº 00337/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, invocando seus respectivos fundamentos como razão desta decisão, de sorte a **HOMOLOGAR** a Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC e promover a adjudicação de seu objeto à proponente vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

FÁBIO DE FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROONENTE VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
099/2000 - SSR/MC	RS	SÃO LOURENÇO DO SUL	FM	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.	53790.000408/2000-05

Referência: Processo nº 53790.000408/2000-05

SEI-MCOM nº 8109657

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

Despacho Nº 295/2021

Acolho a **NOTA TÉCNICA nº 4.598/2018/SEI-MCTIC** e o **PARECER nº 00337/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, invocando seus respectivos fundamentos como razão desta decisão, de sorte a **HOMOLOGAR** a Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC e promover a adjudicação de seu objeto à proponente vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

FÁBIO DE FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
099/2000 - SSR/MC	RS	SÃO LOURENÇO DO SUL	FM	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.	53790.000408/2000-05



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 21/10/2021, às 11:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8111489** e o código CRC **5B5EE99A**.

Referência: Processo nº 53790.000408/2000-05

SEI nº 8111489

Ofício Interno nº 10176/2021/MCOM

Brasília, 15 de setembro de 2021

Ao Senhor
Wagner Primo Figueiredo Neto
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha DOU nº 295/2021/MCOM-SEI (8111489)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho CPLR MCOM (8109657), encaminho a Vossa Senhoria o DOU nº 295/2021/MCOM-SEI (8111489), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 16/09/2021, às 18:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8115076** e o código CRC **8592BAD8**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 10176/2021/MCOM - Processo nº 53790.000408/2000-05 - Nº SEI: 8115076

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 22/10/2021 15:40:15
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 6713830
Data prevista de publicação: 25/10/2021
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 3
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
13941730	ATO Despacho NA 295.rtf	bd9cb8f32e062106 d45f132d16288360	7,00	R\$ 231,28
TOTAL DO OFICIO			7,00	R\$ 231,28

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 25/10/2021 | Edição: 201 | Seção: 3 | Página: 16

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

DESPACHO Nº 295/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

Acolho a NOTA TÉCNICA nº 4.598/2018/SEI-MCTIC e o PARECER nº 00337/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, invocando seus respectivos fundamentos como razão desta decisão, de sorte a HOMOLOGAR a Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC e promover a adjudicação de seu objeto à proponente vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

FÁBIO DE FARIA
Ministro

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
099/2000 - SSR/MC	RS	SÃO LOURENÇO DO SUL	FM	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.	53790.000408/2000-05

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação-Geral de Licitação em Radiodifusão

Coordenação de Licitação de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº: 53790.000408/2000-05

Referência: Concorrência 099/2000 - SSR-MC

Interessado: EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.

Assunto: Portaria de Outorga

À SERAD,

1. Em face da publicação do Despacho de Homologação em 25 de outubro de 2021, (SEI nº 8305788), da entidade Empresa de Comunicação do Sul Ltda., para execução de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), na localidade de São Lourenço do Sul/RS, remeto os autos à SERAD - Secretaria de Radiodifusão, para ciência e manifestação.

2. Empós, encaminhem-se para deliberação junto ao Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações e posterior publicação no D.O.U, da Minuta da Portaria de Outorga de permissão da concorrência 099/2000 - SSR/MC, para a localidade de São Lourenço do Sul, no estado do Rio Grande do Sul.

(documento assinado eletronicamente)

EDER EUSTÁQUIO ALVES

Coordenador-Geral de Licitação em Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Eder Eustáquio Alves**, **Coordenador-Geral de Licitação em Radiodifusão**, em 05/11/2021, às 10:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8313682** e o código CRC **BAB140E4**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA DE OUTORGA

**PORTARIA Nº xxxx/2021/SEI-MCOM
de xx de xxxx de 2021**

O MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o art. 6º, parágrafo 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 26-C, incisos II e III, da Lei n.º 13.844, de 18 de junho de 2019, e tendo em vista a Concorrência n.º 099/2000 - SSR/MC e o que consta do Processo n.º 53790.000408/2000-05,

R E S O L V E:

Art. 1º Outorgar permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM), na localidade de São Lourenço do Sul/RS.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)

FÁBIO FARIA

Ministro das Comunicações

Não Possui.

Referência: Processo nº 53790.000408/2000-05

SEI-MCOM nº 8313682



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 4014, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o art. 6º, parágrafo 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 26-C, incisos II e III, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e tendo em vista a Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC e o que consta do Processo nº 53790.000408/2000-05, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM), na localidade de São Lourenço do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 07/02/2022, às 19:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8405795** e o código CRC **CDED2407**.

Ofício Interno nº 13731/2021/MCOM

Brasília, 21 de dezembro de 2021

Ao Senhor
Wagner Primo Figueiredo Neto
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Portaria nº 4014/2021/SEI-MCOM (8405795)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto o Despacho COLIC_MCOM (8313682), encaminho a Vossa Senhoria a Portaria nº 4014/2021/SEI-MCOM (8405795), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 28/12/2021, às 15:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8763279** e o código CRC **9659674A**.

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 16/02/2022 17:33:12
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 6950709
Data prevista de publicação: 17/02/2022
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
14275469	ATO PORTARIA MCOM NA 4014 .rtf	d1b018ccb9fc1050 f19777ebe8f9afd2	7,00	R\$ 231,28
14275470	ATO PORTARIA MCOM NA 4183.rtf	4b9c7098e7d8beb8 a70db9702cc1bc60	8,00	R\$ 264,32
TOTAL DO OFICIO			15,00	R\$ 495,60

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 17/02/2022 | Edição: 34 | Seção: 1 | Página: 14

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 4.014, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o art. 6º, parágrafo 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 26-C, incisos II e III, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e tendo em vista a Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC e o que consta do Processo nº 53790.000408/2000-05, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM), na localidade de São Lourenço do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Id solicitação: 57dbac3f6ac7c

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: EMPRESA DE COMUNICACAO SUL LTDA-ME	
Nome Fantasia:	
Telefone: (51) 32185211	E-mail: FERNANDOFERREIRA.AF@TERRA.COM.BR
CNPJ: 03.854.641/0001-00	Número do Fistel: 50441188770
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato:	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Observações: SSR22/90;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Lageado	Complemento:	
Bairro: Petrópolis	Numero: 1300	
Município: Porto Alegre	UF: RS	CEP: 90460110

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: São Lourenço do Sul	UF: RS

Parâmetros Técnicos			
Canal: 213	Frequência: 90.5 MHz	Classe: C	ERP Máxima: -kW
HCI: m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação:	Número Indicativo:
Data Último Licenciamento:	Número da Licença:

Estação Principal		
Localização		
Latitude: -	Longitude: -	Cota da base: 0 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms

Antena Principal					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
							Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
Horário de funcionamento							

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Tratam-se os autos de outorga de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Lourenço do Sul, estado do Rio Grande do Sul, objeto da Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC, deferida à licitante EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 03.854.641/0001-00.

2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão - CPLR, a qual foi criada pela Portaria nº 2.263, de 24 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2021, seus membros foram designados pela Portaria MCOM nº 2.264, de 24 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2021, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA. (Processo nº 53790.000408/2000-05) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, homologado em 21/10/2021, pelo Ministro da época.

3. Ato contínuo, considerando os termos do art. 6º, § 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, foi editada a Portaria nº 4.014, datada de 24 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 17 de fevereiro de 2022, que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Lourenço do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

4. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal de 1988, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 24/03/2022, às 18:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9500739** e o código CRC **74236199**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação-Geral de Licitação em Radiodifusão

Coordenação de Licitação

NOTA TÉCNICA Nº 2567/2022/SEI-MCOM

Nº do Processo: **53790.000408/2000-05**
Documento de Referência: Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC.
Interessado: EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.
Assunto: **Envio de minuta de Exposição de Motivos à Casa Civil.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Esta Nota Técnica cuida da análise de processo administrativo referente à Outorga do serviço de Radiodifusão Comercial referente à Concorrência n.º 099/2000 - SSR/MC.

ANÁLISE

2. Trata-se de processo administrativo para a concessão de outorga, de interesse da empresa **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA.** inscrita no CNPJ nº 03.854.641/0001-00, para explorar pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

3. A Concorrência n.º 099/2000 - SSR/MC, refere-se ao serviço FM, Canal 213, classe C, no município **São Lourenço do Sul**, estado do Rio Grande do Sul. Conforme consulta ao Mosaico, o canal já está destinado à referida Concorrência (9499129).

4. A Conjur, no PARECER nº 00337/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (2831998), foi favorável à homologação do certame com adjudicação do objeto à licitante supramencionada. Dessa forma, foi exarado o despacho de homologação do certame publicado no DOU de 25 de outubro de 2021 (8305788). Posteriormente foi publicada a Portaria nº 4.014 de 24 de novembro de 2021, publicada no DOU dia 17 de fevereiro de 2022 (9483338), outorgando o serviço à empresa vencedora do certame.

CONCLUSÃO

5. Face ao exposto, esta Coordenação de Licitação - COLIC, sugere o encaminhamento da minuta de Exposição de Motivos ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão - GSRAD, para que seja dado prosseguimento ao feito, com o envio destes autos ao Excelentíssimo Ministro de Estado das Comunicações, para adoção de medidas cabíveis e posterior remessa à Casa Civil da Presidência da República.

À consideração superior.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

(assinado eletronicamente)
WILLIAM DE SOUZA CORREA
Administrador

De acordo, encaminhe-se os autos ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão para adoção das providências cabíveis.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

(documento assinado eletronicamente)
CRISTINA DE OLIVEIRA SOUZA
Coordenadora-Geral de Licitação em Radiodifusão, Substituta



Documento assinado eletronicamente por **William de Souza Correa, Administrador**, em 22/02/2022, às 11:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristina de Oliveira Souza, Coordenador-Geral de Licitação em Radiodifusão substituto**, em 22/02/2022, às 11:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9499129** e o código CRC **A6A50DE4**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM/2022

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

1. Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
2. Tratam-se os autos de outorga de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Lourenço do Sul, estado do Rio Grande do Sul, objeto da Concorrência n.º 099/2000 - SSR/MC, deferida à licitante EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL

LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 03.854.641/0001-00.

3. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão - CPLR, a qual foi criada pela Portaria 2.263 de 24 de março de 2021, publicada no DOU dia 26 de março de 2021, seus membros foram designados pela Portaria MCOM nº 2.264 de 24 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2021, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA. (Processo nº 53790.000408/2000-05) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, homologado em 21/10/2021, pelo Ministro da época.

4. Ato contínuo, considerando os termos do art. 6º, parágrafo 2º do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, foi editada a Portaria n.º 4.014, datada em 24 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 17 de fevereiro de 2022, que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Lourenço do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

5. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal de 1988, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

(documento assinado eletronicamente)

FÁBIO DE FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 53790.000408/2000-05

SEI nº 9499129

Ofício Interno nº 16633/2022/MCOM

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

Ao Senhor
Wagner Primo Figueiredo Neto
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (9500739)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 2567/2022/SEI-MCOM (9499129), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (9500739), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 23/02/2022, às 16:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9501423** e o código CRC **E7B7B726**.

Ofício Interno nº 17781/2022/MCOM

Brasília, 25 de Março de 2022

À Senhora
Renata Machado Moreira
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (9500739)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 2567/2022/SEI-MCOM (9499129), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (9500739), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 25/03/2022, às 15:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9610138** e o código CRC **8BA69178**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 17781/2022/MCOM - Processo nº 53790.000408/2000-05 - Nº SEI: 9610138

Brasília, 28 de março de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Tratam-se os autos de outorga de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Lourenço do Sul, estado do Rio Grande do Sul, objeto da Concorrência nº 099/2000 - SSR/MC, deferida à licitante EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 03.854.641/0001-00.
2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão - CPLR, a qual foi criada pela Portaria nº 2.263, de 24 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2021, seus membros foram designados pela Portaria MCOM nº 2.264, de 24 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2021, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA. (Processo nº 53790.000408/2000-05) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, homologado em 21/10/2021, pelo Ministro da época.
3. Ato contínuo, considerando os termos do art. 6º, § 2º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, foi editada a Portaria nº 4.014, datada de 24 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 17 de fevereiro de 2022, que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Lourenço do Sul, estado do Rio Grande do Sul.
4. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal de 1988, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito que seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 8765/2022/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53790.000408/2000-05.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo que trata de outorga de radiodifusão para conhecimento e eventuais providências.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 18/04/2022, às 10:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9688942** e o código CRC **3685230E**.